Natalie Zemon Davis

HISTÓRIAS DE PERDÃO

E SEUS NARRADORES NA FRANÇA DO SÉCULO XVI

5858/IFCH

Reconhecida como uma das grandes historiadoras da atualidade, ao lado de nomes como Robert Darnton, Carlo Ginzburg e Keith Thomas, Natalie Zemon Davis oferece neste livro uma contribuição valiosa ao debate sobre as relações entre o "real", o "ficcional" e o "histórico".

Seu material de estudo — cartas de perdão do século XVI — constitui uma fonte riquíssima para a investigação dos costumes da época, das normas sociais e culturais em vigor, mas não é esse o alvo primordial de sua atenção. O que lhe interessa antes de tudo é compreender, através desses documentos, como as pessoas do século XVI contavam histórias, de que maneira a narrativa espelhava a organização da experiência imediata, "como as regras da trama desses relatos judiciais de violência e perdão interagiam com hábitos contemporâneos mais abrangentes de explicação, descrição e avaliação".

Homens e mulheres, camponeses, artesãos, comerciantes e advogados, notários, sargentos e outros oficiais da justiça, padres e estudantes, cavaleiros e senhores — gente dos mais diversos meios sociais podia recorrer às cartas de perdão. O estudo mostra, aliás, que no campo jurídico as classes inferiores tinham mais escolhas do que a historiografia havia assinalado.

Todas as petições traduzem um esforço de persuasão: atenuando a culpa de um indivíduo que cometera uma ofensa capital, esperava-se convencer o soberano a perdoá-lo, a livrá-lo da sentença de morte e, em certos casos, do confisco de bens. Era preciso, portanto, que a história do crime e do criminoso fosse muito bem contada, o

ee 0255

NATALIE ZEMON DAVIS

Histórias de perdão

e seus narradores na França do século XVI

Tradução
José Rubens Siqueira

COMPANHIA DAS LETRAS

UNICAMP
Biblioteca - IFCH

Bib. ID. 255445
UNIDADE - IFCH
N.º CHAMADA 843.309
D2952
V. ..... EX. .....
TOMBO BC/ 525252
PROC. .....
C ☐ D ☒ FAP
PREÇO .....
DATA .....
N.º CPD .....

Copyright © 1987 by the Board of Trustees of the Leland Stanford Junior University
Traduzido e publicado mediante acordo com Stanford University Press

Título original
Fiction in the Archives —
Pardon tales and their tellers in Sixteenth-Century France

Capa
Ettore Bottini sobre ilustração de Jean Milles
Souvigny (Paris, 1541)

Índice remissivo
Hélio A. Ribeiro Filho

Revisão da tradução do francês medieval
Saulo Neiva,
maitre de conférences da Université Blaise-Pascal (Clermont-Ferrand II)

Revisão
Carlos Alberto Inada
Ana Maria Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Davis, Natalie Zemon, 1928-
Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI / Natalie Zemon Davis ; tradução de José Rubens Siqueira. — São Paulo : Companhia das Letras, 2001.

Título original: Fiction in the archives : pardon tales and their tellers in sixteenth-century France
ISBN 85-359-0128-0

1. Arte de contar histórias – França – História – Século 16 2. Escritos de criminosos franceses – História e crítica 3. Justiça criminal – Administração – França – História – Século 16 4. Perdão – França – História – Século 16 5. Perdão na literatura 6. Prosa francesa – Século 16 – História e crítica I. Título.

01-3061 CDD-848.30809

Índice para catálogo sistemático:
1. Histórias de perdão : Prosa francesa : Século 16 : Literatura francesa : História e crítica 848.30809

[2001]
Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone (11) 3846-0801
Fax (11) 3846-0814
www.companhiadasletras.com.br

Para Lawrence Stone,
historiador par excellence *e também contador de histórias*

Sumário

Prefácio 9
Introdução 13

1. A época em que se contavam histórias 23
2. A raiva e a legítima defesa 62
3. O derramamento de sangue e a voz da mulher 116
Conclusão 161

Apêndices 167
A. Transcrições de cartas de remissão 169
B. Fontes do uxoricídio de Claude Dater 218
C. A rejeição das cartas de remissão 224

Notas 227
Índice remissivo 299
Créditos das ilustrações 315

Prefácio

Passei anos lendo cartas de remissão de crimes do século XVI, anotando diligentemente nomes e atos enquanto ria e assentia com a cabeça, como se tivesse nas mãos o *Decameron*. No início, estava à procura de pessoas sobretudo da região de Lyon, mas de repente um tumulto de travestis no Languedoc ou um homicídio familiar na Picardia chamavam minha atenção. Recebi, então, o feliz encargo de escrever uma resenha para o *Montaillou*, de Emmanuel Le Roy Ladurie. Ao examinar as fontes da Inquisição que serviam de fundo a esse esplêndido estudo, percebi que é possível ver nessas generosas e ininterruptas narrativas manifestações do talento para a narração dos aldeões pireneus do começo do século XIV. Dei à minha resenha o título "Os contadores de história de Montaillou" e prometi a mim mesma que um dia faria uma análise semelhante dos documentos do século que era meu objeto de estudo.

Quando a Universidade de Stanford me convidou para participar das Palestras Harry Camp, em 1985-6, pensei: "É a minha chance". Na época, minha investigação do caso de Martin Guerre

havia tornado mais complicados meus objetivos. Em meu livro sobre o assunto, foi possível descrever como o juiz e o escrivão deram um rumo aos acontecimentos depois da morte do impostor. Mas que dizer das lembranças dos aldeões? De que recursos culturais eles dispunham para organizar as partidas e os retornos, as identidades e as cumplicidades? Como era possível identificar tais elementos no modo como narravam?

E lá estava eu de volta aos arquivos, colecionando cartas de remissão de muitas regiões da França. Como não me concentraria em um estilo regional particular, podia ao menos determinar a variedade de técnicas e motivos narrativos encontrada em diversas províncias. Lá estava eu de volta aos textos jurídicos do século XVI e aos romances renascentistas. Uma análise cultural desses textos deveria levar ao entendimento das regras de sua criação. Talvez eu pudesse esperar que os historiadores jurídicos e criminais saboreassem comigo os aspectos narrativos de seus documentos, enquanto os críticos/acadêmicos talvez identificassem um modelo interessante de produção literária.

Quando comecei a escrever meu trabalho, tornou-se evidente a relação entre violência, narrativa e petições de perdão. Essas evidências surgiam no século XVI, época em que as relações entre revolta e ritual, que eu havia notado em um trabalho anterior, pareciam importantes não só porque os fatos aconteceram daquela maneira, mas também porque as pessoas da época falaram a respeito deles daquele modo. E surgiram no século XIX, numa época em que, apesar das grandes diferenças com os valores, as leis e os procedimentos legais do Antigo Regime, vinham à tona motivos similares nos relatos de crimes e eclodiam disputas semelhantes em torno da responsabilidade e da busca da desculpa correta.

"Escute só", disse certo dia a meu marido, que preparava o café da manhã enquanto eu lia o *New York Times*, "dizem aqui que um homem matou a mãe a pancadas porque ela não quis fazer almôndegas para o jantar de Ação de Graças... E tem também um sujeito que entrou numa festa sem ser convidado e atirou num outro rapaz 'enquanto todos dançavam'... E um pai que quer que o filho aceite a pena de morte para pagar pelo assassinato que cometeu." As cartas ao editor discutiam se era possível entender como "legítima defesa" os tiros dados por Bernhard Goetz no metrô; e Jean Harris afirmava em seu livro, que publicara enquanto estava na prisão, que nunca teve a intenção de matar o homem que amava, que não sabia como ele foi morto.

Meu estudo limita-se rigorosamente ao século XVI, mas espero que meus leitores participem comigo dessa sensação de uma ressonância mais ampla, tanto para perceber as ligações recorrentes entre história, literatura e direito como para ler histórias de perdão e narrativas de crimes do presente.

Proferido em janeiro de 1986 nas Palestras Harry Camp da Universidade de Stanford, o texto deste *Histórias de perdão* foi apresentado também nas Palestras Whidden da Universidade McMaster, em 1986. Fico muito honrada por esses convites, e também sou muito grata às inquietas perguntas e sugestões de minhas platéias. A John Simon Guggenheim Memorial Foundation forneceu os fundos para a minha pesquisa, e, uma vez nos arquivos, recebi grande ajuda dos funcionários das seguintes instituições: Archives Nationales, Archives de la Préfecture de la Police de Paris, Archives Départamentales du Rhône e Archives d'État de Genève. Quero agradecer particularmente a Barbara Roth, desta última instituição.

Um resumo do argumento deste livro foi também apresentado a diversos grupos de intelectuais, cujas reações contribuíram para a formulação e reformulação do projeto: o Toronto Semiotic Circle, o Center for the Humanities da Universidade Wesleyan; os

departamentos de história das universidades Johns Hopkins, Georgetown, Case Western Reserve, Hofstra e de Edinburgh; e o Centre de Recherches Historiques da École des Hautes Études en Sciences Sociales. Alfred Soman ofereceu excelente orientação na localização de material mencionado nos registros do Parlamento de Paris e das Archives da Police de Paris e respondeu com sua generosidade característica às perguntas que fiz sobre o funcionamento da Justiça criminal francesa, tanto no início deste trabalho como em seu final. Bernard Lescaze ajudou a seguir a trilha do perdão em Genebra. Stephen Greenblatt, Joan W. Scott e Thomas A. Green leram o manuscrito das palestras e suas sugestões foram inestimáveis para a versão final do livro. Muitos amigos forneceram idéias e sugestões bibliográficas, dentre eles John M. Beattie, Philip Berk, Joan deJean, Carla Hesse, Madeleine Jeay, Jean-Philippe Labrousse, François Rigolot, Peter Sahlins, Marcia Cantor Stubbs, Stephen D. White e Froma Zeitlin. Dean Dabrowski foi infatigável na localização de livros e em outras funções secretariais, e Ellen Smith, da Stanford University Press, ofereceu sua atenção perpicaz na edição do manuscrito final. Nenhum desses conselheiros, porém, deve ser responsabilizado por qualquer defeito do livro, e sim a própria autora.

Quanto a meu marido, Chandler Davis, espero que me perdoe as incontáveis interrupções para ouvir mais uma daquelas benditas histórias ou para discutir mais uma interpretação, mesmo que eu não esteja pedindo desculpas nem prometa mudar no futuro.

Introdução

Vamos começar com uma história de perdão:

Francisco, rei da França pela graça de Deus, [...] declaramos a todos os presentes e vindouros que recebemos a humilde petição de Thomas Manny, pobre lavrador, de cerca de 36 anos, morador de Sens, afirmando ser ele ligado por matrimônio a Claudine Guyart, com a qual tem um filho. E conquanto o citado requerente a tenha sempre tratado e conduzido bem e decentemente e ele próprio viva de maneira íntegra, gozando de boa reputação e honesta conversação, mesmo assim a esposa, mal aconselhada, procedeu com lascívia e perversão, e contraiu a doença conhecida como sífilis, da qual o requerente, muito injuriado, fez com que se tratasse e curasse. E ela, assim curada, foi, na companhia da criada que dela tratou durante a doença, para a casa de Jean Baston, taverneiro morador do outro lado da Porta de Santo Antônio, onde passou o período de dois dias até que o citado requerente foi avisado por uma moça chamada Symonette, criada da casa de banhos, de que sua esposa se encon-

trava na casa. À qual se dirigiu o requerente, em companhia de Thomas Geneteau, pedreiro, e de Pierre Numbiliers, sargento real, encontrando-a escondida no porão da casa. A qual o requerente e acima citados acharam meio de levar de volta à casa do requerente mediante a promessa feita de não espancá-la nem desrespeitar, coisas que afirma não ter feito.

Mas depois de estar pelo período de cinco ou seis dias na casa, sempre prometendo bem se comportar e contrariando a promessa, achou meio de pilhar e roubar a casa de tudo o que lhe pareceu bom e dirigiu-se, às escondidas do requerente, à casa de um serralheiro chamado Graffiquart, morador da Porta de Santo Antônio. Na qual permaneceu durante o período de oito dias aproximadamente, até que uma mulher da vida chamada Jacquette abordou o requerente em frente da sua casa, a qual lhe disse que, se ele quisesse lhe pagar uma bebida, ela lhe contaria onde estava sua mulher, coisa que ele lhe prometeu fazer.

E logo depois o requerente, acompanhado por Jean Collart e Pierre Hofflart, sargentos reais em Sens, e outros, dirigiram-se num domingo de manhã por volta do mês de junho de 1529 à casa do citado Graffiquart, na qual lhe foi ordenado que abrisse a porta, coisa que fez. E entraram incontinenti na casa, onde encontraram a mulher deitada em uma pequena cama com um desconhecido, que encontrou meio de fugir, nu, e ganhar a saída dos fundos. E então levaram a outra, esposa daquele requerente, à sua casa, na qual o requerente fez muitas repreensões à mulher e tomou uma vassoura, da qual fez varas, com as quais castigou e bateu na mulher, que se manteve três dias depois na citada casa. Passados esses três dias, mais uma vez saiu e ausentou-se pelo período de três semanas aproximadamente, durante as quais o requerente foi avisado de que sua esposa estava na casa de um chamado Edmé Choppin, para onde se dirigiu para tratar de recuperar sua esposa. Mas uma chamada Katherine, irmã da citada mulher, em vez de isso fazer, deu uma forte

pedrada na cabeça do requerente, da qual jorrou sangue em grande efusão.

Depois disto, o requerente, no mês de julho, dirigiu-se a certo prado próximo de nossa cidade de Sens, onde encontrou sua esposa trabalhando junto com muitos outros, entre os quais se encontrava o amante de sua esposa, a qual o requerente recriminou pelas citadas faltas, mas as pessoas ali presentes zombaram do requerente. Diante disso, e da vergonha que sentia, pegou um forcado de madeira, com o qual bateu nos ombros de sua mulher, dizendo-lhe que era muito má por estar com seu amante diante de todos, e a levou de volta à citada casa. E nesse mesmo dia, por volta das nove horas da noite, o amante, acompanhado de duas outras pessoas, dirigiu-se à frente da casa do requerente, atirando grandes pedras contra as janelas, dizendo que ia levar sua mulher, chamando-o de "cabrão", que equivale àquilo que chamamos "corno" ou "chifrudo", dizendo também grandes injúrias contra o requerente.

E no dia de santa Maria Madalena, uns quinze dias depois, o amante dirigiu-se, acompanhado de dois outros, à frente da casa do requerente, xingando e blasfemando contra o nome de Deus, e disse ao requerente, aplicando-lhe três ou quatro bofetões no rosto, que o mataria. Um dos companheiros tirou um pequeno machado que trazia debaixo da roupa, com o qual tentou dar um golpe na cabeça, mas contra o qual colocou o requerente seu braço à frente, onde foi atingido. E para se salvar, foi ele à casa de um vizinho, da qual, muito exaltado e nervoso pela agressão que sofrera, saiu para se dirigir à sua casa levando uma pedra na mão, e ao se encaminhar para lá, notou o amante, com um de seus companheiros. Diante disso, mais nervoso do que antes, apressou-se para ir para sua casa, diante da qual encontrou sua mulher, à qual, numa explosão de raiva, disse: "Tenho de morrer por causa de uma puta?". E ao dizer isso desferiu-lhe uma pedrada na cabeça. Quando a mulher caiu à sua frente, então lhe desferiu duas ou três facadas, com uma faca que costumava levar con-

sigo e que utilizava à mesa, em várias partes do corpo da mulher, ele não sabe onde.

Diante disso, ele fugiu, temendo o rigor da Justiça. E depois ouviu dizer que em razão das ditas facadas e por falta de tratamento [...] a mulher falecera. O requerente foi feito prisioneiro em nossas prisões de Sens, nas quais ainda hoje está detido em cativeiro [...] arriscando ali terminar miseravelmente seus dias.

Como o homicídio foi cometido "numa explosão de raiva" e como no mais Thomas Manny era pessoa de "boa reputação e honesta conversação", em agosto de 1530 o rei determinou que o meirinho de Sens o libertasse da prisão sem nenhum julgamento, sem pena e sem infâmia.[1]

Sempre que leio essas cartas de perdão e remissão — e há muitas delas nos arquivos franceses —, fico maravilhada com a qualidade literária dos textos ou, devo dizer, com suas qualidades "ficcionais", e o que quero enfatizar é quanto seus autores dão às etapas de um crime o molde de uma história.[2] A de Thomas Manny tem menos suspense que muitas outras petições de graça real — desde a primeira menção da esposa lasciva o leitor sabe quem é a provável vítima —, mas os acontecimentos caminham para um clímax, passando pelas tentativas e humilhações do marido e pela linguagem cada vez mais abertamente sexual: a sífilis curada; a menina da casa de banhos e a *fille de joie* [mulher da vida] de quem ele obtém não satisfação carnal, mas informação; o *paillard* [amante]; e a explosão final: "Fault-il que je meure pour une putain?". E a esposa nada arrependida é chamada pelo amante e morta pelo marido no dia de Maria Madalena.

Quando eu era estudante, aprendíamos que como historiadores devíamos, cientificamente, ir despindo os elementos fictícios de nossos documentos para chegar aos fatos reais. Teríamos de corrigir a petição especial de Thomas Manny se quiséssemos

Primeira pergunta que move o texto

descobrir os fatos que realmente aconteceram em 22 de julho de 1529. Qual o "valor documental" das cartas de remissão?, questiona um estudo recente, concluindo que algumas delas, dos séculos XIV e XV, eram "uma trama de contraverdades".[3] No entanto, as cartas de remissão foram e continuarão sendo usadas de diversas maneiras pelos historiadores, sem preocupação com a construção literária. Elas constituem fontes preciosas para o estudo das festas, da violência e da vingança em diferentes meios sociais e grupos etários, das atitudes relativas ao rei e das imagens que dele se faziam, e de outras normas sociais e culturais.[4] É fácil perceber que a história de Thomas Manny fornece detalhes interessantes sobre o modo como esposas eram espancadas e sobre a prostituição nas pequenas cidades.

O debate

O que pretende fazer

Gostaria de seguir outro rumo. Quero colocar os aspectos "ficcionais" desses documentos no centro da análise. Por "ficcional" entendo não apenas os elementos fictícios, mas sim — usando um sentido mais amplo, da raiz *fingere* — os elementos formadores, modeladores e construtivos: a elaboração de uma narrativa. No debate em curso sobre a relação do "real" e do "histórico" com o "ficcional", penso que podemos concordar com Hayden White: o mundo não "se apresenta à percepção apenas na forma de histórias bem-feitas, com personagens centrais, começo, meio e fim adequados". E, nas diversas tentativas de definir o caráter da narrativa histórica, creio que podemos concordar com Roland Barthes, Paul Ricoeur e Lionel Gossman: é necessário haver escolhas formativas de linguagem, detalhes e ordem para apresentar um relato que pareça verdadeiro, real, significativo e/ou explicativo tanto para o autor como para o leitor.[5]

De acordo com as categorias dos retóricos e teóricos literários renascentistas, as cartas de remissão eram um gênero misto: uma petição judicial destinada a persuadir o rei e a corte, um relato histórico dos atos de um indivíduo no passado e uma história. Em

cada uma dessas três categorias havia um papel para a elaboração e para a formalização. Como observou Daniel d'Augé, retórico do século XVI, a partir de Aristóteles o discurso judicial constitui um dos três tipos de oratória — deliberativa, demonstrativa e legal; tanto como qualquer outro, tal discurso precisa de "artifício". O verbo *feindre* era usado na comunicação literária daquele tempo com o sentido de "criar", não de meramente "dissimular"; seu fruto era a "ficção". Sem dúvida, a criação ficcional tinha sua expressão mais adequada na poesia ou numa história, não na História, que era cada vez mais elogiada (embora nem sempre praticada) como uma verdade "nua" e "sem enfeites". Mas do artifício da ficção não decorria necessariamente a falsidade de um relato; dele podia muito bem resultar verossimilhança ou verdade moral. Tampouco a formalização ou o embelezamento de uma história significavam necessariamente seu falseamento; uma das controvérsias criativas da época era determinar onde residia a linha divisória entre uma coisa e outra. Procurar os aspectos "fictícios" de uma carta de remissão não significaria, pelos padrões do século XVI, buscar inevitavelmente a fraude.[6]

Nessa minha empreitada, em pleno século XX, tudo aquilo que os especialistas em literatura demonstraram sobre a maneira de compor narrativas foi de grande valia, mas meu olhar histórico não vai enfocar as morfologias da história, nem a produção baseada em uma gramática universal, nem o arranjo de funções, "índices" e proposições encontrado em determinada época ou lugar. Em vez disso, o que procuro são mostras de como as pessoas do século XVI contavam histórias (mesmo no caso especial de uma história de perdão), o que consideravam uma boa história, como davam conta do motivo e como, por meio da narrativa, faziam com que o inesperado ganhasse sentido e introduziam coerência na experiência imediata. Quero acompanhar a variação de suas histórias , dependendo do narrador e do ouvinte, o modo como as regras da trama desses relatos judiciais de violência e perdão interagiam com hábitos contemporâneos mais abrangentes de explicação, descrição e avaliação.

O que vai fazer

Central como narrativa ajuda a chegar no real

Nesse caso, meu método será, em parte, semelhante àquele recomendado por Barbara Herrnstein-Smith, ao observar de perto os meios e o ambiente de produção das histórias e os interesses que tanto o narrador como a platéia tinham no evento de contar histórias. Mas estarei também concebendo "estruturas" que existiam antes do evento nas mentes e nas vidas dos participantes, no século XVI: possíveis linhas narrativas determinadas pelos limites da lei, assim como o uso de narrativas aprendido anteriormente, ao ouvir e contar histórias, ou derivado de outras construções culturais.[7]

Depois de explorar a construção das histórias, retornarei a sua fidelidade aos "acontecimentos reais" — ou, pelo menos, aos mesmos acontecimentos como foram narrados por outros — e perguntarei: que relação teve o dizer a verdade com o resultado das histórias? de que estatuto de verdade elas gozavam na sociedade em geral? As preocupações do historiador social e político aparecerão também aí, não como motivos isolados colhidos em muitas histórias, mas como passos de uma narrativa ou de uma transação narrativa. O leitor não encontrará nenhum levantamento quantitativo dos tipos de arma que as pessoas usavam em homicídios no século XVI, mas saberá como as pessoas descreviam o uso dessas armas. Não lerá nenhuma análise de crimes políticos *per se*, mas será solicitado a considerar a importância do rei como uma referência para todas as histórias de perdão e o papel destas no reforço da soberania. Finalmente, investigarei como esses relatos de indivíduos com um interesse pessoal no caso, com sangue nas mãos, podem ser comparados aos relatos de crimes publicados e aos contos de nomes da literatura como Marguerite de Navarre e Noël du Fail, que podiam desejar ser lidos pelo rei, mas que não precisavam de seu perdão. Numa época em que o *conte* e a *nouvelle* empregavam muitos detalhes concretos como provas de sua realidade e muitas vezes afirmavam ser relatos de acontecimentos reais, que semelhança existia entre eles e as histórias de perdão?

Central

E por que as cartas de remissão? Porque são uma das melhores fontes de narrativa relativamente ininterrupta proveniente das classes inferiores (na verdade, de outras também) na França do século XVI. São raras as cartas e as memórias de camponeses e artesãos. São numerosos os contratos de casamento, os testamentos e outros documentos, que muito nos revelam sobre as ações, os planos e a sensibilidade de homens e mulheres que não eram capazes nem de neles assinar o próprio nome, embora os documentos estejam repletos de seqüências e fórmulas notariais.[8] As cartas de remissão eram, conforme veremos, resultado de uma colaboração, mas permitiam uma liberdade muito maior à pessoa ouvida pelo notário. Existem depoimentos e registros de interrogatórios de casos criminais em certas jurisdições do século XVI que são indicações valiosas de como as pessoas contavam casos. Mas o que se esperava das testemunhas é que se limitassem ao que haviam visto ou ouvido do crime, e em geral suas histórias não têm começo nem fim. Por exemplo, em Lyon, em 1546, dois barbeiros e uma criada atestam os planos da patroa de envenenar o patrão. Relatam o que a patroa lhes disse sobre o veneno, o que fizeram para revelar a trama e o encontro entre marido e mulher; pouco podem contar, no entanto, sobre os motivos da patroa, a não ser aquilo que a mulher comentou com um cliente que perguntara por que ela estava triste ("Não tenho como me alegrar, maltratada como sou"), e não revelam o desfecho do caso.[9]

Quanto ao acusado de processos criminais, seu testemunho era, em geral, dirigido pelo juiz em todos os momentos. O testemunho do gráfico Galiot Thibout permite imaginar como ele seria diferente caso se tratasse de uma petição de perdão:

> E quem são esses que os gráficos chamam de Forfants? [perguntou um juiz a Galiot no processo de 1565.]
>
> Responde que é assim que chamam quem bate neles e trabalha a preços mais baixos e com aprendizes.

> E os que são chamados de griffarins ou compagnons?
>
> Responde que são gente como ele.
>
> E o que significa a palavra griffarin?
>
> Responde que não sabe, mas que pode ser que seja por causa dos banquetes que fazem em grupo e do dinheiro que colocam numa caixa para sustentar seus pobres...
>
> E em que dia e a que horas foi a briga entre os gráficos de Lyon na qual um deles foi morto?
>
> Responde que a luta foi durante a Quaresma, em um domingo depois do jantar, e que nela morreu um homem chamado Aymé.
>
> E como ele foi morto?
>
> Responde que na briga, mas que não viu os golpes, só ouviu falar...
>
> E não participou de outras brigas? onde e quando?
>
> Responde que não, a não ser uma vez, contra os papistas que queriam matá-los.

A história desse trabalhador *griffarin* foi retalhada em muitos interrogatórios, alguns deles sob tortura, e costurada em uma narrativa única apenas pelo jurista que recomendou sua execução pelo homicídio de um *forfant*.[10]

Por meio de uma carta de remissão (uma vez ratificada por uma corte legal), o perdão real impedia que a pessoa fosse executada e também impedia ou limitava o confisco real de bens que acompanhava essa pena, ou — para citar a fórmula — "perdoava o ato [...] e cancelava toda penalidade, multa, e prejuízo corporal, criminal ou civil que pudesse dela resultar [...] e restaurava ao requerente sua boa reputação e seus bens".[11] Anexada à ordem do rei seguia uma narrativa, registrada conforme a vontade do requerente. A criação e o caráter dessa história de perdão é o tema deste livro — ou, é preciso que se diga, destas histórias de perdão, pois são miríades delas, suficientes para ocupar as mil e uma noites de Sherazade.

1. A época em que se contavam histórias

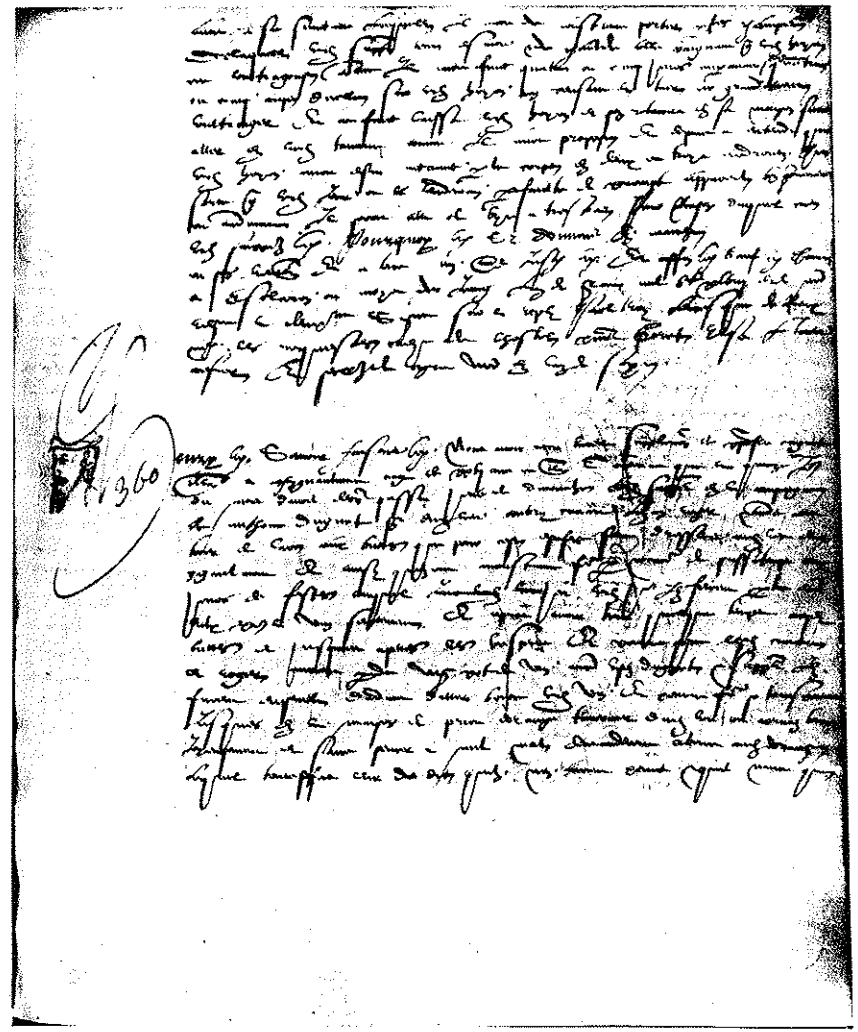
Cartas de remissão geralmente entram na vida de um requerente por causa de uma morte.[1] As histórias de perdão versam principalmente sobre homicídios, afirmando terem sido não premeditados, não intencionais, em legítima defesa, ou de alguma outra forma justificáveis ou desculpáveis pela lei francesa. Encontram-se também remissões de falso testemunho, roubos, receptação de bens roubados, defloração de virgens, participação em tumultos contra impostos, resistência a funcionários reais e heresia, mas no século XVI estas são exceções. Em princípio, embora na prática nem sempre, a remissão era reservada a crimes em que o contraventor havia sido ou poderia ser condenado à morte.[2]

O requerente pedia perdão em duas situações. Como Thomas Manny, ele podia ter sido preso imediatamente depois da morte da vítima, sendo então aconselhado por um parente, um advogado ou um juiz, ou então percebia por conta própria que o seu seria um bom caso de pedido de remissão.[3] Às vezes a petição era feita logo depois da prisão; outras, enquanto o caso transitava pelas cortes

menores, porque o requerente "corria o risco de terminar sua vida miseravelmente na prisão", antes do julgamento; outras ainda, depois de ele ter sido condenado à execução e a pesadas multas.[4]

Havia ocasiões, porém, em que o assassino fugia, talvez da própria cena do crime. O camponês Pierre Guillot deixou a mulher sangrando em sua cocheira em Orléans: "Achando que tinha desmaiado, pedi para as mulheres cuidarem dela e voltei a arar os meus campos, mas com medo de ter acontecido alguma coisa [...] montei num dos meus cavalos e fui embora".[5] Outras vezes, a parte culpada havia esperado dias ou semanas, enquanto a vítima tratava dos ferimentos, provavelmente recompensando, tanto a própria vítima como sua família enfurecida, com um pagamento; depois, quando ocorria a morte, "temendo os rigores da justiça", fugia da jurisdição, da região, até mesmo do reino da França.[6] (O reduzido contingente de sargentos reais e de outras polícias, a lentidão da comunicação e as raras extradições tornavam bastante possível a fuga.) O editor e acadêmico Étienne Dolet descreve em um poema a sua fuga depois de ter matado um pintor na noite de Ano-Novo de 1536: ajudado por amigos, partiu de Lyon antes do alvorecer. Atravessou as montanhas e os vales gelados de Auvergne em meio a uma tempestade, depois desceu rapidamente o Allier em um barco a remo, até o Loire. Dolet insistia com os barqueiros para que quebrassem os blocos de gelo com os remos, e em seguida dirigiu-se a cavalo de Orléans até a Grande Paris. "Chegar até o rei era meu único propósito."[7]

Dolet tinha de conseguir do rei uma ordem para que um notário real redigisse uma carta de remissão. Poucas pessoas na situação de Dolet iam diretamente a sua majestade, mas em princípio todos que buscavam perdão tinham de conseguir uma "ordem", uma *jussio*, de um funcionário da Chancelaria real — do próprio chanceler ou de um chefe de petições da Grande Chancelaria de Paris, ou que estivesse acompanhando a comitiva real, ou ainda de um dos



1. Uma carta de remissão de 1548, copiada para os arquivos da Chancelaria, com um retrato de Henrique II. Archives Nationales, JJ 258A, 216r.

escritórios das Chancelarias Menores, associadas às cortes soberanas de Paris, Bordeaux, Rouen, Toulouse e outras cidades.[8] Eis uma narrativa precoce de uma história de perdão. Era este o momento em que personagens importantes, ou pelo menos com ligações importantes, deveriam intervir. Em 1537, Guillaume Budé, homem de letras, e a própria Marguerite de Navarre conversaram com o rei em favor de Dolet, e em 1567 a Igreja reformada de Lyon enviou seu advogado ao tribunal para obter o perdão de um simples cuteleiro que matara a esposa adúltera.[9] Enquanto isso, aqueles que tinham a sorte de estar presos quando da Entrada Gloriosa do rei numa cidade (sua primeira aparição depois de coroado) eram entrevistados pelo provedor real; se os casos eram considerados adequados ao perdão — e nesses momentos a misericórdia real podia estender-se a "quaisquer crimes cometidos" —, o rei os orientava a pedir uma carta de remissão.[10]

A história era então contada a um notário real e a seus funcionários, às vezes pelo requerente, às vezes por seus parentes — "ses parents et amys charnelz" [seus parentes e amigos carnais] —, às vezes por um advogado. Nos primeiros meses de 1536, Pierre Ungnart, profissional de um burgo na Picardia, pediu perdão pelo homicídio que cometera na noite de Reis; refugiado em Flandres, do outro lado da fronteira, é provável que tenha dado início ao processo por meio de uma carta ditada, só retornando quando o processo já estava encaminhado.[11]

Uma vez escrita a carta formal de remissão, ela deveria ser lida (como todas as cartas reais) na presença de um chanceler ou de um de seus representantes, como o mantenedor dos selos, e talvez discutida com um chefe de petições. Quando a audiência ocorria na Grande Chancelaria, o próprio rei podia se encontrar entre os ouvintes, e sua presença era certa na Sexta-feira Santa, dia reservado ao perdão das penas de morte "em honra e reverência à paixão de Nosso Senhor".[12] O pedido era examinado uma última vez para

que os funcionários da Chancelaria pudessem se certificar de que o crime narrado era passível de perdão — uma emboscada planejada não era levada em conta, e tampouco ofensas menores — e, principalmente, de que a desculpa formulada era aceitável. Então a carta era assinada, selada com cera verde com fios de seda e, depois do pagamento, entregue nas mãos do requerente.[13]

Nas décadas de 1530 e 1540, o preço de uma carta de remissão era mais de duas vezes superior aos ganhos de um trabalhador não qualificado, era maior que o salário mensal de um gráfico profissional, e quase equivalente ao dote de uma arrumadeira. De seis libras, passou para mais de dez libras na década de 1550. Em 1563, apesar dos protestos do Terceiro Estado, podia chegar a custar onze libras, aumento que não podia ser atribuído apenas à inflação; além disso, havia os pagamentos dos advogados e os "presentes", lícitos e ilícitos, que facilitavam o processo.[14] É claro que, quando o requerente era muito "pobre e miserável", o rei concedia a carta gratuitamente ou a preço reduzido. Gente de famílias das classes inferiores ou conseguia esse benefício ou de alguma forma arrecadava os fundos necessários — há o exemplo de um artesão que faz um empréstimo a outro para "ajudá-lo a conseguir o perdão" —, e esses casos são muito numerosos entre os solicitantes.[15] O obstáculo ao pedido de perdão do rei não era tanto a pobreza em si, mas o isolamento, o fato de não poder contar com uma rede de informação e de ajuda num período de dificuldade.

Ter em mãos o pergaminho não era o fim da história, porém: era necessária a ratificação (*entérinement*) de uma corte real, fosse a corte superior da jurisdição regional (a *bailliage* ou *sénéchaussée*) do local onde o crime ocorrera ou o Parlamento, que era a suprema corte para aquela jurisdição. Em princípio, era preciso dar início ao processo no prazo de um ano a partir da selagem e, no fim do século, dentro de três meses.[16] O solicitante apresentava-se humildemente aos juízes, a cabeça descoberta e mãos suplicantes (ver ilus-

tração 3). Os parentes da vítima também deviam estar presentes, se morassem perto. A carta era lida em voz alta. O solicitante jurava que seu conteúdo era verdadeiro e implorava o benefício da graça real. Logo depois, os juízes faziam perguntas e estimulavam um prolongado recital de respostas, que deviam se ajustar ao relato feito ao rei e também à informação recolhida durante o julgamento ou no período em que o solicitante esteve foragido. Então, geralmente na condição de prisioneiro,[17] o solicitante podia ter de esperar entre poucas semanas e muitos meses, tempo em que os parentes do morto tinham a oportunidade de alegar que a carta de remissão continha muitas lacunas e mentiras e as testemunhas locais eram interrogadas sobre o assunto e sobre a "boa reputação e honesta conversação" do requerente no passado. Enquanto isso, o advogado do rei formulava sua opinião.[18]

Se a história de homicídio não premeditado ou justificável (independentemente da alegação) ainda parecesse aceitável depois da investigação, a carta era então ratificada, quase sempre com a condição de que o requerente custeasse orações pela alma da vítima, pagasse uma soma a sua família, ou fizesse doações aos pobres. Em um pequeno número de casos, ordenava-se ao requerente que se mantivesse afastado por um ou dois anos da cidade ou da aldeia onde ocorrera o crime; uns poucos eram convocados a servir no exército real durante esse período de banimento.[19] Mas no fim o solicitante podia retomar sua antiga vida, perdoado e com sua "boa fama e reputação restauradas".

Buscar misericórdia em lugar de justiça tinha lá seus riscos. Afinal, o requerente confessava abertamente que cometera o ato; não havia mais chance de alegar que na verdade estava em outro lugar, mesmo que não tivesse havido nenhuma testemunha do homicídio. Se a carta de remissão era rejeitada em vez de ser ratificada — e no próximo capítulo veremos com que freqüência e por que isso podia acontecer —, ele teria de enfrentar os rigores

de um processo criminal, a menos que isso já tivesse ocorrido, ou ser executado, ou expulso por longo período, ou condenado à prisão perpétua e a trabalhos forçados, além de pesadas multas (ver Apêndice C).

Por outro lado, o caminho da remissão apresentava algumas vantagens no contexto da lei francesa para homicídios e diante dos procedimentos criminais franceses. A legislação francesa do século XVI não traçava distinção conceitual entre "assassinato" e "assassinato não premeditado", nem estabelecia penas diferentes para ambos, como logo aconteceria na Inglaterra, e tampouco distinguia entre *homicide involontaire* e *homicide volontaire*, com as subdivisões e penas especiais que só iriam se consolidar, na França, com o Código Penal de Napoleão.[20] Ao contrário, o homicídio era tratado sob uma única rubrica, como no texto do jurista Jean Papon, "para o qual o castigo costumeiro é a morte". (Esse agrupamento pode se explicar, em parte, pela antiga crença, baseada no Deuteronômio, 21, e citada em textos legais, de que qualquer derramamento de sangue — do parricídio à morte acidental — despertaria a ira de Deus e tinha de ser compensado de alguma forma.) Dentro desse quadro geral separavam-se então os casos em que o juiz podia ser mais moderado na sentença e em que o rei podia oferecer seu perdão. "A juventude, a idade, a dignidade" da pessoa que cometera o ato tinham de ser levadas em conta pelo juiz (assim aconselhava o *Guydon des practiciens* de 1538, citando a lei romana); era preciso lembrar também se o assassino ignorava o que havia cometido e as circunstâncias em que o fato ocorrera.[21] Papon explicita treze condições atenuantes, começando com as duas em que o homicídio era permitido e prontamente perdoado — a vingança do adultério da mulher ou da filha e a morte em legítima defesa —, e prossegue com aquelas em que o homicídio não era permitido mas podia ser perdoável, tais como matar durante um jogo, embriagado ou numa briga repentina.*

2. Uma composição com múltiplos homicídios cometidos à noite. De Jean Milles de Souvigny, Praxis criminis persequendi (Paris, 1541).

Mas, qualquer que seja a situação, caso uma acusação tenha sido feita e se conclua que uma pessoa cometeu homicídio, o juiz tem de estabelecer uma pena:

> Aquele que enquanto dormia provocou a morte de outrem [...] deve ser punido? [pergunta o *Guydon des practiciens.*]
>
> Deve ser punido pelo acontecimento, embora não tão severamente como se o tivesse cometido maliciosamente [...] pois *non est excusatio in peccatis.*[22]

* Os onze "casos" em que, para Jean Papon, o homicídio não era permitido, mas podia ser absolvido e perdoado pelo rei são os seguintes: homicídio por acidente, ("par cas fortuit"); homicídio por imprudência, sem maus pensamentos ou más intenções, como no caso de um carpinteiro que sem fraude ("sans dol") constrói um edifício e uma parte despenca na cabeça de um transeunte; homicídio de um ladrão ou agressor que invadiu a casa do requerente durante a noite; homicídio cometido em um torneio, por acaso ou imprudência ou sem más intenções; homicídio cometido por uma pessoa sem discernimento e, portanto, supostamente sem fraude, malícia ou maldade, a saber, aqueles que matam durante o sono ou bêbados ("surprins de vin et yvre"), que estão furiosos ("furieux") ou são jovens demais para ter discernimento, isto é, uma criança até a idade de sete anos ou um pouco mais velha; homicídio resultante de uma "briga repentina", perdoável por causa da raiva; homicídio relacionado à prisão de pessoas que resistem (Papon acrescenta que, se for impossível levar alguém vivo, o homicídio pode não ser punido, e é costume não recorrer ao perdão do príncipe; no entanto, como veremos, havia casos discutíveis em que os sargentos tinham de fazer petições de remissão); homicídio durante um jogo de tênis ou outra modalidade pela veemência da ação e sem intenção de matar; homicídio cometido por uma pessoa "rara e excelente" e cuja morte será uma grande perda para o reino, tais como um fabricante de armas notável, um pintor, um médico, ou um cirurgião (Papon alerta que é preciso usar esse preceito com cautela); homicídio cometido por um velho cuja vida pregressa foi isenta de brigas e contendas; e homicídio que após vinte anos não teve acusação nem processo (*Trias iudiciel du Second Notaire* [Lyon, Jean de Tournes, 1575], pp. 466-71).

O Parlamento de Paris tinha o poder de reduzir as penas de morte de alguns requerentes homicidas a, digamos, açoitamento e banimento ou às galés; mas não podia simplesmente libertar alguém que havia matado outrem em legítima defesa, mesmo que (como reclamou um tenente que havia cometido o crime) isso fosse "permitido pela lei, divina, civil e natural", e não precisasse do perdão do príncipe. A justiça do Parlamento só podia estimular o requerente a pedir o perdão real e ratificar esse perdão, se fosse concedido.[23]

Apenas o rei, portanto, tinha o poder de remissão, mas somente em treze situações, e cada uma delas fornecia possíveis fios condutores para o requerente. Além disso, a história tinha mais chances de ser levada a sério pelos juízes ratificantes quando sob a forma de uma carta de remissão. No procedimento criminal francês — inquérito judicial, interrogatório por um juiz ou vários, acareação formal com testemunhas e interrogatório sob tortura, se houvesse testemunhos suficientes ou outras indicações que o justificassem[24] —, o acusado podia jamais ter a oportunidade de determinar diante de uma corte a natureza justificável ou desculpável do crime. (Thomas Guerin, aprendiz de Dyer, explicou que não foi capaz de um depoimento verdadeiro durante seu julgamento pela defloração de uma virgem por causa de seu "medo dos procedimentos judiciais, sua juventude e pelo fato de não levar as coisas a sério, como deveria".[25]) O exame judicial do perdão real, por sua vez, *começava* com a história do requerente; ela estabelecia o quadro que orientaria todo o interrogatório e as comparações com os testemunhos que seguiam. E a carta de remissão chegava até os juízes pelas mãos de um leitor importante, que havia considerado a história ao menos plausível — precisamente, o rei. Se as audiências de ratificação corriam bem, o requerente não estaria sujeito à ansiedade e à pressão do confronto com as testemunhas, e o interrogatório sob tortura seria ainda menos provável.[26] Um fugitivo

que, de posse de uma carta de remissão, se rendesse como prisioneiro voluntário e enfrentasse um processo de ratificação podia nunca passar pelo "procedimento extraordinário" (como era chamado) do julgamento criminal secreto.

Esse quadro legal sugere as linhas mestras das narrativas de remissão. Normalmente, elas visavam salvar a vida de uma pessoa; mas eram muito diferentes das velhas charadas com as quais o prisioneiro condenado fazia com que os juízes prometessem libertá-lo caso não fossem capazes de decifrá-las. As charadas eram como o enigma de Sansão para os filisteus; tinham respostas improváveis ou inconseqüentes.[27] Mais do que confundir reis e magistrados, as histórias de perdão deviam persuadi-los e estabelecer uma história que superasse as versões concorrentes.

Examinemos com mais vagar os autores dessas narrativas. Para cada carta de remissão havia pelo menos duas pessoas, às vezes mais, envolvidas em sua composição. O notário real e seus funcionários preparavam um rascunho junto com o requerente ou seu representante e depois o registravam no pergaminho final. Os notários ou secretários reais (como também eram chamados) constituíam a elite do mundo dos escribas, possuíam um lucrativo escritório real, que passaria de pai para filho ou de tio para sobrinho e traria consigo o título de nobreza. Mais que apenas registrar os contratos e desejos de particulares, eles relatavam com "toda verdade e lealdade" aquilo que o rei decidira ou ordenara. Assim como o chanceler podia ser comparado ao Melquisedeque bíblico, "distribuindo Graça e Remissão de Crimes", o secretário real podia ser aproximado dos profetas.[28] Eram 119 na primeira metade do século XVI, e chegavam a duzentos em 1589. Muitos estavam agrupados em Paris; alguns trabalhavam em Toulouse ou Rouen ou em outras cidades onde havia escritórios de chancelaria associados aos parla-

mentos; alguns se distribuíam em centros como Orléans e Lyon; outros ainda seguiam a Corte quando ela viajava, por vezes reclamando porque tinham de "escrever de pé, apoiados no canto do cofre real".[29]

Os notários reais no geral não eram figuras literárias ativas: o historiador Jean du Tillet teve seus anos como secretário da Chancelaria Menor de Paris, mas os nomes que vemos ao final das cartas de remissão (De Courlay, Olier, Juvyneau, Deslandes, Sanyan, Arillot, para citar apenas alguns) raramente são encontrados nos frontispícios de livros impressos. Isso ocorre ainda com menor freqüência com os escreventes, que de fato faziam os registros nos escritórios dos secretários. Mesmo assim, por intermédio da família, de patronato ou de suas próprias bibliotecas, muitos secretários reais mantinham relações com as artes liberais. Eram aconselhados a ler Cícero e Policiano para se instruir, e em suas estantes, ao lado desses livros e de textos legais, podiam-se encontrar às vezes grandes coleções de histórias: as *Cent nouvelles nouvelles*, da Borgonha do século XV, e o *Decameron*, de Boccaccio.[30] Com toda certeza deviam ser capazes de reconhecer boas histórias.

Quanto à carta de remissão, o notário real que a redigia era responsável pelo palavreado da introdução e da conclusão. Ele teria aprendido as fórmulas quando jovem e podia contar também com um manual de estilo da Chancelaria, para consulta de seus escreventes: "Francisco etc. faz saber a todos os presentes e futuros. Recebemos a humilde petição de A., lavrador jovem e pobre, responsável por sua mulher e filhos, que vive em tal e tal lugar, afirmando que etc.".

Depois do segundo *et cetera* o manual de estilo aconselha: "Que o caso seja registrado conforme aconteceu".[31] O secretário, ou seu escrevente, podia enfeitar o preâmbulo com outros fatos que fizessem o requerente parecer mais digno de piedade — "pobre e simples moleiro", "pobre viúva incapacitada", "responsável por sete

filhos, inclusive seis meninas, uma delas noiva"[32] — ou que lhe atribuíssem relações significativas — "homem de armas em nossa tropa real, sob o comando de nosso mui querido e estimado primo o marquês de Saluces".[33]

A maior contribuição dos secretários aparecia nas fórmulas de conclusão. Aí se empilhavam os argumentos que a história do requerente devia documentar a fim de obter a graça e a misericórdia reais, em vez do rigor da Justiça:

> Visto que o citado caso ocorreu numa explosão de raiva [chaude colle, raiva súbita e violenta, literalmente "bílis quente"] e depois de beber e que o citado morto foi o agressor. Que o requerente fez o que fez em legítima defesa. E que em todos os outros casos ele sempre se comportou bem e decentemente, e é homem de boa reputação e conversação, que jamais foi advertido, nem acusado, nem condenado de nenhum ato mau [villain cas], [...] nem fez nada culposo. Desejamos estender-lhe nossa graça e misericórdia.[34]

Alguns dos que buscavam graça e misericórdia haviam também discutido seu caso com um advogado, principalmente os requerentes mais abonados, com dinheiro para pagar. Qualquer um podia precisar de um advogado que entregasse uma mensagem ao secretário real, buscasse cartas na chancelaria ou enviasse as solicitações preliminares para a ratificação de um juiz.[35] E alguns requerentes aconselhavam-se com advogados quando pediam *entérinement*: os camponeses Pierre Guyon e Pierre Peroussel e o mensageiro Christofle Farfannchy não contavam com ninguém quando se puseram de joelhos diante da Sénéchaussée de Lyon, mas o barqueiro Jean Bas e o escrevente Pierre Rambaud tinham advogados a seu lado. A pessoa que procurava o perdão devia contar o que acontecera "com sua própria boca", conforme determinava para todas as ações criminais o edito de Villers-Cotterêts, de

1539, embora vez ou outra os advogados acrescentassem uma petição de clemência (ou contra a clemência, caso representassem os parentes da vítima).[36]

A questão que nos interessa aqui, porém, é o papel do homem da lei na criação inicial da história, isto é, da carta de remissão. Ele podia ser consultado já num primeiro estágio a respeito de pontos significativos para o perdão — digamos, na questão das armas (era preciso indicar que o instrumento com que a vítima fora morta era usado no trabalho cotidiano do solicitante ou estava à mão sobre uma mesa, não tendo sido colocado ali especificamente, para um esperado encontro com o inimigo) ou do estado de espírito da pessoa morta (ajudava dizer que a vítima havia tido tempo para os sacramentos finais ou que a tinham ouvido perdoar seu assassino, ou assumir a culpa, ou insistir para que os parentes não prestassem queixa). Algumas vezes, o advogado podia ajudar a rascunhar a própria petição antes que fosse enviada ao notário real. Em 1553, um advogado de Tours, preso por violação de registros da Corte, complicou-se ainda mais quando tentou mudar as palavras do pergaminho de sua carta de remissão para adaptá-la "à redação feita por seu Advogado" ("suivant la minute qu'en avoit fait son Conseil"). Um desses rascunhos, encontrado no começo do século XVII entre os papéis da família de dois famosos irmãos da cidade de Mauvezin, na Gasconha, ambos fugitivos acusados de homicídio, já contém fórmulas que sugerem a mão de um advogado.[37]

No momento em que os homens da lei se envolvem na formulação de uma história, estamos lidando, evidentemente, com pessoas que têm importantes conexões com as tradições literárias francesas. Mesmo procuradores e conselheiros (*soliciteurs, practiciens, procureurs*), que um juiz descreveu como "sem treino em filosofia e nas belas-letras, dedicados à mera prática advocatícia", já haviam exercitado seus talentos juvenis em sátiras e paródias de casos judiciais representados nas noites de Reis e no Carnaval entre

os amanuenses de Basoche, e ao longo dos anos muitos tinham formado pequenas coleções de livros.[38]

Os advogados, por sua vez, tinham formação universitária. Fosse defendendo casos nos tribunais (*avocats plaidoyants*), como faziam quando estavam no auge da idade adulta, fosse no papel de conselheiros (*avocats consultants*), que desempenhavam na velhice, eles se interessavam pelas belas-letras quase tanto quanto pela lei romana. Sua especialidade era a retórica legal, aprendida talvez nas normas forenses de Guillaume de Breuil, do século XIV, ou nas *Orações*, de Cícero, e em outros modelos clássicos; e aprendida, quando jovens advogados (*avocats écoutants*), ao ouvir as petições proferidas pelos mais velhos e ao participar de seus casos rocambolescos. Por volta do final do século as petições dos advogados mais admirados eram publicadas, entre elas as petições de ratificação de perdão. Eram escritas em francês, língua usada pela maioria dos *plaidoyers* já muito antes de o edito de Villers-Cotterêts determinar que todos os procedimentos da Justiça fossem conduzidos em vernáculo.[39] Alguns advogados dedicavam-se também a outros gêneros — poemas, tratados políticos, história e histórias —, e muitos possuíam em suas bibliotecas romances e coleções de histórias, ao lado de livros de direito, obras devocionais e textos humanistas.[40] Em suma, quando um advogado era procurado por um requerente em função de uma carta de remissão, é provável que se interessasse pela história em si, não apenas pelo problema legal. Como disse o juiz Jean Papon a respeito de uma carta de remissão de 1532, de fato ela era "bem narrada" ("bien narré").[41]

O primeiro autor da história, porém, era o próprio requerente, e adiante apontarei indícios de que a voz dele ou dela pode ser vista como a mais marcante dessa criação coletiva. Entre os requerentes encontramos de senhores a pastores, de notários, advogados

e padres[42] a pessoas que jamais tinham lido um livro.* Contudo, mesmo os iletrados mostravam-se, na audiência do pedido de perdão, dotados de algum talento para contar histórias. Havia muitas ocasiões em que essas narrativas estavam presentes: nas *veillées*, reuniões noturnas na cidade e no campo, onde, em meio ao namoro, à fiação e ao conserto de ferramentas, liam-se romances em voz alta, contavam-se histórias e jogavam-se jogos de adivinhação; durante as pausas no trabalho, ou quando o rumor das lojas permitia; e nas alegres reuniões à mesa do jantar ou na taverna. Os acontecimentos locais muitas vezes transformavam-se em temas de canções, que corriam pela vizinhança, para conforto ou desconforto de seus personagens. E é claro que, numa sociedade em que se esperava que os velhos relatassem aos jovens a história da família, todos tinham casos para contar. Uma briga fatal entre alguns alfaiates de Brie, por exemplo, começou durante um jantar numa taverna, quando um deles começou a narrar o passado de sua família e em algum momento disse algo insultuoso sobre o pai de outro.[43]

Um preparativo especialmente importante quando alguém ia falar sobre as faltas que cometeu era, claro, a confissão — para a maior parte das pessoas um evento anual, quando se cumpria o "dever pascal". Durante toda a Quaresma ecoavam dos púlpitos

* Das centenas de remissões que pesquisei para este estudo, selecionei as solicitações de 164 homens, que vão de 1523 a 1568, para examinar em detalhe a estratégia, linguagem, caracterização e motivo da narrativa. Embora não fosse meu objetivo uma "amostragem científica", procurei assegurar uma grande abrangência social e geográfica, além de buscar textos que ilustrassem eficientemente o interesse e a gama de estilos literários. A distribuição social dos 164 homens desse grupo de requerentes foi a seguinte: camponeses, 48; artesãos, 56; comerciantes, dezessete; advogados, notários, sargentos e outros oficiais da justiça, dezenove; padres e estudantes, seis; cavalheiros e senhores, dezoito. Quanto a cartas de remissão de mulheres, tudo o que encontrei (perdão de 42 requerentes do sexo feminino) foi examinado detalhadamente (ver cap. 3, n. 22). Assim, minha amostragem de narrativas corresponde ao dobro da do *Decameron*.

admoestações para o exame de consciência. Nunca saberemos se, ao passar em revista sua vida, os indivíduos seguiam o padrão dos Dez Mandamentos e dos Sete Pecados Capitais, ou ainda se levavam anotações para a confissão. Mas uma *Summa* sobre a confissão, escrita no século XVI pelo irmão Jean Benedicti, mostra que os penitentes narravam seus pecados um a um, na seqüência em que aconteceram, sem agrupá-los em categorias morais; perdiam tempo com detalhes irrelevantes ("babil", "caquet", "propos impertinents"), em vez de se aterem àquilo que o clero considerava importante; e atribuíam a culpa a outras causas, em vez de admitir: "C'est moy" — "Sou eu". E, o que era pior, não se mostravam envergonhados quando buscavam perdão para seus pecados, ou seja, confessavam "como se contassem uma história" ("comme s'ils racont[oient] une histoire").[44]

Antes do pedido de uma carta de remissão real, não havia um equivalente preciso aos sermões da Quaresma, embora um sermão anual sobre o "Não matarás" provavelmente fornecesse exemplos de homicídios acidentais ou desculpáveis.[45] No entanto, informações gerais sobre os caminhos legais para o perdão parecem ter sido amplamente difundidas entre os aldeões, tão importantes quanto, para qualquer esposa, as informações sobre o dote. Nas *nouvelles* populares era possível colher detalhes sobre o marido que, pensando ter espancado a esposa até a morte, é aconselhado pelos vizinhos a fugir: "Pois, se for pego pela rigorosa Justiça desta cidade, estará perdido". Descobriam-se também outros detalhes com os habitantes locais que haviam conseguido clemência no passado e com os notários e sargentos rurais. Num povoado de Rouergue, Jeanne Galzy matou um homem que, segundo ela, havia roubado uma camisa de seu marido; e ela se aconselhou com o próprio marido, que era um sargento local. Numa aldeia de Beauvais, um suspeito foi perguntar a um sargento o que fazer, pois seu forcado havia sido encontrado ao lado de um homem com quem ele vinha brigando

por causa dos porcos que invadiam suas terras: "Se você se sente culpado", disse o sargento, "não deixe que ninguém coloque as mãos em você, mas do contrário não fuja, porque a fuga o tornará culpado". Nas cidades, era conhecido o perdão especial do rei por ocasião de certas visitas, e de fato havia pessoas que fugiam após um homicídio para se entregar em uma cidade que estivesse no itinerário do rei.[46]

O relato de uma testemunha de parricídio em uma pequena cidade de Orléanais, datado de 1565, ilustra como essas informações tinham ampla circulação. O chapeleiro Emé Guy e seu filho Jean começaram a brigar quando aquele ameaçou expulsar o filho por causa de seus excessos. Jean respondeu que de bom grado partiria, se os pais lhe entregassem suas roupas. Enfurecido, o pai aproximou-se e, quando ia bater no filho, este o atingiu com a espada. Caído no chão, sangrando, o pai disse: "Fuja, fuja, meu filho! Eu lhe perdôo". A mãe expressou o mesmo sentimento. Incapaz de se mover, Jean foi imediatamente preso e interrogado, e suas respostas, dadas sem aconselhamento legal, deixam entrever uma história que podia se transformar em pedido de remissão: "Ele não tentou matar o pai; a única causa é a raiva do pai, pois este se precipitou sobre a espada que [Jean] tomara nas mãos apenas para se defender".[47]

O possível requerente chegava ao escritório do notário, portanto, com uma história em mente e, no caso de pessoas alfabetizadas, por vezes até com um rascunho. Certas escolas de interpretação histórica concluiriam que, no instante em que um agente do Estado, letrado, toma posse das palavras de outrem, elas são a tal ponto refeitas e recombinadas que a forma original se perde. Mas as épocas e as condições políticas não são iguais. Diversas circunstâncias do século XVI levavam o secretário e seus escreventes a conservar o corpo da carta de remissão — "que o caso seja registrado como aconteceu", diz o preâmbulo — muito próximo do relato do

requerente. Em primeiro lugar, devido ao próprio conceito do pedido de perdão, que evocava uma conversa pessoal entre um indivíduo e o rei, que, misericordioso, respondia. O próprio Estado tinha interesse numa carta que não se limitasse às fórmulas notariais.

Depois havia a realidade com que o requerente se deparava quando a carta era selada. Não se deve esquecer que, para que a remissão fosse ratificada, o testemunho oral do solicitante diante dos juízes tinha de se "adequar" ao pergaminho escrito, assim como a outras informações sobre o caso. Para o juiz criminal Jean Imbert essa avaliação era tão importante que ele exigia que o interrogatório do requerente ocorresse o mais rápido possível, logo depois do pedido de ratificação, "para que ninguém o instrua do que dizer" ("à fin qu'on ne luy face le bec").[48] O caminho mais simples para obter alguma conformidade era que o secretário real reproduzisse, quando o documento permitisse, a linguagem e o modo como os fatos eram narrados pelo próprio requerente. Montaigne comentou a dificuldade de reproduzir um discurso estudado e memorizado, principalmente quando o que estava em jogo era a própria vida.[49] Imagine como uma pessoa não letrada teria dificuldade, nessa situação, para recitar uma história com palavras que não fossem as suas.

Até agora só encontrei dois exemplos em que os registros me permitem comparar ambos os relatos.[50] Um é a história de Claude Dater, cuteleiro de Lyon que matou a esposa, que havia cometido adultério com um padre, relato que aparece em uma carta de remissão de julho de 1567 e foi repetido quatro meses depois ao tenente criminal de Genebra, cidade para a qual o cuteleiro se mudou depois da ratificação de sua carta em Lyon. A carta é mais longa que a resposta de Genebra (ver Apêndice B), mas em ambas as fontes a história é contada nos mesmos segmentos: a volta para casa no começo da noite; os vizinhos que o informam de que sua mulher fora encontrada sozinha com um padre, que estava todo

desarrumado ("débraillé"); como não conseguiu flagrar o padre, que (à maneira de Boccaccio) estava escondido num baú; e seu encontro com a mulher na escada, onde, possesso de cólera ("de colere"), desferiu-lhe dois golpes de espada. A riqueza de detalhes vívidos reaparece no testemunho de Genebra, no qual "o grande ruído" dos vizinhos se transformou no grito irônico de "Suba, suba, vá ver como sua casa está bem cuidada" ("Montez, montez, vous trouverez beau mesnage chez vous").[51]

O segundo exemplo é o de Pierre Marion, um camponês da Champagne que, em 1611, matou uma suposta bruxa ao tentar fazê-la quebrar um feitiço que haviam lançado contra a sua mulher doente. Aqui, o camponês era um melhor contador de histórias do que o autor de sua carta de remissão, tendo ampliado o relato de maneira vívida quando os juízes de Paris tentaram forçá-lo a admitir que tinha "massacrado uma mulher [...] indefesa". Mas ainda há coincidência de frases e sentimentos nos dois relatos; e ambos apresentam a mesma seqüência de acontecimentos, começando com o diagnóstico de feitiço para a doença incurável da mulher, seguido do episódio em que Marion atrai a bruxa à sua casa e a espanca, e da morte da bruxa no mesmo instante em que sua mulher se recuperava dos encantamentos.[52]

Em resumo, esses dois casos sugerem que em linhas gerais o notário real seguiu a receita padrão de "registrar fielmente o que foi dito",[53] e também que a qualidade "ficcional" e "literária" da narrativa não está necessariamente vinculada a um secretário educado, mas pode vir em parte do narrador.

Tentemos visualizar a narrativa e o seu registro na presença do secretário e de seus escreventes. Um dos primeiros deveres de todo notário era "ouvir com diligência", enquanto o secretário real tinha instruções especiais para usar a terminologia apropriada ao assunto — termos graves para assuntos de peso, familiares para assuntos familiares.[54] O secretário podia começar relembrando ao

requerente "que ele deve relatar os acontecimentos verdadeiros, tais como aconteceram, sem acrescentar nada que não possa provar, e sem silenciar sobre nada que possa ser revelado pelas testemunhas".[55]

Quando o secretário ou seu escrevente registravam "o caso conforme acontecido", certas alterações eram introduzidas. Caso o declarante se expressasse em algum dialeto regional, este era adaptado ao francês (o que produzia menos disparidades do que se o relato tivesse de ser traduzido para o latim).* O "eu", a primeira pessoa do narrador, transforma-se na terceira pessoa do "requerente", que o rei escuta e que será perdoado nas últimas sentenças da carta.

Mas quase sempre citações diretas eram mantidas: "Tenho de morrer por causa de uma puta?", ou "Não bata com o gume, bata com o lado chato" ("Ne frappes point du taillant mais seulement du plat"), ou "Depois de chegar de longe e trabalhar o dia inteiro, sou eu que tenho de fazer o jantar e você só reclama?", ou ainda, no caso da Gasconha, em que gritaram: "Traidores, traidores, tirem do campo esses bois".[56] (Por outro lado, os palavrões eram geralmente

* Emmanuel Le Roy Ladurie, em seu importante estudo de *Jean l'ont-pris*, de Jean-Baptiste Castor Fabre, história datada do século XVIII, observa com muita propriedade que o relato é especialmente útil por ser escrito em provençal: "Quando os arquivos de história social (registros de notários etc.) são escritos em francês, a literatura regional representa o único monumento cultural em que um autor pode se expressar na linguagem do povo" (*Love, death and money in the pays d'Oc* [Amor, morte e dinheiro na terra d'Oc], trad. Alan Sheridan [Nova York, 1982], Prefácio). As cartas de remissão realmente perdem as expressões regionais e o calor da língua-mãe, mas ganham ao aproximar-se da experiência lembrada do indivíduo, com todas as suas especificidades, e da compreensão cultural mais imediata e mais claramente formulada que se podem encontrar nas histórias folclóricas arquetípicas. Um grande número dos motivos que vou descrever não constam do abrangente *Motif-index of folk literature* [Índice de motivos da literatura folclórica], de Stith Thompson, edição revista (Bloomington, Ind., 1955-8).

suprimidos, como no caso de Thomas Manny e o amante de sua mulher, em que apenas se afirmou que houve xingamentos. Repeti-los ao rei constituiria desrespeito ao Senhor. Aqui e ali, as palavras do solicitante eram substituídas pelo palavreado legal dos notários; Thomas Manny provavelmente não "recriminou" ("remonstroit") a esposa, mas deve ter dito que ela era "muito má"; Pierre Marin com certeza não qualificou os remédios para sua mulher como "frustatoires", mas sim (como disse em seu testemunho aos juízes) que "tout cela ne servait de rien" [aquilo tudo não valia nada]. Porém, muitos secretários mantinham a coloquialidade do registro. De qualquer forma, o requerente tinha a oportunidade de revisar o relato quando o escrevente o passava a limpo, quer alguém o lesse para ele, quer ele mesmo o fizesse. Só então se elaborava uma versão final.[57]

As cartas de remissão resultantes desse processo apresentam uma variedade que não pode ser atribuída apenas aos talentos de um limitado número de notários.[58] Quando o letrado Étienne Dolet conta sua história, para ser perdoado pelos livros hereges que imprimira, seu relato é diferente daquele do lavrador Thomas Manny. Enquanto este se contenta em afirmar que foi sempre bom marido, Dolet faz um retrato radiante de sua vida, desde os dias de estudante até seus recentes esforços para manter a família e "apoiar as belas-letras". Manny não reflete sobre os motivos do amante da mulher nem sobre os próprios sentimentos, embora estes apareçam com clareza; Dolet alega que mestres impressores enciumados incitaram a Inquisição contra ele e menciona a "curiosidade [...] que os amantes das letras geralmente sentem" de saber coisas para eventualmente refutá-las. Manny nada acrescenta às fórmulas de remissão do rei; Dolet atribui ao rei palavras acerca da misericórdia divina.[59]

Dois policiais de Lyon, que buscam o perdão pelo homicídio de um homem que perseguiam, relatam os mesmos fatos de maneiras diversas: o capitão tenta pôr a culpa no sargento e vice-versa. Uma mãe camponesa pede perdão para seu filho, um jovem tecelão de Chartres, preso e condenado à morte em 1525, e é quase possível vê-la torcer as mãos quando se ouvem as suas desculpas. Ela atribui todos os problemas do filho à mulher que o deixou, trocando-o por um padre, e à ligação dele com um arqueiro da infantaria real, duas criaturas que não valiam nada. Embora ao relacionar esses eventos e as ações subseqüentes sua descrição seja plausível — entre outras coisas, ele raptou uma camareira —, seu relato da vergonha e da inquietação do filho é tão intenso que um artesão do século XVI se sentiria devastado se tivesse de dizer tais coisas a respeito de si próprio.[60] Nesses casos, o notário real parece ter "ouvido com diligência", efetuado as mudanças necessárias, porém sem transfigurar os acontecimentos numa narrativa pessoal sua.

Quanto aos advogados, sua influência nas cartas é mais difícil de especificar, pois não sabemos com que freqüência eram consultados pelos requerentes. A mão do advogado provavelmente extirpou algumas cenas de uma orgia narrada em 1541 por Guillaume Fournier, um "cavalheiro" de Lyon que solicitava uma segunda carta de remissão como "clérigo tonsurado". O morto não xinga mais Fournier de "florzinha da cidade [...] que diz que é cavalheiro", mas a história ainda começa com um jogo e um jantar com uma prostituta e termina com um concurso de bebida no qual o assassino acusa a vítima de ter colocado sal em seu vinho.[61] No final do século XV e nas primeiras décadas do século XVI, advogados narravam essas cenas diante das cortes, entremeando-as com detalhes de leis, princípios e moralidade, mas o edito de Villers-Cottêrets, junto com mudanças no gosto retórico, podou o papel dos advogados, de expositores dos *fatos* de um caso criminal. Uma boa história ainda era capaz de fazer com que um advogado perdesse o controle de seu relato, porém melhor ainda era organizar os acontecimentos tematicamente de forma a constituir um argumento

legal, ou pintar um quadro geral do estado da Justiça criminal.[62] Em 1546, um advogado, que pleiteava no Parlamento de Paris o perdão de um senhor, não mencionou o *fait particulier* [fato em si], mas disse que o requerente servira no posto de capitão do exército do rei durante vinte anos e que sua carta já havia sido ratificada pela Sénéchaussée de Anjou. Em 1594, quando o famoso advogado Claude Expilly pediu que o Parlamento de Grénoble ratificasse a carta de remissão de um certo Angelon Platel, dedicou uma frase ao homicídio cometido por seu cliente (que se deveu à teimosia fatal do morto e foi praticado apenas em legítima defesa). A clemência do rei é que era objeto da oração de Expilly, elaborada com base numa "retórica de citações" inspirada em Plutarco, muito prezada pelos juízes do final do século XVI: Ovídio era citado ao lado das escrituras, Ronsard, junto com a lei romana.[63] Por mais interessado que estivesse na narrativa criminal, Expilly deixou que Angelon Platel, um desconhecido oriundo de uma aldeia alpina, contasse sua história sozinho.

O que concluir, então, a respeito da autoria da carta de remissão? Ela surge do intercâmbio entre diversas pessoas sobre os acontecimentos, os pontos da lei e o estilo da Chancelaria. Todos os autores conservam certas ligações com as tradições narrativas, literárias e/ou orais, mas o registro da remissão, do qual participam o secretário fidedigno e o advogado, privilegia o relato da pessoa que pede o perdão. Até o monarca tem interesse em que a nota dominante seja a do requerente. O notário faz a moldura do documento e introduz na narrativa o rei e o solicitante. Contudo, mesmo sendo produto de uma colaboração, a carta de remissão ainda pode ser analisada nos termos da vida e dos valores da pessoa que quer salvar a própria vida por meio de uma história.

Até agora discorri sobre a época em que se contavam histórias de perdão e estabeleci o contexto histórico de sua composição. Antes de iniciar nossa exploração sistemática das histórias, é preciso questionar o tipo de tempo de que elas lançavam mão. Recorriam a contextos históricos ou acontecimentos além das vidas dos atores envolvidos para fundamentar o ocorrido, para justificar ou dar coerência às ações? A data em que um insulto era proferido ou o fato de uma faca ter sido sacada de repente seriam mais importantes que a precisão jurídica?

Comecemos com a história de um cavalheiro, a petição de 1536 de Charles de Villelume, de uma família nobre de Bourbonnais.[64] Ela percorre muitos anos, passando de uma desventura para outra. Tudo começa em 1518, quando Charles tinha apenas dezoito anos. Ao visitar a casa de um camponês em suas terras, ele fez um gesto lascivo para a esposa deste, e a vasilha de barrela que ela carregava caiu entre os joelhos dele. Ela disse então que preferia ser montada ("chevaulchée") por um frade que o acompanhava. Em seguida, ele conta que um padre procurou sua ajuda para conservar um convento que conquistara e que era então objeto de disputa com outro padre. Sendo um "um jovem cavalheiro desejoso de prestar serviço a todos, e por bom zelo" ("jeune gentilhomme desirant faire service à ung chacun et par bon zelle"), ele contrariou a vontade de um juiz local e tomou o convento, beijou as relíquias, fez com que outros as beijassem, tocou os sinos e discutiu com os moradores que gritavam do lado de fora. Depois, quando se organizaram "assembléias" contra ele, bateu com um bastão no padre concorrente e em alguns vizinhos, para provocar "terror e temor" e com isso dispersá-los. Prestou seu próximo "serviço" para uma confraria de aldeia que celebrava o Pentecostes. Alguns religiosos pediram sua ajuda para pôr fim a uma briga com um senhor e dois padres que tentavam dançar com as mulheres, embora fosse um antigo costume local que elas não dançassem em dia santo. Ao chegar, conta ele, estavam para matar um dos padres, e para evitar o "escândalo" mandou tirar toda a roupa do homem e chicoteá-lo, ajudando os outros a fazê-lo.

O episódio seguinte narra seus esforços para manter uma propriedade que recebeu de um tio, o *prévôt* local, que lhe disse ter direito senhorial sobre as terras devido à *mainmorte* [mão-morta] (quando um locador não livre morre sem deixar herdeiros). Um camponês chamado Le Maignan alegou que a propriedade lhe pertencia e, apoiado por outro senhor, entrou em conflito com o nosso requerente, que passou a esconder o gado, confiscar colheitas e formar grupos de homens equipados com porretes, arcos e arcabuzes. Finalmente, quando o requerente invadiu os silos do tio e dirigiu as carroças de grão até a sua própria casa, foi preso e processado. Como nessas ações, devidas mais à "juventude" ("jeunesse") que à malícia, não havia matado nem mutilado ninguém, o rei concedeu a Charles de Villelume um perdão de Páscoa, com a condição de que pagasse dez libras pelas preces pelos mortos.

Lemos esse texto como se fosse escrito por Cervantes, uma paródia dos romances de cavalaria que deviam freqüentar a lareira de Charles de Villelume.[65] Nele não há nenhuma referência à "crise histórica" dos valores e das funções do cavalheirismo campesino durante o reinado de Francisco I, nem nenhuma reflexão sobre outros conflitos rurais — que fariam qualquer historiador sentir-se tentado a usá-lo como documento ilustrativo num seminário de graduação. Não há nenhuma menção ao fato de, na década de 1520, o Bourbonnais ter passado de ducado feudal a domínio do rei francês, e de as prisões reais de Moulins, onde ele corria o risco de "terminar miseravelmente os seus dias", serem novas na região.[66] A história não é apresentada com a moldura de tempo histórico; o requerente é "um jovem cavalheiro desejoso de prestar serviço a todos" e sobrinho de um nobre, e isso explica tudo.

No entanto, essa maneira de pensar as aventuras e desventuras de uma pessoa não é a única. Nos séculos XIV e XV, quando do

perdão nos casos de participação no levante da Jacquerie,* nas revoltas contra os impostos urbanos e em outros tipos de distúrbios políticos, há uma convergência entre tempo histórico e o tempo da história:

> Em 1º de maio de 1381, quando ocorreu a comoção do povo em nossa boa cidade de Paris, um grande número de pessoas comuns, exaltadas, passou diante da casa do requerente na rue Saint Denis, e devido ao grande ruído e tumulto ele veio até a porta ver o que acontecia e, notando que levavam junto todos que encontravam ao passarem, seguiu com eles ao Paris Halles, onde viu que derrubavam um cadafalso de madeira na placa do Cisne [...] embora de modo algum aderisse a eles, apenas observando.

E a narrativa do tumulto prossegue até que, ao final, o requerente entrega às autoridades um rosário de pérolas que "encontrou" quando a multidão invadiu a igreja de Saint Jacques.[67]

De maneira semelhante, a história de um padre nos dias da Jacquerie, em 1358, começa com a reunião das comunas camponesas na região de Champagne, para as quais todos os *curés* eram traidores, principalmente o requerente, que diziam ter "vendido os sinos de Blacy para os nobres". Ele conta como participou de uma dessas reuniões só por temer pela própria vida, mas os nobres passaram a desconfiar dele e ele não ousa voltar à paróquia.[68] Em 1417, o relato de um camponês de uma aldeia de Île-de-France estabelece uma ligação mais consistente entre os acontecimentos históricos e os da remissão. Afirma que não foi apenas por medo nem por ter sido levado pela multidão que disse o que disse sobre o rei, mas em reação à época perturbada da Guerra dos Cem Anos:

* Levante de camponeses franceses contra os senhores, ocorrido em 1358.

> O requerente sempre foi nosso súdito obediente e um bom lavrador, dedicando-se apenas ao trabalho no campo. Mas devido à guerra dos últimos dez anos [...] foi tão humilhado e prejudicado que perdeu a maior parte de seus meios de vida, seu senso e sua memória. E, por causa do sofrimento, ele muitas vezes disse palavras insultuosas contra nossa pessoa e o governo de nosso reino [...] a saber [...] que "só havia merda em nosso Conselho" e que "o rei está louco".[69]

Durante a primeira metade do século XVI, em certas ocasiões os acontecimentos políticos ou históricos emolduravam uma história de remissão, de maneira a explicá-la ou interpretá-la. É o caso do sire de Saint-Vallier, implicado na traiçoeira aliança contra o rei urdida pelo duque Charles de Bourbon e o imperador. A petição de Saint-Vallier, de 1527, começava com seu inocente convite de casamento ao duque, e logo depois prosseguia com as genuínas ofensas do Bourbon contra Francisco I.[70] Outro contexto histórico, o da história da peste, também transparece no relato de um padre da zona rural de Auvergne. Depois de matar seu sacristão em uma briga causada por uma mortalha contaminada, ele abriu assim sua petição: "No ano passado, 1524, na paróquia de Montaigut, houve grande mortalidade entre os paroquianos".[71] Editos e ordenanças reais também podiam ser o ponto de partida de alguma história. A petição de um sargento começava com o anúncio da proibição real ao porte de armas em Lyon. Por isso o sargento foi levado a agir contra um infeliz artesão que dançava com uma adaga na cintura. A petição de um pescador citava um edito que proibira a entrada de sedas genovesas na França pelo rio Saône. Ele havia denunciado um contrabandista que, por vingança, começara a persegui-lo.[72]

Mas, para cada uma dessas narrativas, existem muitas outras que não usam acontecimentos históricos para conquistar a remissão. As situações históricas são consideradas irrelevantes ao fato, ou são assimiladas à narrativa como um dado que não exige comentário, não como um argumento ordenador central. O relato de Jeanne Hennequin sobre o tumulto em uma aldeia em Vermandois, em 1539, é um exemplo fascinante. Sua história começa com os coletores de impostos e sargentos que invadiram as casas dos camponeses e apreenderam os bens daqueles que trancaram suas portas e se recusaram a pagar. Ela conta que as mulheres se armaram com forcados e panelas, e atiraram lama e excremento em cima deles; sua desculpa para participar da "assembléia" foi que havia tomado os coletores de impostos reais por soldados do rei ("gens de guerre"). Os impostos, novos ou injustos, não fornecem um contexto explicativo; ao contrário, a história de perdão de Jeanne é edificada sobre a asserção de quando e contra quem se podem defender a própria casa e os próprios bens.[73]

De maneira semelhante, hereges podiam ser liquidados na década de 1540 sem que se julgasse necessário discutir os riscos da inovação; era suficiente dizer que a vítima estava impedindo o padre de conduzir a hóstia na procissão de Corpus Christi. Na mesma década, bruxas também podiam ser mortas sem que se explicasse (como numa carta de remissão de um camponês do século XVII, na qual detectamos a intervenção do secretário) que "o campo vive hoje infestado de maldade, de zelosos inimigos da prosperidade da raça humana"; basta ao suplicante chamar a vítima de "sorcière" [bruxa] e descrever a doença que ela provocou.[74]

Se em geral não se recorre à explicação histórica, isso se deve, em parte, às exigências da carta de remissão como instrumento legal. O rei pode entender que alguém tenha medo de soldados que estejam arrombando a porta; caso a explicação se detivesse nas circunstâncias históricas, na questão dos impostos, aproximaria a legítima defesa da resistência premeditada. Não é isso, contudo, o que diferencia a carta de remissão de outras formas de narrativa da mesma época. Anedotas registradas em diários particulares são datadas, mas geralmente não lançam mão de um quadro histórico

explicativo. "Este ano, houve uma maravilhosa aventura", escreveu o fanqueiro Philippe de Vigneulles, de Metz, ao registrar em sua *Chronique* o assassinato de um homem rico por sua esposa e pelo amante desta. Sua obra inédita *Cent nouvelles nouvelles*, de 1505-15 (ele deu a seu manuscrito o mesmo título da conhecida coleção de histórias borgonhesas), cita muitos nomes verdadeiros, ruas e episódios da época, que fornecem o ambiente histórico de cerca de quinze histórias: uma peste, um bloqueio, uma guerra, uma campanha e outros fatos similares. No geral, esses dados acrescentam às histórias um tempero de realidade — "isso aconteceu de fato" —, mais do que razões para a ocorrência dos eventos. Algumas das novas ambientações são usadas apenas para dar nova roupagem ou velhas histórias, retiradas de fontes literárias. Estratégias semelhantes podem ser encontradas nas *nouvelles* inéditas do seleiro Nicolas de Troyes, de 1530.[75] Por sua vez, o *Heptaméron*, de Marguerite de Navarre, está povoado de figuras históricas, como ela própria, mas as questões levantadas por seus desgarrados narradores acerca da intriga são morais e psicológicas, não históricas. Em histórias de famílias e escritos autobiográficos da primeira metade do século, a menos que os autores sejam figuras públicas, o tempo da narrativa no mais das vezes é local e doméstico — até que a irrupção da Reforma em alguma vida mude o seu curso.[76]

No entanto, uma referência temporal de tipo mais amplo desempenha de fato um importante papel nas narrativas de remissão: as datas de festas e rituais. Thomas Manny matou sua lasciva esposa no dia de santa Maria Madalena. Talvez o fato de o amante da mulher vir à casa dela no dia 22 de julho tenha sido apenas coincidência — não temos como saber —, mas para Manny o dia da santa era a data adequada para sua resolução de não morrer por uma puta, nem deixar que ela vivesse. Essa maneira de pensar, por meio de correlações, nutre-se das idéias medievais e renascentistas de correspondência e analogia entre os mundos sobrenatural e

natural, e das crenças ancestrais em dias de boa e má sorte.[77] Mas não se trata exatamente da mesma coisa. O que temos aqui é uma convergência dinâmica entre procedimentos rituais e enredos cerimoniais, de um lado, e fatos da vida particular, de outro, entre o estabelecido pela data sagrada ou sacroprofana e o inesperado e improvisado da experiência. O narrador usa o quadro ritual ou festivo para ajudá-lo a justificar e atribuir sentido ao ocorrido. O santo do dia conduz e julga a ação; a ação expõe alguns dos perigos e dos conflitos latentes à festa.[78]

Assim, um bom número de histórias de remissão começa em festa e termina em sangue, às vezes o sangue de um conhecido do requerente, às vezes de um estranho por trás de uma máscara. Uma dessas histórias, registrada pela pena de um secretário real, começa na casa de outro secretário real: um jovem doutor em leis de Aix dançava com outras "pessoas de qualidade" ("gens de qualité") e acabou por matar um advogado iniciante, que pensou que podia tirar vantagem do Carnaval para julgar as danças "e fazer coisas além do devido".[79] De modo que relatos de homicídios ocorridos em bailes campestres têm início não no próprio baile, mas horas antes de os músicos começarem a tocar as gaitas de foles, na missa matinal em honra do santo que é patrono da aldeia ou de uma capela local. Gradualmente, a unidade dos crentes congregados pela liturgia sucumbe e se transforma em rivalidade de jovens de aldeias diferentes:

> "Em maio último, o requerente dirigiu-se sem outras idéias à localidade de Saint Claire em peregrinação [...] em companhia de outros moradores da aldeia de Rethondes, e era um dos pajens da festa, e levou menestréis para dançar e alegrar aquele dia como de costume [...] E então um homem da aldeia de Berneuil ordenou que os menestréis tocassem um branle [...] e o requerente disse ao homem: 'Não contratei os menestréis para você'".[80]

A irmandade de uma fraternidade rural também podia ser alugada: um vinicultor de Île-de-France contrata atores para um serviço de vésperas em honra de santa Bárbara e depois os leva ao banquete anual, que com a bebida se transforma num jogo da verdade. O irmão pobre (o requerente) diz ao irmão rico que ele devia fazer doações aos pobres, e não exigir deles, e o irmão rico diz ao irmão pobre que ele é um ladrão como o pai. Ao fim do banquete, o rico, que admite que estava errado ("J'ay le tort"), tem uma faca enfiada na barriga, e o pobre concorda em pagar por todos os prejuízos. Depois da morte da vítima, o perdão real permite que a história termine em paz.[81]

Mas meu melhor exemplo é uma história de arquivo multifacetada em muitos estratos, registrada pelo barbeiro Guillaume Caranda, "de apenas uns vinte anos de idade", que em 1530 morava na cidade de Senlis:

> No dia do Santo Sacramento do Altar próximo passado, para honrar a Deus e em recordação e representação da santa Ressurreição, introduziu-se o citado requerente em uma tumba, fazendo e representando a figura de Nosso Senhor, estando ele na tumba, e com ele estavam alguns de seus vizinhos fazendo e representando as figuras de outros personagens diante da tumba de Nosso Senhor Jesus Cristo, local e tumba onde o citado requerente ficou durante o tempo em que a procissão [de Corpus Christi] passou pela rua onde estava.
>
> E conquanto não tenha ele de forma alguma feito ou dito nada errado a um chamado Claude Caure, serralheiro de profissão, morador de nossa cidade de Senlis, nem tido jamais nenhum problema, altercação ou debate, mesmo assim o citado Caure, no citado dia do Santo Sacramento, por volta das nove horas da noite, estando à porta da casa onde morava, quando o citado requerente passou diante dele com alguns de seus vizinhos, indo para os festejos na porta da citada

> cidade de Senlis, chamada Porta de Sainct Rieulle, começou a dizer e perguntar ao citado requerente [...]: "Vejo Deus na terra. Será que o teu membro viril e vergonhoso ficou duro enquanto fazias o papel de Deus?" [o mais provável é que o barbeiro tenha dito: "Ficou de pau duro?", e o secretário tenha substituído "pau" por "membro viril e vergonhoso"]. E proferiu as citadas palavras de forma indecente, arrogante e contrária à honra da cristandade. Às quais o citado requerente respondeu que "o seu não estava nem muito rijo nem muito quente e que ele [Caure] era um capado". Tendo dito essas palavras, o requerente e aqueles em sua companhia seguiram em frente seu caminho [...] até chegarem à Porta de Sainct Rieulle, esperando a hora de deitar e passando o tempo alegremente.
>
> E ao retornarem e passarem o citado requerente e outros de sua companhia diante da porta do citado Caure, mais ou menos meia hora depois, estando aquele ainda perto de sua casa, dirigiu-se de novo ao requerente de modo mais austero e arrogante do que antes, reiterando-lhe as citadas palavras injuriosas e indecentes de irreverência ao Nosso Senhor Jesus Cristo e à solenidade do dia. Palavras às quais o requerente deu resposta semelhante à anterior, passando sempre adiante e indo em direção à sua casa para se deitar. Mas o Caure, que era homem muito nocivo e geralmente sob efeito do vinho, insatisfeito com as citadas palavras, seguiu e foi atrás do requerente e deu dois golpes ou bofetões na cabeça e no rosto, de tal forma que com um dos golpes derrubou no chão o gorro daquele requerente.
>
> Diante disso e para impedir o perigo à sua pessoa [...] o requerente, numa explosão de raiva [...] tirou uma faquinha que tinha o costume de levar consigo e com ela aplicou um golpe no olho esquerdo de Caure, [...] não sabendo o requerente em que ponto. Isso feito, retirou-se o requerente para sua casa, e logo depois foi avi-

sado de que Caure, em razão do citado golpe, por falta de bom cuidado, bom tratamento, ou outra coisa, estava e está morto.

Caso em razão do qual o requerente, temendo o rigor da justiça, ausentou-se das terras de nosso reino [...]

Poucas semanas depois, François I ordena que o meirinho de Senlis estenda seu perdão a Guillaume Caranda.[82]

A cada tumba, ressurreição ou ereção, da morte para a vida e vice-versa, a história de Caranda tece os acontecimentos de uma jornada em um todo interpretativo. Podemos encontrar alguns desses motivos em exemplos literários: no *Decameron*, quando o jovem eremita Rústico sente crescer seu desejo pela bela Alibech, Boccaccio diz que se trata de uma "ressurreição da carne" ("la resurrezion della carne"). No *Tiers livre* de Rabelais, publicado dezesseis anos depois de Caranda ter recebido seu perdão, o autor justapõe o pênis de Panurgo à paixão de Cristo. Panurgo gaba-se do poder da energia dentro de sua braguilha, que fazia com que sua mera entrada na platéia, na representação de um Mistério, tentasse anjos e demônios à fornicação. E Leo Steinberg demonstrou que, do século XIV ao XVI, os artistas por vezes sugeriam a ereção do Cristo morto como um símbolo para o triunfo da ressurreição.[83]

Essa narrativa de arquivo de Senlis pode nos parecer mais estranha que a arte, mas, para os juízes do século XVI que a ouviram e examinaram, a moldura ritual a tornaria mais plausível. Por que não pensar no membro de Cristo no dia de Corpus Christi? E o que pode ser mais natural do que a discussão de dois artesãos-cuteleiros sobre a desconcertante distância entre a humanidade de Jesus e a masculinidade dos homens? A discussão é ainda mais convincente na medida em que é inconclusiva, quando Caranda desmente a especulação de Caure sobre sua suposta ereção enquanto estava com as roupas de Cristo e ao mesmo tempo provoca Caure por não

ter culhões. Além disso, o cenário ritual ajudou a esclarecer, para o narrador culpado e para os juízes que o ouviam, o que deu errado no dia, quando o barbeiro usa sua faca para matar em vez de curar, sendo rompido pelo homicídio o acordo entre o sangue e o corpo de Cristo.

A relação entre o calendário festivo e a estrutura literária recebeu uma excelente análise em *Shakespeare's festive comedy*, de C. L. Barber, em *Rabelais*, de Bakhtin, e em outras obras importantes.[84] Na verdade, essa estrutura do pensar e do narrar era generalizada. Brigas entre grupos de católicos e protestantes irrompiam com freqüência por ocasião de um ritual religioso, quando o sacrifício da missa ou a mensagem dos Salmos provocava e legitimava a violência — ou pelo menos era assim que os tumultos eram apresentados nos relatos apologéticos posteriores: as arestas eram aparadas e os acontecimentos imprevistos eram organizados em torno das linhas mestras do ritual, de modo que a violência desse continuidade ao rito ou expusesse sua falsidade.[85] As narrativas de remissão vinculadas a um dia festivo geralmente atribuíam o mesmo sentido à violência individual, como acabamos de ver, embora as lições morais permanecessem implícitas, ou submetidas à lição maior da misericórdia do rei.

Da mesma forma, em diários particulares, quando a desordem ou a violência inesperada eram descritas em um ambiente festivo, o resultado recebia especial atenção. Em 1556, um decorador de Lyon descreveu os deslumbrantes jogos e mascaradas que os italianos ricos haviam apresentado à elite local para os folguedos de Carnaval. Nesse ano, as festas haviam se iniciado um tanto cedo, em 21 de janeiro, com uma batalha de laranjas realizada na própria Praça Bancária. "E, como as laranjas estavam no chão, alguns *gaignedeniers* [trabalhadores pobres] quiseram pegá-las, e um dos jogadores, a cavalo, correu para derrubar um trabalhador, e seu cavalo deu um coice e abriu a cabeça do *gaignedenier* e seu cérebro

espalhou-se pelo chão [...] e dois ou três outros foram gravemente feridos."[86]

Ora, essa é uma situação clássica em que se podia requerer (o que de fato acontecia) uma carta de remissão, que era concedida por homicídio não intencional durante um jogo. Mas nosso decorador não era um solicitante, e assim nem o rei nem o chanceler o escutavam; portanto, o diário continua: "Foi uma grande maldade e loucura, visto o local onde aconteceu [...] e que os oficiais de justiça lá estavam [entre os jogadores]; o resultado foi um mau exemplo para a populaça pobre, um escândalo para eles e para a justiça".[87]

Havia muito a *fête* era usada na França para aprofundar e dar complexidade ao significado dos acontecimentos.[88] No entanto, o contexto histórico sempre foi opcional, e as mudanças religiosas, assim como as Guerras de Religião, fizeram com que ele fosse privilegiado com maior freqüência nas cartas de remissão das décadas de 1560 e 1570, da mesma forma como em períodos anteriores de revolta. Seria de esperar que os calvinistas, com sua transformação do tempo litúrgico e sua redução de dias santos, preferissem os ambientes históricos aos rituais, sempre que possível; mas não há provas suficientes para avaliar essa hipótese.[89] Como prática oportunista, "o dia" certamente oferecia boas desculpas para o homicídio e para outros comportamentos condenáveis. Uma sátira de 1582 apresenta um juiz que, entre seus muitos atos reprováveis, aceitava propinas de um cavalheiro "para fazer passar um assassinato premeditado ['un assassinat'] usando as cores da confusão [...] para adornar sua remissão".[90] Sem pressupor a mesma dissimulação, encontramos um comerciante de Lyon a insistir na "confusão" como contexto do assassinato de um soldado protestante na mesa de jantar, e um senhor de Languedoc que lança mão desse quadro para explicar o assassinato de um antigo inquilino que havia importunado seus pais e queimado seu *château*. O dever civil "devido ao momento" emoldurava ainda outros pedidos; por

exemplo, em 1567 um comerciante de Beauvais apunhalou um companheiro agitador depois de alertá-lo de que, "dada a necessidade do momento, todos deviam se acomodar e conviver amigavelmente".[91]

Os dois exemplos mais interessantes de uso do enquadramento temporal na década de 1560, porém, combinam as modalidades festiva e histórica. São os casos de dois funcionários, um protestante, o outro católico. *Maître* Pierre Prugno servia como advogado à rainha de Navarre em sua corte menor de Armagnac, em Novaro. Seu pedido, de 1567, começa no Carnaval, com a realização de um baile de travestis em desobediência aos decretos do Parlamento de Toulouse. O líder era *maître* Jean de La Fargue, regedor do Colégio de Novaro que, sob o festivo título de capitão Pellebourse (*Shovelpurse* [Raspa-bolsa]), ordenou que os habitantes ficassem longe das ruas enquanto ele e sua tropa marchavam e dançavam. A carta de remissão de Prugno segue o grupo pela cidade, as mulheres mascaradas e vestidas como homens, os homens armados, mascarados e vestidos de mulheres, batendo e ferindo os que ousavam cruzar seu caminho. Prugno fornece detalhes de seus esforços nesse dia e nas quatro semanas seguintes para prender La Fargue ou fazer com que se rendesse; mas isso foi impossível, pois Pellebourse, cercado por estudantes armados, fez a sua justiça carnavalesca, dizendo que "ia usar a cabeça do juiz como bola e fazer nove pinos de seus pés" e esbofeteando o advogado no rosto.

Em 22 de março, há uma reversão do movimento da história, e o requerente, junto com sargentos e moradores especialmente recrutados, perseguem La Fargue pela cidade para torná-lo "obeissant à Justice" [obediente à Justiça]. Finalmente o encurralam em uma casa, da qual continuou a gritar sua própria justiça: "Canalhas, covardes... Não vou me entregar a vocês, nem ao rei, nem à rainha, nem a nenhum homem de Armagnac". Então, foi a

vez do advogado: "Matem, matem, peguem-no, vivo ou morto", e quando subia uma escada em direção à casa, alguém atirou em Pellebourse e atingiu-o na barriga. No dia seguinte, quando o requerente veio recolher o corpo, foi erroneamente preso sem ordem judicial, mas, como possuísse as chaves da prisão, abriu a porta e fugiu. Prugno então pede perdão, pois fez o que fez no cumprimento do dever. O perdão foi-lhe concedido, contanto que permanecesse longe da *sénéchaussée* de Toulouse durante dois anos.[92]

A petição de Prugno abre com um tempo festivo que é suplantado pelo tempo do Estado. Uma segunda petição, a de Bertrand Pulveret, capitão do *château* real de Pierre Scize, em Lyon, inicia-se com um tempo do Estado, mas oscila entre este e um quadro festivo. Em 18 de julho de 1568, por ordem do governador, Pulveret prendeu dois homens que haviam sido convidados para jantar no castelo, os capitães Latour e Lacombe, que "não queriam obedecer a nenhum comando" e dos quais esperava resistência. As horas posteriores à prisão fornecem a Pulveret indícios que fazem aumentar suas suspeitas: grupos de soldados do lado de fora, rumores de que o irmão de Latour ia tirá-lo da prisão antes do anoitecer, Latour a gabar-se dos homens de que dispunha para "pôr ordem na situação". Como eram "*personages* a ser tratados honradamente", Pulveret chamou-os para jantar com ele, mas sua inquietação com os convidados aumentou à medida que um advertia o outro a não beber tanto, e os dois pareciam demorar-se na refeição. Quando foram escoltados de volta a seus quartos, o dono da casa ouviu um grande ruído lá fora e soube que haveria um levante na cidade. Temendo que uma conspiração tomasse o castelo, permitiu que seus soldados matassem Latour e Lacombe enquanto dormiam. Pulveret acrescenta que toda Lyon se rejubilou com a morte desses dois homens, que iam entregar a cidade aos inimigos do rei, mas mesmo assim deseja o perdão real. Carlos IX não apenas concede o

perdão, como acrescenta que seu conselho secreto considerou a atitude "bem tomada [...] para o bem público".[93]

Os leitores devem ter notado que, ao apelar à sua época, nem Prugno nem Pulveret fazem referências precisas à própria religião ou à de suas vítimas. Ouvintes e leitores do século XVI completariam facilmente estes dados: os oficiais da rainha huguenote de Navarre, assim como os capitães conspiradores, eram protestantes; os foliões carnavalescos eram católicos, assim como o capitão do forte do rei. Tais lapsos sugerem o quanto existe nas histórias de remissão que não se consegue perceber numa primeira leitura. Elas têm de ser relidas e mais uma vez questionadas para revelar suas estratégias literárias, os pressupostos em que repousam e sua relação com o poder real. O lavrador Manny, Sire Charles de Villelume e o barbeiro Caranda conseguiram a tempo seu perdão, mas o dito e o não-dito de suas histórias também serviram a outras tramas bem diferentes.

2. A raiva e a legítima defesa

O mundo das cartas de remissão é um mundo de raiva, um mundo do inesperado. Um mundo onde o rei, não o Senhor, é quem perdoa, e, embora o príncipe seja um servo de Deus, as fontes da ação nem sempre eram interpretadas de maneira estritamente cristã. As ações repentinas de um requerente nunca eram obra da providência ou de pecados que ele cometera, mas eram sempre errôneas, não merecidas ou acidentais. E os estados de espírito atribuídos a si mesmo por aquele que busca o perdão podiam ser avaliados de formas diferentes pelo funcionário da chancelaria e pelo confessor.

Tanto pela lei divina como pela lei civil, proteger a própria vida ou a de um vizinho constituía uma exceção legítima ao mandamento divino de não matar, embora a lei canônica recomendasse a fuga quando possível. Os pregadores citavam também o Deuteronômio, 19, em que Deus ordenava que se desse asilo "àquele que por engano ferir o seu próximo, a quem não odiava antes".[1] No entanto, segundo os ensinamentos católicos a ira, quer fosse gradual ou

repentina, era um dos Sete Pecados Capitais, e a vingança e o homicídio eram seus frutos característicos. Para Calvino, "por mais que seja a mão que comete o homicídio, é o coração que o concebe quando está manchado por ira e ódio".[2] A "chaude colle", a súbita explosão de raiva, que nas circunstâncias corretas podia permitir que o rei *desculpasse* uma morte — isto é, podia torná-la remissível —, no quadro religioso era um pecado que tinha de ser perdoado. O mesmo acontecia com a embriaguez, usada às vezes para determinar o caráter não premeditado de um crime: ela é uma variante da gula. (Os requerentes tentavam abrandar sua responsabilidade com a expressão "surprins de vin", "sob efeito do vinho".)[3] Nas cartas de remissão do século XVI, os que buscam perdão não dizem que estão "arrependidos", embora possam se sentir "muito pesarosos e injuriados" ("fort marry et desplaisant") ou "cheios de remorso".[4]

O fato de não ser julgado por padrões cristãos estritos permitia ao requerente certa liberdade em sua caracterização, ainda que com uma amplitude menor que no *Decameron* ou no *Heptaméron*, de Marguerite de Navarre. Esperava-se que ele fosse de "boa reputação e honesta conversação", mas ninguém tinha de ser santo. (Um jovem camponês de Berry comparou-se a são Jorge ao defender seus companheiros contra um ataque de espada no Ano-Novo, mas esse tipo de referência é raro.)[5] Ninguém dizia, tampouco, que havia sido tentado pelo Inimigo, como em certos pedidos de remissão do século XV; o diabo podia ser mencionado no dia-a-dia, mas nas histórias dos pedidos formais de desculpa dos cem anos seguintes era evidentemente uma presença perigosa, ou pelo menos improvável.[6] Embora a expressão "chaude colle", literalmente, "bílis quente" (em oposição a "sang froid", sangue-frio), tivesse origem na linguagem dos humores,[7] nenhum requerente atribuiria a si mesmo um temperamento colérico, pois isso sugeriria que ele teria dado início à violência. (Em meados do século, alguns pedidos usam formas mais simples para "encolerizado" — "grosse collere"

[grande cólera], "en collere estant ainsi emu" [estando assim tomado de cólera].) Às vezes a vítima podia ser retratada como um tipo irascível — "um homem provocador, de maus hábitos e com má reputação" —, mas tal imagem não podia ser invocada quando o requerente havia sido um companheiro habitual da vítima ou quando outros testemunhos independentes não a qualificassem como colérica.[8]

As narrativas de remissão tinham a tendência, portanto, de "demonstrar" mais do que de simplesmente "dizer" como eram os atores e o que estavam sentindo. Ou, para usar a expressão de Gérard Genette, sua maior engenhosidade era criar "a ilusão da mimese": recriar para os leitores e ouvintes uma situação em que, de modo justificado e compreensível, o requerente de repente se inflamava e se enfurecia, chegando a temer pela própria vida; uma situação em que supostamente tudo ficava às claras (sem nenhuma *subreption* [sub-repção], como diria o juiz), nada permanecia encoberto.[9] Isoladamente, nem mesmo o argumento de insanidade bastava; era necessária uma história, como a do sapateiro parisiense que, "fora de si e de seus sentidos", havia comido e bebido demais, na companhia de um padre, e depois tinha ficado enfurecido com um sargento, que deveria saber se comportar.[10] Quando um solicitante alegou tratar-se de acidente — tinha atirado num pombo de dentro de um barco no Saône e por acaso atingiu um açougueiro —, sua história não precisava mencionar a "chaude colle", mas ainda era preciso que a narrativa fornecesse indícios de inocência e arrependimento, como a missa no dia da Ascensão, um jantar na ilha e alegres brincadeiras no rio.[11]

Não é de surpreender que no século XVI essas histórias de ira possam variar com os estratos sociais, principalmente quando envolvem homens: certos temas e certas suposições sobre o comportamento parecem se concentrar em determinados tipos sociais. Embora as histórias de camponeses não fossem iguais, decerto

pode-se distinguir um camponês de um cavalheiro, e as histórias de artesãos são sempre diferentes de ambas.

Uma história de camponês característica gira em torno de um jovem solteiro e de um casamento. O requerente, um parente da noiva ou do noivo, toma uma moça pela mão e manda o menestrel tocar. Começa o baile. Surge um estranho que não havia sido convidado para a festa, talvez de outra aldeia, pega outra moça pela mão e tenta tomar o lugar do solicitante. O intruso aproxima-se do requerente e o esbofeteia, derrubando seu chapéu, e talvez puxando-o pelos cabelos. O requerente, *ému* (exaltado), *outragé* (profundamente ofendido, afrontado), puxa uma faca e o mata.[12] Essas bodas de sangue são narradas de maneira simples e direta; condensam a rivalidade dos pretendentes e os componentes daquilo que podemos chamar de honra masculina camponesa, que os camponeses referiam por meio de chapéus e cabelos. Na verdade, o chapéu, que os homens das classes mais baixas tiravam diante de senhores, juízes e outros notáveis, parece ter se tornado importante símbolo pessoal para eles, tanto camponeses como artesãos. (Lembremos o barbeiro Caranda: o cuteleiro "derrubou no chão o gorro".) Trocados, exigidos, roubados, e principalmente derrubados, os chapéus são causa de confusão nas histórias de remissão.[13]

Um segundo tipo de história de camponês tem como centro as heranças; não trata de forasteiros, mas de pessoas que se conhecem, de ressentimentos reprimidos que afloram repentinamente na forma de raiva. A história de Antoine Simon, um vinicultor de Île-de-France, começa com a celebração de seu segundo noivado na sede da fazenda da família de sua futura esposa. Durante o banquete, ele ouve sua irmã e o cunhado discutirem se Simon não teria se apossado da parte do patrimônio que cabia a eles, e embora Simon tente fazer com que se calem, dizendo não lhes ter feito nenhum mal, dois sobrinhos o acusam abertamente de fraude e o esbofeteiam diante dos convidados. A família da irmã segue, então,

até a casa do requerente, e os sobrinhos a invadem: "Desta vez, vamos mostrar para o tio". Simon chega com os futuros parentes e, "numa explosão de raiva", atinge um dos intrusos com uma pequena colher de pedreiro. Os sobrinhos pedem misericórdia, a irmã implora para que fiquem dentro de casa, mas em vez disso eles voltam e sorrateiramente atacam o requerente. Segue-se uma luta, um dos sobrinhos perde a mão, o outro acaba perdendo a vida.[14] Outras disputas de herança têm detalhes diferentes[15] — às vezes é o pretendente e não o herdeiro legítimo quem sobrevive —, mas em todas a crônica gira em torno de acontecimentos vitais, e todas repousam no pressuposto, aceito em todos os estágios da composição da carta de remissão, de que o legítimo direito do camponês sobre uma parte da propriedade familiar é suficientemente importante para despertar ódios mortais.

Uma história de cavalheiro pode ser mais prolixa, conter mais de um episódio, ainda que nem todas cheguem a dezoito anos inteiros, como as desventuras de Sire de Villelume. Nessas histórias, o requerente aparece defendendo seus direitos de senhor e sua honra de cavalheiro. Por exemplo, um jovem senhor de Berry repreende um sargento por importunar seu meeiro pelo não-pagamento de impostos e, também, por exigir o resgate de todo o campo; quando o sargento o chama de "ung mauvais garçon" (não só "mau menino", mas "malandro"), o requerente, "exaltado" ("ému"), lembra que é "um cavalheiro de 35 ou 36 anos que serve no exército do rei, casado com uma mulher de boa família", e começa uma briga. Acaba por matar não o sargento, mas a filha grávida deste. Na cena seguinte, o cavalheiro tenta receber o aluguel atrasado de um homem que diz não ser locatário, "mas um cavalheiro como ele". O jovem cavalheiro diz ao segundo que, se não fosse dia santo, faria com que "engolisse suas palavras". Diante disso, o locatário, junto com vários "mauvais garçons", ataca o requerente, que acaba por atingir o adversário com a espada. Por fim, ocorre um confronto a

cavalo com uma pessoa que antes espancou os criados do jovem cavalheiro. O solicitante (é isto o que ele diz) bate em seu próprio criado por ter atingido o inimigo antes dele, terminando por feri-lo gravemente. O jovem cavalheiro Barton entrou em acordo com a família da mulher depois do primeiro caso, mas depois do terceiro acabou preso. Seus criados arrombaram a porta da prisão, ele fugiu, e, no inverno de 1535, pede perdão.[16]

Mais uma vez resisto à tentação do historiador que destaca nesses episódios a situação social mista da nobreza rural na primeira metade do século XVI — que ao mesmo tempo protege e pressiona seus locatários, resiste aos funcionários reais e serve ao rei. Quero enfatizar aqui apenas a questão cultural: para um cavalheiro, contar ao rei Francisco I essa humilhante história de assassinato desonroso era uma vergonha, um "tres grant desplaisir" [enorme desprazer]. Três anos depois, o relato de um duelo judicial entre dois cavalheiros da mesma província de Berry, motivado por questões de honra, seria bem diferente. O duelo foi o desenlace de um longo desentendimento que teve origem quando um deles acusou o outro de mentiroso, e seguiu um elaborado ritual encenado diante dos olhos do próprio rei, que finalmente decidiu serem ambos tão valentes que não haveria vencedor nem vencido.[17]

Por outro lado, uma história de remissão era necessária caso se quisesse apresentar como não premeditado um ataque inesperado ou uma súbita briga entre não-iguais ou entre cavalheiros.* Ela podia tratar de casos de humilhação, como o de um jovem cavalheiro da Picardia que foi insultado por um "simples trabalhador" de espada em punho, quando ia comprar porcos em uma feira de Saint Nicolas; o cavalheiro, que tinha a sua espada pronta, "como

* Ver a nota sobre a evolução do status legal do duelo na segunda metade do século XVI (p.86).

costumam ter os cavalheiros", atingiu a barriga do camponês.[18] Outras narravam casos de monta, como quando um senhor de Anjou, ao jantar com seu *curé* e outros padres na festa da Anunciação de 1547, acabou por matar um intruso que negava a necessidade de jejuar na Quaresma. Embora tratasse de questões de honra pessoal — quem conhecia melhor os hábitos alimentares da Corte? o intruso era, como o *seigneur*, um "homme de bien"? —, tal querela tocava na questão mais ampla da honra da Igreja e do significado de ser um bom cristão.[19]

Com as histórias de artesãos e comerciantes, entramos no reino do trabalho, do pagamento, do roubo e da dívida. Um padeiro de Crépy-en-Valois despede o aprendiz porque ele pegou três moedas — "Ladrão, não quero criado assim" —, e fica irritado quando o aprendiz se recusa a ir embora sem suas roupas e afirma não ter roubado nada. Um jovem fabricante de tapetes de Châtelleraut ralha com seu operário por vagabundear e perder os prazos de entrega, e fica furioso quando o trabalhador sai para a rua e grita que ele é "um luterano, um luterano mau".[20]

São especialmente interessantes as histórias de pagamento, que põem em xeque a afirmação de Panurgo no *Tiers livre*, de Rabelais, para quem os credores sempre desejam longa vida a seus devedores.[21] Um carpinteiro de Touraine conta que, em 1545, foi até um *seigneur* e pediu "graciosamente" para ser pago pelo trabalho que por muito tempo realizara na casa dele, pois precisava do dinheiro para sustentar esposa e filhos. O senhor recusou-se a pagar a soma combinada — ofereceu a ele sucata no valor de doze soldos e disse que isso bastava — e, depois de perseguir o requerente, golpeou-lhe na cabeça. "Tratado atrozmente, sem nenhuma razão, por pedir o que lhe era devido por seu trabalho", o carpinteiro atingiu o senhor com a adaga que usava em seu ofício, ferindo-o mortalmente. Ao conceder o perdão, o rei parece ter admitido que o trabalhador valia seu preço.[22]

Enquanto isso, para um jovem cirurgião da cidade de La Charité-sur-Loire, sua vítima era responsável não só pelo que lhe devia, mas por ter morrido em conseqüência de uma ferida.[23] Ele havia ido ao campo para receber de um aldeão o pagamento por ter curado seu filho. Atacado pelo pai, o cirurgião se defendeu, e o devedor acabou morrendo um mês depois. O cirurgião explicou que a vítima morrera "por falta de bons cuidados, medicação e dieta" — seguindo nesse ponto uma fórmula notarial usada nas cartas de remissão do século XVI para fortalecer o caso do requerente —, mas acrescentou, indignado: "E porque se tratou com um barbeiro de aldeia sem nenhuma experiência, com quem barganhou e pagou apenas cinqüenta soldos".*

Finalmente, as histórias de comerciantes se passam não nas oficinas, mas nas tavernas, onde vem à tona o senso de honra do

* Algumas fórmulas — "par faulte de bon appareil, gouvernement ou aultrement" [por falta de atendimento, cuidados e outras coisas], "par faulte de bon gouvernement, medicaments ou aultrement" [por falta de bons cuidados, medicamentos e outras coisas] — são usadas nas cartas de remissão do século XVI toda vez que a vítima não morreu na hora ou logo depois. De vez em quando, as cartas vão além das fórmulas, como nesse exemplo do cirurgião: um jovem aldeão lionês afirmou que o açougueiro que matou estava se banqueteando e bebendo com os companheiros onze dias depois de ter morrido (ADR, BP441, sentença de 15 de junho de 1551); um advogado de Aix disse que o subalterno que ele matara com um único golpe de espada não havia se dado ao trabalho de cuidar-se nem obedecera aos médicos, mas "queria obstinadamente viver a seu bel-prazer", morrendo sete meses depois (AN, JJ262, 196^{r}-197^{v}). Essas descrições detalhadas (comidas consumidas e atividades sexuais da pessoa ferida etc.) parecem desempenhar um papel mais importante nas cartas de remissão do século XIV (Jules Viard [ed.], *Documents parisiens du règne de Philippe VI de Valois [1328-1350] extraits des registres de la Chancellerie de France*, 2 vols. [Paris, 1900], vol. 2, nº 291, nº 380, nº 395). As narrativas de remissão do século XVI concentram-se em desculpar a atitude do requerente; as do século XIV atenuam a responsabilidade do requerente, sugerindo que muito pode acontecer entre o ferimento e a morte.

artesão. Em Lyon, um refinador de metais diz que seu sangue começou a ferver quando outro metalúrgico, embriagado, teimosamente manteve sua opinião sobre o peso de uma coroa de ouro.[24] Um açougueiro de Paris relata que por dinheiro disputou uma partida de tênis com outros companheiros de trabalho e depois, enquanto jantavam, propôs que ele, junto com os demais vencedores, pagasse a conta. Um dos perdedores, praguejando, levantou-se e disse que, pelo "corpo de Deus [...] ele não queria dever nada aos vencedores", e nisso pratos começaram a voar.[25] Farfannchy, um mensageiro de Lyon, conta que, em 1549, participou de uma agradável reunião em que todos bebiam para celebrar a nomeação de um companheiro para uma viagem à Itália. No entanto, quando o grupo deixou a taverna, um mensageiro chamado Laffaney, com inveja do homem que conseguira o cargo, começou a perturbá-lo, "dizendo que não iria desempenhá-lo bem". "Irritado, o requerente disse a Laffaney: 'Você não é capaz sequer de levar um pacote até Pisa'. Começaram a discutir e a se desentender, até que se desmentiram um ao outro ["jusques à desmentyr l'ung l'autre"], e o requerente deu uma bofetada em Laffaney."[26]

Talvez tenha sido o secretário real quem introduziu o verbo *démentir*, de grande importância no universo do duelo de cavalheiros;[27] talvez a palavra simplesmente fizesse parte do vocabulário de mensageiros internacionais. Em todo caso, essas narrativas mostram que os artesãos espontaneamente exibiam ao notário, ao rei e ao juiz um forte senso de orgulho, e que notário, rei e juiz reconheciam como perdoável que eles se zangassem quando ofendidos.

É importante deixar claro aqui que essas histórias, ligadas à posição social de seus narradores, de forma alguma dão conta de todos os pedidos de remissão feitos por camponeses, artesãos e cavalheiros, e que esses motivos não se limitam estritamente a um nicho social. Um hóspede não convidado podia perturbar o baile de casamento tanto de um artesão como de um camponês, de

modo que um advogado da Gasconha acabou matando um homem apenas porque ele tentava incluir seu nome na lista de convidados.[28] Um camponês podia se irritar quando alguém cobrava uma dívida, sobretudo quando se julgava merecedor de um presente; um desentendimento sobre um empréstimo entre um *seigneur* e outro podia se transformar em homicídio, principalmente quando o *seigneur* pensava que seria considerado "pusilânime" se não atacasse o homem que o insultara.[29] Disputas por herança ou adultério ocorriam em qualquer estrato social, e novidades como o protestantismo podiam fazer surgir relatos individuais que rompiam com as tipologias mais antigas — como a história do jardineiro da Picardia que matou um padre não num baile rural, mas numa taverna, após discutirem a existência de um só Deus ou três.[30]

No entanto, dentro do conjunto das narrativas de remissão, algumas dependem a tal ponto da consciência que o requerente tem de sua condição que não se trata apenas de um artifício do século XX chamá-las de "histórias de camponês", "histórias de cavalheiros" ou "histórias de barbeiros". Os títulos que Chaucer dava a suas narrativas variavam de acordo com a profissão do protagonista (a "História do moleiro", a "História do cavaleiro", a "História do comerciante", e assim por diante), o que já foi bem descrito como uma transformação e concretização da antiga sátira de costumes.[31] Philippe de Vigneulles distinguia suas *Nouvelles* oferecendo observações detalhadas da classe social dos atores; especialistas em literatura relacionam esse fato a um "novo realismo", valorizado tanto por autores como por leitores do começo do século XVI.[32] Poucas décadas depois, o advogado Noël du Fail tentou evocar o universo camponês em *Propos rustiques* (literalmente, "Questões rústicas"), e Bonaventure des Periers, em *Joyeux devis* (literalmente, "Conversas alegres"), buscou adequar a maneira de falar de seus personagens à condição social de cada um.[33] Que implicações essas histórias e as cartas de remissão trazem umas para as outras? Por um

lado, elas atestam a difusão do hábito de contar histórias, em que os costumes dão coerência à ação. Por outro, demonstram que tais narrativas não se originam necessariamente em intenções satíricas, cômicas ou etnográficas. Para salvar a própria vida, para safar-se, as pessoas podiam lançar mão das mesmas interpretações, intrínsecas ao estrato a que pertenciam.

Analisemos com mais vagar a estrutura narrativa de uma história de remissão. Algumas delas — a minoria — têm início com um desentendimento ou conflito pessoal. "Há cerca de um ano, o irmão do requerente casou-se com [...] a enteada de Jacques Menguet, de Montmartre [...] que havia anteriormente recusado a mão em casamento a um homem chamado Galan [...] No dia do casamento, o primo de Galan e [...] outro parente chegaram armados com espadas e adagas e [...] tentaram levar a moça à força e, não conseguindo, tocaram fogo na casa, e foram queimadas as alianças e diversas outras jóias."[34] O desejo de vingança do pretendente rejeitado, um camponês, está na base de um previsível conflito com o requerente. Seja qual for o mérito literário desse começo — e muitas grandes histórias têm início com uma disputa —, ele contém uma clara desvantagem para alguém em busca de perdão, ao sugerir que o solicitante não foi tomado de surpresa nem dominado por uma raiva súbita ao matar sua vítima; com isso, a alegação de homicídio não premeditado é prejudicada. Um camponês da Gasconha menciona no início de sua narrativa o ressentimento da vítima contra ele e seu pai (o homem que matou havia se casado sem consentimento com a prima do requerente, e ela teve negada sua parte do patrimônio), o "ódio mortal" de sua vítima, os casos judiciais anteriores e as violentas ameaças que esta fizera. Por isso, quando ambos se encontram perto da cocheira, depois das dez da noite, o leitor se questiona — apesar de todos os detalhes que sugerem tratar-se de simples coincidência — se na verdade eles não teriam marcado um duelo.[35]

No início de muitas outras narrativas de remissão o requerente está cumprindo suas tarefas diárias ou se divertindo de maneira pacífica; a história caminha para seu clímax, quando o resultado trágico ou sangrento é inevitável: um insulto ("Você vendeu seu sangue, agora vai ter de comê-lo e bebê-lo", disse um camponês de Béarnais a um amigo quando estavam numa estrada no meio da floresta, depois de passarem um feriado bebendo);[36] um desentendimento súbito, motivado por dinheiro (sobre a parte de alguém numa conta, ou numa herança); uma revelação inesperada ("ele foi até o andar de cima e encontrou [o parisiense] sobre sua mulher"),[37] e assim por diante. A história chega ao final mais ou menos depressa, às vezes depois da intercessão de testemunhas ou, em raras ocasiões, depois do apelo da vítima ("Tio, peço piedade"); no mais das vezes, o requerente tenta fazer as pazes ("Mon amy, je ne vous demande rien" — "Meu amigo, não lhe peço nada", fórmula de pacificação que no século XVI era usada mesmo para alguém que não se conhecia, mais ou menos como hoje se diz: "Deixa disso, amigo, não quero confusão").[38] Mas, evidentemente, a confusão segue seu rumo, e na última cena há o movimento de fuga ou perseguição, em meio a armas e golpes.

Quando bem compreendido, esse formato permitia que o solicitante atingisse diversos objetivos importantes para a obtenção do perdão. Primeiro, a inocência, a não-intencionalidade ou a legitimidade das ações brotavam dos próprios acontecimentos, das palavras trocadas, das imagens e dos objetos utilizados. Aquilo que para Roland Barthes constituía o motor principal da narrativa — "a confusão entre consecução e conseqüência" — é tudo o que o solicitante precisa.[39] Tais recursos podiam também servir para compensar os lapsos embaraçosos ou os silêncios de uma história. Um jovem pedreiro parisiense, por exemplo, conta que, a pedido

de um amigo, foi buscar ervas medicinais com sua velha mãe e, ao chegar, ela estava sendo espancada por um estranho. Descreve a multidão reunida na frente da casa, os gritos ("Olhem, o filho dela") e os vários ferimentos que ela havia sofrido, e isso o dispensa de explicar que sua mãe era uma conhecida curandeira e feiticeira, e que o agressor misterioso tentava forçá-la a desfazer um encantamento.[40] Pelo menos ele conseguiu que a história passasse despercebida pelo escritório do chanceler, ainda que não tenha conseguido o mesmo diante do juiz investigador.

Além disso, o formato permitia que o requerente contasse uma história que fosse verdadeira o bastante para que ao menos algumas pessoas a corroborassem durante o inquérito judicial, e, como muitas vezes não havia testemunhas, que fosse suficientemente verossímil para que acreditassem nela. A menção a pessoas, lugares, movimentos e gestos precisos visava, em parte, produzir testemunhas de apoio, mas também atribuía concretude e credibilidade à história, aquilo que Barthes chamaria de "efeito de realidade", detalhes que garantem que o fato realmente aconteceu.[41] Às vezes era possível obter uma carta especial do rei, ordenando que os juízes aceitassem a verdade do relato de remissão com base apenas no juramento do requerente, uma vez que não havia testemunha viva do homicídio.[42] O mais importante era uma história persuasiva, capaz de efetivamente ajudar.

Eis um exemplo datado de 1547, de Jean Faurier, notário de um vilarejo e juiz senhorial na Gasconha. Ele começa o relato do homicídio narrando suas andanças pelas aldeias onde todas as quartas trabalhava ou recebia documentos, e acrescenta que levava a espada consigo porque tinha de passar a pé "pelos campos". Então, a caminho de Mirande, onde morava,

> na estrada atrás de Monclar, parou para mijar num fosso na encruzilhada, e enquanto estava com a braguilha toda aberta, surgiu Me

> Jean Espes, o farmacêutico, a cavalo, e ameaçou matá-lo, como já havia feito muitas vezes antes, enraivecido por causa de uma denúncia de fraude que o suplicante fizera contra seu irmão. Espes atiçou o cavalo para cima dele com a espada nua ["espée nue"] enquanto ele mijava [quase um trocadilho com o nome do farmacêutico, que dificilmente passaria despercebido ao leitor do século XVI] e de repente desferiu um golpe que atingiu a mão direita do requerente, fazendo-a sangrar abundantemente. O requerente, que nada havia pensado de mal e não podia fugir, tomou a própria espada e, defendendo-se, desferiu um golpe no corpo do farmacêutico [...] do qual ele morreu pouco tempo depois.[43]

Em sua história, Faurier indicou testemunhas de sua irrepreensível conduta naquela quarta-feira; fez com que, quando parou para urinar, o ressentimento do farmacêutico fosse um mero aparte; e, com base naquele fato que ninguém havia observado, criou uma imagem tão capaz de conseguir-lhe o perdão quanto o afogamento na urina com que Pantagruel havia se livrado dos Dipsodes fora capaz de lhe garantir a vitória.[44]

Meu segundo exemplo é a história de Louis Paisant, um açougueiro de Paris de 36 anos de idade, responsável por esposa e três filhos pequenos. Veja como o exercício de sua inocente profissão logo resvala para a oportunidade do homicídio. No início de seu relato, ele conta que, em um domingo de novembro de 1525, se dirigia à missa semanal encomendada pelos açougueiros do cemitério de Saint Jean. De volta ao açougue, no cemitério, põe-se a destrinçar a carcaça de seis bois para diversos senhores e seus criados, cujos nomes explicita. Depois, ao meio-dia, junto com outros trabalhadores vai almoçar e beber numa taverna com a imagem de Nossa Senhora, onde paga sua conta e a de um de seus amigos. Vai então para o matadouro, de onde despacha mais carne para o açou-

gue, parando em seguida para beber com dois colegas, e termina o dia de trabalho no abatedouro, às quatro da tarde.

Retorna à taverna com Philippe Boniface, Jean Geoffroy e outros que trabalhavam em seu estabelecimento, onde os açougueiros jantam e pacificamente pagam suas contas, e cinco ou seis deles começam a jogar dados, até que Boniface perde todo seu dinheiro. Louis oferece-lhe cinco soldos, como parte de "uns dinheiros que tinham em conjunto", mas Boniface, "que já matara e eliminara dois ou três homens, como se dizia" (só agora ficamos sabendo disso), começa a xingar e insiste para que Paisant lhe entregue seu casaco. Louis afirma que não pode, pois o dera como garantia de um empréstimo. Os dois trocam ofensas e um acusa o outro de mentiroso; Boniface pede a faca de um dos outros açougueiros. Diante disso, temendo que Boniface, rápido no ataque, pudesse matá-lo, o solicitante "tirou repentinamente da bainha uma das facas que costumava levar na cintura por causa de seu trabalho, e com ela num impulso de cólera esfaqueou o citado Boniface", que morreu por causa do ferimento. Preso, Louis é perdoado algumas semanas depois, com a condição de pagar sessenta soldos em orações pela alma de Boniface.[45]

Em algumas histórias de remissão a coerência e o sentido são, como vimos no capítulo anterior, enfatizados pelo ambiente festivo e ritual, que conduz e comenta os acontecimentos. Na história de Louis Paisant, a missa no cemitério prepara a cena para a morte posterior, mas não pode ser usada para interpretar a jornada dos trabalhadores, já que o comércio de carnes tinha permissão para ser praticado aos sábados, a menos que fosse período de jejum.[46] Em vez da missa, é o corte da carne e a faca de açougueiro que desencadeiam as diversas ações: uma idéia recorrente e mutável, que torna o açougue e a taverna em cenários adequados; uma sinédoque a lembrar os trabalhadores, o secretário e o juiz da pequena

distância que separa um bom dia de trabalho de outro em que tudo dá errado.

Outras petições utilizam recurso semelhante. No caso de Jean Charbonnier, um pobre lenhador conhecido pelo apelido de Nain (Anão) e que em 1524 vivia em Orléans, junto com mulher e filhos famintos, o que dá forma à sua história de cólera e desespero são suas ferramentas: o machado com que começa o dia de trabalho para um senhor e a foice que empenhou para ajudar seu irmão Robin, da qual precisa para enfeixar a lenha em seu dia-a-dia. Seu irmão Thomas o convida para o casamento do tio, mas ele não vai porque está sem dinheiro — Robin o fez gastar tudo — e precisa recuperar a foice. Quando a esposa do credor se recusa a devolver o dinheiro tendo apenas o machado como garantia, Jean, muito aflito ("tout desconforté"), vai procurar Robin. Acusa-o de levá-lo a tavernas para sua própria diversão, trocam insultos, Robin dá-lhe um soco e o requerente o ataca com o machado, cortando em dois sua cabeça.[47]

Em outros exemplos o motivo condutor é um pagamento, como na história de um lavrador de Île-de-France. O pagamento aparece logo no início, em um presente prometido para o casamento de um camarada, depois no "denier à dieu" [dinheiro de deus] (garantia que se pagava quando o noivado era consentido) devolvido ao pretendente pela mãe descontente da noiva, em seguida na conta — "escot" — que o frustrado pretendente se recusa a pagar, e enfim na bolsa de dinheiro do lavrador, que o pretendente tenta roubar.[48] Às vezes, o mote é dado por uma palavra, como na história de um estudante de Orléans que, ao passar por uma "fille de joye", com "paroles joyeuses" (palavras divertidas, brincalhonas) pede que ela lhe dê seu lenço, que ele toma "joyeusement" e com o qual enxuga o rosto, continuando nesse jogo até que, em "chaude colle", termina por golpeá-la.[49]

Esses exemplos demonstram como as histórias de remissão conseguem criar um senso de realidade, uma narrativa que atende às exigências do que é perdoável, constituindo ao mesmo tempo um tipo de unidade literária. Seus primeiros autores eram pessoas que tinham de explicar a existência de um cadáver, e seus textos exibem "feridas": há na argumentação cortes ou falhas visíveis (qual era o estranho arranjo entre os açougueiros Paisant e Boniface, envolvendo dinheiro?) e/ou segredos (por que o lenhador não podia dizer não a seu irmão Robin?), uma ruptura entre o dito e o acontecido. Essas narrativas, porém, eram escritas para ser debatidas antes de ser ratificadas. Na melhor das hipóteses, intermediadas por um quadro ritual ou histórico, por seu ordenamento, pela escolha de detalhes ou pela dinâmica da motivação, elas levantavam questões sobre si mesmas, chamavam a atenção para sua própria parcialidade e suas incertezas morais, e estimulavam a reflexão sobre a natureza do acaso.[50]

Até agora, vimos apenas boas histórias — e os leitores podem se perguntar, impacientes: não existem histórias ruins, requerentes com pedidos medíocres? Por que o mundo das histórias de perdão haveria de ser melhor que aquele em que vivem os escritores comuns? Sim, existem histórias em que a narrativa se restringe ao rotineiro, que se limitam a um arrazoado de fórmulas notariais em torno de uns poucos carneiros desgarrados que invadiram um pasto vizinho (ou o jovem pastor era pouco articulado, ou o secretário era indiferente, ou ambas as coisas); e também narrativas sem objetivo claro, como a de uma briga entre irmãos que parece tão abrupta e sem razão que quase não existe trama alguma (é isso que o notário real deve ter tido em mente ao chamar o requerente de "um pobre homem simples").[51]

Algumas histórias, a despeito da pobreza da narrativa, levantam interessantes questões sobre o processo do perdão. Por exemplo, o breve e desagradável relato de uma pessoa da corte de Francisco I, datado de 1541, ocasião da passagem do rei por Cluny. Seu humilde pedido cita logo no início os nomes de dois nobres importantes: um deles acabou de presenteá-lo com uma linda espada, que ele exibia ao outro, na rua. Nisso um menino aproximou-se, montado num cavalo que puxava uma mula, e o animal pisou no pé do requerente, deixando-o todo sujo de lama e nele provocando uma "explosão de raiva". O solicitante bateu no menino com o lado chato de sua nova espada, mas de algum modo a ponta penetrou na barriga do garoto, que caiu do cavalo e morreu. O requerente afirma ter dito: "Deus me acuda", e alega ao rei que se tratou de um acidente, que jamais conseguiu saber quem era realmente o menino. Sua carta de remissão foi assinada pelo chefe de petições Lazare de Baïf, cujo nome aparece na capa de diversas publicações humanistas importantes.[52]

O fato de tal carta de remissão ter sido bem-sucedida leva a pensar se fazia alguma diferença a história contada pelo requerente ser verdadeira e/ou bem construída, caso ele tivesse bons contatos na corte. A análise dessa questão pode nos permitir uma maior compreensão do "ficcional", da habilidade criativa nas histórias de remissão. Os diários particulares de bem informados observadores parisienses da corte de Francisco I não apresentam uma opinião unânime: às vezes o perdão real era visto como mero favor do rei, às vezes não. Por exemplo, no diário do assim chamado Cidadão de Paris, encontra-se a seguinte observação a respeito do perdão concedido em 1528 a um nobre e rico lionês, pelo "assassinato" de um parente do chanceler: "E isso porque ele havia se casado com a irmã do vice-rei de Nápoles, o que salvou sua vida".[53] Por outro lado, os "fatos" prevaleceram no caso do chefe do Tesouro Real de Paris: ele convidou o cunhado para uma celebração do dia da Anunciação

em sua casa e, "traiçoeiramente", "matou-o depois de terem jantado juntos". Obteve o selo requerido para sua carta de remissão, mas ela foi rejeitada e ele, decapitado: "Por mais dinheiro que oferecesse, não conseguiu a graça".[54] Em meio à conturbada década de 1570, o jurista Papon relembrava o reinado de Francisco I como uma idade do ouro das remissões justas, como em 1576, quando o rei não concedeu o perdão a um de seus favoritos, que assassinara um outro senhor em uma emboscada.[55]

Por ocasião dos estados-gerais de 1560, tanto o clero como o Terceiro Estado mostraram preocupação com as remissões "concedidas com muita facilidade"; nos estados-gerais de 1576, o Terceiro Estado não poupou críticas a respeito: "Não há crime, por maior ou mais odioso que seja, para o qual não se possa, com a passagem do tempo e a intervenção das pessoas certas, obter uma carta de remissão". O rei foi instado a conceder o perdão apenas nos casos remissíveis.[56] Para o oficial de chancelaria Pierre de L'Estoile, crítico severo das fraquezas de Henrique III, os privilégios desempenhavam importante papel, fosse o perdão concedido ou não. Em 1581, um arrivista italiano, elevado por Catarina de Medicis ao posto de renomado financista, havia preparado uma emboscada para um inimigo, "esperando", escreveu L'Estoile em seu diário, "ser imediatamente agraciado com o perdão do rei, porque sua majestade sempre jantava em sua casa". O rei deixou a questão em suspenso porque havia pouco o financista deixara de pagar algumas pérolas muito caras, mas, tão logo o ferido se recuperou (os doze homens que o atacaram não haviam terminado seu serviço), os favores da rainha devolveram a ele a liberdade, apesar de "todas as leis do reino", após um pagamento à vítima e outro aos pobres. Um nobre protestante matou um inimigo a sangue-frio, "contando com o favor de M. le Duc" (o irmão do rei), que de fato interveio e solicitou o perdão. L'Estoile cita a recusa do rei: "La Primaudaye foi julgado e tem de morrer hoje [...] Além de seu ato ser mau e irremissível, eu gostava [do homem que ele matou], o qual, não fosse huguenote, eu teria tornado nobre".[57]

Nesses relatos que tratam de pessoas importantes, L'Estoile fornece uma "visão de dentro" — ele narra os fatos conforme os conhecia, assim como os caprichos do favor real —, que é colocada lado a lado com o conteúdo das cartas de remissão. Isso quer dizer que em si mesma a história de remissão era irrelevante para o sucesso de um pedido de perdão? Só em alguns poucos casos, quando o solicitante era alguém excepcionalmente próximo do rei, os méritos da carta deixavam de importar. O que essa "visão de dentro" nos mostra é a dúvida que pode pairar sobre uma história de remissão, e nos lembra como o favor real atuava na sociedade francesa, afetando a maneira como a remissão era ouvida. Isso pode ser notado mesmo nas aldeias, longe da Corte: em 1561, o padre de uma pequena localidade foi até o solar de sire de Gouberville, na península de Contentin, e pediu que ele interviesse em favor de seu primo, advogado do rei em Valognes, pela ratificação da carta de remissão de seu irmão.[58]

Mesmo que Gouberville tenha concordado (o que seu diário não revela), a história do irmão do advogado ainda precisava ser o centro do pedido de perdão. Era em torno desse texto que se travavam todas as batalhas. Ele tinha de corresponder ao conceito de crime remissível de duas platéias harmonizadas com as "leis da terra", a saber, os funcionários da Chancelaria e os juízes ratificadores. Tinha de resistir às objeções da família da vítima; tinha de conquistar a anuência das testemunhas. Alguns requerentes, em vez de confiar em suas histórias, tentavam subornar ou intimidar juízes de jurisdições menores para que ratificassem suas cartas; outros as apresentavam o mais longe possível do local do crime, de forma a dificultar o trabalho dos juízes, que tinham de conseguir o depoimento de parentes da vítima ou declarações de testemunhas; outros esperavam ilegalmente três ou quatro anos para procurar a ratifi-

cação, na esperança de que as partes interessadas já tivessem morrido.[59] No entanto, se os juízes em questão cumprissem seu dever ou se os parentes da vítima apelassem ao Parlamento, a história tornava-se peça central.

E perante os juízes o embate entre argumentos e contra-argumentos podia não ser fácil. Um carroceiro de Lyon disse que sua vítima repentinamente o havia arrastado pelo colarinho e o atingira com um punhal, enquanto ele gritava: "Piedade, piedade, o que é que eu fiz?"; as testemunhas, no entanto, afirmaram que ele perseguira a vítima pela rua, com a espada desembainhada.[60] Em um relato poético de sua história de remissão, Étienne Dolet descreve sua noite de Ano-Novo, quando passeava pelas ruas de Lyon até ser subitamente interrompido por um pintor assassino e por seu grupo armado, e até ele matar o pintor em legítima defesa. Um de seus inimigos literários publicou uma contraversão alguns anos depois, na qual Dolet fingia se reconciliar com o pintor e depois o atingia várias vezes com a adaga, enquanto ele sangrava no chão.[61] Verdadeira ou não, contando ou não com os favores dos poderosos, não se podia abrir mão da história de remissão na batalha pelo perdão.

E com que freqüência os pedidos de perdão eram bem-sucedidos? Isto é, qual a proporção de cartas reais que eram ratificadas? Esse resultado reflete a qualidade da história original? Não me preocupei com um balanço completo para o projeto deste livro, uma vez que o *corpus* de documentos de chancelaria que tinha à disposição (cópias feitas do arquivo da própria chancelaria, o Trésor des Chartres) não é conclusivo quanto ao resultado final do pedido de perdão.[62] Porém, podemos ter uma idéia geral dessa taxa com base nos apontamentos da Conciérgerie de Paris, onde o destino dos prisioneiros era registrado junto à data de seu encarceramento. De todas as pessoas que estiveram na Conciérgerie aguardando a revisão judicial de suas cartas — de 1564, ano em que tem início o registro, até 1580 —, apenas 6,5% não obtiveram a graça

real.[63] Ora, o Terceiro Estado e Jean Papon referiam-se a esse período quando reclamavam da extrema facilidade com que as cartas de remissão eram seladas e aprovadas; portanto, o percentual acima é sem dúvida otimista, embora uma amostra de anos anteriores das sentenças do Parlamento de Paris e da Sénéchaussé de Lyon confirme que muito mais remissões eram ratificadas do que negadas.[64]

É possível que o número de cartas aprovadas seja indicativo, em primeiro lugar, do apoio que as histórias dos requerentes, com suas alegações de boa vida pregressa, receberam dos moradores locais, assim como da satisfação dos juízes com a compensação oferecida, nos casos apropriados,[65] à família da vítima, que eles julgavam suficiente para manter a boa paz. Quando há evidências de uma carta de perdão rejeitada, como no caso do gráfico de Lyon que em 1559 feriu gravemente um revisor, o que temos é uma carta vaga — o gráfico não revela o que o deixou tão furioso, e tanto a vítima como o mestre impressor mantêm-se inflexíveis em suas posições. Conseguiram provar, por meio de testemunhas, que o requerente tinha omitido algumas das iniqüidades que cometera na oficina, e alegaram que ele já havia matado um gráfico e participara de assembléias ilegais de trabalhadores. Os juízes concordaram que se tratava no mínimo de um agitador e o condenaram ao banimento por cinco anos e ao pagamento de multa.[66] Uma história verdadeira podia ser útil na obtenção de apoio; uma história plausível, que fosse bem contada, ajudaria a convencer os juízes; mas objetivos judiciais, como a manutenção da estabilidade local e da paz, podiam por si sós moldar uma ratificação.

A alta taxa de ratificações sugere ainda que a nomeação do rei no início da carta — Francisco, Henrique, Carlos, rei da França pela graça de Deus... — e as ordens passadas no encerramento, de perdoar e remir, não eram *pro forma*. As conclusões iniciais da Chancelaria chegavam às mãos dos juízes, que as examinariam como algo mais que uma mera hipótese; a presença do soberano no corpo da

petição predispunha os juízes a lê-la com respeito ou, como disse um juiz de Lyon durante uma audiência, "levando em conta as cartas de graça, perdão e remissão obtidas".[67] Em caso de dúvida, eles podiam conceder a remissão conforme ordenava o rei, exigindo depois que o requerente fizesse um arranjo mais generoso com a família do morto e que não se aproximasse da cena do crime por um ano ou dois.

Além disso, os juízes sabiam que, se quisesse, o rei forçaria a ratificação de suas cartas em qualquer situação de conflito, como ocorreu em 1518, por ocasião do tratado de Francisco I com o papa. Também foi isso o que aconteceu em 1521-2, quando um escandaloso caso de adultério envolveu membros do cenário jurídico parisiense. "Por intermédio de importantes personagens da corte", a esposa culpada — mulher de um juiz local e filha de um advogado real — conseguiu uma carta que abolia a condenação a reclusão perpétua em um convento, e, "depois de insistentes ordens do rei", o Parlamento a ratificou.[68] Igualmente, foi esse o caso da dúbia remissão de Étienne Dolet pelo assassinato do pintor. A Sénéchaussée de Lyon havia se recusado a ratificar a carta, e o libertou depois de ordenar que pagasse uma grande soma ao herdeiro do pintor. Seis anos depois, Dolet ainda contava com a proteção de pessoas com ascendência sobre o rei, de modo que Francisco forçou o Parlamento a ratificar um novo perdão por heresia, assim como o antigo perdão por homicídio.[69]

Assim, a freqüência com que as cartas de remissão eram bem-sucedidas não se deve apenas ao vigor da narrativa, uma vez que o requerente era parte de um drama mais amplo, o do fortalecimento do poder monárquico. Ao final do século XV, o rei já havia estabelecido muito de seu monopólio sobre o direito de perdão por homicídio e por qualquer outro crime capital. Os duques, assim como outros representantes da Justiça senhorial, não tinham mais, como no passado, o poder de perdoar; as cortes parlamentares e

outros juízes reais, como vimos, podiam recomendar a um acusado que solicitasse uma carta de remissão, mas não detinham o poder do perdão; antigos privilégios — como o da Igreja de Rouen, que podia perdoar qualquer um na Normandia na véspera da festa de Saint Romain — foram desaparecendo à medida que o século XVI chegava ao fim.[70] Do Estatuto de Blois, de 1499, à *República* de Jean Bodin, o perdão foi celebrado como um dos traços "mais belos da soberania". "Os reis sempre se glorificaram por meio da clemência", disse Claude Expilly, advogado do delfim, em seu pedido de ratificação da carta de remissão de um montanhês, citando um poema de Ronsard que comparava a misericórdia do rei Carlos IX à misericórdia divina:

> *Or, Sire, imitez Dieu, lequel vous a donné*
> *Le Sceptre & vous a fait un grand Roy couronné,*
> *Faites misericorde à celuy qui supplie.*
>
> [*Ora, Sire, imitai a Deus, que vos deu*
> *O Cetro e de vós fez um grande rei coroado,*
> *Concedei misericórdia àquele que vos suplica.*][71]

Os perdões especiais concedidos quando o rei recém-coroado entrava pela primeira vez em uma cidade eram tão importantes quanto ser tocado pelo soberano para curar-se da tuberculose.[72]

Do mesmo modo como a execução pública era uma demonstração da justiça do soberano, a ratificação semipública do perdão era uma manifestação de sua misericórdia (ver ilustrações 3 e 4). Exigia a presença do requerente, fosse pastor ou senhor, que tinha de ajoelhar-se humildemente diante da corte, com a cabeça descoberta. (Na verdade, a carta de remissão e os ritos de perdão devem ser vistos como parte da "anatomia política" da confissão e da execução no Antigo Regime, analisada por Michel Foucault em *Vigiar*

e punir.[73] Algumas vezes os dois rituais ocorriam simultaneamente, como no caso de Sire de Saint-Vallier, condenado à morte por traição em 1524 e perdoado no último momento devido à petição de seu genro, o *sénéchal* da Normandia, que fora um bom servidor do rei. Um observador retratou o incidente em um desenho (ver ilustração 5), e o Cidadão de Paris registrou em seu diário: "[Saint-Vallier] estava no cadafalso, a cabeça nua e as mãos amarradas [...] rezando a Deus e esperando a hora da morte, quando um criado do chanceler chegou a cavalo e gritou: 'Parem, parem, eis a remissão do rei'. Um dos funcionários da corte criminal [...] subiu então ao cadafalso e leu, palavra por palavra, a carta de remissão selada com cera verde".[74] O perdão foi saudado "com grande alegria pelo povo de Paris", registrou um advogado, "pois se dizia que era um grande erro fazê-lo morrer".[75]

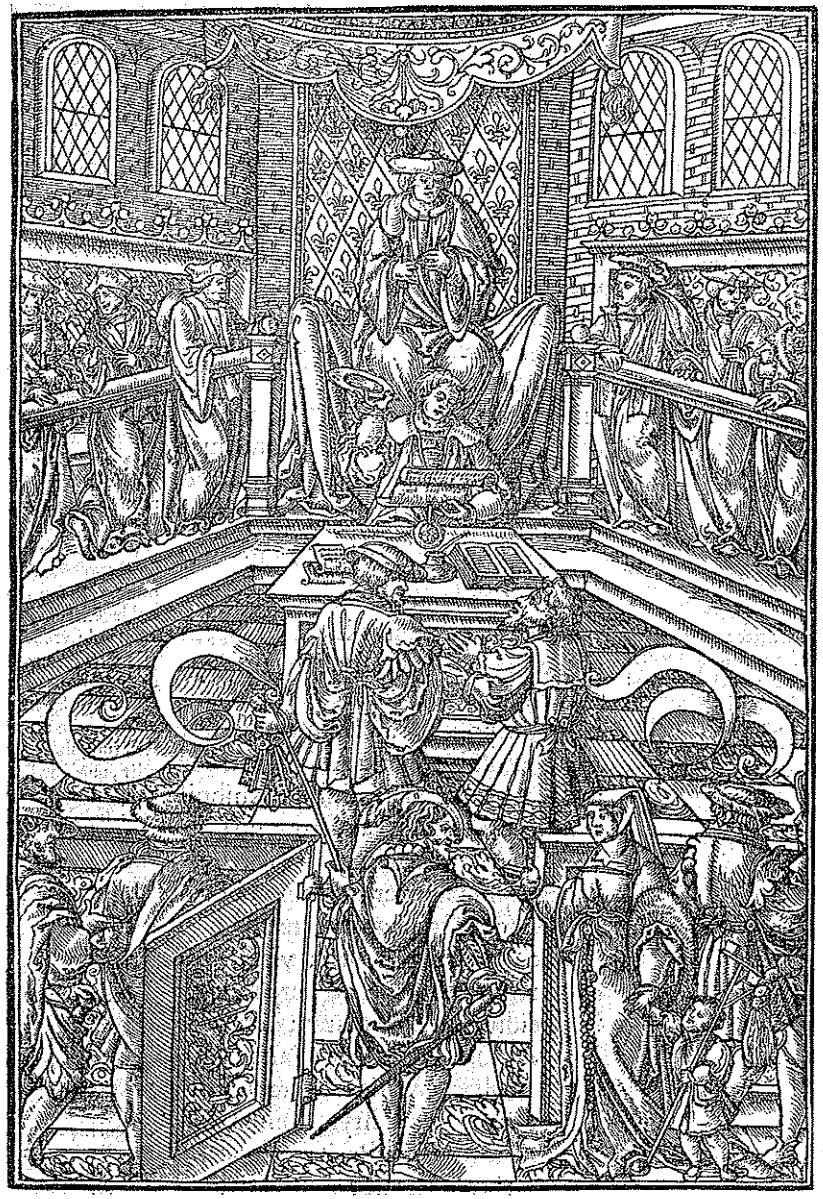
O sistema de perdão real sem dúvida trouxe muitos benefícios para aqueles que, na França do século XVI, se viam subitamente tomados pela fúria. Ainda que o Terceiro Estado se preocupasse, com certa razão, com a quantidade de duelos, *démentis*, e com a impunidade de cavalheiros e soldados desordeiros,* contemplados com remissões concedidas erroneamente, é também verdade que elas serviam aos interesses dos cidadãos comuns. De que outra maneira um carpinteiro que tivesse matado um senhor poderia ser

* Como demonstrou François Billacois em seu esplêndido livro *Le duel*, o duelo de Jarnac, em 1547, no qual morreu o campeão do rei, marcou o fim da sanção pública ao duelo em torno de questões de honra. Nas décadas seguintes, a legislação real tendeu a proibir os duelos, sobretudo o estatuto de 1579, que visava deter a violência de "todos os indivíduos", inclusive os cavalheiros. Mas só depois do edito de Henrique IV, de 1602, é que o duelo foi efetivamente declarado ilegal. (François Billacois, *Le duel dans la société française des XVI^e^-XVII^e^ siècles, essai de psychologie historique* [Paris, 1986], pp. 92-3, 146-8). Os duelos continuaram ocorrendo e se multiplicaram depois de 1547, e, mesmo que ele não fosse exatamente uma ofensa criminal, o sobrevivente podia ser processado com base em editos mais gerais,

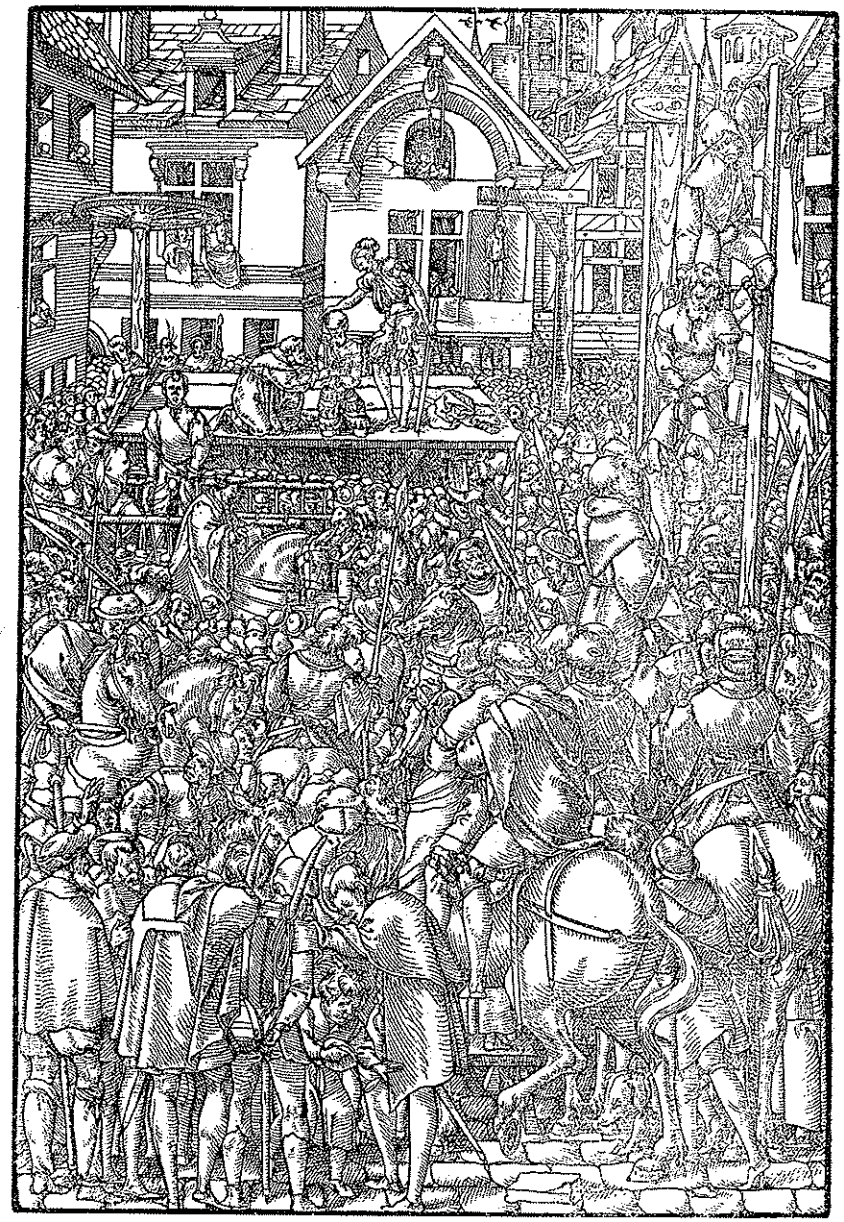
perdoado? Como denunciava um panfleto, todos sabiam da influência que um nobre podia exercer sobre os julgamentos, principalmente no campo.[76] Em todos os estratos sociais, o perdão tinha o poder de transformar uma situação trágica — o assassinato não premeditado e a esperada execução — na tragicomédia do perdão e da reconciliação pacífica.

Mas essa transformação supunha a obediência às regras do jogo, determinadas pelo rei: o ator devia se apresentar como requerente, como terceira pessoa no relato de um notário, e não como um herói que contasse suas aventuras, um herói mostrando suas peripécias em um conto popular. Não se podia marchar em direção ao rei exibindo a espada, como fez numa oficina de Lyon o trabalhador Galiot Thibout, que acrescentou que sua arma "tinha muitos dentes, e que ele a havia feito comer mais de mil coroas de carne". Tampouco se podia ter diante do rei a arrogância que muitos homens mostravam ao escrever sobre a violência nas biografias que deixavam para os filhos.[77] Igualmente inadequada era a "virtude orgulhosa" que Montaigne tanto apreciava no discurso proferido por Sócrates para os juízes que decidiam seu destino. E, embora o duelo fosse uma maneira de esquivar-se da justiça do rei, recorrendo à coragem nobre e à intervenção misteriosa de Deus, um cavalheiro que depois pretendesse pedir a remissão tinha de fazer com que o desejo de vingança se convertesse em explosão de raiva, implorar misericórdia como todos.[78] A linguagem usada insistentemente nas cartas de remissão e os papéis que os requerentes deviam assumir estavam entre os mecanismos civilizatórios do

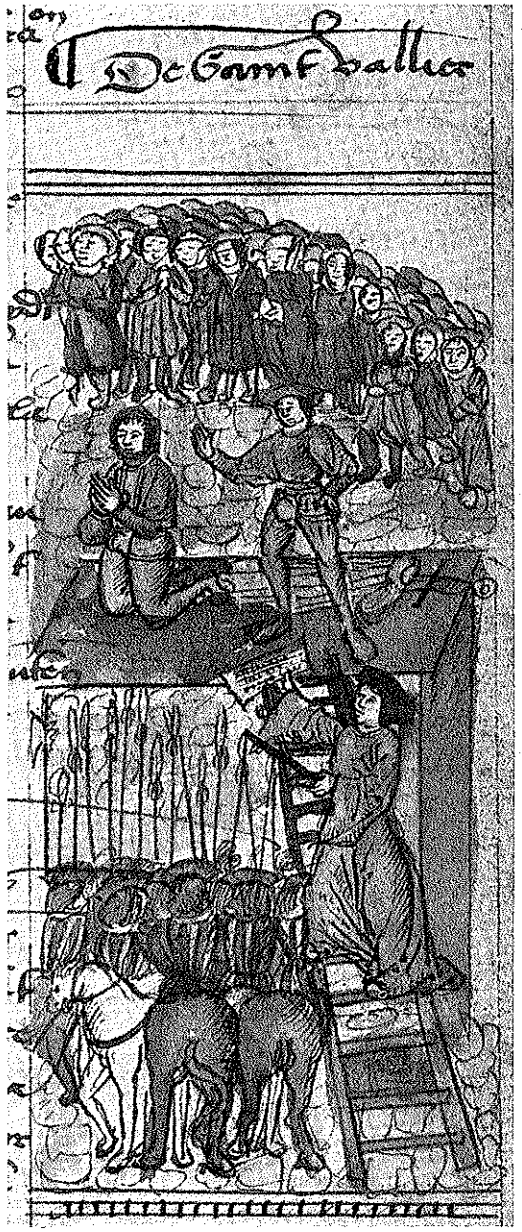
diante da insistência dos herdeiros da vítima. Quando isso acontecia, conseguia-se em geral uma remissão (ibidem, p. 133). Em 1560, o Terceiro Estado pediu ao rei que proibisse duelos entre pessoas de qualquer posição "e que eliminasse qualquer esperança de remissão para eles" (C. Lalourcé [ed.] *Recueil des cahiers généraux des trois ordres aux États-Généraux*, 4 vols. [Paris, 1789], vol. I: *États d'Orléans*, 1560, Terceiro Estado, artigos 101-2, pp. 324-5).



3. Um requerente pede humildemente que o Parlamento ratifique sua carta de remissão, na presença da viúva e do filho do falecido. De Jean Milles de Souvigny, Praxis criminis persequendi (Paris, 1541).



4. Um retrato de execuções públicas. De Jean Milles de Souvigny, Praxis criminis persequendi (Paris, 1541).



5. O perdão de sire de Saint-Vallier, 1524. De um diário parisiense contemporâneo, Bibliothèque Nationale, ms. fr. 17527, 54r.

recente Estado moderno francês, lembrando subjetivamente às pessoas o lugar do poder, ainda que elas conservassem outras formas de dramatizar suas ações ou deslizes.*

De modo semelhante, existia uma relação entre os hiatos das histórias de remissão — a relação incerta entre o *vraisemblable* e o *vrai* — e a distância que havia entre as remissões de fato concedidas pelo rei e o que era perdoável pela lei divina e humana. O rei podia prometer a seus Estados que usaria a misericórdia sempre "na justa ocasião e de acordo com a lei" (ou seja, perdoando o homicídio verdadeiramente não premeditado ou em legítima defesa), mas o fortalecimento de sua soberania exigia, na verdade, que impusesse sua vontade além dos limites da lei.[79] Entre o verdadeiro e o plausível havia espaço para a graça e o poder do soberano, e os requerentes podiam conseguir uma vida nova e reconquistar sua boa reputação.

A cumplicidade entre soberano e súdito é, em parte, responsável pela dupla reputação das cartas de remissão no século XVI. Elas eram ao mesmo tempo respeitadas como um mecanismo necessá-

* Apresento aqui um argumento sobre os usos da misericórdia diferente daquele que Douglas Hay e John Langbein desenvolveram em suas análises divergentes da relação entre classe social, justiça criminal e perdão na Inglaterra do século XVIII (Douglas Hay, "Property, authority, and the criminal law", in Douglas Hay et alii, *Albion's fatal tree: crime and society in Eighteenth-Century England* [Nova York, 1975], principalmente pp. 40-8; John H. Langbein, "Albion's fatal flaw", *Past and Present*, 98 [fev. 1983]: 96-120). Essas análises mostram muitas diferenças: sociopolíticas — como a relação diferenciada da nobreza com as instituições da justiça real — e legais — tais como o grande poder discricionário dos juízes locais e a aplicação de perdão a uma gama mais ampla de casos na Inglaterra do século XVIII, quando comparada à França do século XVI. Na França desse período, o favorecimento contrariava o sistema em favor dos poderosos, mas não era, de forma nenhuma, o único fator em operação. O perdão muitas vezes restabelecia a paz entre iguais e às vezes ajudava os pobres contra os ricos. Quem mais lucrava era provavelmente a autoridade monárquica, mas de uma forma que não anulava a compreensão dos súditos de como eram elaborados os perdões.

rio para a paz social e a reintegração, e escarnecidas como uma fraude. Com poucos anos de diferença, Marguerite de Navarre e Bonaventure des Periers expressaram em suas histórias essas posições.

Para a irmã do rei, ela própria rainha de Navarre, às vezes os perdões eram concedidos com justiça, outras vezes não. Duas novelas do *Heptaméron* abrem caminho para petições de piedade real. Na novela 23, um cavalheiro conta à corte do rei a verdadeira história de um homicídio que se deve a desentendimentos (isto é, a história que Margueritte acabou de escrever) e, na Sexta-Feira Santa, obtém o perdão, auxiliado por um virtuoso chefe de petições. Na novela 1, baseada em fatos reais ocorridos na década de 1520, Sainct-Aignan, um advogado de Alençon, faz todo o possível para ocultar o fato de ter cometido um assassinato premeditado (alicia uma testemunha, queima o corpo do morto, instiga seu cúmplice a fugir do reino) e, diante do chanceler, conta a história falsa de um invasor noturno que ele teria matado na frente do quarto da mulher, dominado "mais pela raiva do que pela razão". Mas o relato não é bem-sucedido, pois o pai da vítima apela para o duque e a duquesa de Alençon (ou seja, para a própria Margueritte, que foi casada com o duque), que advertem o chanceler a não expedir a carta de remissão. Sainct-Aignan e a mulher fogem para a Inglaterra e são então condenados à morte e a pesadas multas; contudo, por seus serviços ao rei inglês o advogado cai nas graças de Henrique VIII, que intercede junto a Francisco I em prol de uma remissão. De volta a Alençon, Sainct-Aignan continua com suas ações condenáveis e volta-se para a magia, para "conseguir as graças" do rei e do chanceler e para vingar-se de seus inimigos, inclusive a duquesa. É descoberto e o rei aprova sua condenação, mas Marguerite intervém e ele tem sua pena comutada para prisão perpétua, com trabalhos forçados.[80]

Do ponto de vista da rainha, as coisas terminam bem, embora sua história revele certa nostalgia pelos dias em que duques e duquesas detinham a prerrogativa de conceder ou suspender o perdão em seus domínios. Embora a versão do *Heptaméron* sobre o acontecido tenha chegado ao conhecimento dos muitos leitores do livro impresso, a versão de Sainct-Aignan foi mantida nos registros da Chancelaria, testemunhando os termos em que o perdão foi conquistado.*

O ataque de Bonaventure des Periers é muito mais direto. Em *Joyeux devis*, ele narra a história de um esperto ladrão de Issoudun que, condenado à morte por seus crimes, quando estava a caminho das galés procurou um senhor na vizinhança, "por meio do qual obteve a graça do rei por haver proferido algumas palavras em latim vulgar que, embora não entendidas por ninguém, fez as pes-

* A carta de remissão para Michel de Sainct-Aignen (sic), datada de julho de 1526, fornece um vívido e curioso relato do homicídio (AN JJ239, 48v-49r; publicada com número incorreto em *L'Heptaméron des nouvelles*, de Marguerite de Navarre, A. J. V. le Roux de Lincy e Anatole de Montaiglon [eds.], 4 vols. [Paris, 1880], vol. 4, pp. 214-7). Sainct-Aignen retrata sua vítima, o advogado Jacques Dumesnil, como um homem malicioso que traiu sua hospitalidade, fez com que sua mulher se voltasse contra ele, conseguiu que uma camareira o introduzisse no quarto dela, planejando seu assassinato com veneno e por outros meios (Marguerite retrata o jovem Dumesnil como um amante honrado, decepcionado com a mulher e sem nenhuma má intenção com relação ao marido). Sainct-Aignen mostra como sua esposa bem-nascida resistiu quase todo o tempo à ligação com Dumesnil e como ela não teve nenhuma relação com a morte de seu ex-amante (no cap. 3 veremos como Marguerite retrata a dama). Na história do requerente, Dumesnil, mascarado e disfarçado, chega à sua casa e se esconde em um guarda-roupa, onde é descoberto por um criado de Sainct-Aignen que foi buscar os trajes noturnos do patrão (no relato de Marguerite, o assassino esconde-se no guarda-roupa, à espera do desprevenido Dumesnil). Dumesnil sai, de espada nua, e na luta que se segue Sainct-Aignen finalmente o reconhece e "de chaude colle" desfere dois ou três golpes. Antes de morrer, Dumesnil pede perdão ao requerente pelos males que cometeu.

soas acreditarem que era homem de importância. Ele foi perdoado e mandado pelo rei para Newfoundland, e ao voltar era tão ladrão quanto antes.[81] O florescimento das histórias de remissão dependia de uma sociedade capaz de conviver com relatos como esse.

Não é de surpreender que essa frouxidão incomodasse alguns observadores calvinistas. Durante as Guerras de Religião, eles elaboraram uma crítica aos perdões que incluía desde a alma do requerente até as práticas do Estado. A discussão veio a público em 1565, no panfleto sobre um parricídio em Châtillon-sur-Loing publicado por um gráfico protestante em Orléans.[82] Ele conta a história de Jean Guy, filho de chapeleiro que conhecemos no capítulo anterior. Jean atingiu o pai com uma espada quando este o ameaçou, o pai o perdoou antes de morrer, e, ao ser preso, Jean disse que não tencionava matá-lo, que "a única causa é a raiva do pai". Jean foi prontamente condenado à morte pela corte de Châtillon, com uma execução adequada ao atroz crime de parricídio: teria a mão direita decepada, o peito marcado com ferro em brasa, e depois seria pendurado pelos pés, com uma pesada pedra presa em seu pescoço. Estimulado por outro prisioneiro, Jean decidiu apelar, e pela história que formulou — na qual o pai se precipitava sobre a espada — se percebe que ele pretendia requerer um pedido de remissão, embora suas chances fossem muito pequenas, já que um pai havia sido morto pelas mãos do filho. Enquanto esperava a remoção para Paris, Jean foi mantido na torre do castelo do almirante de Coligny, grande líder da causa da Reforma na França. Visitado pela filha e pela esposa do almirante, pelo tutor da casa e pelo pastor local, Jean foi convencido a verdadeiramente se arrepender de seu parricídio, a confessar a Deus o seu pecado e a pedir Seu perdão.

E qual seria o sinal externo de sua conversão à religião reformada? Ele não deveria apelar nem buscar o perdão real, e sim reconhecer que merecia a morte, mais dolorosa ainda do que aquela à qual havia sido condenado. Ao fim do panfleto Jean é executado,

enquanto canta os salmos e exorta os espectadores a ouvir a Palavra de Deus. Diz que não é preciso que lhe cubram os olhos, embora o carrasco insista, já que a lei o ordena; estende a mão direita para que a cortem, como "se estivesse no barbeiro", e conserva o rosto tranqüilo durante todo seu tormento. A firmeza de ânimo de Jean Guy era obra de Deus, concluía o autor, sinal de que Ele havia atendido a suas preces.

A preocupação principal de Guy era a salvação. Para ele, buscar a remissão humana teria significado contar uma história falsa ou dúbia e beneficiar-se de uma indulgência terrena, que alimentava o pecado. Isso estaria em consonância com a impostura da confissão católica e da absolvição concedida pelos padres. (Calvino já havia afirmado em seu *Institutes* a hipocrisia da confissão, que encobria o abismo interno do pecado, ao mesmo tempo que fornecia aos padres uma série de casos que contavam uns aos outros, "como histórias divertidas" — "comme faire plaisans comptes".)[83] Um homem cristão como Guy devia assumir total responsabilidade por seus erros diante do mundo e permitir que Deus o perdoasse. Como conseqüência, os soberanos humanos, mais que imitar o Deus misericordioso, deviam estar atentos para não invadir os domínios de Seu providencial perdão.

Era exatamente isso o que a Venerável Companhia dos Pastores de Genebra dizia, no fim do século XVI, ao governo daquela República. Em Genebra, não se escreviam cartas de remissão formais; as decisões dos juízes do Conselho Menor podiam ser revistas pelo Conselho dos Duzentos, que tinha o direito de perdão, e às vezes era o próprio Conselho Menor que concedia misericórida.[84] O governo não era pródigo em indulgência: um refugiado "que por suas blasfêmias [...] e excessos merecia o açoite ou mesmo a morte" recebeu sua graça em 1563 apenas sob a condição de que se tornasse carrasco municipal.[85] Para os pastores, no entanto, os conselhos extrapolavam em sua disposição de perdoar adúlteros banidos e

conceder sua graça a um homem que cometera adultério antes de chegar a Genebra, embora desde então ele tivesse servido a República com lealdade. "Deus não concedeu aos magistrados o poder de perdoar, sem exceção?", perguntavam os conselhos. "Não", os pastores respondiam, "isso cabe apenas a Ele." Os conselhos tinham o direito de perdoar em casos específicos, que a lei divina e universal não abrangia, mas nunca quando essa lei era violada.* O assassinato premeditado era um crime capital; os senhores do conselho se julgavam "soberanos acima de Deus e das leis que Ele nos deu?". Serviriam melhor ao interesse público caso se restringissem à esfera própria da justiça, tornando os castigos mais ou menos moderados e as formas de execução mais ou menos severas, conforme o caso exigisse.[86]

Na cidade-estado protestante, o pastor Beza lançava admoestações contra as narrativas de perdão, defendendo que a misericórdia com o criminoso proviesse principalmente do Senhor. Em vez de histórias plausíveis e da graça do rei, ele tinha a esperança de que existissem cristãos honestos e magistrados justos, às vezes clementes. Calvino havia estabelecido os rumos dessa posição décadas antes.[87]

* Em sermões baseados no Deuteronômio, 19, proferidos em 1555, Calvino definiu que tipo de homicídio era designado no mandamento do Senhor de abrigar "aquele que por engano ferir o seu próximo, a quem não odiava antes". Esse direito limitava-se à pessoa que matara involuntariamente, "no que se chama de acidente" ("de cas d'aventure, qu'on appelle" — de fato, nada é fortuito, dizia ele; tudo é guiado por Deus). Isso não incluía o homicídio em explosão de raiva: "Um assassinato cometido em *chaude cholere*, como se diz, não é desculpável, e a terra ficará maculada enquanto ele não for punido" (Jean Calvin, "Sermons sur le Deutéronome", em *Opera omnia*, G. Baum, E. Cunitz e E. Reuss [orgs.] [Corpus Reformatorum, 55; Brunswick, 1884], vol. 27, sermão 112, p. 541; sermão 113, p. 563).

A visão dos pastores reflete um traço importante da sensibilidade da Reforma, não uma posição doutrinária explícita. Na França, os huguenotes ainda solicitavam cartas de remissão; em Genebra, o Conselho dos Duzentos concedia perdão a ex-assassinos e os bania.[88] No entanto, a conclusão da história do protestante Jean Guy permite uma interessante comparação com uma antiga crença popular a respeito de milagres ocorridos em execuções. Quando o condenado sobrevivia à execução, todos tomavam isso como sinal do perdão de Deus para o crime ou como revelação divina acerca da inocência do acusado, alcançada tanto por intervenção direta como pela intercessão dos santos. Esse modelo era bem conhecido a partir da popular *Legenda dourada*, na qual são Tiago amparou um jovem peregrino de Compostela na forca durante 36 dias, depois de ele ter sido equivocadamente condenado por roubo e enforcado em Toulouse.[89] No século XVI, esses milagres são relatados em diários, como o de um jovem angevino residente em Paris, que em 1528 dizia ter enterrado um homem sem saber que ele havia sido assassinado pela mulher e pelo amante dela. Condenado à morte como assassino, o angevino ainda respirava quando foi tirado da forca, e, quando o carrasco tentou cortar sua garganta, os espectadores o atacaram como se fosse um traidor e conduziram o homem salvo à igreja carmelita. Soube-se que ele havia rezado à imagem carmelita de Nossa Senhora e que ela o mantivera vivo. Por causa da intervenção da Virgem, o rei concedeu a remissão.[90]

A história de Marguerite Pascal, camareira de uma cidade da região de Lorraine que viveu no início do século XVII, foi publicada na forma de panfleto, e não temos como saber se o autor de fato testemunhou o que descreveu em seu *Discours veritable*. Como vingança por seus planos frustrados de seduzir e estuprar uma menina que estava sob os cuidados de Marguerite, um cavalheiro a matou e acusou Marguerite do ato. Na escada do cadafalso, ela bra-

dou sua inocência e, seguindo os preceitos da Contra-Reforma, rezou diretamente a Deus: " 'Com todo seu poder, fazei a gente aqui reunida conhecer a verdade.' Arremessada [da escada], a corda se estendeu até que ela tocou o chão sem sofrer dano". O cavalheiro foi julgado e decapitado, e Marguerite tornou-se freira.[91]

Nos casos do jovem angevino e de Marguerite Pascal, os milagres foram menos diretos que a ajuda que Jean Guy recebeu de Deus, conciliando-se melhor com os perdões reais. Suas narrativas seriam consideradas supersticiosas pelos protestantes. Curiosamente, porém, elas evidenciam as mesmas tensões subjacentes ao relato de conversão do jovem chapeleiro que matou o pai: nos três casos a decisão do Senhor se sobrepôs à do rei, e o pressuposto era que, quando Deus ouvia, Ele sabia se as histórias eram verdadeiras.

É evidente que, na França do século XVI, os leitores, escritores e ouvintes tinham grande interesse por histórias de crime, que ia além das situações em que precisavam falar de suas próprias ofensas ou desventuras. Finalizo este capítulo com as questões: até que ponto as histórias de perdão ou seus temas estimularam o gênero mais geral dos panfletos e das novelas ou histórias publicadas? Que implicações tinha o fato de a narrativa literária não ser ser uma autodefesa, e sim um relato de alguém que em princípio não estava envolvido na ação? Que tipo de atenção recebiam a verdade da história e/ou as ambigüidades do perdão real? A teoria retórica da Renascença propunha decerto um produto diferente, ao opor, como fizera Aristóteles, o que podia ser incluído no discurso e o que podia ser deixado de fora, dependendo do objetivo: influenciar um juiz ou interpretar um acontecimento. Assim, Montaigne qualificou um livro de *Memoirs* acerca do reinado de Francisco I mais como um "playdoyer", um pedido, do que como uma "histoire".[92]

Não era difícil obter detalhes acerca dos fatos envolvidos na remissão. As histórias de perdão eram contadas ao secretário e ao escrevente, ao chefe de petições e ao chanceler, ao rei e ao conselho secreto, ao juiz e ao carcereiro; repetidos, questionados e reafirmados em diferentes jurisdições, circulando e sendo avaliados no meio social dos requerentes e das vítimas, os relatos faziam parte de um manancial de onde as pessoas podiam derivar, se quisessem, uma reprimenda, um sermão, uma lição de moral, ou uma narrativa literária. Curiosamente, além de relatos de pessoas que haviam sobrevivido milagrosamente ao cadafalso, histórias de perdão aparecem muito pouco nos inúmeros panfletos sobre crimes da França do século XVI, cujos temas abrangem desde crimes que podiam ser documentados até assassinatos arquetípicos.[93] Esses panfletos não terminam em misericórdia, e sim no cadafalso, quando o autor pode enfatizar a intervenção terrena do Senhor para punir o assassinato ou para deter miraculosamente uma faca assassina (como em 1594, quando Pierre Barrière foi incapaz de matar Henrique IV durante uma missa em Saint Denis). Se nas últimas páginas do relato o assassino ainda vive, ele escapou apenas momentaneamente, e, "para revelá-las, Deus fará até as pedras falarem". Os crimes são planejados, a crueldade aparece com todas as letras; eles permitem que o escritor chame a atenção para os perigos dos espíritos do mal, dos jesuítas ou ainda de uma juventude desperdiçada. Trazem certa ironia, mas quase nenhum humor, ainda que o relato do assassinato cometido por um "lobisomem" de Franche-Comté comente que ele comeu a carne de uma de suas vítimas "mesmo sendo sexta-feira". Havendo arrependimento antes da execução, o texto enfatiza o perigo representado por pais perversos ou pelas tentações da carne ou do jogo.[94] Era possível, no entanto, que uma boa história de remissão publicada como *fait divers* também atestasse as conseqüências nefastas do jogo, embora sua força dependesse do caráter fortuito ou profundo do arre-

pendimento pelo assassinato de um amigo. Os autores de panfletos do século XVI tinham objetivos precisos, como punições exemplares ou as significativas últimas palavras de um condenado. A gratidão de um requerente e a misericórdia do rei não garantiam um final convincente.

Contudo, as histórias de perdão e os panfletos apresentavam interessantes pontos em comum. Em ambos a caracterização era um tanto parcial; a autodefesa ou a defesa da honra podiam exigir artifícios semelhantes. No panfleto a narrativa era quase sempre construída em torno do crime e do criminoso e, para convencer o leitor de que aquilo havia de fato acontecido, lançava mão de detalhes concretos e às vezes até de excertos dos registros legais (caso existissem).[95] Tal como a história de remissão, o *fait divers* atuava num campo dividido entre a crença e a dúvida.

Examinemos dois exemplos, um semelhante em estilo a uma carta de remissão, o outro não. Martial Deschamps, médico de Bordeaux, publicou em 1576 uma *Histoire tragique et miraculeuse* [História trágica e miraculosa], em que contava como três anos antes havia sido roubado e abandonado, supostamente morto, em um poço de Berry por um padre apóstata e por dois assassinos de aluguel. Narrada na primeira pessoa, a história, na qual Deschamps se dirige ao rei, é como a resposta de um fantasma a uma remissão erroneamente concedida — e, de fato, é possível que Deschamps temesse que seus inimigos solicitassem uma. No cerne do relato está uma disputa entre duas viúvas, parentes de Deschamps, e o violento Gaspard Foucault, Sieur de Beaupré, em torno de uma propriedade. Desconfiando que advogados as estivessem enganando em favor de Foucault, Deschamps faz sua própria investigação, entrevistando locatários etc. Num dia de novembro, quando Deschamps e seu parceiro deixavam uma hospedaria, são surpreendidos por uma emboscada armada por Foucault, para tomar os papéis que haviam conseguido. Mesmo nessa agressão venal, a

525858
UNICAMP
Biblioteca - IFCH

raiva é vista como combustível: "Exaltados [...] [os assassinos] começaram a mostrar sua raiva e fúria [...] 'Vamos ensiná-lo a processar um cavalheiro'". No entanto, em vez de matar Deschamps, eles o deixam à noite dentro de um poço, amarrado a seu companheiro. Rezando a Deus, trêmulos, os dois cortam as cordas com os dentes e saem da floresta, sendo salvos por dois camponeses, que os acolhem com palha e cobertores. Chegam enfim a Châteauroux, e dias depois a notícia de que tinham sobrevivido interrompe as comemorações de Foucault.

Rico em suspense e em detalhes (como a lista de livros doutos que estavam em seu baú quando o roubaram, ou a camponesa surda que os enxota como se fossem ladrões, quando saem da floresta), o relato de Deschamps está bem próximo do mundo das histórias narradas, do fato plausível ou verificável, que já encontramos nas cartas de remissão. Contudo, como "histoire miraculeuse", além de "tragique", ele apresenta um contexto diferente daquele do perdão real: foi a providência divina que salvou Deschamps naquela fria noite de novembro.[96]

Nosso segundo exemplo é *Histoire merveilleuse et veritable des homicides, voleries, et assassinats infinis et detestables, commis par le Capitaine la Noye* [História surpreendente e verdadeira dos homicídios, roubos e assassinatos infinitos e detestáveis cometidos pelo capitão de Noye], obra publicada em Lyon durante o reinado de Henrique IV e que está mais próxima de uma fábula moral ou folclórica. Os únicos dados factuais ou contextuais que nela aparecem são o local da ação, uma aldeia próxima de Géant-sur-Loire, uma localidade aparentemente fictícia, e a data da execução, 3 de março de 1608. Apenas o capitão La Noye é nomeado nessa *Histoire*. Ele é dono de um hotel e, por avareza, convence a mulher, os filhos e a criada a ajudá-lo a roubar e matar os viajantes que pernoitam em suas instalações. No início do relato é evocada outra violação das

leis da hospitalidade, na distante "época de Luís VII". O crime cometido por La Noye é o assassinato de um jovem comerciante de gado que veio cortejar sua filha. Quando os pais do rapaz passam a investigar o que aconteceu com o filho, seus companheiros revelam para onde ele foi depois da feira. Surge uma nova evidência — ao ser cortado, um pão que fora assado no mesmo fogo em que o corpo do pretendente havia sido queimado começa a sangrar —, e toda a família acaba presa, sendo condenada e queimada viva.[97]

A *Histoire merveilleuse et veritable* é curta e instigante, dedica alguma atenção aos sentimentos conflitantes da filha, mas é acima de tudo uma história exemplar, sem raízes no tempo nem no espaço. Não é de surpreender que dois anos depois reapareça como um *Discours au vray*, um *Discurso verdadeiro* sobre um certo capitão La Noue, proprietário de um hotel na estrada entre Bayonne e Bordeaux, que foi queimado com a família em 7 de junho de 1610.[98] As histórias de perdão, examinadas pela Chancelaria e objetos de disputa diante de juízes, não seriam transpostas com tanta facilidade de um requerente para outro. Visando à autodefesa, precisavam de "efeitos de realidade" que os contos morais podiam dispensar.

Deixemos agora o mundo dos panfletos, quase sempre anônimos, e avaliemos a sorte das histórias de remissão nas coleções de histórias de autores conhecidos e nos abrangentes "faicts et dicts" dos gigantes de Rabelais. Logo de início, encontramos duas cenas em que o príncipe concede perdão, ambas engraçadas. "Eis uma história para nossas conversas noturnas", escreveu no fim do século XVI Guillaume Bouchet, comerciante de Poitevin, em sua *Serée* sobre as últimas palavras espirituosas dos "Decapitados e enforcados". No reinado de Luís XI, um homem pobre havia sido condenado e era levado para as galés quando, vendo o rei, pediu-lhe um presente:

"Sei o que vai pedir", disse o rei, "que eu salve sua vida."

"Não, Sire, isso não, mas se eu disser o senhor promete pela sua alma fazer o que eu pedir?" O rei jurou que sim, contanto que ele não pedisse a remissão da pena.

"Só peço, Sire, que beije minha bunda depois que eu morrer."

Ele conseguiu o perdão.[99]

O soberano de Bouchet é um bom rei do século XV, que mantém a palavra mesmo diante de um súdito irreverente. O Pantagruel de Rabelais é um príncipe ideal de seu próprio tempo, e recomenda o perdão dentro dos limites da lei e com um senso de humildade diante da dificuldade que todo homem tem para tomar decisões justas. Ele é convocado pelo Parlamento de Myrelingues para dar seu veredicto sobre o juiz Bridoye, que por quarenta anos decidiu nos dados a sorte de seus réus. Com exceção do último caso, todos tiveram um desenlace satisfatório. Bridoye explica que no último isso só não aconteceu porque seus olhos estão tão fracos que ele leu errado os dados. Pantagruel conclui que ele deve ser perdoado em razão da velhice, pela simplicidade e pelas boas sentenças passadas ao longo dos anos, justificativas "permitidas por nossas leis". Depois, junto com seus pares discute as perplexidades com que um bom juiz tem de se deparar — leis contraditórias, advogados que transformam preto em branco —, e conclui que no jogo de dados um homem simples e sincero permite que Deus manifeste a Sua vontade.[100] O acaso não é apenas justificável, é bem-vindo.

Em seus retratos, tanto Bouchet como Rabelais deitam por terra as convenções das cartas de remissão. O rei não contaria a história nesses moldes, e provavelmente não daria risada ao ouvir esses relatos.

Mas e o ponto de vista do requerente? Embora as cartas de remissão e as novelas utilizem os mesmos recursos narrativos, não existem na literatura muitas histórias que reproduzam a condição

exata do requerente: uma situação inesperada, diante da qual um homem bom reage com fúria e/ou em legítima defesa, situação que tem de resolver e rogar para ser perdoado. Certos momentos das histórias de perdão são muitas vezes reproduzidos — como a violenta explosão de raiva contra um inocente —, mas conduzem a um desenlace diferente. Por exemplo, no *Grand parangon des nouvelles nouvelles*, o seleiro-escritor Nicolas de Troyes conta a história de um pajem de um destacamento de soldados que, em Chalon-sur-Saône, mata um cachorro que ladra para seu cavalo. Depois discute com o dono do animal, um pintor muito admirado, que protestara com indignação contra a atitude do pajem. Nesse ponto o relato podia se transformar em uma história de perdão: o pintor, enfurecido, mataria o pajem, seus vizinhos o defenderiam quando fosse preso (soldados de destacamento não eram bem-vistos) e ele acabaria por receber a remissão. Mas tal final seria muito modesto para esse excelente pintor, seria incapaz de gerar intriga suficiente. Em vez disso, o pajem atinge o pintor com a espada, é denunciado pelos vizinhos e condenado à forca pelo juiz. Enfim, o relato se torna a história de um bom juiz que conclama os cidadãos às armas, para impedir que o destacamento resgate o companheiro das mãos do carrasco.[101]

A trama das histórias de perdão deve ter sido para os autores da Renascença o mesmo problema que foi para os requerentes: cerceava o herói, fazendo dele um suplicante.* Uma trama vingativa,

* Uma grande história da Antiguidade que que circulava na França no século XVI apresentava um herói diferente, mas provinha de uma cultura política e religiosa muito distinta: *Édipo rei* e *Édipo em Colona*, de Sófocles, lidas por aqueles poucos que sabiam grego e, em meados do século, pelos que liam latim (edições latinas das tragédias de Sófocles: Veneza, 1543; Paris, 1557). O relato de Édipo a Jocasta, quando conta que, numa explosão de raiva, matou um homem que o desrespeitou numa encruzilhada, constitui uma história de

suscitada por ira antiga e reprimida, seria muito melhor; ou o herói se safaria ou, como no palco trágico, morreria fora de cena.[102] Marguerite de Navarre foi uma das poucas a incluir o perdão ao termo de uma história de vingança: na vigésima terceira *nouvelle* de seu *Heptaméron*, um cavalheiro de Périgord mata o cunhado num triste acesso de raiva; acredita erroneamente estar vingando a morte da irmã e depois, como já vimos, recebe a remissão numa Sexta-feira Santa. A novela, porém, gira em torno da irmã e do marido; suas ações e as do franciscano que os enganou é que são debatidas pelos ouvintes, e não o fato de o irmão ter ou não agido com correção. O problema interessante é por que a irmã não consegue perdoar a si mesma (trataremos dela no próximo capítulo), e não a remissão do irmão, que a rainha de Navarre considera adequada.[103] Quando uma história de perdão é escrita por um autor que não é o próprio requerente, este se torna personagem secundário.

Existem, porém, dois retratos de homens coléricos que nos permitem observar com maior clareza como as narrativas reais de

remissão perfeita. E em Colona, ao pedir asilo em solo sagrado, ele afirma sua inocência pela morte do pai, Laio. Mas, diante de Teseu, Édipo não é um humilde requerente; ele é um exilado com um "desejo" que Teseu pode realizar, um homem "dotado da graça" que se oferece a Teseu e a Atenas ("Oedipus at Colonus", trad. Robert Fitzgerald, em *Three tragedies*, de Sófocles [Chicago, 1954], vv. 574-7, 287). Ao receber asilo, hospitalidade e proteção, Édipo morre, arrebatado para o reino dos deuses; seus ossos trarão segurança e benefícios a Atenas no futuro. Joachim Camerarius, ao comentar a peça no século XVI, interpretou a recepção de Édipo como exemplos da "humanidade" de Teseu e da instituição grega da hospitalidade (*Tragoediae Septem* [em grego], de Sófocles [Genebra, Henri Estienne, 1568], "Commentatio", pp. 194-5). Essa maneira de construir uma solicitação e tal destino para uma pessoa perdoada não ocorreriam com facilidade a um contador de *nouvelles* do século XVI. Na década de 1550, o jovem Joseph Scaliger escreveu uma "Tragédia de Édipo" (*Autobiography*, trad. G. W. Robinson [Cambridge, Mass., 1927], p. 30), hoje perdida; teria sido interessantes acompanhar como ele manejou os temas do homem enraivecido, da autodefesa e do perdão.

luta e perdão eram assimiladas e reinterpretadas por escritores. O primeiro é um episódio cômico de *Propos rustiques*, publicado por Noël du Fail em 1547, quando ele terminava seus estudos legais e estava prestes a começar sua longa carreira como advogado e depois como juiz do Parlamento de Rennes.[104] A história, que se passa no Ano-Novo, gira em torno de uma disputa em que Mistoudin, um esperto camponês, se vinga de um bando agressor de outra aldeia, liderado por *maistre* Pierre Baguette.

Como comparação, vejamos antes um outro confronto, ocorrido em Berry e narrado cerca de dez anos antes por um jovem camponês chamado Benoît Dorgnat, em sua carta de remissão. (Essa história pode muito bem ter chegado aos ouvidos do próprio Du Fail, uma vez que a carta foi enviada para ratificação a Bourges, onde ele foi estudante de direito.[105]) Benoît e seus amigos participavam alegremente dos festejos e colhiam *aguillaneuf* (literalmente, "cogumelo agárico"), termo pelo qual eram conhecidas as serestas acompanhadas por gaitas com que no Ano-Novo os vizinhos se congraçavam pelas galinhas, pelo presunto e por outros alimentos que haviam recebido de presente.[106] Traziam consigo seus bastões e forcados, mas apenas para se proteger dos cães e para atravessar regatos em meio à escuridão. Um grupo de desordeiros — "tipos brigões [...] de má reputação" —, liderado por Gros Jean Pornyn, começou a provocá-los e, apesar das respostas bem-humoradas dos foliões, atacou-os de repente com espadas e outras armas. Benoît e seus companheiros reagiram à altura — nesse ponto a narrativa o compara a são Jorge, com o dever de se defender —, e ele atingiu Pornyn com o forcado duas vezes, levando-o a morrer pouco depois. Por temer os rigores da Justiça, Benoît fugiu da região etc.[107]

Na história de Du Fail, que como sempre alterna nomes e lugares inventados com nomes e lugares da zona rural da Bretanha,[108] os colhedores de *aguillaneuf* é que são os desordeiros,

ainda que afirmem o contrário. (De fato, as colheitas de Ano-Novo tinham um clima mais ameaçador do que Benoît Dorgnat estava disposto a admitir.) Estão armados com forcados e algumas espadas velhas e enferrujadas, e, entre gaitas e tamborins, amealhando salsichas e presunto, *maistre* Pierre ostenta a espada e diz: "Este golpe não vai receber remissão", ou "[veja isto] e diga: 'Je ne vous demande rien' ". Ao avistarem Mistoudin na rua, este diz que não tem nada a dar pelo *aguillaneuf*, mas oferece aos rapazes bebida e presentes, convidando-os a entrar em sua casa. *Maistre* Pierre retruca: "Quer nos despachar com um pelote de banha?", e o golpeia com a faca. Mistoudin foge e jura vingança; desfeito em lágrimas, conta tudo a sua mulher, que não dá importância ao fato; e "en cholere", "outragé", planeja uma emboscada junto com seu irmão. Os dois se atocaiam perto de um tanque por onde sabem que o grupo terá de passar; quando vê *maistre* Pierre e seus homens chegarem, o irmão de Mistoudin remove uma das tábuas que cobria o lugar e envolto na névoa surge Mistoudin, debaixo de um lençol e com uma foice na mão, como se fosse um morto. Aterrorizados com o fantasma, os rapazes caem na água ao tentar escapar, e Mistoudin e seu irmão partem — dando risada — com todo o *aguillaneuf*. Quais foram as conseqüências? Uma nova canção local, baseada no bando de *maistre* Pierre, e dois novos processos (um por roubo, outro por espancamento), abertos pelos adversários e que seriam decididos na sessão seguinte do Parlamento.[109]

A verve cômica de Du Fail expõe algumas das ilusões das histórias de perdão, embora a vingança de Mistoudin tenha um caráter fantasmagórico, pois ele mata *maistre* Pierre de susto em vez de assassiná-lo. A remissão é apresentada como um jogo em que alguns golpes são permitidos e outros não, como mero espetáculo de apaziguamento. Mistoudin, ainda que um personagem simpático, teria exagerado em seu relato ao irmão: "Como um homem que conta uma briga, ele aumentava ou diminuía, dando mais

colorido ao que lhe era conveniente, em benefício de seu pleito". Revela-se que a fanfarrice de *maistre* Pierre é um engodo; que a cólera de Mistoudin provoca em sua esposa apenas o riso. Ao narrar as querelas da aldeia, Du Fail evidencia o hiato que havia entre o que aconteceu e o que as pessoas disseram que aconteceu. Há algo, no entanto, que pode estar encoberto na comédia do advogado: o riso — da mulher, de Du Fail, do leitor — torna difícil ouvir as sérias reivindicações da honra camponesa, que sabemos existirem de fato por meio de ações e relatos.[110]

Nosso segundo exemplo é trágico: a história de Romeu e Julieta. Tanto nos originais italianos como nas reconstruções francesas e inglesas, a história mostra a ação da fortuna no amor e no ódio, velhos manipulando jovens por meio do matrimônio e de contendas familiares. Os leitores logo perceberão motivos de remissão em potencial na história do "bobo da fortuna", mesmo que o perdão seja mais desejado e/ou esperado do que alcançado. (Na verdade, se Romeu o tivesse obtido, a tragédia teria sido cortada pela raiz.) Um dos dois relatos que vamos examinar não deixa dúvidas quanto à possibilidade de uma verdadeira história de remissão, de um príncipe que, embora dotado de agudeza de espírito, é misericordioso; o outro vai ao âmago das questões da raiva, do homicídio, do pedido de perdão, do Estado.

A história de Romeu e Julieta tornou-se conhecida dos leitores franceses em 1559, quando Pierre Boaistuau a incluiu em sua tradução de seis novelas de Bandello, dando-lhes o novo título de *Histoires tragiques*, histórias trágicas.[111] Como Bandello, ele garantia aos leitores que os acontecimentos narrados eram histórias reais — "histoire tres-veritable" —, embora também adornasse o texto italiano. Advogado, Boaistuau introduziu algumas mudanças no tema inimizade-homicídio-perdão, que, no entanto, não alteram o problema de seus personagens. Contra o pano de fundo da nova legislação francesa que punia casamentos clandestinos, em lugar

de ataques de cólera, ele usou a desobediência aos pais como elemento complicador da trama.[112]

A história começa em um período de bonança na inimizade entre Capellets e Montesches; a luta entre Rhomeo e Thibault, primo de Julliette, irrompe um ou dois meses depois de o jovem casal ter se casado em segredo, isto é, "na época da Páscoa, pois homens sedentos de sangue costumam cometer suas iniqüidades em dias de festa". Rhomeo envolve-se numa briga de rua e tenta apartá-la: "Amigos, é hora de acabar com nossas brigas". Só depois que, furioso, Thibault o insulta e quase corta fora sua cabeça é que ele responde com indignada violência. Depois de matar Thibault, Rhomeo se refugia com frei Laurens; ocorre um julgamento com testemunhas e argumentos de ambas as partes, e o senhor de Verona e seu conselho decidem que, "como Rhomeo matara o outro em legítima defesa, deveria ser banido de Verona para sempre". Quando a atormentada Julliette pede para acompanhar Rhomeo no exílio, se preciso vestida como criado, ele a faz desistir, dizendo que o pai haveria de encontrá-los e que ele seria punido como seqüestrador, e ela, como filha desobediente. Rhomeo lhe garante que em breve conseguirá revogar seu banimento. Até esse ponto, o relato de Boaistuau podia servir para um pedido de remissão de Rhomeo; os leitores franceses, familiarizados com a prática do perdão, esperariam que ele fosse outorgado.[113]

Ao final, a história trágica dos dois jovens amantes é repetida por frei Laurens diante de uma corte de magistrados e cidadãos, e ele tem de explicar por que foi encontrado junto com os corpos dos dois, na tumba dos Capellets. Depois que seu relato é "confirmado" por testemunhos e pela carta que Rhomeo deixara para o pai, saem as sentenças recomendadas pelo lorde de Verona ou pela corte: a aia de Julliette, porque escondeu o casamento clandestino — "que se ela houvesse revelado a bom tempo teria feito grande bem" —, é condenada ao banimento; o farmacêutico que vendeu o veneno a

Rhomeo, à forca; e nenhuma acusação ou infâmia pesa sobre frei Laurens, em reconhecimento por sua boa vida pregressa e pelos serviços prestados à República. Só depois que todas as questões legais foram dispostas é que Boaistuau narra as lágrimas derramadas por Capellets e Montesches, que convertem sua raiva em reconciliação.[114]

Muitas razões podem explicar a tranqüilidade com que Boaistuau transpõe temas de remissão para a sua "história [...] dos dois amantes". Talvez fosse devido à intenção de torná-la, nas palavras de um crítico, "o exemplo mais cristalino da tragédia da Fortuna"; as águas não podiam ser turvadas com possíveis responsabilidades, histórias incertas ou julgamentos imperfeitos. Talvez se tratasse de um compromisso mais amplo e mais prudente com uma maneira de retratar a lei e a soberania: Boaistuau havia estudado direito com Jean de Coras, importante filósofo da soberania, e logo iria apresentar suas *Histoires tragiques* à rainha da Inglaterra.[115] De todo modo, no entanto, ele admitia o mundo da remissão, da justiça real e da misericórdia como um quadro compreensível para a sua história.

Do outro lado do canal da Mancha, em sua tragédia maior, Shakespeare daria a nossas histórias de perdão seu tratamento mais complexo.[116] Na Inglaterra elisabetana, como veremos, o perdão legal não era concedido exatamente como na França, mas a narrativa e as questões morais eram semelhantes. Em *Romeu e Julieta*, Shakespeare fala de um mundo de homicídios e pedidos de perdão, mas o vincula a diversos quadros pelos quais pode ser entendido.

O prólogo de Shakespeare apresenta a antiga e violenta inimizade entre os Capuleto e os Montecchio, e na abertura da peça Sansão e Gregório, servidores dos Capuleto, não realizam suas tarefas, mas discorrem sobre o ódio — "Quer dizer, quando dá raiva a gente saca a espada" — e tomam o partido de seus senhores contra os Montecchio e seus homens. Quando estes entram, Sansão e Gregório provocam uma briga, tentando ornar sua linguagem com o palavreado da lei ("Não, senhor, eu não rôo as unhas por sua causa, não. Mas rôo as unhas, sim, senhor"). Eles cruzam armas; Benvólio, amigo de Romeu, entra e tenta detê-los; Teobaldo, sobrinho dos Capuleto, entra correndo para expressar seu ódio. Segue-se uma escaramuça. Transeuntes finalmente põem fim à disputa, e o príncipe de Verona denuncia a "fúria perniciosa" dos lutadores, o "ódio doentio" dos senhores Capuleto e Montecchio. Ameaça os pais: "Se perturbarem de novo nossas ruas,/ pagarão com suas vidas o preço da paz".[117]

O próximo encontro ocorre no banquete dos Capuleto, ao qual Romeu e Benvólio resolvem ir como mascarados que não haviam sido convidados. Embora ao ir à festa Romeu conte com certa dose de premonição, e Benvólio com alguma irreverência, é a comparação de belezas o que ambos pretendem, não uma briga. Nós, leitores de remissões, sabemos, porém, que comensais não convidados são prenúncio de confusão: Teobaldo reconhece a voz de Romeu, quer matá-lo na hora e é impedido apenas pelas palavras ásperas de seu tio. Teobaldo arquiteta um plano — "A paciência imposta e minha justa cólera, ao se encontrarem,/ fazem meu corpo tremer" — e envia a Romeu uma carta em que o desafia para um duelo na manhã seguinte.[118]

A grande cena de luta do terceiro ato começa, como no primeiro, com uma conversa a respeito de ódio e brigas. Benvólio diz a Mercúcio que os dois devem entrar, pois os Capuleto estão por toda parte ("Nestes dias quentes, o sangue insensato ferve"), e em seguida ambos trocam bazófias sobre quem é o menos briguento. Nas provocações de Mercúcio, transparecem paródias de histórias de remissão: "Você brigou com um homem porque ele tossiu na rua e isso acordou seu cachorro [...] e mesmo assim quer me admoestar por pelejar". Chega Teobaldo, que troca insultos com Mercúcio, enquanto Benvólio implora a eles que se retirem. Romeu entra e Teobaldo o chama de "patife", "moleque". Enquanto Romeu tenta

acalmar os ânimos, falando de uma misteriosa razão para o seu amor, chocado com essa "desonrosa submissão" Mercúcio saca a espada. Teobaldo então faz o mesmo e, no momento em que Romeu lembra a ordem do príncipe, tentando impedir a briga, atinge Mercúcio com um golpe fatal, por baixo do braço de Romeu.

Só então Romeu se enfurece. De repente, percebe que seu amor por Julieta o deixou "efeminado" e "indulgente". "A fúria que incendeia os olhos será agora minha conduta", ele diz, e, respondendo ao desafio de Teobaldo, mata-o numa luta. Por insistência de Benvólio — "Fuja, Romeu, vá!... O príncipe o condenará à morte/ se for pego" —, Romeu foge.

A cena termina com um julgamento. O príncipe pergunta a Benvólio: "Quem começou essa sangrenta luta?", e a resposta é a base de um pedido de perdão para Romeu. "Teobaldo", responde Benvólio; exagerando o empenho de Romeu na pacificação (Benvólio o retrata de "joelhos humildemente dobrados" perante Teobaldo); ele deixa também de mencionar que Mercúcio havia sacado a arma primeiro. "Ele é da família Montecchio", protesta a senhora Capuleto. "Essa afeição o faz inexato [...] Romeu matou Teobaldo, Romeu não deve viver." O príncipe decide impor pesadas multas aos pais e exilar Romeu. Ele não quer nem lágrimas nem preces: "A clemência é apenas assassina, quando perdoa a quem mata". Depois, frei Lourenço lembra ao choroso e amargurado Romeu que, nessa situação, o banimento é, de fato, misericórdia ("Por nossa lei sua falta pede a morte"), e que algum dia ele poderá pedir o perdão do príncipe e ter permissão para voltar.[119]

As cenas shakespearianas que mostram jovens brigando reproduzem em linhas gerais os confrontos que observamos na França, com cenários, palavras, motivos e desfechos semelhantes. Mesmo quando a briga dos servos é mostrada mais como uma caricatura cômica do que com a seriedade das histórias de servos relatadas nos arquivos,[120] Shakespeare sugere que esses ataques súbitos

são da mesma espécie, quer se trate de nobres ou não. A raiva é combustível essencial para manter acesa a chama da inimizade, tanto o fogo constante de Teobaldo como o "sangue louco", a "bílis quente", a *chaude colle* dos textos dos requerentes.[121]

Mas a "explosão de raiva" não é suficiente para o perdão, nem para o príncipe de Verona nem para a lei inglesa, que quanto a isso é mais estrita que a francesa em sua definição do que constitui um homicídio perdoável. A partir do século XIII, na Inglaterra os perdões eram concedidos de duas formas: "perdões de graça", outorgados a critério do rei, quase sempre mediante um pagamento ou em consideração por serviços militares prestados ou futuros (o Parlamento insistiu para que não fossem concedidos em crimes premeditados e emboscadas); e "perdões de fato", dados a pedido de um indivíduo e por recomendação de um júri, quando o homicídio era legalmente desculpável — isto é, quando havia sido cometido em legítima defesa ou acidentalmente. A legítima defesa era interpretada em termos *estritos*: primeiro o assassino tinha de tentar todo o possível para escapar, tinha de se ver contra a parede. O resultado, como Thomas A. Green demonstrou tão bem, foi a elaboração de muitas histórias de perdão ao longo dos séculos, nas quais homicídios descritos como calorosas querelas nos livros dos investigadores se transformam, nos registros dos júris, em histórias de legítima defesa ou em acidentes. Adúlteras não são mortas no ato; elas primeiro se levantam da cama e atacam o marido.[122]

Na época em que Shakespeare escreveu *Romeu e Julieta*, a definição de homicídio desculpável continuava tão estrita quanto antes, mas duas mudanças ocorridas na Inglaterra ajudam a entender como o perdão e as histórias de remissão eram vistos pelas platéias, mesmo numa tragédia transcorrida na Itália. Primeiro, os Tudor mostravam-se propensos a uma legislação que coibisse a arbitrariedade dos "perdões de graça" em casos extremos, como o homicídio premeditado e doloso. Na prática, como indicou Law-

rence Stone, esses perdões foram concedidos pela rainha Isabel a assassinos pertencentes à aristocracia, exceto quando seus crimes estavam próximos da traição ou eram ultrajantes escândalos públicos; contudo, no final do século XVI os grandes aristocratas lentamente compreendiam que havia violências indesculpáveis.[123]

Além disso, surgia entre o homicídio desculpável e o crime capital uma nova categoria legal, o homicídio culposo, que podia encobrir um crime cometido por um réu primário "repentinamente" e (embora isto fosse discutível) "numa explosão de raiva". Nesse caso era preciso estabelecer não ações externas, tentativas de fuga, mas estados de espírito internos. Um homem que tivesse praticado tal ato e fosse capaz de ler uma charada dos Salmos podia então recorrer à "justiça do clero";* se a história se sustentasse, o acusado seria marcado com um M no polegar e, a critério do juiz, poderia passar um ano na prisão. O número de "perdões de graça" concedidos em caso de homicídio, sob alegação de legítima defesa, diminuiu; o de veredictos de homicídio culposo aumentou. E os relatos de homicídios se transformaram.[124]

Na Inglaterra dessa época, a misericórdia e o perdão para com o homicídio perdiam espaço para a lei e para castigos diferenciados.[125] É nesse quadro que Shakespeare põe em cena homicídios em que feridas e falhas se evidenciam. As ações do duelista Teobaldo,

* "Plead clergy" ou justiça do clero era uma regra legal que permitia que crimes graves cometidos por membros do clero fossem julgados por uma corte especial, ligada à Igreja, na qual não havia punição capital. Ao longo dos séculos, a aplicação dessa norma sofreu importantes mudanças: a definição de "clero" foi ampliada, sendo aplicada a qualquer pessoa que soubesse ler (passando a incluir, em 1706, qualquer requerente, quer soubesse ler ou não), e as cortes especiais perderam a prerrogativa de julgar tais casos. Assim, muitos acusados de crime capital podiam "plead clergy", sendo então marcados no polegar e libertados. Acusados que não pertencessem ao clero podiam lançar mão dessa prerrogativa apenas uma vez (N. E.)

do bilioso Mercúcio e do defensivo Romeu, que requerentes e juízes se esforçariam por distinguir, são aqui claramente sobrepostas, de modo que a inocência de Romeu acaba contaminada pela animosidade de Tybalt. O estatuto de verdade das histórias de violência e dos acontecimentos fortuitos varia de acordo não apenas com o narrador, mas também com a ocasião. A confiabilidade de Benvolio está em baixa quando ele pede misericórdia para Romeu, ao contrário da de frei Lourenço, quando ao final da peça ele se oferece para assumir a responsabilidade:

> *Se alguma coisa*
> *deu errado por minha culpa, que a minha velha vida*
> *seja sacrificada, algumas horas antes do tempo,*
> *pelo rigor da mais severa lei.*[126]

Até mesmo o príncipe, que tem a palavra final, se vê perplexo ao determinar os limites da verdadeira misericórdia ou da linha exata a separar punição e perdão. A ameaça de executar os Capulet e os Montague no caso de outros atos violentos não persevera, mas o príncipe se preocupa com sua "vista grossa diante da discórdia [deles]". A pena de banimento para Romeu é uma espécie de misericórdia que ele apresenta como rigor. Ao final, sua fala é dúbia: "Alguns devem ser perdoados, e outros, punidos".[127] Espectador e leitor acabam tendo de julgar por si mesmos.

3. O derramamento de sangue e a voz da mulher

Mais uma vez, comecemos com uma história de perdão:

Francisco etc. Declaramos etc. que recebemos a humilde petição dos pais e amigos de Marguerite Vallée, viúva do falecido Jaquemin Valenton, moradora de Villers-le-Sec em Partoys, de 34 anos de idade, mais ou menos, prisioneira nas prisões de Victry em Partoys [uma aldeia da região de Champagne], declarando que há treze ou catorze anos, mais ou menos, contraiu matrimônio com o citado defunto Valenton, seu marido, e que durante o casamento Marguerite sempre se conduziu e se comportou bem e decentemente, sem nenhuma culpa nem má reputação à sua pessoa, e sempre se dedicou a bem conduzir e tratar seu marido, filhos e casa o melhor possível, sem causar mal nem desprazer a seu marido nem lhe desobedecer, e que do citado casamento ela teve seis filhos, inclusive há seis ou sete meses teve duas filhas, gêmeas da mesma gravidez. Não obstante, durante o casamento, seu marido sempre a tratou muito mal e bateu nela e a espancou, muitas e diversas vezes em diversas

partes do corpo, tanto com pauladas como com outros golpes, que a deixavam muito mortificada e ferida. E a tratou tão mal e bateu nela de modo violento e a mutilou diariamente e continuamente a ponto que muitas vezes ela ficou perturbada e fora de si e perdeu o entendimento de tal forma que muitas e diversas vezes, durante muito tempo, durante anos, ela e outros, em seu nome, fizeram oferendas e novenas diante da senhora santa Berta, no local e na abadia de Aulnoy, que fica longe do citado Villers e da moradia daquela Marguerite, porque se trata de lugar muito requisitado por pessoas que estão fora de si e perderam o entendimento. E em meio a esses espancamentos e maus-tratos, Marguerite caiu em desespero e muitas vezes desejou estar morta.

E ao continuarem esses maus-tratos, agressões e espancamentos, da parte do seu marido, no sábado 21 de outubro próximo passado, quando fazia uns oito dias que Marguerite saíra do resguardo de suas duas filhas e, à noite, aquele defunto Valenton, seu marido, sem razão nem propósito e sem que ela tivesse feito ou dito nada de errado, atirou-lhe um cálice de cerâmica, que a atingiu, e depois jogou nela um prato de cerâmica, que a atingiu e machucou muito no braço. Depois, pegou um grande pedaço de pau e uma garrafa de trinta litros que serve para medir grãos, pesada e com ferros em diversos pontos, com que tanto bateu nela, além de dar socos, e a agrediu e mutilou seu corpo, braços, pernas e rosto, que ela ficou toda mortificada, principalmente no rosto, de forma que estava com ele todo roxo, de sangue pisado.

Devido a isso, para evitar maiores riscos e perigos à sua pessoa, depois de ter sido assim espancada, mutilada e ferida, viu-se obrigada a retirar-se e proteger-se na casa de um dos vizinhos, mostrando-lhe os ferimentos e agressões e chorando e reclamando junto a seus citados vizinhos, qual mulher desesperada, dizendo que preferia estar morta. Vizinhos esses que a consolaram e reconfortaram o melhor que puderam e, com piedade de suas duas filhas, a persuadi-

ram a retornar para casa. Coisa que ela recusou muitas e diversas vezes, dizendo que preferia morrer a voltar e que estava apenas se acabando, desejando sempre a morte e o fim por desespero, e que tanto fazia se seu marido a matasse com um machado que tinha e com o qual comumente a ameaçava.

Entretanto, os vizinhos, por grande piedade das duas filhas gêmeas que ela estava amamentando, que nem mesmo tinham umas três semanas, tanto a persuadiram que conseguiram fazê-la voltar à casa de seu marido, que era um homem furioso, chegado ao vinho, chulo e blasfemador contra o nome de Deus, e que já estava deitado em uma caminha diante do fogo, local em que Marguerite havia pouco tinha dado à luz. E continuando suas agressões, começou a injuriar Marguerite e a ameaçar de espancá-la como antes, blasfemando contra o nome de Deus, que fazia um mês que ela não se deitava com ele. Diante disso, Marguerite, que em meio aos citados espancamentos e agressões estava tão perturbada em seu espírito, fora de si e como desesperada, disse diversas vezes a Valenton, seu marido: "Aí está o machado com que tanto me ameaça. Pode me matar, não me faça mais sofrer. Minha vida me causa desgosto e não consigo mais viver nesse estado".

Com o que Valenton, depois que aqueles que ali tinham ido acompanhar de volta e levar a citada Marguerite à sua casa se retiraram e que Marguerite ficou sozinha com o citado defunto seu marido, esse defunto, continuando seus ditos ultrajantes e perseverando de mal a pior, de repente, e com grande fúria, levantou-se da caminha onde estava, e pegando o citado machado, e xingando e blasfemando contra o nome de Deus mais do que antes, disse a Marguerite que a proibia para sempre de falar e de sair de casa. E dizendo isso aproximou-se dela e deu-lhe um golpe com o machado, que ela evitou o melhor que pôde, e portanto Marguerite para se salvar fugiu de diante dele, que impetuosamente atirou o machado de tal forma que passou perto de sua cabeça. E vendo Marguerite o furor de Valenton, seu

marido, e que ele corria para pegar de novo o citado machado e bater nela e agredi-la, aquela Marguerite, obscurecida e perturbada pelas agressões e como uma mulher desesperada, voltou-se e repentinamente pegou o citado machado, com o qual, para repelir as agressões e defender-se, desferiu dois ou três golpes sobre Valenton, não sabendo Marguerite exatamente em que ponto, visto que estava tão fortemente obscurecida e perturbada pelos espancamentos e agressões de tal forma que fez o que fez sem saber o que fazia.

E para evitar a fúria de seu marido saiu da sala e, muito abalada e consternada, retirou-se para a casa de outro de seus vizinhos, sem pensar que seu marido estivesse muito ferido, onde ficou e repousou até o dia seguinte, quando lhe disseram que haviam estado em sua casa e encontrado a porta da sala travada por dentro com um pau e uma acha de lenha, e que haviam encontrado seu marido morto naquela sala.

Por essa ocasião, a citada Marguerite ausentou-se do local onde o caso ocorreu, e vagou por diversos campos e aldeias em desespero e em luto e desgosto, tanto por terem dito que seu marido fora morto assim, como por seus pobres filhos, que tinham ficado sozinhos e desprovidos, até mesmo as pequenas gêmeas que eram tão novas, ela quis se afogar como mulher desesperada, do que foi impedida pelas pessoas que a acompanhavam. E desde então, tendo lembrança e reconhecimento de seus pobres filhos que deixara em grande e impressionante arrependimento, decidiu retornar ao local que abandonara para vê-los e deles cuidar. Todavia, pelo caminho de volta, tentou algumas vezes atirar-se na água para se afogar, do que foi sempre impedida.

E estando próxima de Betancourt, que fica junto e próximo à citada Villers, foi presa pelos oficiais do povoado e senhoria do citado Betancourt, em nome do senhor ou da dama dali. Aquela Marguerite foi interrogada, e acareada, e foi iniciado seu processo em razão do citado caso, por nosso abade do citado Victry. E diante

disso, temendo a justiça, ela negou ter atacado ou tocado o defunto e fez diversas variações e negativas nos interrogatórios e confissões. E temendo os requerentes que em razão do caso possamos querer proceder rigorosamente contra Marguerite Vallée, se nossa graça e misericórdia não lhe forem outorgadas, a nós humildemente requereram os solicitantes em prol da citada Marguerite, parente deles [o perdão].

Em fevereiro de 1537, Francisco I, por compaixão pelos filhos de Marguerite Vallée, principalmente as pequenas gêmeas, e considerando que ela agira para defender-se de seu marido e sempre se portara bem no passado, ordenou ao *prévôt* de Vitry que ela recebesse a graça real.[1]

A loquaz petição de Marguerite Vallée e seus parentes sugere o esforço que essa mulher do século XVI teve de fazer, mesmo com a ajuda do secretário real, para justificar ou desculpar seu ato de violência. Do início ao fim, a questão era se ela iria ou não matar o marido. Nas repetidas menções ao desespero de Marguerite e aos maus-tratos que ela sofria, nunca se fala de sua raiva.[2] Quando um rude lionês, por sua vez, buscou perdão por ter assassinado a esposa que o espancava, logo citou o dia de maio em que ela o atacou com uma garrafa de vinho, um pedaço de pão e uma terrina, e contou como, "perturbado e furioso, num ataque de raiva" enfiou uma faca de pão na barriga dela.[3]

Não que no século XVI se pensasse que as mulheres estivessem imunes a esse pecado mortal. "Não existe raiva maior que a de uma mulher", diz o Eclesiastes, convenientemente municiando manuais de caça às bruxas como o *Malleus maleficarum*. A mesma questão é abordada de modo mais ponderado por Sêneca, e também por Calvino, que em seu comentário ao *De clementia* afirma: "Onde não há força para causar dano, há loucura cega, falta de equilíbrio, fúria e gritos".[4] A esposa violenta é representada em provérbios, his-

6. O pecado da ira e seus frutos, de Léon Davent, Les sept péchés capitaux, cópia de Luca Penni, c. 1545. Bibliothèque Nationale, Cabinet des Estampes, Da. 67 fol.

tórias e canções, e gravuras do século XVI que mostram o pecado da ira (ver ilustração 6) trazem ataques de fúria tanto de mulheres como de homens.[5] Em um comentário mais próximo do cotidiano, a experiente parteira Louise Bourgeois observou que a raiva era a fonte de muitas das reclamações de suas pacientes; elas tinham no útero muito sangue colérico, e disso resultava ou a infertilidade ou o aborto.[6]

Procurando os modelos que pensam a raiva feminina

A raiva das mulheres, no entanto, era aceita em poucas circunstâncias. Na teoria clássica dos humores, o homem era quente e seco, e podia ser levado pela feroz bílis amarela tanto à fúria de um assassinato como às intensas paixões da guerra.[7] A mulher era fria e úmida, sua ira era intensificada pela fleuma, acomodada pela melancolia. A *chole* feminina podia não se consumir no calor do momento, podia prolongar-se, como a fúria de Medéia ou como a obstinação das mulheres da Gasconha citadas por Montaigne, que "preferiam [...] morder um ferro quente a renunciar a uma opinião concebida num momento de raiva".[8] Se irrompia em violência, a ira de uma mulher podia ser aceita em casos excepcionais, como em defesa dos filhos ou da religião, num motim por alimentos ou num levante religioso, ou em defesa de seu país, como nos casos de Judite e Joana d'Arc. No entanto, os derramamentos de sangue legítimos ficavam em sua maioria nas mãos dos homens.[9]

Num texto erudito do século XV que poucos requerentes devem ter lido, Christine de Pizan tentou defender a problemática relação das mulheres com a violência:

> Quanto à ousadia e à força física, Deus e a Natureza muito fizeram em prol das mulheres ao dar-lhes tal fraqueza, porque, graças a esse agradável defeito, ela ao menos são escusadas de cometer as horrendas crueldades, assassinatos, os terríveis e sérios crimes perpretados pela força [...] Assim, as mulheres jamais receberão as punições que

> tais casos exigem, e [...] seria melhor para as almas de muitos homens fortes se sua jornada neste mundo se desse dentro de fracos corpos femininos.

Ela fala em seguida de amazonas corajosas como Thamaris, que, "encolerizada pela morte de um de seus amados filhos", vingou-se de forma cruel mas adequada do persa Ciro.[10] Não sugere, contudo, que se trate de exemplos para a sua época.

O homicídio em legítima defesa era, evidentemente, aceito para ambos os sexos, e o cânone do século XVI reconhece que uma mulher que matasse um homem que a estuprou não estaria pecando, se ela não tivesse outro meio de escapar ou de se defender.[11] Mesmo assim, era difícil justificar o assassinato de um marido. Na França, ao contrário do que ocorria na Inglaterra, não se tratava de uma traição trivial, e o jurista Papon comenta que nenhum homicídio era mais desumano e detestável que o assassinato entre marido e mulher.[12] Por outro lado, segundo a ordem natural, as mulheres deviam obedecer a seus maridos com paciência, e os maridos deviam corrigir e conduzir suas mulheres, lançando mão do castigo físico moderado, se necessário. Assim, uma esposa tinha maior dificuldade ao buscar uma linguagem que legitimasse um ataque. A desobediência da mulher era pretexto para que o marido falasse da *chaude colle*, e uma esposa podia relatar o seu medo — mas não sua raiva.

Juristas

Aconselhadas por notários reais, ou seguindo seus próprios instintos, as requerentes do século XVI usavam diferentes estratégias para descrever seu estado de espírito ao cometer um homicídio não premeditado. Nunca se apresentavam como fúrias vingadoras implacáveis — mas tampouco recorriam à polarização, freqüente no século XIX, entre a mulher "boa" e a mulher raivosa, presa no sótão.[13] Em vez disso, apresentavam-se em meio a um

amplo espectro de afetos.* Algumas não mencionavam nenhuma emoção que tivesse desencadeado os fatos e deixavam que estes falassem por si mesmos. Outras apresentavam-se como Marguerite de Vallée, "tão perturbada ['troublée', 'esmue'] [...] que fez o que fez sem saber o que fazia".[14] Outras ainda ficavam "esquentadas" ("reschauffée", "eschauffée"), e uma mulher que matou o filho em uma disputa de herança com o irmão disse ter sido movida "por

* Existem muitos textos interessantes sobre a expressão da raiva e da agressividade femininas em escritos do século XIX e início do XX, principalmente na Inglaterra (ver títulos na nota 13 deste capítulo). A raiva ou é reprimida pelas heroínas desses textos (ou pelas autoras, quando os textos são autobiográficos) ou é "indireta e desviada", "disfarçada"; ou limitada a romances "sensacionalistas" nos quais as mulheres quase sempre matam os maridos, mas são punidas e se arrependem no final; ou, como no caso de Jane Eyre, a raiva é atribuída a um duplo que vive no sótão, a louca esposa Blanche, que tenta queimar seu marido Rochester na cama quando Jane reprime a raiva que sentia por ele. As requerentes do século XVI demonstram desconforto semelhante ao apresentar sua raiva ao notário, rei ou juiz, mas são menos propensas a reprimir suas paixões. Essa diferença pode ser explicada pelo contexto imediato (a explosão de raiva era, em princípio, uma desculpa legal para ambos os sexos) ou pela origem social da requerente. Mas a mudança de pressupostos culturais pode também ter o seu papel. No século XVI, as mulheres ouviam dizer que eram incontrolavelmente furiosas e libidinosas. Mesmo contrariando essa visão negativa (como veremos com Marguerite de Navarre), era difícil exorcizar a raiva. Assim como no final do século XVIII a imagem do desejo forte e desordenado estava sendo redesenhada, adquirindo os contornos de um apetite sexual diminuído que a mulher era capaz de acender e apagar, também a fúria devoradora da mulher era apresentada como uma emoção que a vasta classe média de boas mulheres podia e devia controlar. Na primeira metade do século XIX, a recusa à agressividade era não apenas uma prescrição moral, mas, para o analista freudiano, uma parte normal do crescimento de toda menina. Os casos de duas mulheres de classe média na França do fim do século XIX sugerem uma trajetória bem diferente, se comparada ao século XVI: ambas confessaram "crimes passionais", uma matara um homem que afirmava tê-la estuprado ("A raiva subiu à minha cabeça") e a outra assassinou a amante do marido, que fora sua melhor amiga ("A emoção me sufocava"). Ambas foram absolvidas. (Mary Hartman, *Victorian murderesses* [Nova York, 1977], caps. 4, 6.)

raiva" ["en chollere"], embora pretendesse apenas castigá-lo.[15] Uma camponesa atirou pedras na amante do marido "de chaulde colle", mas também "movida pelo ciúme" ("par force de la Jallosie"), introduzindo uma emoção que os homens não admitiam ao matar suas esposas adúlteras ou os amantes delas. Um marido apenas dizia, como um farmacêutico de Tours, que "havia proibido à mulher a companhia do citado Estienne". Para ele, o que estava em jogo eram a honra e a obediência, não o degradante ciúme. Que homem respeitável se apresentaria como o ridículo marido do *Tiers livre* de Rabelais, devorado pelo ciúme?[16]

Por fim, o modo como duas mulheres descreveram sua raiva revela que, quando a fórmula era usada diante do rei ou de um juiz, para elas não se tratava de uma desculpa fácil. Na Picardia, em um mês de janeiro, a viúva Jeanne de Francastel quis castigar uma menina de catorze anos que, enquanto cuidava das roupas de um grupo de lavadeiras, acendeu uma fogueira junto ao carvalho de Jeanne, para se aquecer; o filho dela ergueu as pernas da menina sobre o fogo, enquanto Jeanne dizia: "Va, va, chauffe" — "Vamos, vamos, se aqueça". Jeanne e seu filho fizeram um acordo com o pai da menina, mas então a menina morreu das queimaduras. Jeanne explicou que, quando viu sua velha árvore, ficou "irada, desolada", "mal meue et de chaude colle". O calor do sentimento e o da ação se fundem em uma cena infamante.[17]

Em Touraine, a vítima de Jeanne Mayet foi seu genro, homem que segundo ela batia em sua filha, e abusava dela e do marido, além de esperdiçar na taverna todo o lucro do moinho da família. Um dia, "em grande raiva e aflição", ela disse ao criado que, se matasse o genro, ele teria sua filha como esposa. "Logo depois de dizer essas palavras, ela caiu em si. Havia dominado sua raiva e estava incomodada com o que havia dito." Foi imediatamente se confessar e o padre a absolveu. Em sua apresentação, Jeanne Mayet pede desculpas por sua raiva, não pelos atos movidos por ela. Mas, é claro, o

criado não se esqueceu do trato: encorajado por seu pai, atirou o genro dentro do rio Indre.[18]

Jeanne Mayet era viúva quando encaminhou sua petição a Francisco I. Na última frase de sua narrativa, ela explica por quê: Étienne Mayet havia sido executado por assassinato, eximindo-a no cadafalso de qualquer responsabilidade. Aqui encontramos uma interessante característica das histórias de perdão de mulheres, ao menos nas que localizei para este estudo. As mulheres quase nunca alegam "imbécillité", termo legal que designa a fraqueza mental e de vontade que seria característica das mulheres e que, em certos processos judiciais, podia valer a absolvição ou sentenças mais leves.* Nas histórias de perdão, todos são requerentes, existindo "homens simples e pobres" assim como "mulheres simples e pobres". Uma esposa que cometeu um assassinato tampouco evoca a influência do marido, embora em alguns casos isso também fizesse parte da defesa judicial.[19] Ao clamar por misericórdia, assumem responsabilidade por seus atos sem acusar os esposos de crimes capitais. Na verdade, existem petições conjuntas de marido e mulher em que suas ações estão implicadas. Um moleiro de Orléans e sua esposa confessaram ter mentido em seu depoimento sobre um intruso, por terem sido ameaçados e subornados, e por sua "simplicidade e juventude". Um pobre casal de camponeses que

* Dificuldades que os úteros causam às mulheres não são mencionadas nem em processos criminais nem em pedidos de remissão. Em todo caso, a "sufocação materna", nome que se dava à histeria, levava à paralisia ou perda da fala, não à violência e outros crimes, e a tensão pré-menstrual não é mencionada e talvez não fosse percebida como um problema sério (ver Patricia Crawford, "Attitudes toward menstruation in Seventeenth-Century England", *Past and Present*, 91 [maio de 1981]: 47-73). O uso que Marguerite de Vallée — que amamentava gêmeas recém-nascidas — faz de seu corpo tencionava despertar compaixão por ela e reprovação ao espancamento do marido mais do que fornecer uma desculpa para seu comportamento.

morava perto de Châteaudun conta que um vizinho destruiu o trabalho que haviam feito num vinhedo e atirou pedras no marido; a esposa saiu da casa ao ouvir o tumulto e os dois bateram no vizinho com paus e pedras.[20] Talvez um homem esperasse que a presença da esposa favorecesse a "piedade", mas as mulheres não recorriam aos maridos para exacerbar sua irresponsabilidade.

Relutando em recorrer à raiva como simples fórmula, evitando, a não ser quando o marido era o assassinado, a oposição sujeito-esposa, as mulheres eram obrigadas, para satisfazer às exigências da misericórdia, a ser mais inventivas e minuciosas na construção de suas histórias. Argumento

Mulheres estavam menos presentes em processos de crimes violentos e também eram as que menos recebiam cartas de perdão?

Não que muitas mulheres francesas tivessem oportunidade de fazer petições de perdão. Christine de Pizan estava certa em suas observações: no período medieval, no Antigo Regime, e hoje, as mulheres constituem um segmento muito menor que os homens nos processos por crimes violentos. Estudos quantitativos de indiciamentos ou recursos em casos de homicídio na França e na Inglaterra em várias épocas, desde o século XIII até o século XVIII, mostram que as ocorrências que envolvem mulheres variam entre 7,3% e 11,7% do total.[21] Mas na França do século XVI elas constituem uma parcela ainda menor daqueles que obtêm cartas de perdão por seus crimes. Para que se possa ter uma idéia, de cerca de 4 mil remissões pesquisadas especialmente para esse fim, cerca de 1% delas eram seladas por mulheres. Entre 1564 e 1580, de cada cem pessoas esperando na Conciergerie de Paris para conseguir ratificar suas cartas, três eram mulheres.[22]

Existem várias razões concebíveis para um número tão baixo,[23] mas a mais interessante para nosso atual propósito é que os dois crimes capitais mais freqüentemente associados a mulheres — bruxaria e infanticídio — não eram perdoáveis. Nos casos de bru-

xaria, as mulheres que recorriam ao Parlamento de Paris obtinham justiça mais equânime (pelos padrões do século XVI) do que seria de se esperar tradicionalmente: pesquisas recentes de Alfred Soman demonstram que um número significativo de mulheres foi considerado "não-bruxas", e muitas delas não confessaram nem sob tortura, sendo libertadas.[24] No entanto, como sabemos, buscar misericórdia significava admitir o crime, e não era possível desculpar um pacto com o diabo com os argumentos de *chaude colle* ou autodefesa (ainda que isso ocorra em alguns relatos populares), e envenenar alguém por meio de magia negra dificilmente podia ser considerado não premeditado. Matar uma bruxa podia ser remissível,[25] ser uma bruxa não.

No caso de infanticídio, aqui definido como o assassinato de recém-nascidos,[26] mulheres (e ocasionalmente homens) foram perdoados por esse crime nos séculos XIV e XV. As histórias de mulheres tinham início com a requerente se entregando ao amor ou à sedução e atingiam o clímax com a morte de um bebê. Uma jovem de dezoito anos relatou que havia "desmaiado com grande dor... e, voltando a si, encontrara um bebê do sexo masculino... sem vida"; uma de dezenove anos disse que o marido, ao descobrir que a esposa estava grávida do antigo patrão, a espancou tanto que ela teve um natimorto. Mas as requerentes nem sempre eram passivas na morte. Relatou uma delas em 1393: "Desesperada, temendo a vituperação do mundo e a censura dos amigos... [ela] amarrou as ligas em volta do pescoço da criança e tapou-lhe a boca"; outra, em 1474, "temendo a vergonha do mundo e a ação primitiva dos pais... [ela] bateu a cabeça da criança no chão e escondeu-a em meio à palha". O rei se certificou de que as crianças haviam sido batizadas e de que as requerentes estavam tristes e — esta era a palavra usada — "arrependidas".[27]

Durante o século XVI, o sentimento contra o infanticídio tornou-se mais incisivo. De 1495 a 1515, em Metz, Philippe de

Vigneulles registra casos em seu diário, em que o fim da história exemplar da jovem engravidada por um comerciante estrangeiro ou por um padre não é o perdão, mas sim sua execução. Os pequenos cadáveres são encontrados em cisternas e poços, as mães são encontradas e queimadas; a condenada sente "una belle repentance" [um belo arrependimento] antes de morrer, seu corpo queimado é colocado na rua ao lado de um bebê feito de madeira e de uma pintura representando o assassinato.[28] Em meados da década de 1530, Nicolas de Troyes escreve uma *nouvelle* não baseada em uma antiga coleção de histórias, mas original, na qual um camponês impede um infanticídio e, com a ajuda da condessa local, descobre a mãe fugitiva escondida em um mosteiro beneditino. O bebê é salvo, a mãe é queimada, e os monges são flagelados.[29]

Em fevereiro de 1557, Henrique II assinou um decreto sobre infanticídio que vigoraria durante todo o Antigo Regime: qualquer morte de bebê posterior a uma gravidez escondida ou a um parto clandestino, e sem batismo ou enterro formal, seria considerada homicida e punida com a morte.[30] Muito antes dessa data, porém, o infanticídio já era tratado com o rigor da lei. (Não encontrei nos registros do século XVI examinados nenhuma carta de remissão para esse crime. Se existem, são poucas e distantes no tempo[31]). Era improvável que um notário real fosse registrar uma história de infanticídio para uma carta de perdão; era improvável que um funcionário de chancelaria a ordenasse, assinasse ou selasse, muito menos que permitisse que tal carta fosse ouvida para ratificação. Quanto aos juízes, eram impacientes com casos desse tipo em qualquer lugar: as mulheres alegavam que os filhos haviam nascido mortos, não mudavam a história nem quando torturadas, e raramente havia testemunhas. O Parlamento de Paris ou de Rouen podia reduzir uma sentença de morte por infanticídio a uma pena de açoitamento e expulsão — digamos, quando não parecia prová-

vel uma confissão —, mas sugerir ou ouvir cartas de remissão real era outra questão.[32]

Pergunta central:

Qual seria a causa para essa negação, essa nova relutância em permitir que a vergonha e o desespero das mulheres justificassem a prática do infanticídio por mais impecável que fosse a sua reputação no passado? O estreitamento dos valores sexuais característico tanto da reforma religiosa como da estratégia familiar na França sem dúvida desempenhava seu papel. Os pronunciamentos contemporâneos sobre o infanticídio tinham mais a dizer sobre o apetite sexual do que sobre a alma de uma criança inocente. O crime tinha origem na luxúria feminina, diziam eles, e aí a vergonha da mulher, então considerada uma *paillarde* [vagabunda], fazia o resto. Os panfletos do século XVI e do começo do século XVII colocam essas palavras na boca das mulheres, como num discurso de arrependimento no cadafalso em que a mãe acusa cada parte do seu corpo de atraí-la para o pecado sexual e depois matar o fruto do seu ventre.[33]

Além disso, o teatro da grandeza real não podia estender o perdão ao infanticídio no século XVI. Mães solteiras, viúvas, ou as esposas infiéis que haviam matado um recém-nascido eram ao mesmo tempo fracas e perversas demais para merecer o perdão real. A moralidade familiar e a majestade real eram mais úteis ao aplicar-lhes a justiça merecida.

Independentemente do que dissessem em seus próprios círculos, as requerentes tinham de contar outras histórias ao rei no século XVI. Como grupo, elas apresentavam características um tanto diferentes das dos requerentes masculinos. A distribuição etária é mais uniforme: não existe nenhuma concentração em um período determinado da juventude, principalmente quando os casos de infanticídio não são mais considerados. Uma jovem criada que matou acidentalmente uma menina de seis anos de idade em uma guerra de bolas de neve é menos típica entre as requerentes femininas do que a fabricante de lençóis parisiense, esposa de um pedreiro e com uma casa cheia de crianças pequenas, que por acidente matou sua aprendiz com uma ferramenta de lareira.[34] Por outro lado, em termos de status, elas se distribuem com menor abrangência que os homens: quase todas provem de famílias de artesãos e aldeões. Jeanne de Francastel, que queimou a menina no carvalho, pertencia sem dúvida a uma abastada família rural, mas entre as mulheres não há equivalência em relação aos numerosos cavalheiros que pediam perdão ao rei. Marie Quatrelivres, a esposa adúltera que foi agraciada com a abolição de sua pena de reclusão perpétua num convento,[35] era de uma prestigiada família de advogados, mas existe uma grande distância entre ela e as esposas de sargentos e moleiros que encontramos entre as requerentes, sem mencionar as criadas e as vaqueiras.

O interessante é que as petições feitas por mulheres não podem ser agrupadas tão claramente quanto as dos homens em torno de determinada ocupação ou propriedade. Existem "histórias de lavadeiras", como veremos; "histórias de patroas" (uma viúva de Verman ralha com seu servidor em cima do monte de esterco, chamando-o de preguiçoso, dizendo que não vale o que ganha e, quando ele responde, ataca-o com uma ferramenta da cocheira); e "histórias de criadas" (a criada de um padre de Champagne corre na direção de seu patrão quando ele grita "assassino" no jardim de favas, e ataca o agressor com uma vara).[36] Mas o que existe em maior número são as "histórias de esposas" e as "histórias de viúvas", nas quais o gênero, mais que a classe social, é que determina a cena. Ou talvez o papel feminino é que constitua a condição da mulher, e seu relato junte aspectos de trabalho e lugar em uma única narrativa conduzida por temas de família, honra sexual e herança.[37]

Sejam urbanas, sejam camponesas, as mulheres certamente eram o tema em ocasiões em que se contavam histórias. Nos serões, elas são tão importantes quanto os homens: a mulher que fia fornece receitas e conselhos "durante as longas noites que vão do Natal à festa da Purificação (2 de fevereiro)", em que os *Evangiles des quenouilles* (Os evangelhos dos fusos) não eram apenas um conceito literário.[38] Na verdade, as mulheres são mostradas transformando qualquer reunião em ocasião para trocar histórias: no moinho, no riacho onde se lava roupa, na fonte; na padaria, na casa de banhos, nos fundos da igreja, e em torno da cama de uma mãe que acaba de dar à luz (ver ilustração 7). Elas também contavam a história da família para seus filhos e, quando eram letradas, podiam até escrever uma história familiar.[39]

Evidentemente poder-se-ia perguntar se elas não segurariam a língua na presença de um advogado ou secretário real. Seriam "modestas" ao contar sua experiência, como o teólogo Benedicti aconselha que sejam? Ou falariam com franqueza até a respeito de assuntos íntimos, como a camponesa Bertrande de Rols no julgamento de seu marido impostor Martin Guerre e a modelo parisiense Catherine em seu processo criminal contra Benvenuto Cellini "por usá-la à maneira italiana"?[40] A situação podia variar de mulher para mulher, mas os pedidos resultantes demonstram uma habilidade narrativa bem mais considerável que as fórmulas e os conselhos do secretário e seus escreventes.

Um exemplo dessa habilidade é a petição de Françoise Pounet, viúva de 35 anos, que trabalhava no campo para uma família camponesa no Maine: ela criou uma narrativa plausível para justificar o assassinato de um jovem aldeão em um pasto fechado, onde a única testemunha era uma vaca de propriedade do seu empregador. Começa afirmando sua honestidade e boa conduta. A razão do problema foi um certo Ambrose Bauldry; ele estava junto com

soldados locais, que tanto a assustaram com pilhagem e os estupros que praticavam que ela "não sabia mais o que estava fazendo ou dizendo". Num dia de julho, andando sozinha pelo pasto, ela ouviu as mulheres da aldeia na estrada chamando Ambrose de cafetão e fornecedor de putas para os soldados ("macquereau", "houllier"), e gritou para ele da cerca: "Que mal eu lhe fiz para você querer me levar para os soldados? Depois dos favores ["les plaisirs"] que lhe fiz... por que me desonrar?". Pouco depois ele entrou no pasto "todo esquentado" e armado com uma espada. "Sem ninguém a seu lado para salvá-la ou testemunhar a violência de Ambrose", ela fornece os detalhes de sua autodefesa com a mesma vivacidade que nosso notário mijão da Gasconha: os tapas dele, a perplexidade dela, e finalmente os golpes fatais com o fuso e a faca de pão. Presa e condenada à morte, a viúva Françoise pediu o perdão. Sua história tem os lapsos que já esperamos — que "plaisirs" ela lhe fizera? —, mas sua verossimilhança, aliada ao apoio do patrão, certamente conquistou-lhe a ratificação.[41]

O assassinato pastoril de Françoise Pounet ocorreu num dia comum de trabalho de verão. De modo geral, os relatos das mulheres fazem uso menos explícito dos contextos rituais e festivos do que os dos homens. Isso pode não ser devido a uma preferência especialmente feminina em toda a tradição de contar histórias do século XVI. O que acontece é que essas histórias são de homicídios em que a feminilidade e/ou a honra sexual feminina estão em jogo, e é mais fácil ordenar e desculpar o que transcorreu no cenário da vida cotidiana.

A exceção que comprova a regra é o homicídio de terça-feira gorda cometido em 1529 por Claudine (seu nome de família não é fornecido), de dezoito anos, esposa de um aldeão que mora perto de Sens. Ela começa sua petição ameaçadoramente com seu marido e seu "varlet" [criado] Michau matando uma galinha para o jan-

tar festivo, o que a desagradou um pouco porque sempre cozinhava seus ovos. Mas o jantar foi alegre, com convidados, inclusive uma certa Etiennette; depois, todos, menos o marido de Claudine, foram para a casa de um vizinho "para terminar alegremente o carnaval". Em meio às brincadeiras, o *varlet* Michau levou Etiennette para um beco; Claudine ouviu quando a jovem gritou por socorro, correu para fora e viu os dois no chão. Seguiu-se uma luta entre patroa e *varlet*, que conclui com o rapaz sangrando intensamente pelo olho. Claudine conclui sua petição contando que tentou cuidar dele e fala da "tristeza" por sua morte.[42]

Nessa história, a terça-feira gorda indica o dia, de forma que o assassinato cometido por Claudine parece motivado tanto por ciúme como pelo desejo de proteger Etiennette. A ocasião festiva tira a mulher de sua casa, levando-a para a rua, com a probabilidade de ela terminar com as pernas abertas para o homem errado. Carnaval é cenário de adultério, como em uma das *novellas* de Philippe de Vigneulles: com a licença da máscara a esposa espera conseguir chegar até o amante.[43] Quando o carnaval ou os ritos festivos vão longe demais para os homens, transformando-se em escândalo social, o requerente pode buscar uma forma de se desculpar, como vimos na história do vinhateiro no banquete do dia de santa Bárbara e em outros casos do capítulo 1. Quando traz escândalo sexual para a mulher, existe a possibilidade de ela parecer errada, não importa o que alegue.

Do mesmo modo, as histórias de perdão de mulheres raramente lançam mão das desculpas de bebedeira inesperada, de estar "surprinse de vin" [sob efeito do vinho], quer os homicídios sejam ou não cometidos em tal estado. Christine de Pizan havia muito argumentara que as "mulheres são sóbrias por natureza", e poemas populares de meados do século XVI retratam mulheres contentes por Henrique II ter proibido seus maridos de beber nas tavernas.

Claro que as mulheres também bebiam, e isso às vezes era razão de inocente alegria. Mas quando ligado a uma história de crime, o ato de beber era "contrário à natureza feminina", era o começo de um mau final. Um panfleto sobre um caso de incesto descrevia o envolvimento inicial da moça devido a "excesso de vinho" e terminava com a jovem sendo enforcada antes que o pai fosse queimado.[44]

Em contraste com as dificuldades que ocasiões festivas ou em que se consumia vinho em excesso criavam para uma requerente do sexo feminino encontramos uma notável história de esposa escrita por Bonne Goberde. Aconteceu num domingo, mas o dia de folga não fazia diferença, uma vez que a briga era sobre o preparo do jantar, o que ela fazia todos os dias da semana. O que acontece, porém, é que a cozinha era uma arena importante para os conflitos de obediência dentro de um casamento no século XVI. Dois requerentes do sexo masculino mataram as esposas quando elas se recusaram a preparar sua refeição. Um era tecelão de seda em Lyon que, ao voltar para casa depois de um dia de festas a santa Catarina no campo, pediu que a mulher preparasse uma carpa que trouxera para comer com os amigos. "Para vergonha e grande desonra diante dos que estavam com ele, ela não obedeceu ao marido", dizendo que ele e os amigos podiam ir comer onde bem entendessem. Depois de convencer um estalajadeiro a cozinhar a carpa, o tecelão voltou para casa, ficou furioso com a esposa porque desconfiava que ela estava permitindo as brincadeiras sexuais de uma viúva no andar de cima, e ficou ainda mais enraivecido quando lhe voltou "à lembrança a sua obstinada recusa em preparar a carpa". Desferiu-lhe vários golpes da adaga que levava consigo para as festividades do dia de santa Catarina. Quando ela morreu, ele fugiu e agora pede remissão.[45]

A narrativa de Bonne Goberde é diferente. Aos 36 anos, ela era esposa de um certo Toussaint Savary, aliás barão, um homem

7. Mulheres conversando em diversos cenários. Le caquet des femmes, c. 1560.
Bibliothèque Nationale, Cabinet des Estampes, tf. 2, fol. 49.

que não era de nobre casta mas que convivia com senhores e capitães em sua aldeia de Arnay-sous-Vitteaux, na Borgonha. Ela constrói sua defesa através do *leitmotiv* da linguagem, do gesto, da cor e do obediente trabalho na cozinha que desliza para um estranho homicídio passivo:

> No domingo, 22 de maio [de 1540], o falecido Savary convidou para jantar com ele Jehan Delynot, senhor de Molins, Thomas de Heryot, senhor de Cousy, e outros do destacamento tanto de Viteaulx como de Arnay. E disse o defunto à requerente, sua mulher, que ela preparasse o jantar para eles e que iria cuidar de seus negócios.
>
> E retornou o defunto para casa por volta do horário das três horas da tarde, onde encontrou a requerente sua mulher e Michel Savary, filho deles, de dezoito anos de idade mais ou menos, que acendeu o fogo para preparar o jantar, enquanto a requerente preparava os frangos, dos quais cortava a garganta para preparar junto com outras coisas para o jantar. Nisso chegou o defunto, que, ao chegar, começou a se agitar e incomodar, como estava acostumado a fazer, e dirigiu-se ao Michel, seu filho, dizendo-lhe as seguintes palavras ou semelhantes: "Vagabundo malvado, por que não preparou o jantar?". Com isso a requerente tomou a palavra para desculpar o filho, dizendo ao defunto as seguintes palavras ou semelhantes: "Baron, meu amigo, a hora do jantar ainda não chegou". E ao dizer isso, o defunto deu um pontapé no citado Michel, seu filho, nos costados, xingando, praguejando e blasfemando contra o nome, a carne e a mãe de Nosso Senhor, dizendo que ia atormentar seu filho. Com isso aquele Michel, seu filho, fugiu da presença do pai.
>
> Quanto à citada requerente, ela se absteve de terminar de cortar as gargantas dos frangos, e o defunto dirigiu-se com palavras de ameaça e rigor à requerente sua mulher, a qual disse novamente as seguintes palavras, "Baron, meu amigo, não se zangue tanto. A hora do jantar ainda não chegou. Tudo estará pronto na hora. Você fez mal em bater em nosso filho sem razão".

> Sem fazer nem dizer outra coisa, o citado Thoussaint desferiu sobre a requerente dois golpes com tanta força que ela caiu no chão. Depois, ela se levantou e caíram por terra os frangos, e ainda estava com a faca toda ensangüentada na mão, e a requerente disse novamente ao defunto que ele fazia mal em lhe bater, uma vez que ela não estava fazendo nenhum mal.
>
> Ainda que a requerente não conseguisse dizer nem fazer coisa alguma que pudesse desagradá-lo, ainda assim com grande fúria aquele defunto pegou um pedaço de pau cheio de lascas, a que se chama costumeiramente de "gancho", que serve para sustentar o forno de assar. Com aquele gancho ou pau desferiu grandes golpes sobre a requerente, bem nas suas costas, de tal forma que ela caiu toda atordoada, ajoelhada no chão, junto com um de seus braços e mão, tendo na outra mão a faca acima da cabeça, toda curvada e apoiada. Disse então a requerente ao defunto que ele era mau em bater nela sem razão. Assim estando a requerente, o defunto avançou para novamente bater na requerente e com toda força, ao se aproximar dela, deu de encontro à faca que a requerente tinha ainda acima da cabeça, e com ela foi o defunto esfaqueado abaixo do mamilo esquerdo. Ainda que a faca fosse uma faca grande de cozinha, pontuda, ainda assim o ferimento incisivo produzido no defunto foi tão pequeno que ele se surpreendeu e se afastou [recullit em vez de se recula ou se recuellit?] um pouco.
>
> Quanto à requerente, sem pensar que o defunto tivesse sido atingido, levantou-se do jeito que podia, ainda que tivesse sido enormemente espancada em seu corpo e, pensando fazer bem, foi ao jardim, colher groselhas para aliviar o defunto. Mas ouviu um ruído vindo da casa, voltou então depressa e percebeu o defunto seu marido caído no chão, e disseram-lhe que estava morto.
>
> Por causa disso, a requerente, por medo e pavor de ser descoberta, evadiu-se e fugiu do país, não retornará tão cedo ao nosso reino,

Francisco I outorgou-lhe a clemência.[46]

Bonne Goberde disse que matou o marido de joelhos, uma posição muito diferente daquela assumida por nosso tecelão de seda de Lyon ao agredir a esposa. Mas Bonne contou uma história mais assustadora — mais até do que a do açougueiro Louis Paisant —, com sua faca de cozinha e galinhas ensangüentadas criando o ambiente propício, um motivo cambiante lembrando a ela, ao secretário real, aos homens da Chancelaria e aos juízes os perigos que existem nas mãos até da melhor das esposas. E conseguiu isso com uma parcimônia que não encontramos no relato de Marguerite Vallée sobre o assassinato de seu marido Valenton. Lembre-se de que começar uma história de perdão com as rixas ou inimizades por parte do requerente era arriscado, pois poderia sugerir premeditação. Mas o que podia fazer uma esposa espancada? Era preciso haver um fundo explicativo bem como um homicídio súbito para alegar legítima defesa, "sem saber o que estava fazendo". Bonne Goberde encontrou uma saída introduzindo no drama da cozinha a habitual fúria do barão e sua própria inocência em palavras e gestos.

Esposas nem sempre eram tão defensivas ao procurar clemência pelo assassinato de seus maridos. Um último exemplo pode servir para apresentar um conjunto de histórias de perdão em que a ação e a raiva femininas parecem tão prontamente justificáveis a elas mesmas e a seus leitores quanto as dos homens: histórias em defesa de alegações justas envolvendo propriedade e herança. Jeanne Regnart havia vivido "pacificamente" com o segundo marido Jean Foucart durante muitos anos em sua aldeia da Picardia, até (conforme ela relatou, cerca de sete anos antes, quando ele começou a beber nas tavernas e a fazer maus negócios, dissipando os bens que possuíam, e especificamente os bens e a propriedade que ela trouxera ao se casar. O relato do dia da morte do marido tem início com ele bebendo em uma taverna e ela pagando ao vinhateiro; termina com uma briga diante da lareira, na qual ela o censura por suas pechinchas falsas e tolas ("ses faul marchez et ses sotz marchez") e suas despesas desnecessárias, que os estavam conduzindo à pobreza. O casal chegou às vias de fato diante do filho e de um vizinho (que, evidentemente, podia servir de testemunha): ele bateu nela com uma faca e ela, em "chaude colle", atacou-o perto do olho com um garfo de ferro. Ele morreu e ela fugiu. Jeanne Regnart era uma humilde requerente pedindo ao rei seu perdão, mas não se desculpava com o fantasma de Jean Foucart.[47]

Se Jeanne Regnart pôde assumir esse tom em relação ao assassinato de seu marido, ainda mais compreensíveis são os ataques físicos das mulheres, às vezes ao lado do marido, contra homens que querem se apossar da herança de suas mães viúvas, de suas terras de cultivo ou das camisas de seus maridos.[48] Nesses casos, a indignação feminina não ameaça a hierarquia, mas defende os valores da propriedade familiar, profundamente enraizados na sociedade em geral; e os homicídios cometidos por mulheres podiam ser defendidos com o mesmo tipo de argumentos que seus maridos usariam.

Quando deixamos de lado a questão de propriedade patrimonial e abordamos a questão de propriedade sexual e honra sexual, as histórias de perdão masculinas e femininas divergem mais uma vez, tanto em conteúdo como em apresentação. Para os maridos, a questão era o adultério, e eles procuravam a remissão real por matar esposas flagradas no ato, e mesmo pelo assassinato de esposas meramente acusadas de ou castigadas por adultério.* Seus rela-

* O leitor deve se lembrar de que, no século XVI, um dos dois casos de homicídio "desculpável" era "vingar o adultério de uma esposa ou filha, devido à angústia intolerável ["desplaisir"] daquele que foi ofendido" (*Jean Papon, Trias iudiciel du Second Notaire* [Lyon: Jean de Tournes, 1575], p. 465). Quando um marido mata

tos podem começar com uma tarefa conduzida inadequadamente ou outra atividade doméstica qualquer, um banquete ou uma festa de Reis, mas eles muitas vezes indicam que tinham conhecimento anterior do comportamento da mulher.[49] Confidente de leitores tolerantes, os requerentes não se incomodavam a que seu homicídio pudesse parecer premeditado. Por isso o barbeiro Simon Guy, de Lyon, relatou em 1537 que chegara a seu conhecimento que sua esposa estava sendo "desfrutada carnalmente" por um agente bancário de Lucca, que freqüentava sua casa "sob o disfarce de padrinho para seus filhos". Uma manhã, Simon levou a mulher ao depósito de grãos e a açoitou com as rendas de suas meias (trata-se das rendas, ou "aiguillettes", que as bruxas amarravam para deixar um homem impotente). Ela gritou tanto que os vizinhos acudiram, mas era tarde demais: ela já estava com "o corpo quebrado em partes". Antes de morrer, assim declarou Simon ao rei, ela admitiu seu erro e fez um testamento em que tornava o marido seu herdeiro universal.[50]

a mulher e/ou amante flagrada no ato, "ele obtém a graça facilmente" (Jean Papon, *Recueil d'arrests notables des cours souveraines de France* [Cologny: Mathieu Berjon, 1616], livro 22, título 9, p. 1265; Daniel Jousse, *Traité de la Justice criminelle de France*, 4 vols. [Paris, 1771], vol. 3, parte IV, título 21, pp. 491-2). Jousse acrescenta, com uma citação de Prospero Farinacci, advogado italiano do final do século XVI: "Parece que a esposa que mata o marido surpreendido em adultério não goza do mesmo privilégio e parece que ela não consegue evitar a pena de morte". O frei Benedicti relembrava aos leitores de seu *Somme des Pechez* que por meio do assassinato uma esposa descoberta no ato "não é punida pelas leis civis, mas mesmo assim é condenada pela lei divina e no fórum da consciência". Em vez disso, o marido devia processar a mulher nos tribunais (Jean Benedicti, *La Somme des Pechez et le Remede d'iceux* [Paris: Denis Binet, 1595], livro 2, cap. 4, p. 111). Em Genebra, a maior reserva em outorgar perdões e o uso intenso do Consistório para investigar e punir o adultério provavelmente reduziram essa forma de homicídio "desculpável". Ver Apêndice B e nota 88 ao Capítulo 2 sobre a reação do Consistório a Claude Dater, que matou sua mulher adúltera e foi perdoado na França.

Quando se tratava do favor real, o marido podia ser perdoado até mesmo quando não havia dúvidas quanto à premeditação. Eram as remissões "contra a lei da terra" que o funcionário da Chancelaria Pierre de L'Estoile achava tão difícil de engolir durante o reino de Henrique III. Em seu diário, ele escreveu assim a respeito de um favorito real que havia interceptado uma carta comprometedora da mulher e a esfaqueara em seu quarto: "A facilidade com que Villequier obteve graça e remissão leva a acreditar que [o assassinato] foi cometido a mando do rei ou com seu consentimento tácito, pois ele odiava a dama (embora tivesse tirado vantagem dela durante muito tempo por intermédio de seu marido cáften) por ter ela falado mal de sua majestade em público". Mas nem todos se safavam, e L'Estoile traçou um vívido retrato de um *seigneur* huguenote de Poitou, decapitado em 1579 pelo assassinato planejado de sua mulher e do homem que tinha ouvido dizer ser com toda certeza amante dela. Quando sentenciado, ele disse aos juízes que eram todos cornos, se pensassem bem, e que tinha cometido os assassinatos para não sê-lo. Na execução, ele recusou a venda nos olhos, brincou com o carrasco sobre o fio da espada e morreu rezando em voz alta, "à maneira dos de sua religião".[51] Um final protestante adequado, mesmo que o pastor Benza não aprovasse a emboscada.

Para as mulheres, a questão mais freqüente era proteger suas casas[52] e principalmente seus corpos da pecha de sexualidade ilícita. Suas histórias de assassinato em defesa desses aspectos começam com atividades domésticas, muito distantes da provocação sexual, e depois introduzem um insulto gritado da rua, interpretado e provavelmente planejado como um primeiro passo para uma relação ou um ataque sexual.[53] A petição de Agnès Fauresse começa com ela vendendo pão respeitavelmente no mercado da cidade de La Rochefoucauld "para ganhar a vida para sua família e filhos pequenos", enquanto o marido estava fora num trabalho contratado. Segue-se um ataque verbal de Antoine Ferron — "villaine

putain, moynesse, prestresse" (puta suja, mulher de frade, mulher de padre) — e a descrição dos violentos esforços dele para levá-la de volta à sua casa e impor-se a ela até que Agnès o ataca com um pau. Nessa noite, ele se embebeda e vai à praça da cidade, onde se gaba de que ainda a surpreenderia. Mas, em vez disso, morreu, ela fugiu e obteve sua graça.[54]

Não é de surpreender que o caso raro de uma história de honra sexual masculina tenha forma semelhante à das mulheres e levante a questão do homoerotismo. Ela tem lugar entre padres e seus asseclas, ambiente especialmente visado pelas denúncias de sodomia.[55] Quando um padre tinha uma mulher, os insultos eram dirigidos a ela ("prestresse"), e "concubinaire" (padre que tinha uma concubina) era a palavra usada em proclamações eclesiásticas da Reforma, termo que não era tomado como uma ofensa capaz de arrufar as penas de um homem. Mas no século XVI, quando um padre era acusado de fazer sexo com outro homem, ficava tão vulnerável quanto uma mulher, e tão necessitado quanto ela de uma história que determinasse sua inocência com uma dramaticidade de palavras bem convincente.

Jean Le Bon, padre e religioso da ordem de Fontevrault, começou um dia de março de 1546 rezando missa pelos mortos, entoada na pequena igreja de Bézu-le-Guéry, na Picardia. Depois, junto com um companheiro padre, *messire* Guillaume Haultin, e alguns outros homens, foi a várias tavernas e à casa de um padre em outra aldeia "para experimentar um vinho". Na última taverna, explodiu a camaradagem masculina. O requerente pediu a Haultin que lhe emprestasse dinheiro para pagar a conta, diante do que Ezan Garnier disse: "Deixe aí esse pederasta" ("Laisse là ce bougre") — a palavra tinha um sentido muito mais nítido e literal no século XVI do que tem hoje ou mesmo do que teria em meados do século XVII.[56] Le Bon respondeu que "essa palavra é perversa, que não era nada disso, que ele já tinha vícios suficientes, sem precisar desse". Haultin tentou acalmar

a situação, dizendo que Garnier estava brincando e que pediria desculpas, mas Le Bon não se satisfez e avisou que ia exigir reparação perante o tribunal. "Faça como quiser", disse Garnier (sempre nas palavras de Le Bon); "Exija, se quiser, e não me desculpe, se não quiser", e avançou para atacá-lo. Para evitar a fúria de Garnier — no fim das contas, Garnier era um "mauvais garçon" [malvado] que batia em clérigos —, Le Bon disse "Boa noite, senhores" e saiu. Garnier foi atrás dele com pedras escondidas debaixo da capa e, na luta que se seguiu, Le Bon o feriu com uma facada no olho. Garnier morreu duas semanas depois, e Le Bon agora pede perdão pelo homicídio do homem que o ofendeu com uma palavra imperdoável.[57]

A honra sexual não era apenas fonte de discórdia entre homens e mulheres e entre homens, mas também dentro dos círculos das próprias mulheres. Isso nos leva a como elas narravam suas querelas, geralmente assunto de grande divertimento em imagens e textos literários da época.* (As amazonas usavam sua dignidade e poder apenas contra homens, não contra mulheres.[58]) Uma gravura do final do século XVI, que mostra mulheres de diversas classes lutando por uma enguia fálica, parece que provocava risos na mesma medida que a gravura que representa a tradicional briga pelas calças de marido e mulher. Eram tolas, essas brigas entre mulheres de mãos nuas, uma oportunidade de exibir um traseiro nu,

* Ou se não de divertimento, que era a reação usual, de muita perplexidade. Pierre de L'Estoile conta em seu diário em setembro de 1584 o assassinato de uma freira da ordem das Irmãs Brancas do Hôtel-Dieu de Paris, por Thiennette Petit, uma outra freira. Ela cortou a garganta da irmã Jeanne La Noire com uma faca, tentou matar uma segunda freira e depois saltou de uma janela alta para o Sena. Incólume, foi julgada, condenada e enforcada com sua faca assassina. "Estranho que uma jovem donzela de 25 anos de idade, criada durante dez anos no Hôtel-Dieu com o hábito de religiosa, tenha tido a inquietação e a segurança de querer matar a sangue-frio e com premeditação duas irmãs religiosas para vingar uma ofensa leve que tinham lhe feito três meses antes." (*Journal de L'Estoile pour le règne de Henri III*, 1574-89, ed. Louis-Raymond Lefèvre [Paris, 1943], pp. 362-3.)

se acontecia de a saia da mulher levantar (ver ilustrações 8 e 9). Em seu *Propos rustiques* [Propósitos rústicos], Noël du Fail desenhou mulheres em uma briga envolvendo as mesmas aldeias bretãs que já vimos no episódio de Aguilanneuf. Ao ouvir o barulho da contenda entre seus maridos, num dia de maio, elas chegam à cena e começam a atirar pedras e cascalho uma na outra. Um bom sujeito que estava por perto lhes diz que, a cada movimento que fazem, mostram as coxas; então passam a trocar socos no nariz, a arranhar-se, morder-se, rasgarem-se os chapéus e puxarem-se os cabelos. Ao anoitecer, seus vestidos estão em pedaços; suas orelhas estão quase arrancadas, e os cabelos, emaranhados. Começam a gritar insultos uma para a outra: "Putain, Vesse, Prestresse, Bordeliere... Vieille Edentée... Larronnesse... Sorciere... Macquerelle... Truye" (Puta, saco de sacanagem, mulher de padre, madame de bordel, velha sem dentes, ladra, bruxa, oferecida, porca), e assim essas "deusas" proferem 38 epítetos. A luta não tem vencedores, nem mulheres nem homens.[59]

O advogado Du Fail ridicularizou ambos os sexos em seu livro; no entanto, as mulheres por ele representadas não têm motivos próprios e são especialmente ridicularizadas pela maneira com que lutam e pelo aspecto que resulta da briga. Nenhuma chance de heroísmo nesse caso.

Quando requerentes do sexo feminino relatam conflitos entre mulheres, elas efetivamente gritam insultos umas às outras — "vesse, putain, escomuniée" [sacana, puta, excomungada] foi como uma aldeã ofendeu a esposa de um carpinteiro em Saintonge em 1534 —, e elas de fato puxam-se os cabelos e usam instrumentos de ataque característicos, como esterco e banquinhos de ordenhar.[60] Mas estão falando sério. O que parece faltar nessas petições é um conjunto de técnicas narrativas confiável para atribuir dramaticidade ou intensidade a querelas inteiramente femininas. Elas não levam a desfechos trágicos entre companheiros como na história do açougueiro. Não criam um contraponto horripilante entre

8. Briga de mulheres. Detalhe de La caquet des femmes, c. 1560, Bibliothèque Nationale, Cabinet des Estampes.

violência doméstica, desespero suicida e bebês mamando no peito, como na história de Marguerite Vallée. Não acumulam provas repetidas, como na história de cozinha de Bonne Goberde. Elas se mantêm diretas, banais.

Para dar um exemplo, uma certa Robinette, viúva de meia-idade e criada doméstica na Normandia, conta a Henrique II uma briga que tivera vários anos antes no tanque-fonte, por causa da lavagem dos lençóis. Quando ela e sua companheira Magdeleine chegaram ao tanque, uma mulher de nome Katherine já estava lá fazia tempo, lavando seus lençóis. Pediram a ela que os torcesse para lhes dar lugar, mas ela se negou. Uma briga, teve lugar, em que Katherine lhes atirou um batedor de roupa (ver as lavadeiras na ilustração 8), e elas puxaram os cabelos uma da outra, mas a história não se detém sobre a desonra ou o escândalo — na verdade, o escândalo sexual — de se arrancarem os toucados. (O chapéu das mulheres não desempenhava simbólica ou narrativamente o mesmo papel dos chapéus masculinos, embora devesse ser trabalhoso arrancar aquele adorno.) Finalmente, Robinette derrubou Katherine com uma pedra. "Deixe-a aí", disse Magdeleine. "Vamos lavar nossos lençóis" ("Laissez là. Allons laver nos drappeaulx"). Katherine morreu cinco ou seis dias depois, assim como a criança de que estava grávida.[61]

Qual seria a razão para a aparente insipidez desse relato e de alguns outros sobre discussões entre mulheres? Serão só os meus olhos, tão adaptados às noções públicas do século XVI segundo as quais conversa de homem é política e conversa de mulher é fofoca (tagarelagem, *caquet*); as brigas masculinas são sempre sérias e as femininas, engraçadas, que não consigo ler as histórias femininas com a compreensão interna adequada? Será que as mãos dos secretários reais e seus escreventes sempre facilitam o entendimento das histórias dos requerentes do sexo masculino, mas são incapazes de

9. A batalha da enguia, de "SB"; Paris, c. 1580. Bibliothèque Nationale, Cabinet des Estampes, ea. 17 rés. fol.

prestar atenção às altercações entre mulheres, mesmo quando terminam em morte? Será algo relacionada com o caráter da sociabilidade feminina do século XVI, seus padrões de amizade e inimizade fora da família? Ou talvez um desejo de manter longe dos olhos do público "os segredos de mulher", a força real de suas disputas?

Não estou muito certa a respeito da resposta, mas tenho uma sugestão que não exclui necessariamente as possibilidades sociais que acabei de citar: a tradição geral de histórias contadas, de histórias bíblicas e folclóricas, é pobre em relatos de mulheres brigando seriamente entre si por outros meios que não a magia, o envenenamento, ou a malícia (Sara tratando asperamente sua criada Agar [Gen. 16:6] é uma rara exceção); e isso tornava difícil para as requerentes encontrar um modo aventuresco ou trágico de pedir misericórdia em situações em que brigavam física e abertamente. Ao mesmo tempo, a tradição existente de histórias contadas dava expressão significativa apenas a um tipo particular de disputa feminina, a da jovem que se lança contra uma madrasta ou uma mãe putativa, mas fornecia pouca orientação sobre a maneira de formular relatos de outras contendas.[62]

A base para essas especulações está no fato de que as histórias de brigas femininas mais bem formuladas são precisamente aquelas cujos temas tratam de feitiçaria e conflito entre a figura materna/filha. Uma delas foi contada em 1544 por Jeanne Pasquellet, esposa de um peleteiro de Lyon e mãe de cinco filhos. Ela explicou ao rei ser uma mulher de honra que sempre conduzira bem a sua casa, mas que uma mulher chamada Benoîte havia desenvolvido um ódio mortal dela por "ciúme" de seu amante, um trocador de dinheiro que vivia perto da requerente. Benoîte havia se dirigido a certa Ysabeau Malefine, "que há muito se desconfia ser bruxa", a qual, utilizando-se de veneno, como disseram os médicos, fez com que a requerente ficasse gravemente doente. Jeanne havia tentado em vão fazer Benoîte e Ysabeau serem condenadas à morte por

envenenamento, e depois, desesperada por sua longa enfermidade, conseguiu que um carregador atraísse Ysabeau para a casa dela com o pretexto de lavar-lhe a roupa. Jeanne suplicou em vão para Ysabeau remover o feitiço; quando Ysabeau a insultou e a jogou no chão, "ultrajada em sua própria casa", a requerente desferiu golpes na cabeça da bruxa com um pedaço de pau e ela caiu morta. "Temendo seu marido e o rigor da justiça", Jeanne mandou enterrá-la no cemitério da igreja atrás de sua casa (evidentemente ela parou de se preocupar com as ligações sortílegas de Ysabeau no momento em que a enterrou em solo consagrado) e fugiu. Recebeu a remissão com a condição de doar cem soldos para caridade.[63]

A história de Jeanne Pasquellet realmente elevou as querelas femininas acima do cotidiano e introduziu o "ódio mortal" entre os membros desse sexo, mas chegou a isso operando com um sistema de convicções corrente envolvendo mulheres e a bruxaria e localizando a inimizade no ciúme sexual. A história de Marguerite Panete, que matou a sogra, partia de uma tradicional estruturação literária do conflito familiar e a ajudou a obter o perdão para um ato que poderia muito bem ter sido punido como parricídio imperdoável. A requerente morava numa aldeia de Bourbon, onde, aos 25 anos de idade, era a segunda mulher de Mathieu de La Faye.[64] Sua petição começa na noite de santo Antônio de 1524, quando, preocupada com o filho de seu marido com a primeira esposa, perguntou à sogra, Denise: "Onde está Laurent?". Denise respondeu que estava se divertindo na cidade (a festa do santo é cenário para a atividade de Laurent, não para a requerente). Quando Marguerite notou que já eram nove ou dez horas da noite, tarde demais para o jovem ficar passeando, a sogra disse que não cabia a ela castigar Laurent, que ele não era seu filho — "Va, villaine putain, paillarde, pourceau" ("Fora daqui, puta suja, vagabunda, porca"). Marguerite acusou a sogra de estar mentindo, pois ela não era uma puta. A luta chegou aos tapas e socos, Denise atirou um ferro de

lareira em Marguerite, e esta, um vaso de ferro, que atingiu a sogra na cabeça. Julgada e condenada a banimento do reino, Marguerite conseguiu o perdão com a condição de dar satisfações à parte civil (seu sogro?). Mathieu de La Faye, que não estava presente no momento do homicídio, deve ter aceitado a versão de Marguerite; o que a história sugere é um segundo casamento muito apreciado pelo marido, mas desagradável à sogra.

O que podemos concluir sobre as vozes das mulheres no corpo das cartas de remissão? Embora não fossem ouvidas com muita freqüência, suas histórias de perdão podem ser separadas das dos homens pela contextura e por uma complexidade característica. Um tanto distanciadas das premissas culturais e/ou por suas próprias escolhas das desculpas legais para o impulso (ataque de raiva, excesso de vinho), as mulheres ou silenciavam sobre seus sentimentos ou os expunham em demasia, trazendo para a ação o ciúme, o desespero e a culpa, ao lado da raiva. Sem a oportunidade de usar os ambientes rituais ou festivos para atribuir coerência a suas narrativas de remissão, elas elaboravam a atmosfera do crime com diálogos ou detalhes corriqueiros apenas. Como esposas econômicas, teciam suas ficções com o material que tinham à mão.

No capítulo anterior, vimos como as habilidades narrativas dos homens que buscavam clemência se distanciavam do heroísmo da história folclórica e do romance, indo na direção da tragicomédia na petição ao rei. Para as mulheres, as petições podem ter exigido menos transformações em seus modos de auto-apresentação. Dentro da narrativa da carta, elas tinham de pintar a si mesmas mais como a paciente Griselda do que como a esposa cheia de truques da *nouvelle* cômica, mas podiam também mostrar iniciativa em se desembaraçar de pontos difíceis, como a jovem apelidada Peau d'Ane (Pele de Asno), cujas aventuras eram contadas nos serões do século XVI.[65] Especialmente, estar de joelhos em humilde

súplica era de menor importância para as mulheres. As esposas estavam acostumadas a assumir a linguagem e a postura da humildade e da sujeição, mesmo quando desempenhavam o papel principal na administração da casa e da família. Não tinham uma tradição de coragem masculina a ser defendida a todo custo, nem precisavam se preocupar com *the Lie Direct* [espécie de duelo para resolver uma questão de honra] quando posicionavam uma faca de cortar galinhas na cabeça. De fato, a familiaridade das mulheres com a petição pode ser uma das razões de elas desempenharem papel tão pouco relevante no teatro da clemência real.

Seria interessante saber se o final feliz da carta de remissão — perdão e boa reputação — de fato facilitaria a retomada da vida de uma mulher como o faria para os homens quando essa mulher voltava para sua aldeia ou cidade. É possível acompanhar a carreira de muitos homens depois que suas cartas de remissão foram ratificadas, como a do barbeiro-cirurgião Simon Guy que "quebrou" sua mulher adúltera em um espancamento em 1537. Ele logo se casou novamente, tornou-se chefe da guilda dos cirurgiões em 1540, recebeu uma dedicatória do humanista lionês Barthélemy Aneau — "Au tresfidel et excellent chirurgien M. maistre Simon Guy" [Ao mui fiel e excelente cirurgião Senhor Simon Guy] — e era um dos sustentáculos da comunidade reformada daquela cidade na década de 1560.[66] É pouco provável que Bonne Goberde e Marguerite Vallée tivessem uma fila de pretendentes na porta.

E como as histórias de perdão femininas são vistas fora da Chancelaria do rei e das cortes? Elas são pouco mencionadas nos diários de observadores, não só porque existem em número reduzido, mas também porque uma carta de remissão de mulher raramente provocava escândalo político (a absolvição da pena por adultério de Marie Quatrelivres foi uma exceção). Philippe de Vigneulles descreveu um perdão concedido a uma mulher em sua

crônica de Metz, porém ela apresentava um fato incomum e boa moral. Uma adolescente passou a noite com a madrinha e tentou matá-la durante o sono porque (como disse Vigneulles) a mulher mais velha era uma prostituta que estava transviando a mãe da jovem. De manhã, a madrinha, pensando que havia sido atacada no escuro por ladrões, estava mostrando a arma aos vizinhos na rua, quando o pai da jovem passou por acaso e disse inocentemente que a pequena foice era dele. Revelada a tentativa de assassinato, a filha foi presa e estava para ser afogada quando as preces dos vizinhos, comparando sua boa reputação com a má fama da madrinha, conquistaram-lhe o perdão.[67]

Nas publicações literárias de crime, as histórias de perdão de mulheres não se faziam mais presentes que as dos homens e pela mesma razão — a lição que ensinavam não era suficientemente nítida. Por outro lado, os homicídios cometidos por mulheres que terminavam em execução eram, quando apareciam, representados com exagero nos panfletos. Marguerite Haldeboys, de Cahors, que matou os dois filhos e o marido porque ele perdeu no jogo todo o dinheiro destinado à comida, era uma figura perfeitamente exemplar em sua confissão voluntária e em seu protesto no cadafalso: "Oh, vocês, homens que Deus fez à Sua imagem [...] e mandou que governassem suas esposas, evitem, eu imploro, os dados e as cartas de baralho". A história de 1584 ainda mereceria publicação cinqüenta anos depois com uma nova data de execução.[68] A história de Marguerite Vallée não tem como competir com esta, e muito menos com os relatos de assassinos que conspiravam com uma amante para se livrar da esposa. A legítima defesa de Vallée contra Valenton pode parecer uma refutação muito forte ao domínio do marido, e os engodos de uma esposa adúltera podem ser atribuídos à concupiscência feminina, constituindo-se em um dos motivos favoritos para panfletos e sermões.[69]

Muito mais rico para a compreensão das possibilidades da voz feminina é, evidentemente, o *Heptaméron* de Marguerite de Navarre. Não confinada aos limites de um verdadeiro pedido de clemência, como faz a rainha de Navarre para construir a violência feminina e os sentimentos existentes por trás dela? E com seu formato complexo e inventivo — as *nouvelles* primeiro contadas e depois discutidas por cavalheiros e damas aportados em sua abadia de Sarrance nos Pireneus —, como ela apresenta os narradores desses tópicos? Nas aventuras sexuais que são objeto de muitas histórias, Marguerite trata homens e mulheres com simetria, fazendo um corte nos *topoi* dos insaciáveis apetites e modéstia femininos. Ambos os sexos podem ser castos, resistindo a avanços sexuais indesejados; ambos os sexos podem dar início a casos amorosos e enganar seus parceiros. Será que existe simetria também em relação ao derramamento de sangue, principalmente depois que a *demoiselle* Ennasuitte apresenta uma história homicida: "Não pouparei homem nem mulher para igualar tudo"?[70]

Quanto às tramas, as histórias de Marguerite dizem menos que as cartas de remissão. Os homens têm mãos violentas e eliminam esposas, amantes de esposas, mulheres que desejam estuprar, homens que ameaçaram a honra e a castidade, bem como criados que se põem em seu caminho perverso. Em apenas duas histórias as mulheres matam diretamente alguém, e é a elas mesmas: uma dama de Cremona, por imensa tristeza quando seu amante morre de repente em seus braços (*nouvelle* 50), e uma dama de Périgord em desespero porque foi atraída ao ato sexual por um franciscano logo depois de se levantar da cama do parto (*nouvelle* 23). "Esquecendo toda humanidade e a natureza da mulher" (a frase é de Oisille, a velha viúva que narra a última história), a dama de Périgord implora de joelhos ao marido que vingue a sua vergonha, e quando ele sai, "longe de Deus e fora de si, como uma mulher perturbada e furiosa", ela se estrangula, involuntariamente matando também seu bebê. A violência se transforma em uma bola de neve, quando seu irmão vinga erroneamente a sua morte no marido, sendo perdoado pelo ato, como vimos no capítulo 2.

Em algumas histórias, contadas tanto por homens como por mulheres, a raiva das mulheres é dirigida para fora, assim como sua paixão é despertada por jovens rapazes e na ira elas chegam à vingança por intermédio dos maridos. A esposa de nobre nascimento da primeira novela mente a seu marido sobre os ataques de Dumesnil à sua honra assim que o amante se afasta dela por causa de sua promiscuidade. A carta de remissão para o Sainct-Aignen da vida real mostra ele e seu criado como os assassinos (desculpáveis) de Dumesnil, como vimos no capítulo 2, enquanto o Sainct-Aignan de Marguerite é dominado pela mulher "mais bela que virtuosa". Na *nouvelle* 70, a duquesa da Borgonha mente e seduz até que seu marido arranca o segredo amoroso do cavalheiro que a recusou. Ela usa isso para desonrar o jovem e sua amante, e em seguida a dama morre de vergonha e arrependimento, e o cavalheiro comete suicídio. Depois do derramamento de sangue, tudo acaba sempre mal para as mulheres zangadas e ciumentas de Marguerite: a esposa de Sainct-Aignan morre miseravelmente em pecado, enquanto seu marido cumpre pena nas galés; a duquesa da Borgonha é esfaqueada pelo duque quando ele descobre sua traição. Numa terceira história cômica (*nouvelle* 35), uma dama de Navarre, "furiosa e fora de si" por se considerar desprezada e até mesmo ameaçada por um belo pregador ascético, berra-lhe insultos e arranha seu rosto. Arranhões, chutes e mordidas são sempre usados para dissuadir os homens que tentam forçar seus favores (*nouvelles* 4, 46).

Ora, essas novelas são todas interessantes e intrincadas, relatadas (como diz o Prólogo) como se tivessem sido "presenciadas" pelos narradores "ou os ouvidos de uma pessoa digna de fé".[71] Mas entre as muitas "histoires" que vêm à tona no campo narrativo de Marguerite, acima de Gave d'Aspe, não se encontra a figura da mulher fisicamente tirando a vida de outra, nem mesmo por razões perdoáveis. Essas mulheres eram julgadas nas cortes,[72] mas não em suas novelas. Dá para imaginar o generoso grupo da rainha disposto a ouvir e discutir a história de remissão de Vidalle Bayonne, a

aldeã da Gasconha que matou a amante do marido no dia de são Martim, em 1523? Vidalle é vulgar, desprovida da "honestidade" e das "virtudes" da burguesa de Tours de Marguerite (*nouvelle* 38), esposa paciente que conquistou o marido de volta dos braços de sua camponesa por meio da afetuosa preocupação com sua saúde. Vidalle diz que Catherine, amante de seu marido, era "mulher de má fama", mas admite ter recebido visitas de um padre e sua mulher e ser suscetível às ameaças de Catherine de que "ia contar a seu marido que mantinha em casa um bordel". Além disso, Vidalle era epiléptica, o que a atormentava ainda mais por causa dos maus-tratos de Catherine e de seu marido. Na cena do assassinato, Vidalle ouve a voz de Catherine na rua, fazendo fofocas na vizinhança, sai de sua casa e "por força do ciúme [...] e da *chaude colle*" cata pedras do chão e as atira na cabeça de Catherine.[73]

Se Longarine pôde observar no *Heptaméron* que a boa esposa de Tours era admirável porque "mulheres da cidade geralmente não são criadas com tanta virtude", ela podia simplesmente descartar o recurso de Vidalle Bayonne à violência — violência contra outra mulher —, como seria de esperar da criação de uma camponesa.[74] Na vida real, será que a duquesa de Alençon (que Marguerite ainda era em 1523) teria interferido em favor de um perdão para um caso como o de Vidalle?

Quanto a sentimentos e interpretação crítica, o *Heptaméron* de Marguerite informa muito mais que as cartas de remissão e de fato mais que a maior parte das discussões do século XVI sobre raiva e violência entre homens e mulheres. Ainda que não crie nenhuma trama de derramamento de sangue perdoável para mulheres — a raiva que as leva a agir sempre as desencaminha —, mesmo assim retrata uma gama de sentimentos violentos perdoáveis. Ao mesmo tempo, faz seus contadores de histórias debaterem como e se os homens deviam agir por raiva e, nesse caso, demonstra os limites tanto dos altos ensinamentos de Sêneca como da sabedoria marital popular sobre o assunto.

Duas histórias (36, 37), contadas e discutidas no quarto dia, fornecem nossa prova mais forte. Na primeira, contada por Ennasuitte, um velho presidente do Parlamento de Grenoble encontra a esposa no ato sexual com um jovem funcionário da Justiça e finge perdoá-los. Nas semanas seguintes ele oferece banquetes e bailes para mostrar a todos sua proximidade com a mulher, deixando até que o funcionário dance com ela antes de mandá-lo embora para sempre; ele espera pacientemente alguns meses e depois envenena a salada da mulher. Seu luto é tão notável que ninguém suspeita que ele mesmo a matou.

Como qualquer juiz e a rainha de Navarre sabiam muito bem, o envenenamento era crime de dissimulação e premeditação (isto é, tipicamente feminino), mesmo sendo "para salvar a honra de sua casa". Os ouvintes começam uma discussão. A jovem esposa Parlamente acha que a esposa recebeu o que merecia, e que a vingança do marido foi prudente e sábia. A jovem viúva Longarine acha a história cruel e cheia de malícia: "Eu preferia que ele a tivesse matado num ataque de raiva, pois dizem os doutores que esse pecado é mais remissível, uma vez que o homem não controla seu primeiro impulso". Melhor ainda, uma vez que sua raiva passou, ele deveria ter tentado em paz com ela, pois ela podia mudar. Os homens intervêm para defender a vingança contra a "maior ofensa que uma mulher pode cometer contra um homem", e Saffradent insiste em que a raiva dura até ser vingada e que fica contente de dizer que os teólogos perdoam facilmente tais pecados. Parlamente protesta, mas como sempre, nas histórias de Marguerite, não há acordo, e a interpretação é deixada no ar.[75] (Até mesmo o status de verdade dessa *histoire* é incerto: como Ennasuitte sabia do acontecido se o juiz havia dissimulado e acobertado tão bem os próprios passos?)*

* O frescor dessa discussão fica evidente quando se compara essa história com a vingança à traição de mulheres adúlteras do borgonhês *Cent nouvelles nouvelles* de

Os possíveis sentidos são aprofundados pela *nouvelle* seguinte, contada pelo cavalheiro Dagoucin para honrar as mulheres virtuosas, isto é, as mulheres pacientes como o presidente do Parlamento de Grenoble, mas que não buscam tal vingança. Uma dama de alta estirpe é subitamente abandonada à noite pelo marido, que vai dormir com outra. Após a primeira reação de "grande ciúme" e introversão, ela retoma o governo da casa e das crianças e usa a indução de culpa com o marido, levantando da cama quando ele volta, beijando-o e dando-lhe uma bacia de água para lavar-se da sujeira de suas atividades. Depois de um ano ainda sem resultados, ela (finalmente!) procura-o por toda a casa e o descobre dormindo profundamente em um guarda-roupa junto com a mais feia e a mais suja das criadas a seu serviço. Para ensinar-lhe uma lição, ela põe fogo num pouco de palha; quando a fumaça ameaça matá-lo, grita "Fogo!" e ralha com o marido. Ela tentou paciência e água durante um ano, agora recorre ao fogo. "*Monsieur*, se isto não o reformar, não sei se uma segunda vez eu o salvarei do perigo." Mortificado, ele promete parar de atormentá-la, mandando embora a criada, e passam a viver em grande contentamento.

meados do século XV, que não apresenta o mesmo quadro. Em uma delas, um presidente das cortes da Provença finge não perceber o adultério da mulher e depois a mata com o estratagema de mandá-la a um casamento montada em uma mula com muita sede. Ela se afoga quando a mula corre para dentro do Rhône para beber água; o juiz dá-lhe o funeral apropriado e decide evitar daí por diante os perigos do casamento. Na outra, um cavalheiro de Auvergne monta uma armadilha para sua mulher e o padre, seu amante — literalmente uma armadilha dentro da qual caem um lobo, o cura, a criada mensageira e a esposa, que são queimados até a morte pelo marido. A *nouvelle* termina assim: "Depois disso, ele deixou o local e recorreu ao rei pedindo remissão, que logo conseguiu. Alguns dizem que o rei devia dizer que o único dano causado foi ao pobre lobo queimado" (*Cent nouvelles nouvelles*, ed. Pierre Champion [Paris, 1928], *nouvelle* 47, pp. 146-8, *nouvelle* 56, pp. 166-8). As novelas 36 e 37 de Marguerite são em parte uma adaptação e uma resposta a essas narrativas.

Mais uma vez, não há concordância na avaliação do episódio, principalmente entre as mulheres. A velha Oisille acha a esposa exemplar. Parlamente acha que paciência tem limite, que ser insultada durante tanto tempo destrói o afeto. Ennasuitte aponta algumas duras realidades da situação da esposa: uma esposa impaciente pode encontrar um marido furioso que a espanque, colocando-a na palha e mudando a criada para a cama matrimonial. Longarine acha que o único erro da mulher foi acordar o marido, pois as cinzas de um marido como esse dariam ótimo sabão de lavar roupa. Opisille pergunta o que ela teria feito se seu falecido marido, com quem vivera em tamanha devoção, a tratasse daquela forma. Longarine responde: "Eu o amava tanto que acho que o teria matado e depois a mim mesma, pois morrer após uma vingança dessas seria melhor do que viver lealmente com um marido desleal". "Entendo", diz um dos homens, "que vocês amam seus maridos só por si mesmas."

No reino em que se põe à prova, se ameaça e fantasia, a rainha autora permite que suas damas vivam uma gama mais ampla de sentimentos do que as mulheres se permitiam nas cartas de remissão, e também as perdoa por isso. Se as tramas do *Heptaméron* estão de acordo com um mundo em que o derramamento de sangue das mulheres e a raiva são para elas difíceis de encarar e contar, sua forma narrativa imagina um mundo em que homens e mulheres se perdoam depois da raiva e as mulheres podem conviver com seus desejos de vingança. (Longarine chega a fazer uma distinção entre sentimento e ação para os homens: "Contanto que não se chegue à espada", ela diz a dois membros do grupo, "sua raiva apenas redobrará nosso riso".)[76] A clemência no livro da rainha está nas muitas oportunidades de interpretar e ser interpretados que ela oferece às personagens, e ninguém tem de implorar por isso; "No jogo", diz o marido Hircan quando começam as histórias, "somos iguais".

Conclusão

Meu campo de contar histórias já deu sua colheita. Que outros frutos posso pretender oferecer para meus leitores? Primeiro, espero que tenham constatado como a carta de remissão, embora se trate de um esforço coletivo entre o notário, responsável pela fórmula, o advogado conselheiro (eventualmente) e o requerente, pode ser usada como fonte aproximada para o talento narrativo e para os estilos das pessoas do século XVI. A história de perdão limitava-se, evidentemente, às tramas que eram remissíveis, mas sem dúvida mostra as habilidades narrativas agindo com persuasão realista e a favor de interesses próprios.

Algumas das "mulheres simples" e dos "pobres lavradores" acabam se mostrando possuidores de mais talento retórico ou de mais recursos narrativos naturais do que os letrados. Marguerite disse que era preciso ver com reserva a arte das pessoas letradas, "para que a beleza da retórica não prejudique a verdade da história".[1] E em *Dos canibais* Montaigne elogia a narrativa de seu viajante recém-chegado do Brasil:

> simples e grosseiro de espírito, o que dá mais valor a seu testemunho. As pessoas dotadas de finura observam melhor e com mais cuidado as coisas, mas comentam o que vêem e, a fim de valorizar sua interpretação e persuadir, não podem deixar de alterar um pouco a verdade. Nunca relatam pura e simplesmente o que viram ["Ils ne vous representent jamais les choses pures"] [...] A informação objetiva, nós a temos das pessoas muito escrupulosas ou muito simples, que não tenham imaginação para inventar e justificar suas invenções.[2]

As histórias de perdão mostram que "justificar invenções" era prática efetuada com freqüência na sociedade,[3] embora o treino formal na retórica, como o de Étienne Dolet, pudesse levar a um tipo de narrativa diferente daquele adquirido por um camponês em um serão. (Em outro momento, o próprio Montaigne teria concordado com isso: ele afirmou por escrito que "a vaidade das palavras", "a metonímia, a metáfora [...] e outros nomes que tais da gramática" não se aplicam apenas à linguagem refinada, mas ao "tagarelar de sua camareira".[4]) Quanto a ser chegado às "coisas puras", não privilegiei nenhum grupo, nem lenhadores, nem cavalheiros, embora eu tenha ponderado que a situação das mulheres requerentes apresentava uma manipulação mais complexa de estado de espírito e estado mental.

O movimento da história de perdão nos mostra também como a informação, os valores e os hábitos de leitura podem fluir através das fronteiras de classe e de cultura. Essas histórias circulavam e eram debatidas pelas pessoas que conheciam as personagens, e eram ouvidas e divulgadas por notários, escreventes, funcionários de chancelaria, advogados, juízes, sargentos da corte e, às vezes, até pelo próprio rei e seu conselho. O desafio da remissão era também uma forma de, por meio da pena do secretário ou do conselho do advogado, fazer as construções literárias e o palavreado real influenciar a gente que não sabia ler. Não temos aqui uma "cultura oficial" impondo seus critérios à "cultura popular", mas uma

troca cultural, conduzida segundo as regras do rei. O que estava em jogo era diferente para requerentes, ouvintes e perdoadores, contudo estavam todos envolvidos em um discurso conjunto sobre a violência e sua pacificação.

Ao comparar as histórias dos requerentes com as de autores do século XVI, sugeri que as últimas podiam expor os lapsos que havia na petição feita em interesse próprio: o "aumentar e subtrair" de Mistoudin, o exagero de Benvólio, as mentiras descaradas do advogado de Alençon. O processo funciona também para o outro lado? Existe algum sentido em que as histórias de perdão nos ajudem a expor o lapso das *nouvelles* renascentistas — isto é, a sedutora tensão entre a alegação de que os acontecimentos narrados são efetivamente reais e a fonte verdadeira da história? Autores e leitores evidentemente concordavam que as *nouvelles* tinham de ser apresentadas como "notícias", como acontecimentos recentes, se pretendiam ser plenamente valorizadas como entretenimento e como um "relato da sociedade sobre si mesma". Embora essa alegação devorasse a imprensa, a prática editorial de misturar todo tipo de notícias, apresentando-as como "verdadeiras", pode muito bem ter ajudado a perpetuar a prática literária, como sugeriu Lennard Davis. Em meados do século XVI, citavam-se razões morais em prol da *vraisemblance* [verossimilhança]: quanto mais provável fosse uma história, mais instrutiva ela seria, ao contrário das fantasias do romance de cavalaria.[5]

Ora, a carta de remissão pode sugerir novas fontes para essa lúdica tolerância da ambigüidade. O mundo dos documentos legais e reais guardava histórias que alegavam ser verdadeiras, que haviam sido ratificadas como verdadeiras, e que eram usadas como base para a reconciliação social. No entanto, nós as vemos sempre cercadas de dúvidas e questionamentos. O fato de autores e leitores apreciarem o gosto picante da incerteza da verdade em obras literárias talvez fosse alimentado pela inevitável incerteza sobre a verdade em documentos dos quais dependia a ordem do Estado monárquico.

Haveria alguma outra convergência entre a história de remissão e a criação literária? As mãos do autor algum dia se colocaram na posição de súplica dos que buscavam perdão? Dedicatórias de livros muitas vezes contêm petições e desculpas, mas nesse caso tratava-se da linguagem polida usada ao presentear alguém, uma maneira de apresentar a obra ao objeto da dedicatória e ao leitor. São certas conclusões e epílogos que fazem as pausas. Rabelais concluiu seu *Pantagruel* com uma amostra do próximo volume, que logo estaria à venda, "cheio de mil coisas divertidas, todas verdadeiras", e um pedido de perdão aos leitores: "Perdoem-me — e não pensem tanto sobre minhas faltas a ponto de esquecer as suas". Quando a Faculdade de Teologia de Paris censurou o livro, ele elaborou uma segunda edição. Se os leitores lhe diziam que não era muito inteligente escrever aquelas bobagens ("balivernes et plaisantes mocquettes"), ele respondia que eles é que não eram muito inteligentes ao se divertirem lendo aquilo. Todos porém mereciam receber o perdão por sua alegria em escrever e ler mais do que os monges hipócritas que tentavam enganar o mundo.[6]

Na Inglaterra, diversas peças de Shakespeare terminam com o ator diante da platéia, pedindo perdão. "Se nós, sombras, ofendemos", diz Puck, "Pensem assim, concordemos: / aqui vieram cochilar / [...] Não nos condenem, irmãos / Só queremos seu perdão." A ofensa está na peça; o perdão, no aplauso. Em *A tempestade*, Próspero explicita a analogia entre a magia do autor e um crime. Eliminados os seus encantamentos, depois de perdoar seu irmão usurpador na peça, ele pede à platéia que bata palmas:

> *Que o sopro do seu riso me enfune as velas,*
> *senão perde o sentido a minha singela*
> *vontade de agradar...*
> *Se os seus erros são perdoados assim, que a sua indulgência me liberte a mim.*[7]

Portanto, os autores podiam se imaginar produzindo obras que ofendiam leitores e ouvintes, aos quais tinham de implorar clemência.[8] É claro que a censura real e a proibição eclesiástica podiam literalmente transformar um texto em crime, mas o fato de normalmente o autor (e o editor) depender do favor dos leitores e compradores podia também fazê-lo se preocupar em não ofendê-los. Os escritos de Rabelais são, de fato, cheios de alvos premeditados: seu pedido de perdão não era autodefesa, mas apenas brincadeira, e além disso havia ofensas muito piores que ele poderia cometer. Num livro ricamente documentado, Thomas M. Greene descreveu as "vulnerabilidades" do texto literário renascentista; eu estenderia essa vulnerabilidade à platéia, e diria que o pedido de perdão do autor constitui uma admissão de que sua obra pode tanto ferir como ser fonte de uma força nova.[9] Ao escrever este livro, com freqüência pensei que devia pedir perdão às minhas personagens mortas há muito. Ao recontar seus relatos sangrentos, que provavelmente deixaram em seu rastro tristeza, terror e lamentação, me descobri rindo às vezes — rindo das agruras de Manny e de sua vingança no dia de santa Madalena, dos ataques de Charles de Villelume com camponeses e padres, da braguilha aberta de Jean Faurier diante da espada de Jean Espes, de Guillaume Caranda defendendo sua representação da Ressurreição, do marido de Bonne Goberde dando um "encontrão" na faca de cortar frangos e a idéia dela de agradá-lo com groselhas. Se meus leitores são iguais aos meus ouvintes, devem ter rido também. O que torna essas histórias engraçadas? A forma breve? O fato de serem a história de terceiros, de outrem? O prazer da surpresa ou do subterfúgio? Em todo caso, a mistura de riso e horror não era estranha ao século XVI. Rabelais podia esperar risos diante de Panurge se vingando do tedioso comerciante Dindenault, que se afoga com todos os seus carneiros; Montaigne escreveu sobre a forma como "rimos e choramos pela mesma coisa"; Calvino acusava os padres de transfor-

mar as confissões de seus fiéis em "histórias divertidas", e até o frei Benedicti se preocupava de eles "se comprazerem nelas".[10] Mas talvez haja algo mais profundo do que o prazer que o leitor sente com uma história que aconteceu com outra pessoa. Lembre-se de que Benedicti disse que as pessoas confessavam seus pecados "como se contassem uma história". Transformar um ato terrível em uma história é uma maneira de se distanciar do fato: na pior das hipóteses uma forma de auto-enganar-se; na melhor, uma maneira de perdoar a si mesmo.

APÊNDICES

Apêndice A
Transcrições de cartas de remissão

Foram selecionadas sete cartas de remissão para dar aos leitores uma idéia do texto integral e do francês que existe por trás das traduções, paráfrases e resumos apresentados neste livro. Foi mantida a ortografia da língua francesa do século XVI e foi respeitado o uso, nestas cópias de chancelaria, do "etc." mas, para facilitar a compreensão, modernizou-se a divisão dos parágrafos, bem como o uso das maiúsculas, da pontuação e, em alguns casos, da acentuação. Quando uma palavra é ilegível, isso vem indicado por uma elipse ou por uma sugestão de leitura, seguida de um ponto de interrogação.

1. CARTA DE REMISSÃO DE THOMAS MANNY (AN, JJ245B, 149r-150v; VER PP. 13-6 ACIMA)

Françoys, etc. Savoir faisons à tous presens et advenir, Nous avons reçue l'humble supplicacion de Thomas Manny, pouvre

homme de labour, aagé de trante-six ans ou environ, demourant à Sens, Contenant que ledit suppliant auroit esté conjoinct par mariage avec une nommée Claudine Guyart de laquelle il a ung enffant. Et combien que ledit suppliant l'ayt tousiours bien et honnestement traictée et gouvernée et fut de bonne vie, renommée, et honneste conversacion, neantmoins sadicte femme mal conseillée se seroit lubricquement et meschamment counduict et gouvernée, et tellement que au moyen de sondit gouvernement elle en auroit gaignée la maladie qu'on appelle la grosse verolle, de laquelle ledit suppliant fort desplaisant l'auroit faicte panser e guerir. Et elle ainse guerie s'en seroit allée avec un chambriere que l'auroit pensée durant sadite maladie au desceu dudit suppliant en la maison de Jehan Baston, tavernier demourant hors la porte Sainct Anthoine, où elle auroit esté l'espace de deux jours et jusques à ce que ledit suppliant fut adverty par une nommée Symonnette, fille des estuves appellées Chez Noblet, que sadite femme estoit en ladite maison. En laquelle ledit suppliant accompagné de Thomas Geneteau, maçon, et Pierre Numbiliers, sergent royal à Sens, se soroient transportez et l'auroient trouvée cachée en la cave de ladite maison. Laquelle lesdits suppliants et dessusdits auroient trouvé moyen ramener en la maison d'icelluy suppliant moyennant la promesse faicte par icelluy suppliant de ne la batre et oultrager, ce qu'il n'auroit faict.

Et apres ce qu'elle auroit esté l'espace de cinq ou siz jours en ladite maison, promectant tousiours audit suppliant soy bien gouverner et en contrevenant à sadit promesse, trouva moyen pillier et desrobber en ladite maison tout ce que bon luy sembla et s'en seroit allée au desceu dudit suppliant en la maison d'un nommé Graffiquart, mareschal demourant à ladit Porte Sainct Anthoine. En laquelle elle auroit esté l'espace de huit jours ou environ et iusques à ce que une nommée Jaquette, fille de joye, trouva ledit suppliant devant sadite maison, laquelle luy dit que s'il vouloit payer pinte, elle luy enseigneroit où estoit sadite femme, ce qu'il luy promist faire.

Et tost apres icelluy suppliant, accompaigné de Jehan Collart et Pierre Hofflart, sergens royaulx à Sens, et autres, se transporterent à ung dimanche au matin environ le mois de juin cinq cens vingt-neuf en ladite maison dudit Graffiquart, en laquelle luy fut faict commandement de par nous ouvrir la porte de ladite maison, ce qu'il feist en obtemperant à Justice. Et incontinant s'entrerent en icelle maison où ilz trouverent ladite femme couchée en une chouchete avec quelque quidem, qui trouva moyen s'en fouyr tout nud et gaigner l'huy de derriere. Et alors lesdits suppliant et sergent ramenerent l'autre, femme d'icelluy suppliant, en sa maison en laquelle ledit suppliant fist à sadite femme plusieurs remonstrances et print ung balay estant en sadit maison, duquel il fist des verges, desquelles il chatya et donna à sadite femme, qui se tint trois jours apres en sadite maison. Lesquelz trois jours passez, se seroit derechef partye et absentée par l'espace de trois sepmaines ou environ, pendant lesquelles ledit suppliant fut adverty que sadite femme estoit en la maison d'ung nommé Edmé Choppin, où il se seroit transporté pour cuider avoir sadite femme. Mais une nommée Katherine, seur de ladite femme, en lieu de ce faire donna ung grant coup de pierre audit suppliant sur la teste, duquel yssut grant effusion de sang.

Et despuis, ledit suppliant au moys de juillet audict an cinq cens vingt-neuf se seroit transporté en certains prez près de notre ville de Sens, où il trouva sadite femme avec plusieurs autres besoignans ausdits prez, entre lesquelz estoit le paillart de sadite femme, à laquelle ledit suppliant remonstroit sesdite faultes, mais les gens illec presens se mocquoient dudit suppliant. Au moyen de quoy et de la honte qu'il en avoit, print une fourche de bois, de laquelle il bailla sur les espaulles de sadite femme, luy disant qu'elle estoit bien meschante d'estre avec son paillart devant ung chacun, et la ramena en sadite maison. Et le jour mesmes environ neuf heures de soir, ledit paillart, acompaigné de deux autres personnes, se seroit transporté devant la maison dudit suppliant enjurant et blasphemant le nom de notre seigneur et gectant

grosses pierres contre les fenestres d'icelle, disant qu'il emmeneroit sadite femme, l'apellant "coupaulx", qui equipole à ung que on appelle "quoqu" ou "genyn", et disant plusieurs grosses injures contre ledit suppliant.

Et le jour de la Magdalaine, qui fut quinze jours apres ou environ, ledit paillard se seroit transporté, acompaigné de deux autres, devant la maison dudit suppliant, où il estoi, en jurant et blasphemant le nom de dieu, dist audit suppliant, en luy donnant trois ou quatre grans soufflets sur le visaige, qu'il le tueroit. Et ainsi qu'il secondoit revencher, ung desdits compaignons tira une petite hache qu'il avoit dessoubz sa robbe, de laquelle il s'efforca donner ung coup sur la teste dudit suppliant, mais pour icelluy entremist ledit suppliant son bras audevant, où il fut actaint. Et pour s'en saulver s'en fuyt à une maison d'ung sien voisin, de laquelle incontinant apres et tout esmeu et effrayé de l'otraige qui luy avoit esté faict, ledit suppliant sortyst pour soy s'en aller en sadite maison tenant une pierre en sa main, et en s'en allant, apperceut ledit paillart avec ung de ses compaignons, qui le suyvoient. Au moyen de quoy, plus effrayé que devant, se hasta d'aller en sadite maison, devant laquelle il recontra sadite femme, à laquelle à chaulde colle en jurant le nom de dieu, il dist, "Fault-il que je meure pour une putain?" Et en ce disant, luy bailla ung coup de ladite pierre sur la teste. Et si luy donna, ainsi que ladite femme s'en fuyoit devant luy, deux ou trois coups d'un couteau, qu'il avoit accoustumé porter et dont il se aidoit à table, en d'aucuns endroitz de corps de sadite femme, ne scet en quelle partie.

Au moyen de quoy se seroit lors absenté craignant rigueur de Justice. Et despuis a oy dire que pour raison desdit coups et par faulte d'appareil, pensement, et bon gouvernement, icelle femme seroit allée de vie à trespas. Pour raison dudit cas a esté ledit suppliant constitué prisonnier en nos prison de Sens, esquelles is est encores de present detenu en grande captivité et mesmes de son corps et danger d'y finir miserablement ses jours. En nous humblement requerant par ledit

suppliant que, actendu ce que dit est mesmement que ledit cas est advenu par chaulde colle et que icelluy suppliant a tousjours esté par cy-devant de bonne vie, renommée, et honneste conversation, san jamais avoir esté actaint ne convaincu d'aucun villain cas, blasme, ou reproche, Nous luy veullons, etc. Pourquoy, etc. Si donnons en mandement par ces mesmes presentes à notre bailly de Sens ou à son lieutenant, etc. Donne à Paris au moys d'aoust l'an de grace mil cinq cens trente et de notre regne le seiziesme, ainsi signée par le conseil, de La Mare visa, contentor Berthelemy, registrata.

[Francisco etc. Declaramos a todos os presentes e vindouros que recebemos a humilde petição de Thomas Manny, pobre lavrador, de cerca de 36 anos, morador de Sens, afirmando ser ele ligado por matrimônio a Claudine Guyart, com a qual tem um filho. E conquanto o citado requerente a tenha sempre tratado e conduzido bem e decentemente e ele próprio viva de maneira íntegra, gozando de boa reputação e honesta conversação, mesmo assim a citada esposa, mal aconselhada, procedeu com lascívia e perversão, e a tal ponto que, estando sob seu governo, contraiu a doença conhecida como sífilis, da qual o citado requerente, muito injuriado, fez com que se tratasse e curasse. E ela, assim curada, foi, na companhia da criada que dela tratou durante a doença, às escondidas do citado requerente, para a casa de Jean Baston, taverneiro morador do outro lado da Porta de Santo Antônio, onde passou o período de dois dias até que o citado requerente foi avisado por uma moça chamada Symonette, criada da casa de banhos chamada Chez Noblet, de que sua citada esposa se encontrava na citada casa. À qual se dirigiu o citado requerente, em companhia de Thomas Geneteau, pedreiro, e de Pierre Numbiliers, sargento real em Sens, encontrando-a escondida no porão da citada casa. A qual o citado requerente e acima citados acharam meio de levar de volta à casa do citado requerente mediante a promessa feita pelo

citado requerente de não espancá-la nem desrespeitar, coisas que afirma não ter feito.

Mas depois de estar pelo período de cinco ou seis dias na citada casa, sempre prometendo ao citado requerente bem se comportar e contrariando a citada promessa, achou meio de pilhar e roubar a citada casa de tudo o que lhe pareceu bom e dirigiu-se, às escondidas do citado requerente, à casa de um serralheiro chamado Graffiquart, morador da citada Porta de Santo Antônio. Na qual permaneceu durante o período de oito dias aproximadamente, até que uma mulher da vida chamada Jacquette abordou o citado requerente em frente da sua citada casa, a qual lhe disse que se ele quisesse lhe pagar uma bebida, ela lhe contaria onde estava sua citada mulher, coisa que ele lhe prometeu fazer.

E logo depois o citado requerente, acompanhado por Jean Collart e Pierre Hofflart, sargentos reais em Sens, e outros, dirigiram-se num domingo de manhã por volta do mês de junho de 1529 à citada casa do citado Graffiquart, na qual lhe foi ordenado que nos abrisse a porta da citada casa, coisa que fez obtemperando a justiça. E entraram incontinênti na citada casa, onde encontraram a citada mulher deitada em uma pequena cama com um desconhecido, que encontrou meio de fugir, nu, e ganhar a saída dos fundos. E então os citados requerente e sargentos levaram a outra, esposa daquele requerente, à sua casa, na qual o citado requerente fez muitas repreensões à sua citada mulher e tomou uma vassoura que estava na citada casa, da qual fez varas, com as quais castigou e bateu na citada mulher, que se manteve três dias depois na citada casa. Passados esses três dias, mais uma vez saiu e ausentou-se pelo período de três semanas aproximadamente, durante as quais o citado requerente foi avisado de que sua citada esposa estava na casa de um chamado Edmé Choppin, para onde se dirigiu para tratar de recuperar sua citada esposa. Mas uma chamada Katherine, irmã da citada mulher, em vez de isso fazer, deu uma forte pedrada

na cabeça do citado requerente, da qual jorrou sangue em grande efusão.

Desde então, o citado requerente, no mês de julho do citado 1529, dirigiu-se a certo prado próximo de nossa cidade de Sens, onde encontrou sua citada esposa trabalhando no citado prado junto com muitos outros, entre os quais se encontrava o amante de sua citada esposa, a qual o citado requerente recriminou pelas citadas faltas, mas as pessoas ali presentes zombaram do citado requerente. Diante disso, e da vergonha que sentia, pegou um forcado de madeira, com o qual bateu nos ombros de sua citada mulher, dizendo-lhe que era muito má por estar com seu amante diante de todos, e a levou de volta à citada casa. E nesse mesmo dia, por volta das nove horas da noite, o citado amante, acompanhado de duas outras pessoas, dirigiu-se à frente da casa do citado requerente xingando e blasfemando contra o nome de Nosso Senhor e atirando grandes pedras contra as janelas daquele, dizendo que ia levar sua citada mulher, chamando-o de "cabrão", que equivale àquilo que chamamos "corno" ou "chifrudo", dizendo também grandes injúrias contra o citado requerente.

E no dia de santa Maria Madalena, uns quinze dias depois, o citado amante dirigiu-se, acompanhado de dois outros, à frente da casa do citado requerente, onde ele estava, xingando e blasfemando contra o nome de Deus, e disse ao citado requerente, aplicando-lhe três ou quatro bofetões no rosto, que o mataria. E enquanto ele prometia se vingar, um dos citados companheiros tirou um pequeno machado que trazia debaixo da roupa, com o qual tentou dar um golpe na cabeça do citado requerente, mas contra o qual colocou o citado requerente seu braço à frente, onde foi atingido. E para se salvar, foi ele à casa de um vizinho seu, da qual incontinênti, muito exaltado e nervoso pela agressão que sofrera, o citado requerente saiu para se dirigir à sua citada casa levando uma pedra na mão, e ao se encaminhar a ela, percebeu o citado amante, com um

de seus companheiros. Diante disso, mais nervoso do que antes, apressou-se a ir para sua citada casa, diante da qual encontrou sua citada mulher, à qual, numa explosão de raiva e invocando o nome de Deus, disse: "Tenho de morrer por causa de uma puta?". E ao dizer isso desferiu-lhe uma pedrada na cabeça. E quando a citada mulher caiu à sua frente, então lhe desferiu duas ou três facadas, com uma faca que costumava levar consigo e que utilizava à mesa, em várias partes do corpo da citada mulher, ele não sabe onde.

Diante disso, ele fugiu, temendo o rigor da justiça. E depois ouviu dizer que em razão das ditas facadas e por falta de tratamento, curativos, e bons cuidados, a citada mulher falecera. Em razão do citado caso o requerente foi feito prisioneiro em nossas prisões de Sens, nas quais ainda hoje está detido em grande cativeiro correndo inclusive perigo físico e arriscando ali terminar miseravelmente seus dias. Tendo sido humildemente solicitado pelo citado requerente que, haja vista o que disse, o citado caso ocorreu verdadeiramente numa explosão de raiva e que o citado requerente até hoje teve vida honesta, boa reputação e honesta conversação, sem ter jamais sido acusado nem condenado de nenhum caso perverso, culpa ou repreensão, nós lhe desejamos etc. Por que etc. O que ordenamos pela presente ao nosso meirinho de Sens ou a seu lugar-tenente etc. Atribuído em Paris no mês de agosto no ano da graça de 1530, décimo sexto de nosso reino, aqui assinada pelo conselho, de La Mare *visa, contentor* Berthelemy, *registrata.*]

2. CARTA DE REMISSÃO DE CHARLES DE VILLELUME (AN, JJ249B, 51r, 52v; VER PP. 47-50 ACIMA)

François, etc. Savoir faisons, etc. Nous avons reçue l'humble supplication de Charles de Villelume seigneur de [em branco], *aagé de*

XXXV ans ou environ et prisonnier en noz prisons de Molins, Contenant que l'an Ve XVIII, luy estant jeune en l'age de XVIII ans ou environ, acompaigné de Jehan Dechault, religieulx, et de troys ou quatre autres personnaiges du nom desquelz et du jour n'est recordz, et luy estant à Villeneufve, où il faict sa continuelle residence, allerent ung soir pour passetemps au villaige de distant d'une lieue ou envyron en la maison d'un nommé Anthoine Delaage et Margherite sa femme. Et apres avoir salué ladite Marguerite, qui faisoit la lessive, et par maniere de jeu luy auroit mis la main sur le collet, icelle Marguerite, en regardant que c'estoit et tenant un pot plain de sadite laiscive, en laissa tumber partie sur les gembes dudit suppliant. Au moyen de quoy et qu'elle estoit reputée paillarde publique, luy dist qu'elle en seroit chevaulchée. A quoy elle feit responce que ce ne seroit pas de luy, disant qu'elle aymeroit myeulx que ce fust Dechaulx religieulx estant avec luy. Ce faict, sort ledit suppliant hors ladite maison et y demeura ledit Dechault.

Aussi certain temps apres, dont il n'est recordz, vint ung homme à luy incongneu que l'on dit qu'il avoit esté pourveu du prieuré de Jaruage. Et pource qu'il n'avoit puissance de conserver son droict luy auroit prié luy ayder. A quoy ledit suppliant, qui estoit jeune gentilhomme desirant faire service à ung chacun et par bon zelle, s'accorda. Ce faict, s'en allerent par devers le lieutenant dudit Jarouaige le requerir voulloir mectre ledit personnaige en possession dudit prieuré. Et pource qu'il en auroit esté reffusant, luy auroit ledit suppliant faict response que luy-mesmes luy mectroit bien sans luy. Et de faict se transporterent en l'eglise dudit lieu, où en signe de possession baisa et feit baiser auxdits personnaiges les relicques [et] *feit sonner les cloches. Et ce faict luy furent baillées les clefz des greniers où il y avoit quantité de blé, desquelz ne fut riens prins ne enlevé. Et pource que pendant ledit temps ung serviteur estant avec ledit suppliant print debat ou question avec ung cordonnier dudit lieu pour le billaige d'une paire de houzeaulx et que les habitants firent sonner les cloches pour emouvoir*

le peuple, seroit ledit suppliant sorty dudit prieuré et remonstré aux habitants dudit lieu de Jaruaige, ainsi esmeuz, que si aucun leur auroient faict exces, qu'il mectroit peine de le faire reparer. Et voyant que lesdits habitans permuetoient en grosse clameur par le moyen de quoy se povoit ensuyvre gros scandalle, et pour à ce obvier, rentra ledit suppliant dans ledit prieuré. Et pource que lors et depuys il congneut que lesdits habitans de Jaruaige auroyent faict et faisoient plusieurs assemblées pour le oultraiger, mesmes ung jour que la foire estoit à Chastellez, se retira pour eviter leur fureur et entendit que l'on vouloit faire et conspirer contre luy. Et luy estant près la garenne de Sr de Chaz sur le chemyn prochain dudit Jaruaige, et luy estant audit lieu, survint à luy ung prebstre, qui luy tint quelques propos fascheux et rigoreux. Au moyen de quoy luy bailla ung coup d'un petit baston de bois qu'il tenoit, en disant ces motz, "Tuez, tuez." Aussi auroit donné quelque autre coup de baston à ung nommé Pierre Vincent et à deux ou troys autres habitans ou voisins dudit Jaruaige affin de leur donner terreur et craincte pour empescher qu'ilz ne permuetassent à leur entreprise et intencion.

Et quelque temps apres, luy estant en la parroisse de Teillier, où l'on cellebroit une confrairie le mardy de la Panthecouste, y trouva le seigneur de Boust acompaigné de deux prebstres. Et pour ce que lesdits de Boust et prebstres s'efforcent à dancer à ladite confrairie avec de femmes, qui estoit contre la coustume dudit lieu, de tout temps et d'ancienneté garder, par laquelle est deffendu à tous habitans dancer ledit jour avec femmes, se seroit esmeu gros debat et question entre les confraires de ladite confrairie et lesdicts de Boust et prebstres, comme il fut rapporté audit suppliant estant en logis où il souppoit. Auquel lieu il fut prié et requis par lesdits confraires se transporter à ladite dance pour faire cesser lesdites dicditions [sic; em vez de *seditions*?], *disant par lesdits confraires que l'on les voulloit tuer. A quoy ledit suppliant, liberallement et sans penser à aucun mal, s'accorda. Et luy estant au lieu trouva que les confraires tenoient encloz en une maison lesditz prebstres*

et Duboust. Et voyant par ledit suppliant aucuns desdits confraires estre montez par le dessus de ladit maison, qui tenoient l'un desdit prebstres pour le tuer, pour ce empescher et eviter plus gros scandalle et mal, les prya de ne le point tuer, mais si bon leur sembloit, le pourroient faire depoiller et battre de verges, ce qu'ilz ferent, et en le faisant passer quelque foys entre eulx luy bailloient aucuns coups de verges.

Aussi envyron ce temps Pierre Dars, religieux, prevost de Chambon, oncle dudit suppliant, luy auroit donné une mestaire, appellée La Montenelle, qui luy estoit escheue et advenue par le deces et trespas d'un subiect de mainmorte. Se seroit icelluy suppliant transporté en ladite mestaire, où il auroit trouvé ung nommé Le Maignan, qui se disoit avoir droict en ladite mestaire. Et pour leur different prindrent compromis. Et pour ce que pendant icelluy, ledit Le Maignan par surprinse auroit emmené le bestail de ladite mestairie pour en cuydre frustrer ledit suppliant, icelluy suppliant, de ce adverty, acompaigné de cinq ou siz de ses serviteurs, embastonnez sans propos de mal faire, mais pour garder sa possession, s'a addressa à ung laboureur, dont il ne sçait le nom, lequel luy monstra le bestail ainsi emmené par ledit Le Maignen. Et ce faict, print ledit suppliant avec sesdits serviteurs ledit bestail et icelluy emmené en sa maison. Et pource que depuys, en hayne de ce, ledit Le Maignen envyron les moissons s'efforçoit de le deposseder et prandre les bledz provenuz ès terres de ladite mestairie, et que le seigneur des Portes y estoit avec grosse assemblée pour icelluy Le Maignen, ledit suppliant se transporta avec aucuns de ses gens et mercenaires jusques au nombre de quinze, embastonnez pour leur deffances seullement et garder sa possession. Et luy estant sur le lieu pource qu'il apperçoit ung quidam estant de la part dudit Le Maignan, qui tenoit une hacquebutte de laquelle ledit suppliant pensoit qu'il voulsist tirer, dist à ung de ses gens tenant une arbaleste qu'il se gardast dudit personnaige. Et apres avoir remonstré audit Maignen qu'il ne devoit ainsi facher ne oultraiger, emmena ledit suppliant son-dit blé sans aucune violence ne exces.

Et aussi au moyen de ce que ledit Dars prevost, sondit oncle dudit suppliant, luy auroit par plusieurs foys dit que s'il avoit affaire de blé, qu'il s'adressast à ses senseurs pour en avoir et que s'ilz en faisoient reffuz qu'il en print, se seroit transporté en la maison de Mathieu Mardon prebstre accenseur audit Dars son oncle, où il print en son grenier, apres avoir rompu l'huys pour l'absence dudit Mardon, la quantité de douze septiers de bled ou envyron, dont depuys sondit oncle luy bailla acquict sur ce qu'il luy devoit. Et aussi quelque temps apres, luy estant à la chasse, rencontra deux charettes chargées de bled et apres avoir esté adverty qu'elles appartenoient à sondit oncle et suyvant ce qu'il luy avoit dit, en print une qu'il fesit mener en sa maison, aussi luy acompanigné de deux ou troys personnes ayant affair de bled. Et pour en avoir suyvant ce que sondit oncle luy avoit dit, se transporta en une maison deppendant dudit prieuré de Chambon appellé Tresson, auquel lieu il feit sortir à la porte [une] partie de ses gens. Et pource qu'il estoit nuyt et craignant que l'on ne voulsist ouvrir, feist dire au receveur dudit lieu qu'il vint audit hurtement, que c'estoit une lettre contenant que ung nommé Desier luy mandoit qu'il luy envoyast son cheval. Et pource qu'il feist reffuz faire ouverture de ladit porte et que ledit suppliant ne savoit où loger, declaira audit receveur que c'estoit luy. Lors icelluy receveur ledit suppliant qu'il eust à frapper quelques coups de congnée contre ladite porte, affin que icelluy receveur eust excuse envers son maistre ledit suppliant y avoir entré par force, ce que ledit suppliant feist voulontairement pour complare à icelluy receveur et sans autre mal penser. Auquel lieu il feit prandre troys ou quattre chars de bled suyvant que sondit oncle luy auroit dit auparavant et commandé. Et depuys, en apprenant par sondit oncle lesdites prinses, auroit le tout alloué à ses fermiers et accenseurs.

Toutesfoys pour raison des cas dessusdits ou aucuns d'eulx, ledit suppliant a esté constitué prisonnier et mené en la conciergerie de nostre Palais à Paris, et depuys, par arrest de notre court de Parlement, auroit esté renvoyé par devant nostre senechal de Bourbonnais ou son

lieutenant pour luy faire parfaire son proces, où il a tenu prison douze ou treize moys et y est encores de present en danger d'y finir miserablement ses jours, si noz grace et misericorde, etc. En nous humblement requerant que actendu ce que dit est et que lesdits cas sont advenuz plus pour la grant jeunesse dudit suppliant que autrement et que en iceulx faisant ne s'en est ensuyvy mort ne mutillation de membre, et que en tous autres cas, etc. Nous luy veullons sur ce impartir noz grace et misericorde, remission, et pardon, et en l'honneur et reverance de la glorieuse sacrée passion de nostre saulveur et redempteur Jhesus Crist, ou suysmes de present Pourquoy, etc. Si donnons en manche ces mesmes presentes à nostre bailly seneschal de Bourbonnais ou son lieutenant parce que les dessusdits cas ou la pluspart de ceux ont esté faictz en sa senechaussée et jurisdiction et que par arrest de nostredit court de Parlement ledit suppliant a esté renvoyé pardevant luy. Et à tous noz autres justiciers, etc. Donné à Paris au moys d'avril l'an de grace mil cinq cens trente-cinq et de nostre regne le vingt-deuxiesme, Moyennant la somme de dix livres tournois qu'il payera comptant pour en mectre en oeuvres pitoyables pour prier dieu pour l'ame des trespassez, laquelle somme de dix livres tournois a este paiée comptant, moy present faict comme dessus. Ainsi signé par le conseil, de Veyrac visa, contentor Aurillot.

[Francisco etc. Declaramos etc. que recebemos uma humilde petição de Charles de Villelume, senhor de [em branco], de 35 anos de idade, mais ou menos, e prisioneiro em nossas prisões de Molins, declarando que no ano de 1518, em data de que não se recorda sendo ele jovem, com dezoito anos mais ou menos, acompanhado de Jehan Dechault, religioso, e de três ou quatro outros personagens de cujos nomes não se recorda, e estando em Villeneufve, onde mantinha residência permanente, foram uma noite, por passatempo, a uma aldeia distante uma légua mais ou menos da casa de um chamado Antoine Dellage e de Marguerite, sua mulher. E

depois de ter saudado a citada Marguerite, que estava preparando lixívia, fazendo uma graça, colocou a mão nos seus ombros, e a citada Marguerite, ao ver quem era e tendo uma grande vasilha cheia da citada lixívia, deixou cair um pouco sobre as pernas do citado requerente. Diante disso, e tendo ela reputação notória de ser uma depravada, disse-lhe ele que assim nela ia montar. Ao que esta respondeu que não seria com ele, que preferia que fosse com Dechaulx, o religioso que estava com ele. Isso feito, saiu o citado requerente da citada casa e lá ficou o citado Dechault.

Assim, algum tempo depois, quanto ele não se recorda, veio um desconhecido, que lhe disse ter sido nomeado provedor do mosteiro de Jaruage. E visto que não tinha força suficiente para usufruir o seu direito, pediu-lhe que o ajudasse. Com o que o requerente, que era um jovem cavalheiro desejoso de prestar serviço a todos, e por bom zelo, concordou. Isso feito, foram ao encontro do lugar-tenente do citado mosteiro solicitar-lhe que colocasse o citado personagem de posse do citado mosteiro. E como recusasse, o citado requerente respondeu-lhe que ele mesmo o faria tudo sem ele. E de fato se deslocaram à igreja do citado local onde, em sinal de posse, beijou e fez com que os citados personagens beijassem as relíquias [e] mandou soarem os sinos. E isso feito foram-lhes dadas as chaves dos silos onde havia grande quantidade de trigo, da qual nada foi tirado nem levado. E como durante esse tempo um servidor que estava com o citado requerente entrou em discussão ou questão com um sapateiro do citado lugar por causa do preço de um par de perneiras e como os habitantes fizeram soar os sinos para comover o povo, o citado requerente saiu do citado mosteiro e discutiu com os habitantes do citado local de Jaruaige, de tal modo alterado, que se alguém se excedesse, teria de se empenhar em reparar-se. E vendo que os citados habitantes se levantaram em grande clamor por meio do qual poderia seguir-se grande escândalo, e para se preservar, tornou a entrar no citado mosteiro.

E como então e depois soube que os citados habitantes de Jaruaige haviam feito e faziam diversas assembléias para ultrajá-lo, até mesmo num dia de feira em Chasteller, retirou-se para evitar seu furor e ficou sabendo que queriam agir e conspirar contra ele. E estando perto do bosque de caça do senhor De Chaz, na estrada próxima ao citado Jaruaige, e estando ele no citado lugar, veio até ele um padre, que lhe disse alguma coisa desagradável e vergonhosa. Diante disso, desferiu um golpe com o pequeno bastão que trazia, dizendo estas palavras, "Mate, mate". Deu também algumas bordoadas em outro chamado Pierre Vincent e em dois ou três outros habitantes ou vizinhos do citado Jaruaige, para provocar terror e temor, impedindo que executassem sua empresa e intenção.

E algum tempo depois, estando ele na paróquia de Teillier, onde se celebrava numa confraria a terça-feira de Pentecostes, ali encontrou o senhor De Boust acompanhado de dois padres. E como os citados De Boust e padres insistiram para dançar com as mulheres na citada confraria, o que contrariava os costumes do citado lugar, respeitados desde sempre e desde os tempos mais remotos, de forma que é proibido a todos os habitantes dançar nesse dia com mulheres, deu-se então um grande e exaltado debate e altercação entre os membros da citada confraria e os citados De Boust e padres, como foi relatado ao citado requerente, que estava na hospedaria, onde jantou. Local em que foi solicitado e requisitado pelos citados confrades a se transportar ao citado baile para ajudar a acabar com as citadas *dicditions* [*sic*; em vez de *seditions*, "sedições"?], dizendo os citados confrades que queriam matá-los. Coisa com que o citado requerente, generosamente e sem nenhuma maldade, concordou. E chegando ao local, descobriu que os confrades haviam encerrado em uma casa os citados padres e Duboust. E o citado requerente, ao ver que alguns dos citados confrades tinham subido por trás da citada casa, onde estava um dos citados padres, para matá-lo, para impedir isso e evitar maior

escândalo e mal, pediu-lhes que não o matassem, mas, se lhes parecesse bem, que o despissem e açoitassem com varas, o que fizeram, e fazendo-o passar algumas vezes pelo meio deles deram-lhe alguns golpes de varas.

Também por volta dessa época, Pierre Dars, religioso, prior de Chambon, tio do citado requerente, deu-lhe uma propriedade, chamada La Montenelle, obtida e herdada com a morte e falecimento de um seu paroquiano, por mão-morta. O citado requerente foi transportado à citada propriedade, onde encontrou um chamado Le Maignan, que dizia ter direito sobre a citada propriedade. E, em relação ao seu litígio, estabeleceriam um acordo. E enquanto isso não ocorria, o citado Le Maignan tirou em segredo o gado da citada casa para prejudicar o citado requerente; o citado requerente disso advertido, acompanhado de cinco ou seis de seus servidores, armados de paus sem propósito de fazer mal, mas para proteger suas posses, dirigiu-se a um trabalhador, cujo nome não sabe, o qual lhe mostrou o gado assim levado pelo citado Le Maignen. E feito isso, pegou o citado requerente com seus citados servidores o citado gado e conduziu à sua casa. E por isso, depois, enraivecido pelo acontecido, o citado Le Maignen em meio à colheita empenhou-se em desapropriá-lo e tomar o trigo proveniente das terras da citada propriedade, e como o senhor De Portes para ali se dirigiu com grande grupo em prol do citado Le Maignen, o citado requerente transportou-se com alguns de seus homens e mercenários em número de quinze, armados de paus para sua defesa apenas e para guardar as suas posses. E chegando ao local encontrou alguém, vindo da parte do citado Le Maignen, que trazia um arcabuz com o qual o citado requerente pensou que queria atirar, disse a um dos seus homens que estava com uma balestra que cuidasse do citado personagem. E depois de repreender o citado Maignen, dizendo que não devia assim incomodar nem agredir, o citado requerente levou seu citado trigo, sem nenhuma violência nem excesso.

E foi assim que o citado Dars, prior, seu citado tio do citado requerente, diversas vezes lhe teria dito que quando precisasse de trigo e se dirigisse a seus meeiros para obtê-lo e que se estes lhe recusassem, que iria à casa de Mathieu Mardon, padre assessor do citado Dars, seu tio, onde apanharia em seu silo, depois de arrombar a porta, devido à ausência do citado Mardon, a quantidade de doze sesteiros de trigo mais ou menos, que depois seu tio acrescentaria àquilo que lhe devia. E também pouco tempo depois, estando ele a caçar, encontrou duas carroças carregadas de trigo e depois de ter sido avisado de que elas pertenciam a seu citado tio e obedecendo aquilo que ele lhe havia dito, pegou uma que mandou levar para casa, junto com ele acompanhado de duas ou três pessoas que trabalhavam com trigo. E para obedecer o que seu citado tio lhe havia dito, transferiu-se para uma casa dependente do citado prior de Chambon chamado Tresson, ocasião em que chamou para fora [um] grupo de pessoas. E como era noite e ele temia que não quisessem abrir, disse ao criado do citado lugar que ele estava ali obstinado, que trazia uma carta de um chamado Desier que declarava que lhe enviasse seu cavalo. E como ele se recusou a abrir a citada porta e o citado requerente não sabia onde pernoitar, declarou ao citado criado quem era ele. Então o citado criado abriu a citada porta. E feito isso, pediu esse criado ao citado requerente que desse algumas machadadas na porta, para que o citado criado tivesse a desculpa, perante seu senhor, de que o citado requerente entrara à força, coisa que o citado requerente efetuou voluntariamente para satisfazer àquele criado e sem nenhum mau pensamento. Na ocasião ele mandou levar três ou quatro carroças de trigo segundo o que seu tio lhe havia dito e ordenado antes. E depois, informando-se com o tio dos citados preços, doou tudo a seus rendeiros e ajudantes.

Entretanto, em razão dos casos acima ou de alguns deles, o citado requerente foi encarcerado e levado à chancelaria de nosso

palácio em Parise; desde então, por determinação da corte do nosso Parlamento, foi enviado perante nosso magistrado de Bourbonnais, ou seu tenente, para a conclusão de seu processo, onde ficou encarcerado durante doze ou treze meses e onde está ainda hoje, arriscando ali terminar miseravelmente os seus dias, se nossa graça e clemência etc. Humildemente requerendo a nós que levemos em conta o que foi dito e que os citados casos ocorreram mais pela considerável mocidade do citado requerente do que por qualquer outra coisa e que assim fazendo não se seguiu nem morte nem mutilação de membro, e que em todos os outros casos etc. Nós desejamos que lhe seja aplicada nossa graça e misericórdia, remissão e perdão, e em honra e reverência à gloriosa e sagrada Paixão de Nosso Salvador e Redentor Jesus Cristo, que estamos comemorando porque etc. Se transferimos os mesmos presentes rapidamente a nosso meirinho magistrado de Bourbonnais ou seu lugar-tenente é porque os casos narrados acima ou a maior parte deles ocorreu em sua chancelaria e jurisdição e que, por determinação da citada corte de nosso Parlamento, o citado requerente foi enviado diante dele. E a todos nossos outros agentes de justiça etc. Atribuída em Paris no mês de abril do ano da graça de 1535 e vigésimo segundo de nosso reinado, mediante a soma de dez libras, que ele pagará para ser aplicada em obras de caridade para orar a Deus pela alma dos falecidos, soma de dez libras que foi paga em dinheiro e em minha presença, faça-se como consta acima. Assinada assim pelo conselho, de Veyrac *visa, contentor* Aurillot.]

3. CARTA DE REMISSÃO PARA GUILLAUME CARANDA (AN, JJ245B, 132V-133R; VER PP. 54-6 ACIMA)

Françoys, etc. Savoir faisons à tous presens et advenir, Nous avons receu l'humble supplication de Guillaume Caranda, pouvre jeune homme de mestier de barbier, demourant en nostre ville de Senlis, aagé de vingt ans seullement ou environ, Contenant que le jour du Sainct Sacrement de l'Autel dernier passé, pour faire honneur à dieu et en recordacion et representacion de sa saincte Resurection, se seroyt ledit suppliant mys en ung tumbeau faisant et representant la figure de nostre seigneur, luy estant en son tumbeau, et avec luy estoient aucuns de ses voisins faisans et representans les figures d'autres des personnaiges assistans au tumbeau de nostre seigneur Jhesus Christ, ou quel lieu et tumbeau ledit suppliant pendant le temps que la procession passa par la rue où il estoit.

Combien qu'il n'eust aucunement mesfaict ne mesdit à ung nommé Claude Caure, de mestier de taillandier, demourant en nostre ville de Senlis, ne eu jamais aucune question, noise ou debat entremis, neantmoins icelluy Caure, ledit jour du Sainct Sacrement environ l'heure de neuf heures du soir, estant à l'huys de la maison où il demouroit, lors comme ledit suppliant passoyt pardevant luy avec aucuns de ses voisins, qui alloient à l'esbat hors la porte de ladite ville de Senlis appellée la porte Sainct Rieulle, commance à dire et demander audit suppliant telz motz ou semblables, "Je voy le dieu sur terre. Avoys-tu print le membre virile et honteux royde en faisant le dieu?" Et proufferant lesdites parolles en motz deshonnestes arrogamment et contre l'honneur de chrestienté. A quoy ledit suppliant fesit responce que "le sien n'estoit pas bien rasseré [isto é, *r-acéré*] *ne rechauffé et qu'il estoit hongre." En disant lesquelles parolles, icelluy suppliant et ceulx de sa compaignie allerent tousiours leur chemin, san eulx arrester ne prandre garde ausdites parolles jusques hors ladit porte Sainct Rieulle, actendant l'heure de coucher et passant temps joyeusement.*

Et en retournant et repassant par ledit suppliant et autres de sa compaignie pardevant l'huys dudit Caure comme demye heure apres ou environ, icelluy estant encores prés de sadite maison, s'addressa derechef audit suppliant plus austerement et arrogamment que devant, en luy reiterant lesdites parolles injurieuses et deshonnestes

par irreverence de nostre seigneur Jhesus Christ et de la solempnité dudit jour. Ausquelles parolles icelluy suppliant feist semblable responce que dessus, en passant tousiours oultre et venant vers sa maison pour soy en aller coucher. Mais ledit Caure, qui estoyt homme fort noisif et souvent surprins de vin, ou contempt desdites parolles, suyvit et ala apres ledit suppliant et luy donna et frappa deux coups ou soufflez sur la teste et visaige, tellement que de l'ung desdits coups il fist tumber par terre le bonnet d'icelluy suppliant. Au moyen de quoy et pour obvier par ledit suppliant au danger de sa personne et à ce que ledit Caure ne l'oultrageast devantaige, de chaulde colle et son corps deffendant, tira ung petit cousteau qu'il avoit de coustume porter sur luy et d'icelluy frappa ledit suppliant ung coup sur l'oeil senestre dudit Caure, lequel cuyda mectre la main audevant. Au moyen de quoy fut ladite main blessée et touchée dudit cousteau, ne scet ledit suppliant par lequel endroyt. Ce fait se retira icelluy suppliant en sa maison, et tost apres fut adverty que ledit Caure au moyen dudit coup, faulte de bon apareil, bon gouvernement, ou autrement, estoyt et est allé de vie à trespas.

Au moyen du quel cas ledit suppliant, doubtant rigueur de Justice, se seroit absenté du pays auquel ne ailleurs en nostre royaulme, il n'oseroyt bonnement converser si noz grace, remission, et pardon ne luy estoyent sur ce imparties. En nous humblement requerant que actendu ce que dict est et la jeunesse dudit suppliant et que ledit cas est advenu de chaude colle et en son corps deffendant, et aussi que en tous autres cas ledit suppliant s'est tousiours bien et honnestement conduict et gouverné sans jamais avoir esté atainct ne convaincu d'aucun autre villain cas, blasme, ou reproche, Nous luy veullons sur ce impartir nosdits grace, remission, et pardon. Pourquoy, etc. Si donnons en mandement au bally de Senlis ou son lieutenant parce que ledit cas est advenu en sondit bailliage et à tous noz autres justiciers, etc. Donné à Paris au mois de juillet, l'an de grace mil cinq cens trente, et de notre

regne le seiziesme. Ainsi signé par le conseil, Berthelemy visa, contentor de La Mare.

[Francisco etc. Declaramos a todos os presentes e vindouros que recebemos a humilde petição de Guillaume Caranda, pobre jovem, barbeiro de profissão, morador de nossa cidade de Senlis, de apenas uns vinte anos de idade, relatando que no dia do Santo Sacramento do Altar próximo passado, para honrar a Deus e em recordação e representação da santa Ressurreição, introduziu-se o citado requerente em uma tumba, fazendo e representando a figura de Nosso Senhor, estando ele na tumba, e com ele estavam alguns de seus vizinhos fazendo e representando as figuras de outros personagens diante da tumba de Nosso Senhor Jesus Cristo, local e tumba onde o citado requerente ficou durante o tempo em que a procissão passou pela rua onde estava.

E conquanto não tenha ele de forma alguma feito ou dito nada errado a um chamado Claude Caure, serralheiro de profissão, morador de nossa cidade de Senlis, nem tido jamais nenhum problema, altercação ou debate, mesmo assim o citado Caure, no citado dia do Santo Sacramento, por volta das nove horas da noite, estando à porta da casa onde morava, quando o citado requerente passou diante dele com alguns de seus vizinhos, indo para os festejos na porta da citada cidade de Senlis, chamada Porta de Saicnt Rieulle, começou a dizer e perguntar ao citado requerente palavras tais ou semelhantes, "Vejo Deus na terra. Será que o teu membro viril e vergonhoso ficou duro enquanto fazias o papel de Deus?". E proferiu as citadas palavras de forma indecente, arrogante e contrária à honra da cristandade. Às quais o citado requerente respondeu que "o seu não estava nem muito rijo nem muito quente e que ele era um capado". Tendo dito essas palavras, o citado requerente e aqueles em sua companhia seguiram em frente seu caminho, sem se deter nem dar importância às citadas palavras, até chegarem à

Porta de Sainct Rieulle, esperando a hora de deitar e passando o tempo alegremente.

E ao retornarem e passarem o citado requerente e outros de sua companhia diante da porta do citado Caure, mais ou menos meia hora depois, estando aquele ainda perto de sua citada casa, dirigiu-se de novo ao citado requerente de modo mais austero e arrogante do que antes, reiterando-lhe as citadas palavras injuriosas e indecentes de irreverência ao Nosso Senhor Jesus Cristo e à solenidade do citado dia. Palavras às quais o citado requerente deu resposta semelhante à anterior, passando sempre adiante e indo em direção à sua casa para se deitar. Mas o citado Caure, que era homem muito nocivo e geralmente sob efeito do vinho, insatisfeito com as citadas palavras, seguiu e foi atrás do citado requerente e deu nele e bateu com dois golpes ou bofetões na cabeça e no rosto, de tal forma que com um dos citados golpes derrubou no chão o boné daquele requerente. Diante disso e para impedir o perigo à sua pessoa e que o citado Caure lhe ofendesse ainda mais, o citado requerente, numa explosão de raiva e seu corpo defendendo, tirou uma faquinha que tinha o costume de levar consigo e com ela o citado requerente aplicou um golpe no olho esquerdo do citado Caure, que teve o cuidado de colocar a mão na frente. Diante disso, a citada mão foi ferida e atingida pela citada faca, não sabendo o citado requerente em que ponto. Isso feito, retirou-se o citado requerente para sua casa, e logo depois foi avisado de que o citado Caure, em razão do citado golpe, por falta de bom cuidado, bom tratamento, ou outra coisa, estava e está morto.

Caso em razão do qual o citado requerente, temendo o rigor da justiça, ausentou-se das terras de nosso reino, onde não ousa retornar se nossa graça, remissão e perdão não lhe forem atribuídos. Ao nos requerer humildemente que ouvíssemos o que dito foi e visto que o citado caso ocorreu numa explosão de raiva e em defesa de seu corpo, e também que em todos os outros casos o citado

requerente sempre se conduziu e se comportou bem e decentemente, sem jamais ter sido acusado ou condenado de nenhum ato mau, culposo ou reprovável, nós desejamos que lhe sejam atribuídos nossa graça, remissão e perdão. Por que etc. ordenamos ao meirinho de Senlis ou seu lugar-tenente, porque o citado caso ocorreu em sua jurisdição e a todos os nossos outros agentes de justiça etc. Atribuído em Paris, no mês de julho, ano da graça de 1530, de nosso reino o décimo sexto [ano]. Assinado também pelo conselho, Berthelemy *visa, contentor* de La Mare.]

4. CARTA DE REMISSÃO PARA LOUIS PAISANT (AN, JJ238, 245r-246v; VER PP. 75-7 ACIMA)

Françoys, etc. Savoir faisons à tous presens et advenir, Nous avons receu l'humble supplication des parens et amys charnelz de Loys Paisant, pouvre homme boucher aagé de trente-six ans ou envyron, chargé de femme et trois petitz enfans, à present demourant en notre ville de Paris, Contenant que le dimanche XVIIIe jour de novembre dernier passé, apres avoir oy la messe que les bouchiers et estalliers du cimetiere Sainct Jehan ont acoustumé fere dire le jour de dimenche, s'en alla à la boucherye dudit cymetiere, où il trouva plusieurs compaignons, c'est assavoir, Anthoine Aubert, serviteur de Tameguy Aubery; Gilles Coingnet, serviteur de Claude Daumergue; Michel Seneschal, serviteur dudit Tameguy Aubry; Philippes Gaudart, serviteur dudit Dumergue; Jehan Boyer, serviteur de Jehan Aubert; Julien Texier, serviteur dudit Aubert. Où illecques, en la presence des dessusdits, fendit six beufz appartenant deux audit Tameguy Aubry, deux autres audit Daumergue, et les deux autres audit Aubert. Et apres qu'il eust ce faict, se partit de ladite boucherye en la compaignye de Guillaume Dambotz et s'en allerent ensemble à l'imaige Notre Dame devant le crucifix Sainct Jaques de la Boucherye, auquel lieu ilz trou-

verent Nicole Viel, Polit̃on Aubourg, aussy compaignons bouchiers, et Jaques Godart, lesquelz beurent ensemble en icelle taverne. Et apres qu'ilz eurent desieuné, chacun paya son escot excepté ledit Paisant, qui paya dix-huit deniers tournois pour luy et pour Jaques Godart.

Et apres qu'ilz eurent desieuné, ilz s'en partirent d'icelle taverne et s'en allerent, c'est assavoir, ledit Paisant en l'escorcherye et les deux autres ne scet ledit Paisant en quel lieu. En laquelle boucherye ledit Paisant trouva Tameguy Obry, Jehan Cossron, Jaques Godart, Pierre Morin, Jaques Geofroy, et Nicola Gilbert, escorcheux en icelle escorcherye, où illec ledit Paisant habilla troys beufz appartenant audit Tameguy Aubry. Et apres qu'il eust iceulx habillez, en mena deux sur ung cheval à la boucherye dudit cymetiere Sainct Jehan, auquel lieu il beut en l'estal dudit Aubery avec ledit feu Real et Anthoine Aubry. Et incontinent qu'ilz eurent beu, ledit Paisant partit et retourna en icelle escorcherye, où il fist le reste dudit jour jusques environ heure de quatre heures de relevée.

A laquelle heure il se departit, luy et Philippes Boniface, Guillaumin Maillard, et un autre duquel il ne scet le nom. Et allerent en icelle taverne de l'ymaige Notre Dame, où illecques ilz se misrent à table pour soupper. Et peu apres arriverent en icelle taverne Jehan Geoffroy, Nicole Gilbert, Nicole Mesnaigier, et plusieurs autres compaignons desquelz il ne scet les noms ne surnoms, lesquelz tous soupperent ensemble excepté lesdits Gilbert et Mesnaigier, qui arriverent les derniers. Et apres qu'ilz eurent tous souppé, payerent chacun leurs escotz. Et ce fait, se partirent d'icelle taverne tous fors ledit Paisant, Philippes Bonficace, Jehan Geoffroy, Guillaume Mallard, Nicolas Mesnaigier, Nicolas Gilbert, et plusieurs autres compaignons lesquelz il ne congnoissoit et dont il n'est à present records. Lesquelz demourerent en icelle taverne et se misrent à jouer aux dez, c'est assavoir, ledit Boniface, Paisant, Nicolas Viel, et deux ou trois autres desquelz il n'est à present records. Et tellement jourerent que ledit Boniface perdit tout son argent en sorte que ledit Paisant luy bailla cinq solz tournois sur et

tantino [?; em vez de *tantieme*?] *mys de quelques deniers qu'il avoit à eulx deux et vingt-cinq solz tournois. Et ce fait, laisserent ledit jeu.*

Et alors ledit Gilbert fit ung mommon d'un douzain audit Jehan Geoffroy, que ledit Jehan Gilbert gaigna, et le donna à boire. Et ce faict, ledit Boniface, qui est homme à la main lequel avoit ja tué et occis deux ou trois hommes comme l'on dict et reprins de Justice, dit audit Paisant que l'on baillast ledit manteau, jurant le sang dieu qu'il ne l'emporteroit pont. A quoy ledit Paisant fit responce qu'il ne luy bailleroit ledit manteau et qu'il le tenoit en gaige de vingt-cinq solz tournois, mais qu'il luy en bailleroit la moictié s'il vouloit, ce que ledit Boniface ne voulut. Surquoy se meurent plusieurs fois l'un l'autre. Et en jurant par ledit Boniface par plusieurs foys le sang et la mort de nostre seigneur et le renonçant, donna sur la joue dudit Paisant [em branco], *en disant audit Jehan Geoffroy, illec present, qu'il luy baillast son cousteau. Quoy voyant par ledit Paisant, doubtant que ledit Boniface le voulses tuer et occire parce qu'il estoit soubdain à frapper, pour ad ce obvier et donner craincte audit Boniface de ce qu'il n'approchast, tira soubdainement l'un des cousteaulx de la gaine qu'il a acoustumé porter en sa saincture pour le faict de son mestier, duquel à chaulde colle donna ung coup audit Boniface, ne scet comment* [*sic*, em vez de *bonnement*?] *ledit Paisant en quel lieu parce qu'il estoit eschauffé et courroucé desdites parolles qu'il et ledit Boniface avoyent ensemble. Duquel coup ledit Paisant auroit depuis oy dire que ledit Boniface par faulte d'appareil et mauvais gouvernement tantost apres est allé de vie à trespas.*

Pour raison duquel cas icelluy Paisant a esté constitué prisonnier ès prisons de notre Chastelet, èsquelles il est encores de present, et doubte que soulz ombre de rigueur de Justice l'on voulsit contre luy proceder extraordinairement et fere son proces, si sur ce ne luy estoit notre misericorde impetré, sicomme ledit suppliant dict. En nous humblement requerant que actendu que ledit suppliant par cy-devant s'est bien et honnestement gouverné, sans jamais avoir esté

reprins de Justice, etc. Pourquoy Nous ces choses considerez, voulans misericorde preferer à rigueur de Justice audit suppliant au cas dessusdit, avons quicté, remys, et pardonné, et par la teneur de ces presents de grace especiale, pleine puissance, et auctorité royal quictons, remetons, et pardonnons, etc. Si donnons en mandement à notre prevost de Paris ou son lieutenant, en la jurisdiction duquel ledit cas est advenu. Et à tous noz autres justiciers, officers, et subiectz et chacun deulx sicomme à luy appartiendrez, etc. Donné à Paris au mois de decembre l'an de grace mil cinz cens vingt-cinq, et de notre regne le unziesme. Moiennat et promy que ledit suppliant a payé contant soixante souz tournois qui ont esté... et emploiez en euvres pytoiables pour prier dieu pour l'ame dudit defunct. Donné comme dessus, de Besze par le Conseil, de Besze visa, contentor Barthelemy.

[Francisco etc. Declaramos a todos os presentes e vindouros que recebemos a humilde petição dos parentes e amigos carnais de Loys Paisant, pobre açougueiro de 36 anos de idade mais ou menos, responsável por mulher e três filhos pequenos, atualmente morador de nossa cidade de Paris, declarando que no domingo, dia 18 de novembro próximo passado, depois de ter ouvido a missa que os açougueiros e abatedores do cemitério Sainct Jehan costumam mandar rezar no dia de domingo, dirigiu-se ao açougue do citado cemitério, onde encontrou diversos companheiros, a saber, Anthoine Aubert, empregado de Tameguy Aubery; Gilles Coingnet, empregado de Claude Daumergue; Michel Seneschal, empregado do citado Tameguy Aubry; Philippes Gaudart, empregado do citado Daumergue; Jehan Boyer, empregado de Jehan Aubert; Julien Texier, empregado do citado Aubert. Onde eles, na presença dos supracitados, carnearam seis bois, dois pertencentes ao citado Tameguy Aubry, dois outros ao citado Daumegue, e os dois outros ao citado Aubert. E depois de feito isso, saíram do citado açougue na companhia de Guillaume Dambotz e foram juntos até a imagem

de Nossa Senhora em frente ao cruzeiro de Sainct Jaques de la Boucherye, local em que encontraram Nicole Viel, Politon Aubourg, também companheiro açougueiro, e Jaques Godart, que beberam juntos naquela taverna. E depois de terem comido, cada um pagou a sua conta, exceto o citado Paisant, que pagou dezoito dinheiros por ele e por Jaques Godart.

E depois de terem comido, saíram da citada taverna e foram embora, indo o citado Paisant para o matadouro e os dois outros o citado Paisant não sabe para onde. Naquele matadouro o citado Paisant encontrou Tameguy Obry, Jehan Cossron, Jaques Godart, Pierre Morin, Jaques Geoffroy e Nicolas Gilbert, abatedor naquele abatedouro, onde o citado Paisant carneou três bois pertencentes ao citado Tameguy Aubry. E depois de tê-los carneado, enviou dois a cavalo para o açougue do citado cemitério de Sainct Jehan, local em que bebeu no estabelecimento do citado Aubery com o citado falecido Real e Anthoine Aubry. E assim que beberam, o citado Paisant foi embora e retornou àquele abatedouro, onde ficou o resto do dia até por volta do horário das quatro horas da tarde.

A essa hora, ele partiu, ele e Philippes Boniface, Guillaumin Maillard, e um outro de que não sabe o nome. E foram àquela taverna da imagem de Nossa Senhora, onde todos esses se colocaram à mesa para jantar. E logo depois chegaram àquela taverna Jehan Geoffroy, Nicole Gilbert, Nicole Mesnaigier, e diversos outros companheiros dos quais não sabe os nomes nem os sobrenomes, os quais jantaram todos juntos, exceto os citados Gilbert e Mesnaigier, que chegaram por último. E depois de terem jantado todos, pagaram cada um a sua conta. E isso feito, partiram daquela taverna todos menos o citado Paisant, Philippes Boniface, Jehan Geoffroy, Guillaume Mallard, Nicolas Mesnaigier, Nicolas Gilbert e diversos outros companheiros que ele não conhecia e de que não se recorda atualmente. Os quais permaneceram naquela taverna e puseram-se a jogar dados, a saber, o citado Boniface, Paisant, Nicolas

Gilbert, e dois ou três outros dos quais não se recorda atualmente. E jogaram tanto que o citado Boniface perdeu todo seu dinheiro, de modo que o citado Paisant pagou por ele cinco soldos de uns dinheiros que tinham em conjunto os dois, de 25 soldos. E isso feito, deixaram o jogo.

E então o citado Gilbert fez uma aposta de uma dúzia com o citado Jehan Geoffroy, que o citado Jehan Gilbert ganhou e deu-lhe de beber. E isso feito, o citado Boniface, que é homem belicoso, que já matara e eliminara dois ou três homens, como se dizia, e devedor à justiça, disse ao citado Paisant que lhe desse seu casaco, jurando pelo sangue de Deus que não pediria mais. Diante disso o citado Paisant respondeu que não daria o citado casaco e que ele tinha em caixa 25 soldos, mas que lhe daria a metade se quisesse, coisa que o citado Boniface não quis. Diante disso, trocaram muitas palavras entre eles e se desmentiram várias vezes um ao outro. E jurando o citado Boniface diversas vezes pelo sangue e pela morte de Nosso Senhor e a ele renunciando, bateu no rosto do citado Paisant [em branco], pedindo ao citado Jehan Geoffroy, ali presente, que lhe emprestasse sua faca. Isso visto pelo citado Paisant, duvidando que o citado Boniface o quisesse matar e eliminar porque estava sempre batendo nele, para se defender e assustar o citado Boniface, para que não se aproximasse, tirou repentinamente da bainha uma das facas que costumava levar na cintura por causa de seu trabalho, e com ela num impulso de cólera esfaqueou o citado Boniface, não sabe o citado Paisant como e em que parte, porque estava exaltado e raivoso pelas citadas palavras que ele e o citado Boniface haviam trocado. De tal golpe, o citado Paisant ouviu dizer depois que o citado Boniface veio logo depois a falecer, por falta de medicação e por maus cuidados.

Em razão de tal caso, o citado Paisant foi preso nas prisões de nosso Chastelet, onde se encontra até agora, e suspeita que à sombra do rigor da justiça queiramos contra ele proceder excepcionalmente e fazer seu processo, a menos que nossa clemência lhe seja atribuída, sendo como diz o citado requerente. A nós veio humildemente requerer que se note que o citado requerente sempre se comportou e se conduziu bem e decentemente, sem jamais ter sido citado em justiça etc. Por que tais coisas sejam consideradas por nós, preferindo-se a clemência aos rigores da justiça para o citado requerente no caso acima descrito, quitamos, remimos e perdoamos etc. ordenando assim a nosso prior de Paris ou seu lugar-tenente, na jurisdição em que o citado caso ocorreu. E a todos os nossos outros agentes de justiça, funcionários e súditos e cada um deles segundo a sua pertinência etc. Atribuído em Paris no mês de dezembro no ano da graça de 1525, décimo primeiro de nosso reino. Mediante a promessa de que o citado requerente pagou sessenta soldos, que foram [...] e aplicados em obras de caridade, para orar a Deus pela alma do citado defunto. Cumprido como acima, de Besze pelo Conselho, de Besze *visa*, *contentor* Barthelemy.]

5. CARTA DE REMISSÃO DE JEAN CHARBONNIER, ALCUNHADO ANÃO (AN, JJ236, 472ᵛ-473ᵛ; VER P. 77 ACIMA)

François, etc. Savoir faisons que Nous avons reçu l'umble supplicacion de Jehan Charbonnier dit Nain, pouvre simple homme de braz et labour, Contenant que de toute son aage il s'est bien et deuement gouverné, sans avoir reproche ne estre reprins d'aucuns villain cas, et a tousiours gaigné sa vie à busche et fagoter boys sans qu'il ait gueres faict autre estat. S'est marié au lieu de Flonville où il a tousiours faict sa residence et demourance, et esté chargé de femme et de plusieurs petitz enfans. Ung jour de mercredi depuis deux ans, mesmement ou mois d'avril y a ung an, se leva d'avec sa femme avec laquelle il avoit couché en sa maison. Et en se levant, demandant à sadicte femme si elle avoit de l'argent pour avoir du pain. Laquelle respondit qu'elle

avoit deux lyars. Et apres luy dist ledit suppliant qu'il avoit deux karolus, et qu'elle luy baillast lesdits deux lyards et qu'il luy bailleroit lesdits deux karolus pour avoir du pain à ses enfans. A quoy, luy fut dit par sadite femme qu'il en desgaigeroit sa serpe qui avoit esté engaigée pour son frere Robin chez ung nommé Berquerel.

Et apres ces parolles, s'en partit, garny d'une congnie, et s'en alla au villaige de Mezieres, distant dudit Flonville d'une lieue, où illec abbatit demy arpent de boys pour Pierre Hantal, Sr de Le Plaigne. Et ce fait s'en alla en la maison de Le Plaigne, où il repeut et beut une pinte de vin, et luy prya ledit de Le Plaigne qu'il allast le lendemain fagoter ledit boys, ce qu'il fut accordé par ledit suppliant.

Et en issant dehors de ladite maison, trouva ung nommé Thibaut Corbon, qui luy demanda dont il venoit. A quoy, luy fut dit par ledit suppliant qu'il venoit de chez ledit Sr de Le Plaigne. Et alors ledit suppliant et Corbon s'en allerent chez Philibert Capperon, tavernier à Dreux, où ils beurent ung pot de vin et puis s'en allerent chacun de son costé. Assavoir, ledit suppliant devant la petite hale dudit Dreux, où il trouva son frere Thomas, qui luy demanda si le boys estoit abbatu. A quoy ledit suppliant repondit que oy. Et alors ledit Thomas demanda audit suppliant s'il vouloit aller aux nopces de son oncle Colin. Auquel il resondit "On yroit[?]. Je n'ay point d'argent. Voilà Robin, qui m'a mené aux tavernes et m'a fait despenser mon argent, et est ma serpe engaigée, et ne sçauroye de quoy besongner." Et alors s'en alla chez Francoys Berquerel, où ladite serpe estoit engaigée, et pria la femme dudit Berquerel qu'elle luy baillast ladite serpe et qu'il luy laisseroit sa congnée jusques à ce qu'il eust payé. A quoy elle respondit qu'elle ne la bailleroit point.

Et quant ledit suppliant vid qu'il n'avoit point sa serpe, de laquelle il devoit fagoter ledit boys dudit de Hantelle et gaingner sa vie et celle de ses enfans, il s'en alla tout desconforté, pensant passer par dedans le chasteau, ce qu'il ne peult faire parce que la porte estoit fermée et fut contraint se retourner par la porte du petit pont, où il trou-

va Denis Le Fevre et luy demanda s'il avoit veu ses freres. A quoy ledit Le Fevre respondit que oy, et qu'ilz n'estoient pas loing.

Et alors ledit suppliant comança à courir apres eulx et les[?] acouroit au lieu de la Loge Blanche. Et luy arrivé avec aulx, comença, à dire à Robin, "Pardieu, tu es ung vaillant seigneur." Lequel Robin respondit, "Pourquoy?" Et ledit suppliant dist, "Pour tant que pour ton plaisir tu m'a mené aux tavernes et m'avoit oy bien dit que tu me trahnoys." A quoy ledit Robin dist audit suppliant qu'il avoit menty. Et ledit suppliant dist que c'estoit luy, et que pourtant s'il avoit des biens de s'alymosnie et congé de son seigneur, qu'il ne laisseroit point à vivre s'il plaisoit à dieu.

Cela faict, marcherent ensemble. Et en marchant ledit suppliant dist audit Robin, "Cest que tu diz que tu bateras ma femme." A quoy respondit ledit Robin qu'il la galleroit bien et ledit suppliant avec. Et ledit suppliant luy dist ces parolles ou semblables, "Tu feras tes fievres quartaines." Et ledit Robin retourna et cuyda frapper de sa main ledit suppliant, lequel bailla de sa congnée sur la teste dudit Robin de la teste de ladit congnée, tellement qu'il fendit la teste et le versa à terre. Et depuis pour estre mal pensé ou autrement, allé de vie à trespas.

Pour raison duquel cas icelluy suppliant, craignant rigueur de Justice, s'est absenté du pays, auquel ne ailleurs en nostre royaume il n'oseroit bonnement retourner ne converser. En nous requerant humblement, attendu ce que dit est et que ledit suppliant a satisfait à parties interessées, et autres cas s'est tousiours bien conduict et gouverner, sans jamais avoir esté attainct ne convaincu, etc. Pourcquy, etc. Si donnons en mandement par ces presentes aud. bailly de Dreux ou à son lieutenant au bailliage, ressort, ou jurisdiction duquel ledit cas est advenu, et à tous noz autres justiciers. Donne à Paris ou mois d'avril, l'an de grace mil cens XXIIII, et de nostre regne le dixiesme. Ainsi signé par le conseil, Debesze visa, contentor Barthelemy.

[Francisco etc. Declaramos que recebemos a humilde petição de Jehan Charbonnier, alcunhado Anão, pobre lenhador e lavrador, declarando que em toda a sua vida tem se comportado bem e devidamente, sem ser repreendido nem acusado de nenhum mau caso, e tendo sempre ganhado sua vida buscando e enfeixando lenha, sem ter jamais feito outro trabalho. Casou-se no local de Flonville, onde sempre teve residência e moradia, e tem a seu encargo mulher e diversos filhos pequenos. Um dia de quarta-feira, dois anos depois, exatamente no mês de abril do ano passado, levantou-se da cama com sua mulher, com quem havia deitado em sua casa. E ao se levantar, perguntou à citada mulher se ela tinha dinheiro para comprar pão. A qual respondeu que tinha dois liards. E depois o citado requerente lhe disse que tinha dois carolus, que ela lhe desse os dois liards, que ele lhe daria os dois carolus, para terem pão para seus filhos. Com isso, a citada mulher lhe disse que ele desempenhasse a foice que fora empenhada por seu irmão Robin, na casa de um chamado Berquerel.

E depois dessas palavras, partiu, munido de uma machadinha, e foi à aldeia de Mezieres, distante uma légua da citada Flonville, onde abateu uma jeira de madeira para Pierre Hantal, senhor de Le Plaigne. E isso feito, foi à casa de Le Plaigne, onde descansou e bebeu um quartilho de vinho, e pediu-lhe o citado Le Plaigne que fosse no dia seguinte enfeixar a lenha, com o que o citado requerente concordou.

E estando diante da citada casa, encontrou um chamado Thibaut Corbon, que lhe perguntou de onde vinha. Diante disso lhe disse o citado requerente que vinha da casa do citado senhor de Le Plaigne. E então o citado requerente e Corbon foram à casa de Philibert Capperon, taberneiro em Dreux, onde beberam um jarro de vinho e depois seguiu cada um para seu lado. A saber, o citado requerente para a pequena praça do citado Dreux, onde encontrou seu irmão Thomas, que lhe perguntou se a madeira fora abatida.

Diante disso o citado requerente respondeu que sim. E então o citado Thomas perguntou ao citado requerente se ele queria ir ao casamento de seu tio Colin. Ao que ele respondeu "Vamos [?]. Não tenho mais dinheiro. Aí está Robin, que me levou às tavernas e me fez gastar meu dinheiro, e a minha foice está empenhada, e não sei como vou trabalhar". E então foi para a casa de Françoys Berquerel, onde a citada foice estava empenhada, e pediu à mulher do citado Berquerel que lhe entregasse a citada foice e que lhe deixaria sua machadinha até que fosse pago. Ao que ela respondeu que não entregaria.

E quando o citado requerente viu que não teria mais sua foice, com a qual tinha de enfeixar a citada madeira do citado De Hantelle e ganhar sua vida e a de seus filhos, foi-se embora todo consternado, pensando passar por dentro do castelo, coisa que não pôde fazer porque a porta estava fechada e foi obrigado a dar a volta pela porta da pontezinha, onde encontrou Dennis Le Fevre e lhe perguntou se ele havia visto seus irmãos. Ao que o citado Le Fevre respondeu que sim, e que não estavam longe.

E então o citado requerente começou a correr atrás deles e eles acorreram ao local da Loge Blanche. E ao chegar junto com eles, começou a dizer a Robin: "Pelo amor de Deus, você é mesmo um senhor valente". Ao que Robin respondeu: "Por quê?". E o citado requerente disse: "Porque para se divertir me levou às tavernas e me escutou muito bem que você me traiu". Diante disso o citado Robin respondeu ao requerente que estava mentindo. E o citado requerente disse que ele é que mentia, e que era melhor ele ter bens de rendimento e despedir-se de seu senhor, porque ele não o deixaria mais viver com a ajuda de Deus.

Isso feito, saíram juntos. E caminhando, o citado requerente disse ao citado Robin: "Está dizendo que vai bater em minha mulher". Ao que respondeu o citado Robin que não só nela, mas que no citado requerente junto. E o citado requerente lhe disse estas

palavras ou semelhantes, "Você vai ter febre de quartas". E o citado Robin respondeu e tentou bater com a mão no citado requerente, que bateu com sua machadinha na cabeça do citado Robin com o cabeço da citada machadinha, de tal forma que fendeu a cabeça e o derrubou no chão. E depois, por ter sido mal curado ou outra coisa, ele veio a falecer.

Caso em razão do qual aquele requerente, temendo o rigor da justiça, ausentou-se do país, ao qual em nosso reino não ousaria retornar nem voltar. E nos requer humildemente, ouvido o que dito está e que o citado requerente satisfez às partes interessadas, e em outros casos sempre bem se conduziu e procedeu, sem jamais ter sido acusado nem condenado etc. Por que etc. assim ordenamos pelos presentes aud. [auditor?] e meirinho de Dreux ou a seu lugar-tenente na magistratura, divisão ou jurisdição onde o citado caso ocorreu, e a todos nossos outros agentes de justiça. Atribuído em Paris no mês de abril, ano da graça de 1529, e de nosso reino o décimo. Assim assinado pelo conselho, Debesze *visa, contentor* Barthelemy.]

6. CARTA DE REMISSÃO PARA MARGUERITE VALLÉE (AN, JJ252, 33^{v}-34^{r}; VER PP. 116-20 ACIMA)

François, etc. Sçavoir faisons, etc. Nous avons reçue l'humble supplication des parens et amys de Marguerite Vallée, vefve de feu Jaquemin Valenton, demourant à Villers-le-Sec en Partoys, aagée de trente-quatre ans ou environ, prisonniere ès prisons de Victry en Partoys, Contenant que dès XIII ou XIIII ans ou environ, elle fut conjoincte par mariage avec ledit deffunct Valenton son mary, combien que audit mariage ladite Marguerite se seroit tousiours bien conduicte et honnestement gouvernée, sans aucun reproche et mauvais renom de sa personne, et se soit tousiours aplicquée du tout à bien conduire et

traicta sondict mary, enffans, et mesnaige au mieulx qu'elle avoit pu, sans faire mal ni desplaisir à sondit mary ne luy desobeyr, et que dudit mariage elle ait eu six enffans, mesme puis six ou sept moys en ça ayt eu deux filles, jumelles d'une ventre. Ce nonobstant, pendant ledit mariage sondit mary l'auroit tresmal traictée et icelle batue et oultraigée par plusieurs et diverses foys en plusieurs partyes de son corps, tant de coups de baston que aultres, dont elle auroit esté fort meurtrye et navrée. Et l'auroit si mal traictée et oultrageusement batue et mutilée journellement et continuellement qu'elle en auroit esté souventesfoys parturbée et divertye de son esperit et perdue l'entendement, en telle maniere que par plusieurs et diverses foys, temps, et années, elle et autres pour elle luy on faict ses offrandes et sa neufviesme devant Madame Sainte Berthe au lyeu et abbaye d'Aulnoy, qui est loingtain lieu dudit Villers et de la demeurance d'icelle Marguerite, pource que c'est ung lieu tresfort requis à telles personnes divertyes de leur esprit et entendement. Et au moyen de ses bapteries et mauvais traictement ladit Marguerite en seroit tumba quasi en desespoir et auroit desiré souventesfoys estre morte.

Et en continuant par ledit Valleton son mary ses mauvais traictement, oultrages et batures, le samedy vingt-ungiesme jour d'octobre dernier passé, qui estoit environ huit jours apres que ladite Marguerite avoit esté relevée de la gesine de sesdites deux filles, et sur le soir, icelluy deffunct Valeton son mary, sans cause ne propos et sans ce qu'elle luy mesfaict ne mesdict, luy gecta ung godet de terre, dont elle fut actaincte, et apres luy rua ung plat de terre, duquel elle fut attaincte et fort meurtrye au bras. Depuys print ung grand tison de boys et apres le bichet de la ville, qui est ung vaisseau à mesurer grain grant, pesant et ferré en pluseurs endroits, desquelz et aussi de coups de poing l'auroit tant batue et oultraigée et mutilée au corps, bras, jambes, et par le visaige, qu'il l'auroit toute meurtrye, et mesmement par le visaige, en telle sorte qu'elle l'avoit tout noir de sang meurty.

Au moyen de quoy pour eviter à plus grant danger et peril de sa personne, apres avoir esté ainsi batue, mutillée, et meurtry, fut contrainte soy retirer et saulver sur l'un de leurs voisins, leur monstrant lesditz batures et oultraige et en pleurant et en soy complaignant à sesdits voisins comme femme desesperée, disant qu'elle eust voullu estre morte. Lesquelsz voisins l'auroient consolée et reconfortée le mieux qu'ilz auroient peu, et pour la pityé de sesdits deux enffans, l'auroient persuadée de retourner en sondit hostel. Ce qu'elle aymeroit myeulx mourir que d'y retourner et qu'elle ne faisoit que languir, desirant tousiours sa mort et la fin par desespoir, et que aussi bien sondit mary la tueroit d'une hache qu'il avoit et dont il la menassoit ordinairement.

Toutesfoys lesdits voisins, par la grande pitié de sesdites deux filles jumelles qu'elle nourrissoit, qui n'avoient que troys sepmaines ou environ, l'auroit tellement persuadée qu'ilz l'auroient ramenée en la maison de sondit mary, qui estoit ung homme furieux, subgect à vin, jureur et blasphemateur du nom de dieu, et qui estoit ja couché en ung petit lit près de feu, auquel lieu ladite Marguerite avoit nouvellement faict sa gesine. En continuant ses oultraiges, commença à injurier icelle Marguerite et la menasser d'oultraiges comme devant, blasphemant le nom de dieu, qu'elle ne couchoit d'ung moys avec luy. Quoy voyant, ladite Marguerite, laquelle au moyen de sesdits batures et oultraiges estoit ainsi parturbée de son esprit, divertye de son entendement et comme desesperée, dict par plusieurs foys audict Valeton son mary, "Voyla la hache dont tu me menasses tant. Tue moy, et ne me faict plus languir. Aussi bien ma vye me desplaist et ne sçauroys plus vivre en cest estat."

Lequel Valenton, apres que ceulx qui estoient aller remener et conduire ladite Marguerite en sadite maison se furent retirez et que icelle Marguerite demoura seulle avec ledit deffunct son mary, iceluy deffunct, en continuant sesdits oultraiges et perseverant de mal en pire, soubdain et en grand fureur se seroit levé dudit petit lict où il estoit, et auroit prins ladite hache et, en jurant et blasphemant le nom

de dieu plus que devant, dist à ladite Marguerite qu'il la garderoit bien de jamais parler ne aller hors ladite maison. Et en ce disant s'approcha d'elle et luy donna ung coup de ladite hache qu'elle destourna au moins mal qu'elle peut, et pource que ladite Marguerite pour soy saulver s'en fuyoit devant luy, rua impetueusement apres elle ladite hache tellement qu'elle passa par aupres de sa teste. Et voyant par icelle Marguerite la fureur dudit Valleton son mary et qu'il couroit pour relever ladite hache et luy frapper et oultraiger, icelle Marguerite, ainsi escurée et troublée desdits oultraiges et comme femme desesperée, se retourna et soubdain releva ladite hache, de laquelle, en repellant lesdits oultraiges et soy deffendant, elle rua deulx ou troys coups sur ledit Valeton, ne sçait ladite Marguerite bonnement en quel endroict, au moyen de ce qu'elle estoit si fort escuerée et troublée desdits battemens et oultraiges ainsi à elle faictz qu'elle ne sçavoit qu'elle faisoit.

Et pour obvier à la fureur de sondit mary seroit sortie de ladite chambre et, ainsi esmeue et desconfortée, se seroit retirée en la maison d'ung aultre de ses voisins, non pensant son mary estre fort blessé, où elle se seroit tenue et resposée iusques au lendemain qu'elle oyt dire qu'on avoit esté en leur maison et trouvé l'huys de la chambre apuyé par dedans d'un tizon et d'ung buchet et qu'on avoit trouvé son mary mort en icelle chambre.

A l'occasion duquel cas icelle Marguerite se absenta lors dudit lieu où ledit cas seroit advenu, et en seroit allée par plusieurs champs et villaiges par desespoir et en dueil et desplaisance, tant de ce qu'on disoit que sondit mary estoit ainsi mort que de ses pouvres enfans qui estoient demeurez seulz et despourveuz, et mesement lesdits petits iumeaulx qui estoient si jeunes, se seroit voullu noyer comme femme desesperée dont elle auroit esté gardée par gens qui la conduisoient. Et depuys, ayant memoire et recongnoissance de ses pouvres enfans qu'elle delaissoit en grand et merveilleux regret, se delibera retourner au lieu dont elle estoit partye pour les veoir et y pourveoir. Toutesvoyes que par les chemins en retournant, elle se mist quelquesfoys en effort

de soy gecter dedans l'eaue pour soy noyer, dont elle fut tousiours gardée.

Et elle estant près du lieu de Betancourt, qui est continge et prochain dudit Villers, esté constitué [pri]*sonniere par les officiers de la terre et seigneurie dudit Betancourt pour le Sieur ou Dame d'illec. Laquelle Marguerite auroit esté interrogée, et confrontée et commence à faire son proces pour raison dudit cas par nostre prevost dudit Victry. En quoy faisant, par crainte de Justice, elle auroit denyé avoir frappé ne touché ledit deffunct et faict plusiurs variations et denegations interrogatoires et confessions. Et doubtant lesdicts suppliants que pour raison dudit cas l'on veult procedder rigoreusement contre ladit Marguerite Vallée, si noz grace et misericorde ne luy estoient sur ce impartys, en nous humblement requerant lesidts suppliants pour ladite Marguerite, leur parente, et en faveur, pityé, et compassion de sesdits pauvres enfans, qui sont en voye de totalle destruction et de mourir de faim et mesmement les deux petitz jumeaulz. Et attendu ce que dit est, mesmes que ledit cas est advenu par les faultes, coupes, agressions, exces, et oultraiges dudit deffunct ainsi par luy faictz à ladite Marguerite sa femme et sans aucun propos et elle estant ainsi nouvellement relevée de sa gesine, et que ce qu'elle faict a esté en repellant par elle lesdits oultraiges et soy deffendant comme dit est dessus, et que tous autres cas ladite Marguerite s'est tousiours bien conduicte et gouvernée, sans jamais avoir esté actaincte ne convaincue d'aulcun autre villain cas, blasme, ou reproche, Nous luy voullons sur ce impartir noz grace et misericorde, pource est-il que nous voullons misericorde preferer à rigueur de justice à ladite Marguerite en ladite... pytié et compassion de sesdits pouvres enffans myneurs, avons quictée, etc. Si donnons en mandement par ces presentes à nostres bailly de Victry ou à son lieutenant audit Victry et à chacun d'eulx sicomme à luy appartiendra, pource que ledit cas est advenu en leur ressort et iuridicion. Et à tous, etc. Donné à Paris ou moys de febvrier l'an de grace mil cinq cens trente-six, et de nostre regne le vingtroysieme. Ainsi signé par le*

conseil, Delivre visa, contentor Aurillot. Approuvez sont ses motz en rature "ou à son lieutenant audit Victry et à chacun d'eulx" sur ce donné comme dessuz, Delivre.

[Francisco etc. Declaramos etc que recebemos a humilde petição dos pais e amigos de Marguerite Vallée, viúva do falecido Jaquemin Valenton, moradora de Villers-le-Sec em Partoys, de 34 anos de idade, mais ou menos, prisioneira nas prisões de Victry em Partoys, declarando que há treze ou catorze anos, mais ou menos, contraiu matrimônio com o citado defunto Valenton seu marido, e que durante o citado casamento a citada Marguerite sempre se conduziu e se comportou bem e decentemente, sem nenhuma culpa nem má reputação à sua pessoa, e sempre se dedicou a bem conduzir e tratar seu citado marido, filhos e casa o melhor possível, sem causar mal nem desprazer a seu citado marido nem a ele desobedecer, e que do citado casamento ela teve seis filhos, inclusive há seis ou sete meses teve duas filhas, gêmeas da mesma gravidez. Não obstante, durante o citado casamento, seu citado marido sempre a tratou muito mal e bateu nela e a espancou, muitas e diversas vezes em diversas partes do corpo, tanto com pauladas como com outros golpes, que a deixavam muito mortificada e ferida. E a tratou tão mal e bateu nela de modo violento e a mutilou diariamente e continuamente, a ponto que muitas vezes ela ficou perturbada e fora de si e perdeu o entendimento de tal forma que muitas e diversas vezes, durante muito tempo, durante anos, ela e outros, em seu nome, fizeram oferendas e novenas diante da senhora santa Berta, no local e abadia de Aulnoy, que fica longe do citado Villers e da moradia daquela Marguerite, porque se trata de lugar muito requisitado por pessoas que estão fora de si e perderam o entendimento. E em meio a esses espancamentos e maus-tratos, a citada Marguerite caiu em desespero e muitas vezes desejou estar morta.

E ao continuarem esses maus-tratos, agressões e espancamentos, da parte do citado Valleton seu marido, no sábado 21 de outubro próximo passado, quando fazia uns oito dias que a citada Marguerite saíra do resguardo de suas citadas duas filhas, e à noite, aquele defunto Valeton, seu marido, sem razão nem propósito e sem que ela tivesse feito ou dito nada de errado, atirou-lhe um cálice de cerâmica, que a atingiu, e depois jogou nela um prato de cerâmica, que a atingiu e machucou muito no braço. Depois, pegou um grande pedaço de pau e uma garrafa de trinta litros que serve para medir o grão, pesada e com ferros em diversos pontos, com que tanto bateu nela, além de dar socos e a agrediu e mutilou seu corpo, braços, pernas e rosto, que ela ficou toda mortificada, principalmente no rosto, de forma que estava com ele todo roxo, de sangue pisado.

Devido a isso, para evitar maiores riscos e perigos à sua pessoa, depois de ter sido assim espancada, mutilada e ferida, viu-se obrigada a retirar-se e proteger-se na casa de um dos vizinhos, mostrando-lhes os citados ferimentos e agressões e chorando e reclamando junto a seus citados vizinhos, qual mulher desesperada, dizendo que preferia estar morta. Vizinhos esses que a consolaram e reconfortaram o melhor que puderam e, com piedade de suas citadas duas filhas, a persuadiram a retornar para sua citada casa. Coisa que ela recusou muitas e diversas vezes, dizendo que preferia morrer a voltar e que estava apenas se acabando, desejando sempre a morte e o fim por desespero, e que tanto fazia se seu citado marido a matasse com um machado que tinha e com o qual a ameaçava comumente.

Entretanto, os citados vizinhos, por grande piedade pelas citadas duas filhas gêmeas que ela estava amamentando, que nem mesmo tinham umas três semanas, tanto a persuadiram que conseguiram fazê-la voltar à casa de seu citado marido, que era um homem furioso, chegado ao vinho, chulo e blasfemador contra o

nome de Deus, e que já estava deitado em uma caminha diante do fogo, local em que a citada Marguerite havia há pouco dado à luz. E continuando suas agressões, começou a injuriar a citada Marguerite e a ameaçar de espancá-la como antes, blasfemando contra o nome de Deus, que fazia um mês que ela não se deitava com ele. Diante disso, a citada Marguerite, que em meio aos citados espancamentos e agressões estava tão perturbada em seu espírito, fora de si e como desesperada, disse diversas vezes a Valeton seu marido, "Aí está o machado com que tanto me ameaça. Pode me matar, não me faça mais sofrer. Minha vida me causa desgosto e não consigo mais viver neste estado".

Com o que Valenton, depois que aqueles que ali tinham ido acompanhar de volta e levar a citada Marguerite à sua citada casa se retiraram e que a citada Marguerite ficou sozinha com o citado defunto seu marido, este defunto, continuando seus ditos ultrajantes e perseverando de mal a pior, de repente, e com grande fúria, levantou-se da citada caminha onde estava, e tendo pegado o citado machado e, xingando e blasfemando contra o nome de Deus mais do que antes, disse à citada Marguerite que a proibia para sempre de falar e de sair da citada casa. E dizendo isso aproximou-se dela e deu-lhe um golpe com o citado machado, que ela evitou o melhor que pôde, e portanto a citada Marguerite para se salvar fugiu de diante dele, que impetuosamente atirou o citado machado de tal forma que passou perto de sua cabeça. E vendo a citada Marguerite o furor do citado Valleton seu marido e que ele corria para pegar de novo o citado machado e bater nela e agredi-la, aquela Marguerite, obscurecida e perturbada pelas citadas agressões e como uma mulher desesperada, voltou-se e repentinamente pegou o citado machado, com o qual, para repelir as citadas agressões e defender-se, desferiu dois ou três golpes sobre o citado Valeton, não sabendo a citada Marguerite exatamente em que ponto, visto que estava tão fortemente obscurecida e perturbada pelos citados

espancamentos e agressões de tal forma que fez o que fez sem saber o que fazia.

E para evitar a fúria de seu citado marido saiu da citada sala e, muito abalada e consternada, retirou-se para a casa de outro de seus vizinhos, sem pensar que seu marido estivesse muito ferido, onde ficou e repousou até o dia seguinte, quando lhe disseram que haviam estado em sua casa e encontrado a porta da sala travada por dentro com um pau e uma acha de lenha, e que haviam encontrado seu marido morto naquela sala.

Por essa ocasião, a citada Marguerite ausentou-se do citado local onde o citado caso ocorreu, e vagou por diversos campos e aldeias em desespero e em luto e desgosto, tanto por terem dito que seu citado marido fora morto assim, quanto por seus pobres filhos, que tinham ficado sozinhos e desprovidos, até mesmo as pequenas gêmeas que eram tão novas, ela quis se afogar como mulher desesperada, do que foi impedida pelas pessoas que a acompanhavam. E desde então, tendo lembrança e reconhecimento de seus pobres filhos, que deixara em grande e impressionante arrependimento, decidiu retornar ao local que abandonara para vê-los e deles cuidar. Todavia, pelo caminho de volta, tentou algumas vezes atirar-se na água para se afogar, do que foi sempre impedida.

E estando próxima de Betancourt, que fica junto e próximo à citada Villers, foi presa pelos oficiais do povoado e senhoria do citado Betancourt, em nome do senhor ou da dama dali. Aquela Marguerite foi interrogada e acareada, e foi iniciado seu processo em razão do citado caso, por nosso abade do citado Victry. E diante disso, temendo a justiça, ela negou ter atacado ou tocado o citado defunto e fez diversas variações e negativas nos interrogatórios e confissões. E temendo os citados requerentes que em razão do citado caso possamos querer proceder rigorosamente contra a citada Marguerite Vallée, se nossa graça e misericórdia não lhe forem outorgadas, a nós humildemente requereram os citados requerentes em prol da citada Marguerite, parente deles, e em favor, piedade e compaixão de seus citados pobres filhos, que estão em vias de total abatimento e de morte por fome, até mesmo as duas pequenas gêmeas. E atendendo ao que aqui foi dito, uma vez que o citado caso ocorreu devido às faltas, culpas, agressões, excessos e espancamentos do citado defunto por ele cometidos contra a citada Marguerite sua mulher e sem nenhum propósito e estando ela recém-saída do resguardo, e que o que fez foi feito para repelir as citadas agressões e se defender como supracitado, e que em todos os outros casos a citada Marguerite sempre bem se conduziu e governou, sem jamais ter sido acusada ou condenada por nenhum outro caso mau, ou culpa, ou erro, nós queremos outorgar-lhe nossa graça e clemência, porque desejamos preferir a misericórdia ao rigor da justiça para a citada Marguerite na citada [...] piedade e compaixão de seus citados pobres filhos menores, privados etc. Ordenamos pela presente a nosso meirinho de Victry ou a seu lugar-tenente no citado Victry e a todos conforme devido, porque o citado caso ocorreu em sua seção e jurisdição. E a todos etc. Atribuído em Paris no mês de fevereiro do ano da graça de 1536, e vigésimo terceiro de nosso reino. Assinado também pelo conselho, Delivre *visa, contentor* Aurillot. Aprovadas estão estas palavras por escrito "ou a seu lugar-tenente o citado Victry e a cada um deles" sobre o que foi lavrado acima, Delivre.]

7. CARTA DE REMISSÃO PARA BONNE GOBERDE (AN, JJ253[b], 118[v]; VER PP. 138-9 ACIMA)

Françoys, etc. Savoir faisons, etc. Nous avons receue l'humble supplication de Bonne Goberde, vefve de feu Toussaintz Savary dit Baron, demeurant à Arnay-soubz-Viteaulx, aagée de trente-six ans ou environ, Contenant que le dymanche XXII[e] jour du moys de may

dernier passé, ledit deffunct Savary prya de soupper avec luy Jehan Delynot, seigneur de Molins, Thomas de Heryot, seigneur de Cousy, et autres estant de la garnison tant dudit Viteaulx que dudit Arnay. Et dist ledit deffunct à ladite suppliante sa femme qu'elle apprestast le soupper pour eulx et qu'il s'en alloit à ses affaires.

Et revint ledit deffunct à l'hostel environ l'heure de troys heures apres-midy, où il trouva ladite suppliante sa femme et Michel Savary, leur fils, aagé de dix-huit ans ou environ, lequel Michel allumoit du feu pour accoustrer le soupper et ladite suppliante tenoit des poulletz, ausquelz elle couppoit la gorge pour les acoustrer avec autres choses pour ladite souper. Et sur ce arriva ledit deffunct, lequel, arrivé, commença a soy demener et courrousser, comme il estoit coustumier, et s'addressa audit Michel son filz, luy disant telles parolles ou semblables, "Meschant paillard, pourquoy n'as tu habillé le souper?" Et sur ce ladite suppliante print la parolle pour excuser leurdit filz en disant audit deffunct telles parolles ou semblables, "Baron, mon amy, l'heure de soupper n'est pas encores venue." Et en ce disant, ledit deffunct bailla ung grand coup de pied audit Michel son filz contre le coste, jurant, maulgreant, et blasphemant le nom, la chair, et la mere de nostre seigneur, disant qu'il affoleroit leurdit filz. Parquoy icelluy Michel leurdit filz s'esvada de la presence de sondit pere.

Et au regard de ladit suppliante, elle se haystoit de achepver de coupper la gorge ausdits poulletz, et s'addressa ledit deffunct par parolles de menasses et rigoreuses à ladite suppliante sa femme, laquelle luy dist derechef en telles parolles, "Baron, mon amy, ne vous courroussez poinct. L'heure de soupper n'est pas encore venue. Tout sera prest à heure. Vous avez tort d'avoir battu notre filz sans cause."

Et sans faire ne dire autre chose, ledit Thoussaint bailla à ladite suppliante deux soufflez de si grande roideur qu'elle tomba par terre. Puys elle se relleva et tumberent lesdits poulletz à terre, et avoit encores ledit cousteau tout sanglant en la main, et dist derechef ladite sup-

pliante audit deffunct qu'il faisoit mal de la battre, veu qu'elle ne faisoit point de mal.

Et jaçoit ce que ladite suppliante ne peust en ce faisant avoir dict ne faict aucune chose audit deffunct qui luy deust desplaire, neantmoins par grande fureur iceluy deffunct print ung pallis de boys plain de chevilles estant illec, lequel palis l'on appelle coustumyerement "une chamberiere," servant à soustenir la bouche à rostir. Et d'icelle chamberyere ou palis frappa grandz coups sur ladite suppliante, mesmes par ung coste, tellement qu'elle tumba toute estourdye, les deux genoulx par terre avec l'un de ses bras et main, et de l'aultre main tenoit ledit cousteau sur sa teste, toute courbée et appuyée. Et dist lors ladite suppliante audit deffunct qu'il estoit bien meschant de la frapper ainsi sans cause. Estant ainsi ladite suppliante, ledit deffunct revint pour derechef frapper ladite suppliante et de roiddeur, en s'approchant d'elle, rencontra ledit deffunct enferré audessoulz de la mamelle gauche. Et jaçoit ce que ledit cousteau fust ung grand cousteau de cuysine poinctue, toutesfoys la playe et incision dont ledit deffunct fust attainct estoit si petite que merveilles [?] *et se recullit* [*sic*, em vez de *se recula* ou *se recuellit*?] *ung peu ledit deffunct.*

Et au regard de ladite suppliante, non pensant que ledit deffunct fust frappé, elle se relleva autrement mal qu'elle peult, jaçoit ce qu'elle fust esnormement oultragée en son corps, et pour cuider bien faire, alla en leur jardin pour cueillir des grozelles pour appaiser ledit deffunct. Mais qu'elle oyt qu'il y avoit bruict en la maison, parquoy elle revint soubdain et apperceut ledit deffunct son mary tumbé par terre, et disoit l'on qu'il estoit mort.

A ceste cause ladite suppliante, de crainte et frayeur dont elle fust surprinse, se evada et s'en fuinst du pays, ouquel ne ailleurs en notre royaulme elle ne seroit bonnement repairer, si noz grace et misericorde ne luy estoient sur ce impartiz. Et pendant son absence a este proceddé par saisye et transport de ses biens, deffaulx, banissement, et sentence contumace, dont elle à appellé si tost qu'elle est venue à sa

congnoissance, en nous requerant humblement que, actendu que ledit cas est advenue sans precogitation au moyen des oultrages et aggressions dudit deffunct, et que ladite suppliante ne fist jamais audit defunct aucun tort ou oultrage, et que en tous autres cas icelle suppliante est bien fammée et reconnue sans jamais avoir esté actaincte ne convaincue d'aucun aultre vil cas, blasme ou reproche digne de pugnition, Nous luy veullons sur impartyr nosdites grace, pardon, et misericorde. Pourquoy, etc. Si donnons en mandement par ces mesmes au bailly d'Auxerre ou son lieutenant à Semur, pource que ledit cas est advenue en son bailliage, jurisdiction, et ressort dudit Semur, et à tous noz aultres, etc. Donné à Paris au moys d'octobre l'an de grace mil cinq cens quarante et de nostre regne le vingt-septieme. Ainsi signé par le conseil, Delivre visa, contentor Aurillot.

[Francisco etc., declaramos etc. que recebemos a humilde petição de Bonne Goberde, viúva do falecido Toussaintz Savary, alcunhado Baron, moradora de Arnay-sous-Viteaulx, de 36 anos de idade, mais ou menos, declarando que no domingo, dia 22 do mês de maio próximo passado, o citado defunto Savary convidou para jantar com ele Jehan Delynot, senhor de Molins, Thomas de Heryot, senhor de Cousy, e outros do destacamento tanto do citado Viteaulx como do citado Arnay. E disse o citado defunto à citada requerente, sua mulher, que ela preparasse o jantar para eles e que iria cuidar de seus negócios.

E retornou o citado defunto para casa por volta do horário das três horas da tarde, onde encontrou a citada requerente sua mulher e Michel Savary, filho deles, de dezoito anos de idade mais ou menos, que acendeu o fogo para preparar o jantar, enquanto a citada requerente preparava os frangos, dos quais cortava a garganta para preparar junto com outras coisas para o citado jantar. E nisso chegou o citado defunto, que, ao chegar, começou a se agitar e incomodar, como estava acostumado a fazer, e dirigiu-se ao citado

Michel, seu filho, dizendo-lhe as seguintes palavras ou semelhantes: "Vagabundo malvado, por que não preparou o jantar?" E com isso a citada requerente tomou a palavra para desculpar o citado filho deles dizendo ao citado defunto as seguintes palavras ou semelhantes: "Baron, meu amigo, a hora do jantar ainda não chegou". E ao dizer isso, o citado defunto deu um grande pontapé no citado Michel, seu filho, nos costados, xingando, praguejando e blasfemando contra o nome, a carne, e a mãe de Nosso Senhor, dizendo que ia atormentar seu citado filho. Com isso aquele Michel, seu citado filho, fugiu da presença do citado pai.

E quanto à citada requerente, ela se absteve de terminar de cortar as gargantas dos citados frangos, e o citado defunto dirigiu-se com palavras de ameaça e rigorosa à citada requerente sua mulher, a qual disse novamente as seguintes palavras, "Baron, meu amigo, não se zangue tanto. A hora do jantar ainda não chegou. Tudo estará pronto na hora. Você fez mal em bater em nosso filho sem razão".

E sem fazer nem dizer outra coisa, o citado Thoussaint desferiu sobre a citada requerente dois golpes com tanta força que ela caiu no chão. Depois, ela se levantou e caíram por terra os citados frangos, e ainda estava com a citada faca toda ensangüentada na mão, e a citada requerente disse novamente ao citado defunto que ele fazia mal em lhe bater, uma vez que ela não estava fazendo nenhum mal.

E ainda que a citada requerente não conseguisse dizer nem fazer coisa alguma que pudesse desagradá-lo, ainda assim com grande fúria aquele defunto pegou um pedaço de pau cheio de lascas, pau que se chama costumeiramente de "gancho", que serve para sustentar o forno de assar. E com aquele gancho ou pau desferiu grandes golpes sobre a citada requerente, bem nas suas costas, de tal forma que ela caiu toda atordoada, ajoelhada no chão, junto com um de seus braços e mão, tendo na outra mão a citada faca acima da cabeça, toda curvada e apoiada. E disse então a citada

requerente ao citado defunto que ele era bem mau em bater nela assim sem razão. E assim estando a citada requerente, o citado defunto avançou para novamente bater na citada requerente e com toda força, ao se aproximar dela, deu de encontro à citada faca que a citada requerente tinha ainda acima da cabeça, e com ela foi o citado defunto esfaqueado abaixo do mamilo esquerdo. E ainda que a citada faca fosse uma faca grande de cozinha, pontuda, ainda assim o ferimento incisivo produzido no citado defunto foi tão pequeno que o citado defunto se surpreendeu e se afastou [*recullit* em vez de *se recula* ou *se recuellit*?] um pouco.

E quanto à citada requerente, sem pensar que o citado defunto tivesse sido atingido, levantou-se do jeito que podia, ainda que tivesse sido enormemente espancada em seu corpo e, pensando fazer bem, foi ao jardim, colher groselhas para aliviar o citado defunto. Mas ouviu um ruído vindo da casa, voltou então depressa e percebeu o citado defunto seu marido caído no chão, e disseram-lhe que estava morto.

Por causa disso, a citada requerente, por medo e pavor de ser descoberta, evadiu-se e fugiu do país, não retornará tão cedo ao nosso reino, se nossa graça e misericórdia não lhe forem atribuídas. E durante sua ausência foi processada com arresto e seqüestro de seus bens, acusada, banida, recebendo sentença por contumácia, da qual recorreu assim que teve conhecimento, requerendo-nos humildemente que, visto que o citado caso ocorreu sem premeditação em meio aos espancamentos e agressões do citado defunto, e que a citada requerente nunca fizera ao citado defunto nenhum mal nem ofensa, e que em todos os casos aquela requerente sempre gozou de boa fama e reconhecimento, sem jamais ter sido acusada ou condenada por nenhum outro caso vil, culpa ou repreensão digna de punição, nós desejamos atribuir-lhe nossos citados graça, perdão e clemência. Por que etc. assim ordenamos por este meio ao meirinho de Auxerre ou seu lugar-tenente em Semur, porque o

citado caso ocorreu em sua seção, jurisdição e divisão do citado Semur, e a todos os nossos outros etc. Atribuído em Paris no mês de outubro do ano da graça de 1540 e vigésimo sétimo de nosso reino. Assinado também pelo conselho, Delivre *visa*, *contentor* Aurillot.]

Apêndice B
Fontes do uxoricídio de Claude Dater

Em 4 de maio de 1567, Claude Dater matou sua esposa, Anne Masson (ver p. 41 acima). Seguem as transcrições de sua carta de remissão do ato e suas respostas subseqüentes ao Consistório e ao tenente criminal de Genebra, alguns meses depois. Isso nos permite comparar diferentes relatos do mesmo evento. Como nos exemplos anteriores, mantive a ortografia do francês do século XVI, mas acrescentei pontuação, maiúsculas e alguns acentos, para facilitar a compreensão do leitor do século XX.

1. CARTA DE REMISSÃO PARA CLAUDE DATER, DATADA DE DE JULHO DE 1567 (AN, JJ265, 154^{r-v})

Charles, par la grace de dieu Roy de France, A tous presens et advenir salut. Sçavoir faisons, Nous avoir receu l'humble supplication de Claude Datel, pauvre fourbisseur demeurans en nostre ville de Lyon, chargé de deux enfans, Contenant que le III^{e} jour du mois de

may dernier, icelluy suppliant seroit sorty de sa maison pour aller à quelques affaires qu'il avoit. Et estant de retour environ huict heures du soir, il auroit ouy ung grand bruict que faisoient aucunes personnes estans en sadite maison. Et s'enquerant de la cause, on luy auroit dit qu'ilz s'estoient efforcez de saisir ung prebstre nommé Messire Claude Acarie, qui s'estoit enfermé avec la femme dudit suppliant nommée Anne Masson en la chambre du suppliant pour paillarder, et que le prebstre estoit sorty tout debraillé. Sur quoy le suppliant, surprins de collere, entra dans sa maison montant les marches et degrez d'icelle, serchant ledit prebstre, mais il s'estoit desia sauvé en une chambre prochaine, où son pere demouroit dans le mesme logis, et s'estoit mis et enfermé dans ung coffre où il fut trouvé apres. Et rencontrant ladit Anne Masson sa femme sur les degrez, laquelle faisoit contenance de s'en voulloir fuir, le suppliant luy auroit baillé deux coups d'espée, ne sçait en quel endroit pour la collere en laquelle il estoit. Desquelz coups elle seroit allée de vie à trespas le lendemain, laquelle auparavant auroit dict qu'elle pardonnoit audit suppliant.

Et le suppliant auroit esté mis prisonnier et procedé contre luy a divers attes[?], et ledit prebstre mis aussi prisonnier trouvé dans ledit coffre, lequel a dict, à ce que le suppliant a entendu, qu'il estoit allé en la chambre de ladite feue femme pour la confesser voullant retourner à l'eglise catholique. Et le suppliant craignant rigueur de Justice a humblement supplié et requier luy vouloir faire grace et pardon. . . .

[Carlos, rei da França pela graça de Deus, a todos os presentes e vindouros, declaramos que recebemos a humilde petição de Claude Dater, pobre cuteleiro morador de nossa cidade de Lyon, tendo a seu cargo dois filhos, relatando que no dia 4 do mês de maio próximo passado, aquele requerente havia saído de sua casa para cuidar de negócios que tinha. E estando de volta em torno das oito horas da noite, ouviu um grande ruído que faziam algumas pessoas dentro de sua citada casa. E ao inquirir a causa, disseram-lhe que

haviam tentado pegar um padre chamado *messire* Claude Acarie, que se trancou com a mulher do citado requerente, chamada Anne Masson, no quarto do requerente, para fornicar, e que o padre dali saiu todo desarrumado. Diante disso, o requerente, dominado pela cólera, entrou em sua citada casa subindo as escadas e degraus daquela, procurando o citado padre, mas este já havia escapado para um quarto próximo, onde seu pai morava, na mesma casa, e se enfiou-se e trancou-se em uma arca, onde foi encontrado depois. E encontrando a citada Anne Masson, sua mulher, nos degraus, a qual parecia querer fugir, o requerente desferiu-lhe dois golpes de espada, sem saber em que lugar, devido ao estado de cólera em que estava. Golpes dos quais ela veio a falecer no dia seguinte, tendo dito antes que perdoava o citado requerente.

E o requerente foi preso e teve processados contra ele diversos atos, e o citado padre também foi preso, encontrado na citada arca, o qual disse, pelo que o requerente ouviu, que tinha ido ao quarto da citada falecida mulher para ouvir sua confissão, desejosa de retornar à Igreja católica. E o requerente temendo o rigor da justiça humildemente pede e requer lhe sejam feitos graça e perdão...]

2. DEPOSIÇÃO DE CLAUDE DATER DIANTE DO CONSISTÓRIO DE GENEBRA, 30 DE OUTUBRO DE 1567 (AEG, REGISTRES DU CONSISTOIRE 24, 113V)

Claude Danther dict Cracquelin, fourbisseur, dict qu'il s'en alla à Lyon du temps des premiers troubles avecq sa femme, avecq laquelle il a bien et honnestement vescu, mais elle de son costé ne l'a pas faict et s'est addonnée à paillardise avecq ung prebstre. Il est vray qu'il ne la trouva pas avecq luy en lutte [sic; *em vez de l'acte*] *quand il luy bailla ung coupt d'espée du quel ele mourut, etc.*

Advis de luy deffendre la cene pour avoir espanché le sang humain et le renvoyer à Messieurs à fin qu'ilz sçachent qu'ung tel homme est en leur ville. Apres il a dict en avoir sa grace, et qu'il a receu despuis la cene apres s'estre descläré à ung diacre ou surveillant de Lyon, et dict que sa grace est à Lyon. Il confesse avoir donné à sa femme deux coups mortels...

[Claude Danther, alcunhado Cracquelin [Arenque ou Rosquinha], disse que foi a Lyon na época dos primeiros problemas com sua mulher, com a qual vivia bem e decentemente, mas ela, por seu lado, não fez o mesmo e entregou-se à prevaricação com um padre. É verdade que ele não a encontrou em luta [*sic*; em vez de *en l'acte*, "no ato"] quando lhe aplicou um golpe de espada do qual ela morreu etc.

Notícia que o obriga a se esconder, por haver derramado sangue humano e devolvê-lo aos senhores para que saibam que um tal homem está em sua cidade. Depois, ele disse ter recebido sua graça, e que desde então se mostrou publicamente, depois de ter se declarado a um diácono ou guarda de Lyon, e ter dito que sua graça está em Lyon. Confessa ter dado dois golpes mortais em sua mulher...]

3. INTERROGATÓRIO DE CLAUDE DATER PELO TENENTE CRIMINAL DE GENEBRA, NOVEMBRO DE 1567 (AEG, PROCÈS CRIMINELS 1436 [PRIMEIRA SÉRIE])

Responces de Claude Danter, fils de Thiolman, de Metz en Lorraine, fourbisseur, du 3 novembre 1567, aagé de 45 ans

Ayant juré, interrogé du temps et cause de sa detention.

Respond estre detenu dès maintenant, ne sçait pourquoy.

Interrogé s'il est marié.

Respond qu'il l'a esté, mais il ne l'est plus, car le 4 de may dernier sa femme fust trouvée en adultere avec un prestre par les voisins de la maison, dont il y ha quelques-uns en ceste ville.

Interrogé qu'il nomme ceux qui la trouverent.

Respond qu'il ne les sçauroyt nommer.

Interrogé s'il n'y la trouva en adultere.

Respond que non, car quand il y alla, le prestre en estoyt sorty.

Interrogé si elle fust poursuivie par la justice.

Respond que non, car luy revenant de souper de ville, les voisins luy dirent, "Montez, montez, vous trouverez beau mesnage chez vous" et luy estant declaré qu'on avoyt trouvé un prestre seul à seul enfermé avec sa femme. Ce que entendant il prinst son espée et voulut entrer en la chambre où estoyt le prestre, mais il ne peust et, s'en retirant, il rencontra sa femme par les degres et de colere la tua. Et en a esté prisonnier 15 semaines, tant qu'il y a fallu avoir grace du Roy, comme l'esleu Castelas, qui est en ceste ville, tesmoignera bien et Claude Le Lorrain.

Interrogé s'il a sa grace.

Respond que non, et qu'il ne l'a peu sortir de Lyon.

[Respostas de Claude Danter, filho de Thiolman, de Metz en Lorraine, cuteleiro, em 3 de novembro de 1567, com 45 anos de idade.

Tendo jurado, interrogado sobre o tempo e a causa de sua detenção.

Responde que foi detido sem saber por quê.

Interrogado se é casado.

Responde que foi, mas que não é mais, porque no dia 4 de maio último sua mulher foi encontrada, em adultério com um padre, pelos vizinhos da casa, dos quais há alguns naquela cidade.

Interrogado sobre os nomes dos que a encontraram.

Responde que não sabe nomeá-los.

Interrogado se a encontrou em adultério.

Responde que não, que quando chegou o padre tinha saído.

Interrogado se ela era perseguida pela justiça.

Responde que não, que ao retornar do jantar na cidade os vizinhos lhe disseram: "Suba, suba, vá ver como sua casa está bem cuidada" e lhe declararam ter encontrado um padre fechado a sós com sua mulher. Ao ouvir isso, pegou sua espada e quis entrar no quarto onde estava o padre, mas não conseguiu e, retirando-se, encontrou sua mulher nos degraus e, possesso de cólera, matou-a. E ficou prisioneiro quinze semanas, até que conseguiu obter a graça do rei, como bem testemunharão o oficial Castelas, que está nessa cidade, e Claude Le Lorrain.

Interrogado se estava com sua graça.

Responde que não, que não pôde consegui-la em Lyon.]

Apêndice C
A rejeição das cartas de remissão

Quando as cartas de remissão eram rejeitadas pelas cortes judiciais, os juízes podiam fazer valer uma sentença anterior, ou podiam moderá-la. A lista abaixo, mostrando o resultado de treze cartas de remissão rejeitadas, serve como sugestão da gama de possibilidades, não como uma amostragem cuidadosamente levantada. A execução ainda era uma possibilidade para o requerente cuja carta era rejeitada; portanto, a ratificação era extremamente desejável. Mas havia também a possibilidade de uma sentença moderada, e por isso os requerentes procuravam com insistência conseguir que sua carta fosse pelo menos assinada: mesmo que o perdão não fosse ratificado, o nome do rei aposto à história do requerente podia atribuir-lhe status especial e contribuir para a obtenção de uma pena mais moderada.

REJEITADA PELO PARLAMENTO DE TOULOUSE

Dois homens, uma mulher (três casos): *remissão* pedida das penas de morte por homicídio; *condenados* à execução. (Bernard de

La Roche-Flavin, *Arrests notables du Parlement de Toulouse* [Toulouse, 1720], livro 2, *Lettres de grace*, título 5, artigo 3, p. 179; livro 6, *Des homicides*, título 53, artigo 2, pp. 460-610).

REJEITADA PELO PARLAMENTO DE PARIS

Mestre do Tesouro Real: *remissão* pedida da pena de morte por homicídio do cunhado; *condenado* à decapitação, exposição da cabeça e do corpo, confisco de todos os bens, quatrocentas libras para orações pela alma do morto, duas mil libras para a viúva, mil libras para o irmão (BN, Ms. fr. 17527, 45^{v}-46^{v}, 14 de outubro de 1527).

Um homem: *remissão* pedida do enforcamento por homicídio, confisco de todos os bens, dez libras de preces pela alma da vítima, sessenta libras para a noiva da vítima; *condenado* às penas totais (AN, X^{2A} 89^{A}, 24 de novembro de 1539).

Um cavalheiro: *remissão* pedida do pelourinho e da decapitação por atos de agressão, associação ilícita e homicídio de um sargento real; *condenado* ao pelourinho, a banimento permanente da França, confisco de todos os bens, mil libras de multa para o rei, cem libras para a viúva, vinte libras de preces pela alma da vítima. (AN, X^{2A} 86, 7 de dezembro de 1535).

Um vendedor de salsichas: *remissão* pedida da pena de morte por homicídio; *condenado* a banimento do distrito de Sens por três anos (AN, X^{2B} 53, 20 de agosto de 1568).

Um açougueiro: *remissão* pedida do enforcamento por homicídio no mercado público de Angers, duzentas libras de danos à viúva, duzentas libras para outros parentes; *condenado* a banimento da magistratura de Angers para sempre, aos mesmos valores de danos à viúva e parentes e a vinte libras de multa ao rei (AN, X^{2B} 60, 24 de abril de 1574).

Um homem: *remissão* pedida do enforcamento por homicídio, 120 escudos à viúva e cem escudos à rainha-mãe Isabel; *condenado* a banimento da magistratura de La Marche por nove anos, oitenta escudos à viúva, 120 escudos aos filhos, dez escudos por orações pela alma do defunto, dez escudos para a rainha-mãe (AN, X^{2B} 110, 20 de setembro de 1580).

Um fabricante de renda: *remissão* pedida da pena de decepamento da mão e enforcamento por homicídio, cem escudos para a viúva, vinte escudos para o rei; *condenado* a banimento da magistratura de Lyon por nove anos e às mesmas multas (AN, X^{2B} 114, 29 de agosto de 1581).

"*Jeune garçon*" (jovem rapaz): *remissão* pedida de pena não especificada; *condenado* a açoitamento e ao pagamento de dez escudos ao reclamante (APP, A^B6, 130^v, 12 de março de 1579).

Um cavalheiro: *remissão* pedida da sentença de morte por homicídio; *condenado* a nove anos de banimento do reino e ao pagamento de cem escudos em obras de caridade (APP, A^B6, 200^v, 23 de dezembro de 1579).

REJEITADA PELA MAGISTRATURA DE LYON

Um gráfico: *remissão* pedida do banimento de Lyon por cinco anos e pagamento de cinqüenta libras ao arcebispo pelo ferimento de um leitor de provas: *condenado* a cumprir a sentença (ADR, BP445, 187^v-191^r, 31 de outubro de 1559).

Notas

Nas notas, foram usadas as seguintes abreviações:

ADR Archives Départamentales du Rhône
aeg Archives d'État de Genève
an Archives Nationales
APP Archives de la Préfecture de la Police, Paris
BN Bibliothèque Nationale

A respeito das datas: na França, até 1564, o Ano-Novo começava no domingo de Páscoa. No texto, todas as datas são fornecidas de acordo com nosso calendário usual. Nas notas, porém, toda data entre 1º de janeiro e a Páscoa, até 1564, é dada seguindo ambas as tradições; por exemplo, 7 de fevereiro de 1523/24.

INTRODUÇÃO (PP. 13-21)

1. AN, JJ245B, 149^r-150^v.

2. Pode-se encontrar uma importante coleção de *lettres de rémission* no *Trésor des Chartes* (AN, série JJ), registro das cartas reais emitidas pelos escritórios da chancelaria desde o século XIV até 1568. JJ não é, de forma alguma, um registro completo — os requerentes que escolhiam que suas cartas de remissão fossem

copiadas ali pagavam uma taxa extra, e, além disso, alguns anos do século XVI não estão representados —, mas existem mais de 9500 cartas datadas de 1523 até 1568. Ver Michel François, "Note sur les lettres de rémission transcrites dans les registres du Trésor de Chartes", *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 103 (1942): 317-24, e, sobre o estado do *Trésor de Chartes* no século XVI, Hélène Michaud, *La Grande Chancellerie et les écritures royales au seizième siècle (1515-1589)* (Paris, 1967), pp. 359-68. Cartas de remissão também estão espalhadas por todos os registros criminais do Parlamento de Paris (AN, X^{2A}), uma vez que eram ratificadas por aquela corte, no caso de pessoas em sua jurisdição; algumas cartas podem ser lidas em seu pergaminho original nas caixas dos *arrêts* parlamentares do final do século XVI (AN, X^{2B}). Remissões ratificadas por jurisdições menores, como a magistratura de Lyon, podem ser encontradas em seus registros (ADR, BP436 [1540-2 e anos subseqüentes]).

Paul Le Cacheux teve a oportunidade de saborear a qualidade narrativa das cartas de remissão no início do século XX, quando editou uma coleção de cartas da região da Normandia, do começo do século XV: antes de cada um incluiu um resumo semelhante àqueles que introduzem as histórias do *Decameron*, de Boccaccio, e do *Heptaméron*, de Marguerite de Navarre. Paul Le Cacheux, *Actes de la Chancellerie d'Henri VI concernant la Normandie sous la domination anglaise (1422-1435)*, 2 vols. (Rouen, 1908).

3. Pierre Braun, "La valeur documentaire des lettres de rémission", in *La faute, la répression et le pardon*, vol. 1 de *Actes du 107e Congrés National des Sociétés Savantes, Brest, 1982. Section de philologie et d'histoire jusqu'à 1610* (Paris, 1984), pp. 207-21.

4. Por exemplo, Léonce Celier, "Les moeurs rurales au XVe siècle d'après les lettres de rémission". *Bulletin Philologique et Historique jusqu'à 1715 du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1958* (Paris, 1959): 411-9; Roger Vaultier, *Le folklore pendant la Guerre de Cent Ans d'après les lettres de rémission du Trésor des Chartes* (Paris, 1965); e a coleção de importantes ensaios baseados em cartas de remissão dos séculos XIV e XV, in *La faute*: Claude Gauvard, "L'image du roi justicier en France à la fin du Moyen Âge d'après les lettres de rémission", pp. 165-92; Pascal Texier, "La rémission au XIVe siécle: signification et fonctions", pp. 193-206; Braun, "La valeur documentaire"; Jacqueline Hoareau-Dodinau, "Les injures au roi dans les lettres de rémission", pp. 223-40; e Françoise Verdier-Castagne, "La délinquance universitaire dans les lettres de rémission", pp. 283-98, entre outros.

Robert Muchembled utilizou cartas de remissão dos Países Baixos em um rico estudo sobre a juventude: "Les jeunes, les jeux et la violence en Artois au XVIe siècle", in *Les jeux à la Renaissance* (Paris, 1982), Philippe Ariès e Jean-Claude Margolin (eds.), pp. 563-79, e "Des jeunes dans la ville: Douai au XVIe siècle", *Mémoires de la Société d'Agriculture... de Douai*, 5e sér., 8 (1983): 89-96. Sua recente e ainda

inédita *thèse d'état* serve-se das cartas para compreender em termos amplos as mentalidades culturais em Artois do século XV até o século XVII ("Violence et société: comportements et mentalités populaires en Artois, 1400-1660" [tese de doutoramento, Universidade de Paris I, 1985]).

Gregory Hanlon valeu-se de informações provenientes de cartas de remissão ratificadas pela magistratura de Agen entre 1660 e 1730, e de outros registros criminais, em seu excelente ensaio "Les rituels de l'agression en Aquitaine au XVIIe siècle", *Annales ESC*, 40 (1985): 244-68. Uma valiosa análise das cartas de remissão ratificadas pelo Parlamento de Navarre no século XVIII foi publicada por Christian Desplat, "La grâce royale: lettres de grâce enregistrées par le Parlement de Navarre au XVIIIe siècle", *Revue de Pau et du Béarn*, 10 (1982): 83-99.

5. Para essa acepção de "ficcional", ver *Man and his fictions: an introduction to fiction-making, its forms and uses*, Alvin B. Kernan, Peter Brooks e J. Michel Holquist (eds.) (Nova York, 1973), especialmente pp. 1-10, e Hayden White, "The value of narrativity in the representation of reality", in *On narrative*, W. J. T. Mitchell (ed.) (Chicago e Londres, 1981), p. 23. Ver também a discussão sobre esse tópico em "Everyman his or her own annalist", de Louis O. Mink, ibidem, pp. 238-9. "Historical discourse", de Roland Barthes, trad. Peter Wexler, in *Introduction to structuralism*, de Michel Lane (Nova York, 1970), pp. 152-5; "Expliquer et comprendre. Sur quelques connexions remarquables entre la théorie du texte, la théorie de l'action, et la théorie de l'histoire", de Paul Ricoeur. *Revue Philosophique de Louvain*, 75 (1977): 126-47; "History and literature: reproduction or signification", de Lionel Grossman, in *The writing of history: literary form and historical understanding*, Robert H. Canary e Henry Kozicki (eds.) (Madison, Wis., 1978), pp. 3-39. Outras formulações da presença da ação literária em textos históricos podem ser encontradas em "Feigning in fiction", de Wolfgang Iser, in *Identity of the literary text*, Mario J. Valdès e Owen Miller (eds.) (Toronto, 1985), pp. 204-23, e em "Les catégories du récit littéraire", de Tzvetan Todorov. *Communications*, 8 (1966): 126-7. Ver também a valiosa discussão na introdução de *The open boundary of history and fiction: a critical approach to the French Enlightenment*, de Suzanne Gearhart (Princeton, NJ, 1984).

6. *Retórica*, de Aristóteles, livro 1, cap. 3, 1358*b*-1359*a*, sobre as três divisões da retórica (*The basic works of Aristotle*, Richard McKeon [ed.] [Nova York, 1941], pp. 1335-7). Para uma análise interessante e rigorosa da relação inicial do pensamento acerca da literatura com a filosofia, de um lado, e com a retórica, de outro, ver "The ancient hypothesis of fiction: an essay on the origins of literary theory". *Traditio*, 27 (1971): 1-78. *Deux dialogues de l'invention poétique, de la vraye congnoissance de l'histoire, de l'art oratoire et de la fiction de la fable*, de Daniel Augé (Paris, Richard Breton, 1560), 18v. A respeito das idéias renascentistas sobre gênero, ver *The resources of kind: genre-theory in the Renaissance*, de Rosalie L. Colie,

Barbara Lewalski (ed.) (Berkeley, Calif., 1973), caps. 1 e 3, e "La notion de genre", de G. Mathieu-Castellani, in G. Demerson (ed.), *La notion de genre à la Renaissance* (Genebra, 1984), pp. 17-34. Para uma discussão da definição renascentista da palavra *feindre*, ver *Les langages de Rabelais*, de François Rigolot (Genebra, 1972), p. 26, e *Le texte de la Renaissance* (Genebra, 1982), pp. 28-31. Uma apresentação literária fundamental sobre a relação entre história e literatura pode ser encontrada em *Fact or fiction: the dilemma of the Renaissance storyteller*, de William Nelson (Cambridge, Mass., 1973), cap. 2; ver também "History and literature", pp. 3-10. François Baudouin, humanista do século XVI que se dedicou aos estudos jurídicos, adverte contra o acréscimo de arengas aos textos antigos e faz uma distinção entre *falsificar* e *adornar*: "Tampouco se deve acrescentar material novo [ao testemunho dos antigos], nem substituir qualquer palavras deles [...], porque então não se estaria adornando a história, mas tornando-a falsa e mentirosa" (*Foundations of modern historical scholarship: language, law and history in the French Renaissance*, de Donald R. Kelley [Nova York e Londres, 1970], pp. 132-3). Um ensaio de Marian Rothstein ("When fiction is fact: perceptions in Sixteenth-Century France". *Studies in Philology*, 83 [1986]: 359-75) ressalta que no final do século XVI a escritura histórica francesa se propunha a "servir à verdade", mas também a dar prazer e servir ao leitor como "experiência de vida [...] Nesse sistema, a força implícita e a responsabilidade dos relatos históricos atribuem considerável valor às qualidades afetivas do texto, e por extensão certo [...] grau de licença ficcional" (pp. 374-5).

Para um panorama geral e para uma bibliografia mais extensa sobre a mobilidade da fronteira entre "história" e "ficção" no período medieval, ver "On the representation of history and fiction in the Middle Ages", de Suzanne Fleischman. *History and Theory* 22 (1983): 278-310.

7. "Narrative versions, narrative theories", de Barbara Herrnstein-Smith. *Critical Inquiry*, 7 (outono de 1980): 213-36, principalmente pp. 231-6, com sua conceituação da narrativa como uma transação social. Ver também "Ethnography as narrative", de Edward M. Bruner, in *The anthropology of experience*, Victor Turner e Edward M. Bruner (eds.) (Urbana, Ill., 1986), pp. 139-55, sobre uma perspectiva baseada tanto no contexto como na estrutura. *Love, death and money in the Pays d'Oc*, de Emmanuel Le Roy Ladurie, trad. Alan Sheridan (Nova York, 1982), é um exemplo pioneiro de estudo histórico da narrativa folclórica, ao considerar o contexto e estruturas *duradouras*. *Language in the Inner City: studies in the black English vernacular*, de William Labov (Filadélfia, 1972) e *Toward a speech act theory of literary discourse*, de Mary Louise Pratt (Bloomington, Ind., 1977), são muito úteis para uma abordagem histórica da análise literária dos textos das cartas de remissão.

Dentre as fontes essenciais sobre a narrativa utilizadas neste projeto estão *Morphologie du conte*, de Vladimir Propp, trad. Marguerite Derrida (Paris, 1970), um clássico, embora a estrutura das narrativas de remissão seja bem diferente de seus "contes merveilleux"; "Historical discourse", de Roland Barthes, e "Introduction to the structural analysis of narratives", in *A Barthes reader*, de Susan Sontag (Nova York, 1982), pp. 251-95; *The rhetoric of fiction*, de Wayne Booth (2ª ed., Chicago, 1983); *Metahistory: the historical imagination in Nineteenth-Century Europe*, de Hayden White (Baltimore, Md., 1973), pp. 1-42; *Narrative discourse: an essay in method*, de Gérard Genette, trad. Jane E. Lewin (Ithaca, NY, 1980); *Reading for the plot: design and intention in narrative*, de Peter Brooks (Nova York, 1984), cap. 1.

Além das monografias sobre *contes* e *nouvelles* do século XVI que serão citadas adiante, existem estudos sobre narrativas curtas que são úteis para uma comparação com as histórias das cartas de remissão: *Formes simples*, de André Jolles, trad. Antoine-Marie Buguet (Paris, 1972); "Une approche médiévale: les petits genres de l'exemplaire comme système littéraire de communication", de Hans-Robert Jauss, in *Notion de genre*, de Demerson, pp. 35-57; *L'exemplum, typologie des sources du Moyen Âge occidental*, de Claude Brémond, Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt (Turnhout, 1982); *Prêches d'exemples. Récits de prédicateurs du Moyen Âge*, de Jean-Claude Schmitt (Paris, 1985); *Grammaire du* Décameron, Tzvetan Todorov (Haia e Paris, 1969); *Les* Cent nouvelles nouvelles *et la tradition de la nouvelle en France du Moyen Âge*, de Roger Dubuis (Grénoble, 1973).

Yves Castan dedicou algumas páginas maravilhosas à análise da construção de histórias narradas por acusados e por testemunhas em interrogatórios criminais na jurisdição do Parlamento de Toulouse no século XVIII, em *Honnêteté et relations sociales en Languedoc, 1715-1780* (Paris, 1974), pp. 90-4. Peter Linebaugh realizou uma análise da narrativa nos relatos criminais publicados na Inglaterra do século XVIII em "The ordinary of Newgate and his account", in *Crime in England, 1440-1800*, J. S. Cockburn (ed.) (Princeton, NJ, 1977), pp. 246-69, e Margaret Ann Doody analisou os traços literários dos relatos de assassinas dos Registros de Sessões de Old Bailey em " 'Those eyes are made so killing': eighteenth-century murderesses and the law", *Princeton University Library Chronicle*, 46 (outono, 1984): 49-80.

8. Ver, por exemplo, o estudo "Le discours testamentaire", sobre testamentos parisienses, de Pierre Chaunu e colaboradores em *La mort à Paris, 16e, 17e, 18e siècles* (Paris, 1978), cap. 11.

9. AEG, *Procès criminels* 620 (segunda série), depoimentos prestados à *Justice ordinaire* de Lyon em fevereiro de 1545/46, contra Antoinette Rossel, esposa do mestre barbeiro Jean Yvard. Esses depoimentos só sobreviveram porque foram enviados a Genebra, para onde foi Jean Yvard. Praticamente todos os papéis da

corte menor de Lyon datados do século XVI desapareceram. Sobre interrogatórios, depoimentos e acareações de prisioneiros e testemunhas conservados nos arquivos do Parlamento de Paris, ver "Les archives criminelles du Parlement de Paris", in *La faute*, de Monique Langlois, pp. 7-14.

10. AEG, *Procès criminels* 1307 (primeira série), excertos de interrogatório de 11 de setembro de 1565. Para o panorama geral desse episódio, ver "A trade union in Sixteenth-Century France", de N. Z. Davis, em *Economic History Review*, 19 (1966): 48-69. Para outros exemplos de perguntas e respostas em interrogatórios criminais, ver a edição das minutas das reuniões da câmara criminal do Parlamento de Paris, de setembro a novembro de 1562 (AN, X^{2A} 924), preparada por Paul Guérin e editada em "Délibérations politiques du Parlement et arrêts criminels au milieu de la première guerre de religion (1562)", *Mémoires de la société de l'Histoire de Paris et de l'Île-de-France*, 40 (1913): 1-116. Ver especialmente pp. 22-4, com o interrogatório de Claude Lemoyne, sargento de Senlis:

> *Remonstré qu'il le trouva et luy voullut donner j. coup d'espée et luy en bailla sur le braz et que les tesmoings disent que, sans la presence de l'ung d'eulx, il l'eust tué.*
> *A dict qu'il ne scet que c'est, et a dict que s'il ne l'eust voulu frapper, il ne l'eust frappé.*
> *Remonstré qu'il ne luy demandoyt riens.*
> *A dict que les tesmoings disent beaucoup plus qu'il ne feist. Et a dict qu'il a denyé.*
>
> [Repreendido por tê-lo procurado e desejado dar-lhe um golpe de espada e por tê-lo atingido no braço, e porque as testemunhas dizem que sem a presença de uma delas ele o teria matado.
> Disse que não sabe nada disso, e disse que, se não quisesse bater, não teria batido.
> Repreendido por ele não ter lhe pedido nada.
> Disse que as testemunhas dizem muito que ele não fez. E disse que nega.]

11. AN, JJ265, 194r. As várias fórmulas podem ser encontradas, por exemplo, em *Le grant stille et prothocolle de la Chancellerie de France nouvellement corrige...* (Paris, Galliot Du Pré, 8 de fevereiro de 1514/15), 97r; *Le grand stille et prothocolle de la Chancellerie de France. De nouveau veu et corrige oultre les precedentes impressions faictes iusques en lan Mil Cinq cens XXXIX* (Paris, editado por Étienne Caveiller para Arnoul l'Angelier, janeiro de 1539/40), 119v; e *Le thresor du nouveau stille et prothocolle de la Chancellerie de France. Et des chancelliers establies prez les Parlemens de ce Royaume... Oeuvre nouvellement mis en lumiere* (Paris, Abel l'Angelier, 1599), 26r.

1. A ÉPOCA EM QUE SE CONTAVAM HISTÓRIAS (PP. 23-61)

1. Sobre cartas de remissão, ver *Praxis criminis persequendi*, de Jean Milles de Souvigny (Paris, Simon de Colines, 1541), 55r-60v; *Institutions forenses, ou practique iudiciaire, translatée de latin en françois: reveuë, et grandement augmentée par M. Ian Imbert Lieutenant criminel au siege royal de Fontenai Lecomte, autheur d'icelles*, de Jean Imbert (Poitiers, Enguilbert de Marnef, 1563), pp. 486-94; *Les institutes de practique en matiere civile et criminelle, tant principalle que d'appel, briefvement extraicte en françois des quatres livres de Iean Imbert*, de Jean Imbert (Lyon, Benoît Rigaud, 1566), 43r-44r; *Secrets du troisieme et dernier notaire de Iean Papon, conseiller du roy et lieutenant general au bailliage de forests*, de Jean Papon (Lyon, Jean de Tournes, 1576), pp. 729-56; *Recueil d'arrests notables des cours souveraines de France... Augmenté en ceste derniere edition*, de Jean Papon (Cologny, Mathieu Berjon, 1616), livro 24, título 8 (*De graces et remissions*); *Traité de la Justice criminelle de France*, de Daniel Guérin, 4 vols. (Paris, 1771), vol. 2, parte III, livro 2, título 20, pp. 375-414; "Introduction", de Paul Guérin, *Recueil des documents concernant le Poitou contenus dans les registres de la Chancellerie de France*, vol. 6 (para o período de 1390 a 1403), vol. 24 de *Archives historiques du Poitou* (1893); *Documents parisiens du règne de Philippe VI de Valois (1328-1350) extraits des registres de la Chancellerie de France*, Jules Viard (ed.), 2 vols. (Paris, 1900), pp. xix-xxiii; *Actes de la Chancellerie d'Henri IV*, Le Cacheux (ed.) (n. 2 da Introdução), vol. I, pp. ii-xiv; *Le folklore*, de Vaultier (n. 4 da Introdução), pp. ii-iv; "La remission au XIVe siècle", de Pascal Texier, in *La faute* (n. 3 da Introdução), pp. 193-205; *Histoire du droit pénal*, de André Laingui e Arlette Lebigre, 2 vols. (Paris, 1979), vol. 1, pp. 63-5, 150.

2. AN, JJ238, 23r-24v (falso testemunho); JJ256C, 47v (o escrevente de uma magistratura permite que as partes antagonistas vejam os papéis de um caso); JJ257C, 118r-v (roubo de dinheiro); JJ265, 110r-v (roubo de carneiros); JJ257B, 46v (receptação de bens eclesiásticos); AN, X^{2A} 86, 17 de novembro de 1535 (defloramento de uma virgem); AN, JJ253B, 114v (tumulto contra impostos); APP, $A^{B}2$, 26v ("pour Rebellion faicte a Justice" [por rebelião contra a Justiça]); AN, JJ263B, 10v-11v (por "le fait de la religion" [fato de religião]); AN, X^{2A} 95, 863r-868v (publicação de livros hereges); *Arrests notables du Parlement de Toulouse*, de Bernard de La Roche-Flavin (Toulouse, 1720), livro 2, título 7, *Graces*, p. 152 (heresia); AN, JJ263A, 271r-272r (possível cumplicidade em espionagem para a Espanha); *Le journal d'un bourgeois de Paris sous le règne de François Ier (1515-1536)*, V.-L. Bourilly (ed.) (Paris, 1910), pp. 360-1 (heresia: os que foram processados depois dos Affaires des Placards, de 1534, perdão com intervenção papal), p. 396 (falsificação). Ver também *Troisieme notaire*, de Papon, pp. 729-30 ss., p. 12, sobre casos capitais para os quais era permitida a remissão. Penas de banimento não deviam

ser remidas (p. 730), embora haja algumas exceções (APP, A[B]1, 154[r]), assim como em alguns casos de condenação às galés (APP, A[B]1, 92[v]).

3. Exemplo do Parlamento de Paris em que um prisioneiro é estimulado a encaminhar uma carta de remissão (AN, X[2A] 918, 23 de abril de 1560): "Arresté à luy faire obtenir remission qui luy sera enterinée" (agradeço a Alfred Soman essa referência). Exemplo do Parlamento de Toulouse no qual prisioneiros são estimulados a encaminhar cartas de remissão, em *Treize livres des Parlemens de France*, de La Roche-Flavin (Genebra, M. Berjon, 1621), livro 13, cap. 69, parágrafo 6, p. 1107.

4. AN, JJ245B, 150[r]; JJ238, 204[r]; JJ247, 138[v]-139[r]; APP, A[B]1, 289[v]. Minutas de uma reunião da câmara criminal do Parlamento de Paris, em outubro de 1562, sugerem como um homem podia, em súbita explosão, suplicar perdão no meio de seu interrogatório. Interrogado sobre as razões por que matara um homem, o batedor de cereais Jacques Bruneau disse que estava "fora de si" ("hors d'entendement") e caiu de joelhos, implorando perdão, o qual foi considerado inadequado pela corte; o homem não encaminhou uma remissão e foi condenado à morte ("Déliberations politiques", Guérin [ed.] [n. 10 da Introdução], p. 79).

5. AN, JJ248, 12[r], carta de remissão datada de janeiro de 1534/35, para Pierre Guillot.

6. AN, JJ238, 244[r]-245[r]; JJ249B, 1[r-v], 118[r-v], 30[v]-31[v]; JJ257C, 111[v]-112[r]; JJ249B, 21[v]-22[r]. Às vezes os requerentes não fogem imediatamente após o homicídio ou a morte da vítima, mas depois, ao escapar da prisão: AN, JJ248, 3[r-v]; JJ259, 38[r-v]. A poética petição de Étienne Dolet, em que solicita uma carta de remissão por suas acusações de heresia, foi composta em 1544 no Piedmont, depois que ele escapou da prisão em Lyon (*Le second enfer*, Claude Longeon [ed.] [Genebra, 1978, baseado na 2ª edição: Troyes, Nicole Paris, 1544], pp. 22-7).

7. *Carminum libri quatuor*, de Étienne Dolet (Lyon, 1538), livro 2, canto 1, pp. 60-1. *Étienne Dolet, the martyr of the Renaissance, 1508-1546*, de Richard Copley Christie (Londres, 1899), pp. 308-9.

8. Em 1561 havia Chancelarias Menores no Parlamento de Paris, Toulouse, Bordeaux, Rouen, Dijon, Aix, Grénoble e Rennes (*Histoire chronologique de la Grande Chancellerie de France*, Abraham Tessereau [Paris, 1676], p. 126; Roger Doucet, *Les institutions de la France au XVI[e] siècle*, 2 vols. [Paris, 1948], vol. 1, pp. 104-11. Para um excelente estudo da chancelaria em todos os seus aspectos, ver *Grande Chancellerie*, de Michaud [n. 2 da Introdução]).

Sobre *jussio*, ver ibidem, parte II, cap. 2, e p. 256, n. 5 ("Toutes lettres de rémission, grace, pardon [...] doivent estre de commandement"). Alguns secretários reais preparavam efetivamente cartas sem as ordens adequadas (Papon, *Troisieme notaire*, p. 7), e isso devia ocorrer com as cartas de remissão. Mas a ansiedade de Dolet e de outros com essa primeira fase do processo de perdão e com o papel dos patronos demonstra a importância da ordem. Ver no texto, p. 80, a história do alto funcionário que o rei manteve em expectativa durante semanas, até ordenar que sua carta fosse escrita.

Em princípio, apenas homicídios relacionados à legítima defesa eram levados à Chancelaria Menor; casos mais complicados eram encaminhados a um funcionário da Grande Chancelaria ou ao próprio rei. Na verdade, a legítima defesa é argumento usado na maioria das petições, junto com outras desculpas passíveis de remissão; portanto, essa nítida distinção não se sustenta. Para as cartas de remissão pedidas pela Petite Chancellerie de Bordeaux, ver AN, JJ256B; para a Petite Chancellerie de Paris, JJ256C (referências corrigidas em *Grande Chancellerie*, de Michaud, p. 360, nn. 3-4).

9. *Second enfer*, de Dolet, pp. 116-8; *Dolet*, de Christie, pp. 309-13; *Étienne Dolet*, de Marc Chassaigne (Paris, 1930), pp. 136-40. Em 1543, a segunda carta de remissão de Dolet — pelo crime de heresia e publicação de livros hereges — foi discutida pelo conselho secreto (*Documents d'archives sur Étienne Dolet*, de Claude Longeon [Saint Étienne, 1977], p. 31). Outro exemplo de carta de remissão discutida pelo conselho secreto pode ser encontrado em BN, ms. fr. 5905, 53[r]-54[v], 2 de dezembro de 1559. Nesse caso, os parentes da vítima, um provedor real, protestavam contra a carta de remissão concedida a Christophe de Gonnier, senhor de Brul; o conselho secreto decidiu enviar a questão ao Parlamento de Paris. Para a intervenção a favor do cuteleiro, ver AEG, *Procès criminels 1436* (primeira série), 4 de novembro de 1567: "Et les Informations prinses furent envoyées en la cour et baillées au chancellier par La Croix solliciteur et deputé de l'eglise de Lion" [E as informações tomadas foram enviadas à corte e passadas ao chanceler por La Croix, procurador e deputado da Igreja de Lyon].

10. *Troisieme notaire*, de Papon, pp. 728, 745-7. *Le grand stille (1539-40)* (n. 11 da Introdução), 123[v]-124[r]: "Remission pour le ioyeulx advenement du roy en une ville". Sobre esse aspecto da Entrada Real, ver o livro de Lawrence Bryant, *The king and the city in the Parisian Royal Entry ceremony: politics, art and ritual in the Renaissance* (Genebra, 1986), pp. 24-6. Exemplos de perdões outorgados por ocasião da Gloriosa Entrada de Henrique II em Dijon: AN, JJ258B, 110[v]; em Rouen e Fécamp: ADR, BP441, sentença de 15 de junho de 1551 (carta de remissão, outubro de 1550) e sentença de 5 de novembro de 1551 (carta de remissão, outubro de 1550); na Entrada de Carlos IX em Compiegne, em 1567: AN, JJ265, 164[v]-165[r].

11. AN, JJ249B, 21[v]-22[r]. Marguerite de Navarre, que conhecia bem os processos de remissão, conta no *Heptaméron* a história de um advogado de Alençon que quer obter perdão por um homicídio e começa por escrever uma carta ao chanceler: "Et envoya à la court en diligence demander sa grace [...] Mais il ne peut si tost despecher sa lettre à la chancellerie" [E enviou à corte diligência pedindo sua graça (...) Mas não pode enviar prontamente sua carta à Chancelaria, quando ela

intervém] (*L'heptaméron*, Michel François [ed.] [Paris, 1967], novela 1, p. 15). Sobre esse episódio, baseado em caso real de Alençon, ver p. 92 no texto.

12. *Grande Chancellerie*, de Michaud, pp. 253-66, 49-50, e p. 50, n. 5 Carta de remissão concedida a uma viúva de Orléans, abril de 1545/46, "em honra e reverência pela morte e paixão de nosso Senhor", AN, JJ257B, 46v. Marguerite de Navarre menciona um Perdão de Páscoa na Nouvelle 23 (*Heptaméron*, pp. 186-93). O Parlamento de Paris às vezes escolhia a Semana Santa para ratificar uma carta de remissão como consideração especial pelo requerente: AN, X^{2A} 98, 123r-v, 21 de abril de 1545/46. O requerente era libertado da prisão e ordenavam que se preparasse para a Páscoa, rezando pela saúde do rei e do delfim, e que doravante vivesse em paz com seus vizinhos.

13. *Praxis criminis persequendi*, de Milles de Souvigny, 57v. *Troisieme notaire*, de Papon, pp. 729-30. *Recueil général des anciennes lois françaises*, F. A. Isambert et al. (eds.), 29 vols. (Paris, 1822-33), vol. 12, pp. 635-6, "Ordonnance sur le fait de la justice", Villers-Cotterêts, agosto de 1539, artigos 168, 172; vol. 14, p. 83, edito de Orléans, janeiro de 1560/61, artigo 75; vol. 14, p. 198, edito de Moulins, fevereiro de 1566, artigo 34; vol. 14, p. 477; edito de Blois, maio de 1579, artigo 194. *Institutions forenses*, de Imbert, p. 487. *Grande Chancellerie*, de Michaud, pp. 324-36.

Cartas de perdão eram tecnicamente incluídas nas categorias de "rémission", "pardon" e "abolition"; "pardon" referia-se ao caso da pessoa que estivera presente ao homicídio, mas não desferira o golpe, e "abolition" à situação em que a acusação do caso de homicídio ainda não tivera início ("Introduction", de Guérin, p. x; *Institutions forenses*, de Imbert, pp. 487-8; *Troisieme notaire*, de Papon, pp. 756-61). A maioria das cartas encontradas nos arquivos está na categoria de "rémission", e constitui o núcleo das fontes utilizadas neste estudo.

14. O pagamento das cartas da Chancelaria era feito por categoria, e a carta de remissão era incluída na rubrica *charte*, decisão "d'effet perpetuel" (*Le grand stile et prothocolle de la Chancellerie de France. De nouveau veu et recorrige oultre les precedentes impressions* [Paris, Jean Ruelle, 1548], 126r; *Grande Chancellerie*, de Michaud, pp. 212, 335). Em princípio, no início do século XVI uma *charte* tinha o mesmo custo que no fim do século XIV, ou seja, três libras ou sessenta soldos, a serem divididos entre o rei, o notário real e o funcionário que derretia a cera. Na verdade, Michaud mostra que o preço da *charte* subiu para cerca de seis libras no reinado de François I. Apesar dos protestos do Terceiro Estado nos Estados de Orléans, um edito real de 1561 elevou o preço da carta de remissão para oito libras e oito soldos, embora uma lista de preços da chancelaria datada de meados da década de 1550 já estabeleça o preço de uma *charte* em dez libras e dez soldos, e Jean Imbert, juiz criminal de Poitou, afirme que a remissão custava onze libras em 1563. Um edito real de 1570 elevou o preço da carta de remissão para catorze libras e oito soldos. *Grande Chancellerie*, de Michaud, pp. 335-6, 341-3; *La Grande Chancellerie Royale et l'expédition des lettres royaux de l'avènement de Philippe de Valois à la fin du XIVe siècle (1328-1400)*, de Octave Morel (Paris, 1900), p. 358; *Recueil des cahiers généraux des trois ordres aux États Généraux*, C. Lalourcé (ed.), 4 vols. (Paris, 1789), vol. 1, pp. 380-1, artigo 220; "Taulx des seaulx es chanceleries de France faict par Monsr Deslandes" (escrito depois de janeiro de 1554/55), BN, ms. fr. 5085, 317v; *Institutions forenses*, de Imbert, p. 387, *Institutes*, 43r; *Grande Chancellerie*, de Tessereau, pp. 130, 145.

Sobre pagamentos adicionais relativos a cartas de remissão, ver *Recueil général*, Isambert (ed.), vol. 11, pp. 369, 371; edito de Blois, março de 1498/99, artigos 128, 138; e *Histoire du droit pénal*, de Laingui e Lebigre, vol. 1, p. 150. Sobre pagamentos extras feitos a secretários, ver *Grande Chancellerie*, de Michaud, pp. 113, 295, n. 8.

15. *Treize livres*, de La Roche-Flavin, livro 13, cap. 69, parágrafo 6, p. 1107: "Et si l'accusé estoit pauvre [les juges] ordonnoyent que [les lettres de rémission et pardon] lui seroyent gratuitement expediées" [e se o acusado fosse pobre (os juízes) ordenavam que (as cartas de remissão e perdão) lhe fossem expedidas gratuitamente]. Morel, *Grande Chancellerie*, pp. 366-9; Michaud, *Grande Chancellerie*, p. 335, n. 5. Exemplos de cartas com a palavra *gratis*: AN, X^{2B} 53, 20 de agosto de 1568, carta de remissão para Jean Harson "pobre salsicheiro", "Gratis par pauvreté"; X^{2B} 40, 8 de outubro de 1565, carta de remissão para Jean Mynard, "gratis par pauvreté". AEG, *Procès criminels* 1436 (primeira série), 4 de novembro de 1567, testemunho do cuteleiro Hugues Jordan.

16. *Recueil général*, Isambert (ed.): vol. II, pp. 368-9, edito de Blois, março de 1498/99, artigo 126; vol. 14, p. 198, edito de Moulins, fevereiro de 1566, artigo 35. O edito de Amboise, de janeiro de 1572, determinava que dali em diante cavalheiros e funcionários dirigissem suas cartas de remissão ao Parlamento da jurisdição onde o crime ocorrera, devido à "facilidade" com que obtinham dos juízes ratificação das remissões na magistratura ou nas cortes presidiárias (ibidem, vol. 14, p. 250, artigo 9). *Arrests notables*, de Papon, livro 24, título 8, pp. 1351, 1354. Sobre o prazo máximo de um ano para a apresentação da ratificação, *Le grand stille* (1539/40), 124r-v, concede cartas especiais de licença ante a não-apresentação da remissão para ratificação dentro do prazo de um ano. Sobre a nova lei que exigia a apresentação da ratificação dentro de três meses, *Le thresor du nouveau stille* (1599) (n. 11 da Introdução), 15v.

17. O requerente apresentava a carta de ratificação como prisioneiro em algum estágio do processo criminal, ou como um ex-fugitivo que se entregava voluntariamente como prisioneiro para pedir o *entérinement* (existem exemplos em APP, A^B1, 20 de agosto de 1564, 11 de junho de 1566 — entregou-se voluntariamente como prisioneiro —, APP, A^B1, 19 de fevereiro de 1567, 21 de outubro de 1568).

18. Retrato do *entérinement* de cartas de remissão baseado em *Praxis criminis persequendi*, de Milles de Souvigny, 55r-60r; *Brieve et succinte maniere de proceder tant a l'institution et decision des causes criminelles que civiles et forme d'informer en icelles*, de Pierre Lizet (Paris, Vincent Sertenas, 1555), 31v-33r; *Institutions forenses*, de Jean Imbert, pp. 492-4; "Procès pour homicide d'une sorcière au XVIIe siècle", *L'Histoire*, 1 (maio de 1978): 74-5; e em sentenças de retificação ou não-ratificação encontradas em AN, X^{2A}, 79, 86, 87, 89, 98; X^{2B} 40, 44, 53, 60, 103; e ADR, BP441, 443, 444.

Os procedimentos de ratificação em uma corte regional transcorriam muitas vezes em presença de parentes do falecido; quando os procedimentos ocorriam em um tribunal parlamentar de uma cidade distante do local do crime, uma cópia da carta de remissão era encaminhada aos parentes, e mandava-se buscar suas respostas e as respostas das testemunhas. O primeiro estágio da audiência de ratificação perante o Parlamento de Paris sempre contava com o advogado do rei e muitas vezes com o advogado dos parentes da vítima. Depois que o requerente solicitava humildemente a graça do rei, o advogado real requisitava a carta de remissão e todos os registros do processo criminal para estudá-los, e o advogado da família agravada pedia uma cópia da carta de remissão. Se houvesse muitas dúvidas quanto à história narrada na carta de remissão, testemunhas podiam ser convocadas para o Parlamento de Paris, à custa do requerente (AN, X^{2A} 89A, 14 de novembro de 1539). Ou então elas eram interrogadas por um juiz local, e o relatório, enviado para o Parlamento (AN, X^{2A} 98, 21v, 14 de abril de 1545/46). Evidentemente, as testemunhas eram indicadas pelo requerente e também pelos parentes da vítima.

Alguns exemplos de intervalos de tempo em casos de perdão: o tintureiro de Lyon Claude Cleppoing matou um gráfico em uma briga em julho de 1550, conseguiu sua carta de remissão em outubro, entregou-se à magistratura de Lyon em janeiro de 1550/51, e sua carta foi ratificada em novembro de 1551 (ADR, BP441, sentença de 5 de novembro de 1551). Jean Bas, barqueiro de Lyon, matou um cozinheiro em uma briga na segunda-feira de Páscoa de 1558, depois matou acidentalmente um aprendiz de barqueiro em novembro de 1558, obteve em Paris, no mesmo mês, sua carta de remissão, ratificada em Lyon em 24 de dezembro sem que tivesse de se apresentar como prisioneiro voluntário (ADR, BP444, 201v-202v, 212v-215v). Das cem pessoas presas na Conciergerie de Paris nas décadas de 1560 e 1570, enquanto suas cartas de remissão eram examinadas (APP, AB1-6), quase um terço teve seus casos resolvidos em um mês ou menos, e outros 40% tiveram de esperar de três a seis meses. Duas pessoas esperaram mais de um ano, e uma delas finalmente obteve a ratificação de sua remissão, embora tendo de pagar à família da vítima uma multa excepcionalmente alta, e a outra teve a remissão rejeitada (APP, AB4, 225r; AB6, 294r).

19. Sempre que o falecido deixava viúva e herdeiros, ou outros parentes próximos com algum direito legal, a carta de remissão podia conter a fórmula "Satisfaction faite à sa partie civile". Exemplos de remissões ratificadas com pagamentos especiais: o advogado Pierre Gosse de Pontoise é perdoado desde que pague à viúva do pasteleiro as 24 libras acordadas antes da morte da vítima e mais trinta libras (AN, X^{2A} 89A, 31 de janeiro de 1539/40); o chapeleiro Laurent Sabourin — condenado à morte por homicídio, além de ter de pagar oitenta libras à viúva e filhos da vítima e uma multa de cem libras ao senhor de sua *châtellenie*, ou jurisdição local, em Poitou — é perdoado contanto que pague 64 libras à viúva e aos filhos (AN, X^{2B} 53, 14 de setembro de 1568). Exemplo de uma remissão ratificada com a especificação de pagamentos caritativos: um tecelão de Amiens, que matou seu patrão em uma briga de bêbados, é perdoado sob condição de que pague cem soldos aos *Cordeliers* de Paris e cem soldos em outras esmolas (AN, JJ249B, 1v-2r).

Exemplos de remissões ratificadas com provisões de banimento: um pobre jardineiro de Ribeauville, na Picardia, banido da França por dois anos; um funcionário da lei de Nogaro, banido da magistratura de Toulouse por dois anos (JJ265 170v-171r, 193r-194r). Ambos eram protestantes que haviam matado católicos no tenso ano de 1567. Exemplo de uma remissão ratificada com provisão de que o requerente servisse no exército: um cirurgião de Bléré, em Touraine, perdoado em 1572 da acusação de homicídio contanto que servisse ao rei durante três anos na cidade de Metz (provavelmente como cirurgião do exército) e pagasse seiscentas libras aos parentes do falecido (APP, AB4, 44r).

20. *Verdict according to conscience: perspectives on the English trial jury, 1200-1800*, de Thomas A. Green (Chicago, 1985), pp. 106-97; ver o cap. 2 deste volume, pp. 113-4. *Justice criminelle*, de Jousse (1771), vol. 3, pp. 480-554, sobre homicídios. Em uma única rubrica, Jousse distingue quatro "modos" de homicídio (por necessidade, por acidente, por imprudência, voluntariamente) e os discute junto com outras distinções, com uma sutileza lógica maior que nos textos do século XVI. Na abertura de sua seção acerca das penas, ele também afirma que elas dependem da qualidade e das circunstâncias do caso. Mas fornece ainda uma máxima geral: "Tout homicide, même involontaire ou à son corps défendant, mérite la peine de mort à moins qu'on n'obtienne les lettres de grace du Prince" [Todo homicídio, mesmo involuntário ou em defesa do próprio corpo, merece a pena de morte a menos que se obtenham as cartas de graça do príncipe] (p. 482). Sobre a história geral da responsabilidade criminal na França do Antigo Regime e sua transformação pelo Código Napoleônico, ver *Histoire du droit pénal*, de Laingui e Lebigre, vol. 1, especialmente pp. 26-103,147-58.

21. *Arrests notables*, de La Roche-Flavin, livro 6, título 53, *Des homicides*, artigo 1, p. 460 (referência à ira de Deus e a Deuteronômio 21:1-9). *Le guydon des*

practiciens contenant tout le faict de practique comme lon se doibt conduyre en exerceant icelle, Étienne Dolet (ed.) (Lyon, Scipion de Gabiano, 1538), 345r. *Trias iudiciel du second notaire*, de Jean Papon (Lyon, Jean de Tournes, 1575), pp. 460-73: "D'homicide"; *Troisieme notaire*, pp. 741-4. O jurista humanista André Tiraqueau escreveu um importante tratado sobre a lei romana de punições e as circunstâncias que podiam mitigá-las, mas não se dirigia aos temas práticos abordados pelos textos dos juízes (*De poenis legum* [Lyon, Claude Senneton, 1559]).

22. *Guydon des practiciens*, 345r.

23. "La justice criminelle rendue par le Parlement de Paris sous le règne de François Ier", de Bernard Schnapper, na *Revue Historique de Droit Français et Étranger*, quarta série, 52 (1974): 269-74; "La justice criminelle aux XVIe et XVIIe siècles: le Parlement de Paris et les sièges subalternes", de Alfred Soman, in *La faute*, pp. 20-2, 34-8. *Institutions forenses*, de Imbert, p. 491; *Treize livres*, de La Roche-Flavin, livro 13, cap. 69, parágrafo 6, p. 1107: "Et de faict i'ay veau quelquefois, que la Cour par grande et accoustumee equité, auparavant que proceder au iugement de ceux qui estoyent accusés d'homicide fait en se defendant, leur on enioinct d'obtenir du Roy, ou de sa Chancellerie, lettres de remission et pardon" [E o fato é que, às vezes, a Corte, por grande e costumeira eqüidade, antes de proceder ao julgamento daqueles que são acusados de homicídio e têm de se defender, os estimula a obter do rei, ou de sua Chancelaria, cartas de remissão e perdão].

24. Sobre os procedimentos da Justiça criminal francesa no século XVI, ver *Institutions forenses*, de Imbert, e *Brieve et succinte maniere*, de Lizet, para fontes da época. Além de A. Esmein, *Histoire de la procédure criminelle en France* (Paris, 1882), ver *Le pouvoir, les juges et les bourreaux*, de Jean Imbert e Georges Levasseur (Paris, 1972); o exame que John H. Langbein faz da legislação em *Prosecuting crime in the Renaissance* (Cambridge, Mass., 1974), pp. 223-51; e o importante ensaio de Soman, "La justice criminelle", in *La faute*, pp. 15-52. Esbocei um quadro do procedimento de um único caso criminal em N. Z. Davis, *The return of Martin Guerre* (Cambridge, Mass., 1983), caps. 7-8. Igualmente útil é "The self-image of the magistrate in Sixteenth-Century France", de Raymond A. Mentzer, Jr., em *Criminal Justice History*, 5 (1984): 23-43.

25. "La justice criminelle", de Schnapper, p. 270. AN, X2A 86, 17 de novembro de 1535. Outro exemplo de requerente que afirmou não ter sido capaz, no decorrer de seu julgamento, de expor a verdadeira história de seu processo de homicídio é François Boussier, um lavrador assalariado de uma aldeia de Anjou que matou um homem que fazia barulho em seu jardim no meio da noite (AN, X2A 98, 183v, 15 de maio de 1546).

26. *Brieve et succinte maniere*, de Lizet, 32v-r; *Institutions forenses*, de Imbert, pp. 492-3; AN, X2A 89A, 24 de novembro de 1539; ADR, BP441, sentença de 14 de setembro de 1551. Ao decidir se ratificava ou não a carta de remissão de Jean de

Mores, senhor de Rocheux — carta ardentemente contestada pela viúva da vítima —, o Parlamento de Paris afirmou que seria feita uma acareação formal com testemunhas "se necessário" ("si besoing est"); mas isso não ocorreu, e a carta foi ratificada (AN, X2A 98, 296r, 7 de junho de 1546). Um exemplo em que a audiência de ratificação levou a "confrontation et recollement" (sic; na verdade, o *récollement*, ou releitura a uma testemunha de seu depoimento, para que o mesmo fosse confirmado, precedia a acareação com o acusado): AN, X2A 98, 71v-72v. O lavrador François Boussier foi interrogado sob tortura antes que sua carta de remissão fosse ratificada pelo Parlamento, embora seja possível que isso esteja relacionado a seu recurso da sentença de morte, antes de ter obtido a carta de graça (AN, X2A 98, 183v).

27. *Between the living and the dead*, de Roger D. Abrahams (Helsinque, FF Communications 225, 1980), um estudo sobre enigmas. Sobre Sansão, ver Juízes 14:14. Na antologia de enigmas medievais, ou *devinettes*, publicada por Bruno Roy, nenhum deles apresenta exatamente o mesmo motivo do enigma tradicional, mas a solução de muitos deles exige o mesmo tipo de resposta narrativa complicada (*Devinettes françaises du Moyen Âge*, Bruno Roy [ed.] [*Cahiers d'Études Médiévales*, 3, Montréal, 1977, nos 215, 269, 550, 551). Cf. o enigma proposto pelo clero no final da Idade Média: se o acusado fosse capaz de ler o texto da Bíblia Latina (geralmente a abertura do Salmo 151), isso lhe daria benefícios clericais num caso criminal, salvando seu pescoço.

28. *Troisieme notaire*, de Papon, pp. 1-2, 6-7. *Le fort inexpugnable de l'honneur du sexe feminin* (Paris, 1555; edição fac-similar, Nova York, 1970), cap. 14: "Requeste que la plume fait aux Dames en faveur des Secretaires" [Pedido que a pena faz às damas em favor dos secretários], principalmente 241r-242r. *Le thesor du nouveau stille* (1599), 4r-5v: o rei condecorou os notários reais com "noblesse et infinis beaux privileges" [nobreza e infinitos privilégios].

29. *Grande Chancellerie*, de Michaud, parte 1, cap. 3, e p. 293, n. 9. O livro 2 de *Grande Chancellerie*, de Tessereau, fornece na íntegra a principal legislação referente aos secretários reais e dá os nomes de muitos deles, do reinado de Luís XI até o de Henrique III.

30. Sobre as conexões culturais e atividades dos secretários reais, ver *Grande Chancellerie*, de Michaud, pp. 178-86, e *Troisieme notaire*, de Papon, pp. 40-2. *Vernacular books in Parisian private libraries of the Sixteenth Century according to the notarial inventories*, de A. H. Schutz (*University of North Carolina Studies in the Romance Languages and Literatures*, 25, Chapel Hill, NC, 1955), pp. 38, 83, 86, menciona o *Decameron* em francês na biblioteca do secretário real Jacques Perdrier e na de Anne Tronson, esposa do secretário real Robert de Saint Germain. Cf. *Les bibliothèques parisiennes au XVIe siècle*, de R. Doucet (Paris, 1956), pp. 83-9: em 1499, Nicole Gilles, "notaire et secrétaire du roi", tinha entre os 64 títulos de sua

biblioteca *Les cent nouvelles nouvelles*, uma tradução de 1485 do *Decameron* e *La mer des histoires*.

31. *Le grand stille* (1514/15, n. 11 da Introdução), 96ᵛ-98ᵛ; ibidem (1539/40), 119ʳᵛ; ibidem (1548), 125ʳ-126ʳ. O exemplar da edição de 1539-40 das Coleções Especiais da Biblioteca da Universidade da Pensilvânia contém uma inscrição do século XVI que informa que o livro foi um presente do comerciante Christophe Brunel ao notário A. Souillart. Alguns secretários reais compilavam, ou ordenavam que um escrevente compilasse, seus próprios formulários: cf. *Les formulaires de Grande Chancellerie, 1500-1580*, de Hélène Michaud (Paris, 1972), remissões mencionadas nas pp. 63, 68, 158, 166. Um formulário compilado em 1570-1 é o BN, ms. Dupuy 273, com uma "Forme de remission" em 160ᵛ-161bisᵛ; ele traz extensas variantes das fórmulas legais para as últimas sentenças de uma carta de remissão. Fórmulas impressas para cartas de remissão aparecem também em *Praxis criminis persequendi*, de Milles de Souvigny, 56ᵛ-58ᵛ, e em *Troisieme notaire*, de Papon, p. 753. Para um panorama geral dos preâmbulos no século XVI, ver *Grande Chancellerie*, de Michaud, pp. 212-4.

32. AN, JJ238, 23ʳ; JJ257C, 7ᵛ; JJ238, 171ʳ; JJ247, 138ᵛ. E também: "pouvre simple femme" [pobre mulher simples] (JJ253B, 114ᵛ), "povre simple homme" [pobre homem simples] (JJ256B, 37ᵛ); "pauvre homme vieulx et caducque" [pobre homem velho e caduco] (JJ263A, 271ʳ); "paintre chargé de sa mere et sept filles à marier, ses soeurs" [pintor encarregado de sua mãe e sete filhas por casar, e de suas irmãs] (JJ257C, 141ʳ).

33. AN, JJ248, 3ʳ. A referência ao serviço militar inspira-se em uma antiga consideração romana pelo perdão, serviço à República (*Institutions forenses*, de Imbert, pp. 486-7). Cf. a petição de Claude Le Charron, estudante da Universidade de Bourges, "filho do falecido mestre Claude Charron, em vida doutor em leis e tenente da magistratura de Lyon" (JJ245B, 62ʳ).

34. *Le grant stille* (1514/15), 97ʳ; *Le grand stille* (1539/40), 119ʳᵛ; *Le grand stille* (1548), 125ʳᵛ. Nos formulários de 1539/40 e 1548, a frase "ne convaincu d'aucun autre vilain cas blasme ou reproche" [não condenado de nenhum outro caso perverso, culpa ou repreensão] foi alterada para "aultre vilain cas blaspheme ou reproche" [outro caso perverso de blasfêmia ou repreensão], refletindo, talvez, uma crescente preocupação com a heresia. *Praxis criminis persequendi*, de Milles de Souvigny, 57ᵛ; *Troisieme notaire*, de Papon, p. 753.

35. Sobre advogados que separam cartas reais para seus clientes, ver *Grande Chancellerie*, de Michaud, p. 352. Sobre uma carta preliminar enviada a um prisioneiro, pedindo a ratificação de sua carta de remissão, ver AN, X²ᴮ 53, 20 de agosto de 1569, carta para Jean Harson, ao Parlamento de Paris.

36. ADR, BP441, sentenças de 15 de junho, 14 de setembro e 22 de dezembro de 1551; BP444, 201ᵛ-202ʳ, 212ᵛ-215ᵛ, 263ᵛ-266ᵛ. Variação semelhante na presença

de advogados ocorre quando os requerentes pediam ratificação de cartas de remissão ao Parlamento de Paris. Solicitantes que buscam *entérinement* sem a ajuda de advogado: AN, X²ᴬ 98, 28ᵛ, 64ᵛ; requerentes acompanhados de advogado: AN X²ᴬ98, 73ᵛ; X²ᴬ87, 18 de janeiro de 1535/36. *Recueil général*, de Isambert, vol. 14, p. 633, artigo 162. Esse mesmo artigo —"En matières criminelles, ne seront les parties aucunement ouïes et par le conseil ne ministère d'aucunes personnes, mais répondront par leur bouche des cas dont ils seront accusés" [Em questões criminais não serão as partes de forma alguma ouvidas nem pelo aconselhamento, nem por representação de ninguém, mas responderão por sua própria conta os casos que são acusadas] — é discutido em *Prosecuting crime*, de Langbein, pp. 235-7. Sobre a continuidade do acesso do acusado aos advogados, ver "La Justice criminelle", de Soman, p. 50; sobre a alegação de que advogados podem fazer petições acerca de pontos da lei em casos criminais, ver *Plaidoyez de Me Claude Expilly... President au Parlement de Grenoble*, de Claude Expilly (Lyon, 1662), Plaidoyé 39. Exemplos de advogados em requerimentos de ratificação de uma carta de remissão encontram-se em ibidem, Plaidoyé 32 (1595); *Journal d'un bourgeois de Paris*, p. 157 (1523); e AN, X²ᴬ 98, 73ᵛ-74ʳ.

37. *Grande Chancellerie*, de Michaud, p. 355, citação AN, X²ᴬ 114, 2 de junho de 1553. "Minute de lettres de grace ou pardon sur icelle dressez en bonne et deue forme. Les lettres de grace et pardon pour Jacob et David Momin Vacquies freres/ pour Jacob comme ayant commis le meurtre et pour David comme assistant" [Minuta de cartas de graça ou perdão sobre aquela, feita em boa e devida forma. As cartas de graça e perdão para Jacob e David Momin Vacquies, irmãos/ para Jacob como aquele que cometeu o assassinato e para David como assistente] (1616). Archives Perries-Labarthe, Mas-Grenier, documento emprestado a Jean-Philippe Labrousse. Michaud relata que alguns secretários reais tinham um advogado em seu *staff* para fornecer aconselhamento legal na escritura de cartas (*Grande Chancellerie*, p. 289).

38. *Remonstrances et discours faicts et prononcez en la Cour et Chambre de l'Edict, establie à Castres d'Albigeois*, de Philippe Canaye (Paris, Adrian Perier, 1598), p. 33. *Le livre dans la vie amiénoise du seizième siècle*, de Albert Labarre (Paris, 1971), pp. 272-7 — os procuradores de Amiens possuíam em geral menos livros que os advogados (pp. 112-3). *Treize livres*, de La Roche-Flavin, livro 2, cap. 18, "De solliciteurs et praticiens", e pp. 239-40, sobre Basoche; *Les clercs du palais*, de Adolphe Fabre; *Recherches historiques sur les Bazoches des Parlements* (Lyon, 1875); *The theatre of the Basoche*, de Howard G. Harvey (Cambridge, Mass., 1941).

39. *Treize livres*, de La Roche-Flavin, livro 3, caps. 1-3, "Des advocats", e livro 2, pp. 239-40. *L'éloquence judiciaire de 1620 à 1660*, de Catherine E. Holmes (Paris, 1967), pp. 13-40, 292-8. Sobre a eloqüência judicial, ver o magnífico estudo de Marc Fumaroli, *L'Âge de l'Éloquence. Rhétorique et "res literaria" de la Renaissance*

au seuil de l'époque classique (Genebra, 1980), principalmente pp. 427-521. *Recueil des remonstrances faites en la cour de Parlement de Paris aux ouvertures des Plaidoiries*, de Jacques Faye (La Rochelle, Hierosme Haultin, 1592), Remonstrance 1 (1581), pp. 1-18, sobre advogados em petições e sua eloqüência. Sobre advogados em petições de "cas gras", ver *Plaide pour un amoureux iniustement detenu prisonner, apellant au siege royal criminel de Lyon, faict par Monsieur Grolier Advocat*, de Pierre Grolier (Lyon, Macé Bonhomme, 1556); *Plaidoyez*, de Expilly, Plaidoyé 8, Carnaval de 1605; *Treize livres*, de La Roche-Flavin, livro 4, pp. 391-2. Um exemplo de petição de perdão foi publicado em *Plaidoyez*, de Expilly, Plaidoyé 32 (1595).

40. Noël du Fail ainda era advogado em Rennes quando seu *Propos rustiques* foi publicado, em 1547. Sobre homens da lei e o academismo humanista, ver *Foundations of modern historical scholarship*, de Kelley (n. 6 da Introdução). Um exemplo em que intrigas de amor são destacadas em sentenças de um caso legal encontra-se em *Aresta amorum*, de Martial d'Auvergne (Lyon, Sébastien Gryphius, 1533), com comentários do jurista lionês Benoît Court. Sobre bibliotecas de advogados, ver *Le livre*, de Labarre, pp. 112-3, 243-9, 281-305; *Bibliothèques parisiennes*, de Doucet, pp. 105-64 (inventário dos 670 livros de Jean Le Féron, advogado no Parlamento de Paris, entre eles diversos romances medievais); *Vernacular books*, de Schutz, pp. 38, 66, 78-9, 82 (exemplares do *Decameron*, de Boccaccio, encontrados na biblioteca de Léon Godeffroy, advogado no Parlamento de Paris, e na de François Fournier, advogado da magistratura de Amiens).

41. *Troisieme notaire*, de Papon, p. 748. Papon refere-se aqui a uma carta de remissão controvertida, cuja ratificação era recomendada por alguns, enquanto outros aconselhavam sua rejeição.

42. Em assuntos criminais, a jurisdição sobre membros do clero era compartilhada entre a Igreja e o rei; a Justiça real estava sempre tentando ampliar seu controle (*Les institutions*, de Doucet, pp. 690-1), mas os clérigos buscavam levar seu caso a um tribunal eclesiástico, no qual a pena de morte só era possível se o acusado fosse liberado para o braço secular. Há alguns padres entre os que receberam perdão no século XVI, embora eles não sejam muito numerosos. De três casos analisados para este estudo, todos referentes a homicídio, encontra-se o de um pároco de Auvergne que foi processado tanto pelos funcionários reais como pelo bispo de Clermont (AN, JJ238, 165^{r-v}); o caso de um religioso da ordem de Fontrevaux, que morava na Picardia, e o de um monge beneditino de Carcassonne parecem ter sido encaminhados diretamente para as cortes reais (JJ237, 31^{r}; JJ257B, 67^{r-v}).

43. Acerca dos serões, ver *Le folklore*, de Vaultier, pp. 111-4. Sobre histórias contadas em oficinas, ver o regulamento da indústria têxtil de uma cidade francesa, citado por Levasseur: enquanto trabalham, os operários não devem dizer "aucun discours d'histoires, d'aventures ou d'autres entretiens qui détourne les ouvriers" [nenhum discurso de histórias, de aventuras ou de outros entretenimentos que distraiam os operários] (*Histoire des classes ouvrières et l'industrie en France avant 1789*, de E. Levasseur, 2 vols. [Paris, 1900], vol. 2, pp. 423-44). A respeito da composição de canções, ver AN, X^{2A} 44, 9 de dezembro de 1479 (Jeanne Corsele, de Paris, acusada de compor uma canção difamatória sobre as aventuras de Agnès du Pin, sua vizinha, e de tê-la cantado em diversos locais, inclusive na rua de Agnès) e "Charivari, honor and community in Seventeenth-Century Lyon and Geneva", de N. Z. Davis, in *Rite, drama, festival, spectacle: rehearsals toward a theory of cultural performance*, John J. MacAloon (ed.) (Filadélfia, 1984), pp. 42-57 (canções inventadas por artesãos, homens e mulheres, sobre as atividades de seus vizinhos em Lyon, em 1668, e em Genebra, em 1669). Sobre canções baseadas em ocorrências entre vizinhos em Languedoc, no século XVIII, ver *Les criminels de Languedoc: les exigences d'ordre et les voies du ressentiment dans une société pré-révolutionnaire (1750-1790)*, de Nicole Castan (Toulouse, 1980), p. 244. Sobre histórias contadas em voz alta na Idade Média e sua relação com a *nouvelle*, ver *Les cent nouvelles nouvelles*, de Dubuis, pp. 559-61; e a respeito da relação entre as narrativas orais de "notícias" e "faits divers" e as "nouvelles" escritas, ver *Nouvelles françaises du XVI^{e} siècle. Images de la vie du temps*, de Gabriel A. Pérouse (Lille, 1978), pp. 26-37. Sobre histórias de vida, orais e escritas, ver "Ghosts, kin and progeny: some features of family life in early modern France", de N. Z. Davis, in *The family*, de Alice S. Rossi et al. (Nova York, 1977), pp. 96-99 e n. 31. AN, JJ256C, 41^{r-v}, carta de remissão datada de abril de 1544, para Fiacre Marglier de Brie.

44. Sobre a confissão em geral, *Sin and confession on the eve of the Reformation*, de Thomas N. Tentler (Princeton, NJ, 1977), pp. 57-134, e *Le sentiment religieux en Flandre à la fin du Moyen Âge*, de Jacques Toussaert (Paris, 1963), pp. 104-21. *Statuta ecclesie Lugduni* (Lyon, sem data [*c.* 1488]), b ii^{r}-b iiii^{r}; *Status et ordonnances synodales de l'Église metropolitaine de Lyon* (Lyon, 1578), cap. 9, sobre a confissão. *Heures a lusage de Mascon... et plusieurs Oraisons de nouveau adioustees* (Lyon, Thibaud Payen, 1554), termina com um *Examen de conscience*, organizado por pecados de pensamento e vontade, pecados de palavra e ação. *La manière d'ouir la messe avec dèvotion... Ensemble la manière de bien confesser ses pechez*, de Emond Auger (Paris, 1571), D iii^{r}-F i^{r}: aconselha o auto-exame baseado nos Dez Mandamentos, nos dez ramos do pecado e nos atos de misericórdia. *Les enseignemens des paroisses*, de Adrien du Hecquet (Lyon, Benoît Rigaud, 1583), 33^{r}-44^{r}: exortações preparatórias à confissão, começando no primeiro domingo da Quaresma.

La somme des pechez et le remede d'iceux, de Jean Benedicti (Paris, Denis Binet, 1595), livro 5, cap. 4, sobre a confissão, especialmente as pp. 645 e 647. Ao aconselhar ao padre como conduzir a confissão, Benedicti retorna ao mesmo ponto: a confissão não deve servir para "narrer une histoire" [narrar uma história], e o confessor deve tentar desestimular nas pessoas essa disposição (livro 5, cap. 2, p. 576).

45. *Commentaires, en forme de sermons, exposans les Dix Commandemens de Dieu*, de Jean Cotreau (Paris, Guillaume Chaudiere, 1576), sermão 19, 176^{v}-185^{v}.

46. *Les cents nouvelles nouvelles*, de Philippe de Vigneulles, Charles Livingston (ed.) (Genebra, 1972), nº 73, pp. 292-3, AN, JJ247, 127^{r-v}, carta de remissão datada de setembro de 1534, para Jeanne, esposa de Jean Galzy, sargento de Saint Victor in Rouergue. AN, X^{2A} 44, 18 de novembro de 1479. Claude Cleppoing, tintureiro de Lyon, matou um gráfico numa briga de rua entre grupos de profissões diferentes em 19 de julho de 1550. Fugiu da cidade e foi a Fécamp, onde se rendeu como prisioneiro, recebendo o perdão na Gloriosa Entrada de Henrique II em outubro (ADR, BP441, sentença de 5 de novembro de 1551). Henrique II fez sua Gloriosa Entrada em Lyon no final de setembro de 1548. Todos os perdões arrolados na n. 10 deste capítulo referem-se a pessoas que fugiram para uma cidade onde o rei ia entrar, como o de Barbe Milly, esposa de um camponês, que morava perto de Troyes e fugiu para Dijon, rendendo-se à Gloriosa Entrada de Henrique II no começo do mês de setembro (AN, JJ258B, 110^{v}, setembro de 1548).

47. *L'histoire memorable de la conversion de Iean Guy parricide, et la constance de sa mort: natif de Chastillon sur Loing, et executé audict lieu* (Orléans, Eloi Gibier, 1566), pp. 5-7.

48. *Institutions forenses*, de Imbert, p. 492.

49. *Essais*, de Michel de Montaigne, livro 3, cap. 9, "De la vanité", in *Oeuvres complètes*, Albert Thibaudet e Maurice Rat (eds.) (Paris, Pléiade, 1962), p. 940.

50. As séries AN, X^{2A} do Parlamento de Paris (*Arrêts*) e ADR, BP da magistratura de Lyon (*Sentences*) não contêm o testemunho do requerente no momento da ratificação, apenas a conclusão da corte, as reações dos parentes do morto, uma cópia da carta de remissão e outros detalhes legais. Na série X^{2B} 1 de Paris e seguintes (*Minutes d'arrêts*), encontram-se registros mais completos das audiências, que incluem os pergaminhos originais da carta de remissão; contudo, não encontrei transcrição do testemunho de ratificação para a década de 1560 até a de 1580. Interrogatórios formais de requerentes de perdão seriam normalmente preservados na subsérie X^{2B} 1174-1318 (*Pièces d'instructions*), mas são fragmentárias no século XVI; as caixas 1174 (1569-71) e 1175 (1579-83) não continham, surpreendentemente, nenhuma transcrição de audiências sobre cartas de ratificação. Investigações futuras podem eventualmente descobrir exemplos de testemunhos de ratificação completos para o século XVI.

51. AN, JJ265, 154^{r-v}; AEG, *Procès criminels* 1436 (primeira série), 3 de novembro de 1567. O nome de Dater, nativo de Metz, é apresentado como Datel na carta de remissão; como Dater no *Livre des habitants de Geneva*, em 1551 e 1572 (*Livres des habitants de Genève*, Paul-F. Geisendorf [ed.], 2 vols. [Genebra, 1957-63], vol. 1, p. 20; vol. 2, p. 12); como Dather num contrato de aprendiz de Lyon, de 1566 (ADR, 3E4061, 18 de novembro de 1566), e com diversas outras grafias, como Danter e Dattel, em seu julgamento de Genebra.

52. "Procès pour homicide d'une sorcière", de Soman. AN, X^{2A} 178, 604^{v}-607^{r} (sou muito grata a Alfred Soman por ter me fornecido sua tradução desse documento, que comparei com o interrogatório publicado em seu artigo).

53. *Troisieme notaire*, de Papon, p. 7.

54. *Theorique de l'art des notaires... Traduite de latin en françois et succintement adaptee aux Ordonnances Royaux par Pardoux du Prat docteur es droits* (Lyon, Basile Bouquet, 1582), pp. 32-3. *Troisieme notaire*, de Papon, pp. 28-32.

55. Ibidem, p. 750; *Praxis criminis persequendi*, de Milles de Souvigny, 56^{v}-57^{r}. No final do século, dois formulários propõem não só que a carta de remissão deve descrever o que de fato aconteceu, mas também que deve se ater às "informações", ou seja, ao depoimento sob juramento já feito sobre o caso: a frase do formulário manuscrito de 1570-1 é: "Sera desduict le faict aupres de la verité et juxte les informations" [Será deduzido o caso segundo a verdade e fiel às informações] (BN, ms. Dupuy 273, 161^{r}), e no formulário impresso de 1599: "Soit mis les cas comme il est advenu et selon et en ensuivant les informations de point en point" [Seja registrado o caso como ele se deu, em conformidade com e seguindo as informações ponto por ponto] (*Le thresor du nouveau stille*, 25^{v}). É difícil conceber situações em que o notário ou o requerente tivessem cópias das "informações" que seriam usadas durante a sessão de registro; na verdade, o resultado de um inquérito judicial formal era secreto. Essa frase deve ser interpretada como outra maneira de enfatizar que o requerente deveria evitar a "obreption" e a "subreption", isto é, introduzir o que não podia provar e omitir aquilo que podia ser confirmado por testemunhas, que presumivelmente seria registrado como "informação". De qualquer forma, a carta narrava a história do requerente, não todas as provas do caso.

56. AN, JJ245B, 150^{r-v}; JJ247, 139^{r}; JJ248, 11^{v}-12^{r}; JJ256B, 36^{v} (carta de remissão para Peyronteau Delebrere, da jurisdição de Mondieu, em Le Brouilh, condado de Armagnac, dezembro de 1542).

57. AN, JJ245B, 149^{v}-150^{v} (ver no Apêndice A a transcrição da carta de remissão de Thomas Manny); X^{2A} 178, 604^{v}-607^{r}; "Procès pour homicide d'une sorcière", de Soman, p. 74. Os secretários acrescentavam também as palavras *ledit* ou *ladite*, isto é, "o citado", "a citada", para maior especificidade. Alguns acrescentavam à carta o adjetivo *feu*, "falecido", antes da primeira menção do nome da vítima, embora muitos mantivessem o suspense, de modo que o leitor não soubesse ao certo quem seria morto até o momento em que o fato era descrito.

Eis um trecho do diário de sire Gilles de Gouberville, cavalheiro e tenente dos regatos e das florestas do *Cotentin* da Normandia, relatando como o secretário real fez a sua carta. Não se tratava de uma carta de remissão, mas o quadro sugere a maneira como funcionava o processo para uma pessoa letrada:

Sábado, 8 de fevereiro de 1555/56: "Je m'en allé chez Mons^r Le Chandelier, segrétayre du Roy, affin qu'il me dressast une requeste... Au soyer je retorné chez led. s^r Chandelier quérir ma requeste. Je luy baillé deux escus sol et ung teston à son clerc pour la mettre au net" [Fui à casa do sr. Le Chandelier, secretário do rei, para que ele me redigisse uma petição... À noite, voltei à casa do citado sr. Chandelier, para buscar minha petição. Paguei-lhe dois escudos em dinheiro e um tostão a seu escrevente por tê-la redigido].

Domingo, 9 de fevereiro: "Sur le soyer, je fus quérir ma requeste chez Mons^r Chandelier. Je donné à son cler, que l'avoyt mise au net, encor ii s" [À noite, fui buscar minha petição na casa do sr. Chandelier. Dei a seu escrevente, que a havia redigido, mais dois soldos].

Segunda-feira, 10 de fevereiro: "Je corrigé ma requeste pour ce qu'elle me sembloyt trop prolixe" [Corrigi minha petição porque me pareceu muito prolixa].

Terça-feira, 11 de fevereiro: "Je montré ma requeste à Mons^r Le Chandelier, qui la trouva bien. Je bailé à son cler, pour la remettre au net, viii s" [Mostrei minha petição ao sr. Le Chandelier, que achou que estava boa. Paguei a seu escrevente, para passá-la a limpo, oito soldos] (*Le ournal du Sire de Gouberville*, de Gilles de Gouberville, Eugène de Robillard de Beaupaire [ed.] [Caen, Rouen e Paris, 1893], p. 248.)

58. Parece impossível classificar as cartas de remissão de acordo com o secretário real que a redigiu, junto com seus escreventes. Há assinaturas nas cópias localizadas em AN, JJ e X^{2A}, mas trata-se da pessoa que assinou o ato pela Chancelaria, o secretário que "viu" o ato e que assume responsabilidade por ele e seu conteúdo, e o funcionário que coletou a taxa e se responsabiliza por distribuí-la. Como aponta Michaud, essas pessoas não são as mesmas que escreveram a carta (*Grande Chancellerie*, pp. 228-9, 306-10). A repetição dos mesmos nomes em muitas cartas de remissão, depois das palavras *visa* e *contentor*, confirma a suposição de que esses homens desempenham papéis especiais para a Chancelaria. Michaud diz que a assinatura da pessoa que efetivamente escreveu a carta pode ser à vezes encontrada no verso do pergaminho (p. 308), mas encontrei muito poucas assinaturas nos pergaminhos originais que pudessem apontar o secretário autor. De qualquer forma, o ponto central de meu argumento é que, ainda que se soubesse o nome do secretário, o conteúdo e o estilo da carta não poderiam ser atribuídos apenas a ele.

59. AN, JJ245B, 149^r-150^v; X^{2A} 95, 863^r-868^v, reproduzido em *Documents sur Étienne Dolet*, Longeon (ed.), pp. 25-30. A terceira e última carta de remissão requerida por Dolet também estava relacionada ao fato de ele haver publicado e vendido livros hereges. Era um poema em coplas rimadas, *Le second enfer*, escrito quando ele estava em Piedmont, em 1544, depois de escapar de uma prisão de Lyon, e inspirado parcialmente em "L'enfer" e "Au roy, au temps de son exil à Ferrare", poemas de perdão de Clément Marot. O poema de Dolet apresenta os mesmos argumentos da carta de remissão de 1543: a culpa é atribuída aos inimigos enciumados que o denunciaram; um arrazoado acerca de seus motivos para mandar pilhas de livros proibidos em que seu nome aparecia em destaque; faz de si um retrato como bom editor-comerciante, homem cujo "naturel est d'apprendre tousjours" [cuja natureza é aprender sempre] e que deseja servir à eloqüência (*Second enfer*, pp. 70-88). Essa semelhança é um argumento a favor da presença do requerente por ocasião da redação do texto da carta de remissão.

60. AN, JJ253A, 139^v-140^r, 147^r-v, cartas de remissão para Claude Perrot, sargento na magistratura de Lyon, e para Pierre Chavaignat, alcunhado Le Pelle, tenente do prior e capitão da guarda, agosto de 1539. AN, JJ238, 202^v-204^r, carta de remissão datada de novembro de 1525, para Regnault Gregoire, de Chartres.

61. AN, JJ255B, 22^v-23^r, 30^r-v, cartas de remissão datadas de fevereiro de 1540/41 e março de 1540/41, para Guillaume Fournier, de Lyon, pelo homicídio de Ysambert de Clamal.

62. Para exemplos de petições antigas de advogados em casos criminais que contêm narrativas dos fatos, além de questões legais, ver AN, X^{2A} 44, 18 de novembro de 1479, 3 de março de 1479/80; X^{2A} 53, de 16 de novembro de 1484 a 12 de setembro de 1485, passim; X^{2A} 72, 3^r, 23 de novembro de 1524; X^{2A} 79, 4 de abril de 1527/28; X^{2A} 87, 5 de fevereiro de 1535/36, e em especial 8 de julho de 1536, relato de um cirurgião acusado de uma cura falsa. Sobre os papéis dos advogados em casos criminais depois do edito de Villers-Cotterêts, ver n. 36, acima, e "La décriminalisation de la sorcellerie en France", de Alfred Soman, in *Histoire, Économie et Société*, 4, nº 2 (1985): 200-2. Alguns desses *plaidoyers* criminais podem ser encontrados em registros dedicados a sessões conhecidas como audiências — por exemplo, AN, X^{2A} 1392, registro de uma audiência de 1582: 13^r e 16^r, para fatos organizados com base em alegações legais, mais do em uma história; 25^v-28^v, para um advogado que detalha em francês e em latim a freqüência da ocorrência de assassinatos na França e a demora da punição ("dict que les assassinatz sont aujourdhuy si communz en la France... Et neatmoins la punition en est si lente" [diz que os assassinatos são hoje tão comuns na França... E, no entanto, a punição é lenta]), antes de voltar-se, enfim, para o "fait particulier".

63. AN, X^{2A} 98, 73^v-74^r, 15 de abril de 1545/46, petição de Delaporte pela ratificação da carta de remissão de Jean de Villeneufve, *seigneur* de Villeneufve. *Plaidoyez*, de Expilly, Plaidoyé 32, "Sur une presentation de lettres de grace", pp. 264-71. Três outras petições de casos criminais (Plaidoyés 22, 24, 39) centram-se nos pontos da lei, com pouca ou nenhuma atenção à narrativa. Em algumas petições de casos civis, Expilly abre com uma história clara e concisa em torno do "fato" e logo abre um excurso com uma ampla consideração filosófica, legal e moral acerca das questões (Plaidoyé 3, sobre um relojoeiro de Romans). Expilly,

no entanto, não aceita de bom grado que a narrativa se desenvolva, estilo que critica como "plaidoyer embarassé... par tant de faicts et allegations superflues" [*plaidoyer* atravancado por muitos fatos e alegações supérfluos] (*Treize livres*, de La Roche-Flavin, livro 3, cap. 3, parágrafo 5, p. 306). Sobre a "rhétorique des citations" de Plutarco, ver a excelente discussão em *L'Âge de l'Éloquence*, de Fumaroli, pp. 444-6.

64. AN, JJ249B 51^{r}-52^{v} (carta de remissão datada de abril de 1535/36, para Charles de Villelume).

65. Sobre a popularidade dos romances de cavalaria no começo do século XVI, ver *Amadis de Gaule and its influence on Elizabethan literature*, de John J. O'Connor (New Brunswick, NJ, 1970), pp. 3-13; *Le livre*, de Labarre, pp. 210-1. Sobre a leitura em voz alta de *Amadis de Gaule* no solar de Sire de Gouberville, na península de Contentin, em fevereiro de 1554/55, ver *Journal*, de Gouberville, p. 156.

66. Acerca da desordem na zona rural do Bourbonnais na década de 1520 e da violenta querela entre Charles de Bourbon, *connétable* da França, e Francisco I, na visão de um parisiense contemporâneo, ver *Journal d'un bourgeois de Paris*, pp. 125-32, 140. A integração administrativa do Bourbonnais teve início em 1523. Com toda certeza, houve intervenção real no ducado desde o século XIV: o rei às vezes expedia cartas de remissão para pessoas dali e em outras ocasiões havia apelações de casos de cortes judiciais ducais no Parlamento. O caso de Charles de Villelume, contudo, teria sido uma questão estritamente ducal antes da década de 1520. Sobre o Bourbonnais no século XV e no início do XVI, ver *De la seigneurie à l'État: le Bourbonnais pendant la Guerre de Cent Ans*, de André Leguai (Moulins, 1969), caps. 7, 9, 18-9, e, do mesmo autor, *Histoire du Bourbonnais* (Paris, 1960), pp. 47-67. Entre os estudos recentes da situação e dos valores da nobreza campesina na França no século XVI, ver *Les bourgeois gentilshommes: an essay on the definition of elites in Renaissance France*, de George Huppert (Chicago, 1977); *The nobility of the "election" of Bayeux, 1463-1666: continuity through change*, de James B. Wood (Princeton, NJ, 1980).

67. AN, JJ124, 188^{v}, publicado em *Les insurrections urbaines au début du règne de Charles VI (1380-1383)*, de Léon Mirot (Paris, 1905), p. 116, n. 1.

68. AN, JJ86, 89^{r}, publicado em *Histoire de la Jacquerie d'après des documents inédits*, de Siméon Luce (Paris, 1859), pp. 217-8; ver também diversas outras remissões em *Pièces justificatives*, publicadas por Luce.

69. AN, JJ170, n. 106, publicado em *Choix de pièces inédites relatives au règne de Charles VI*, de L. Douët d'Arcq, 2 vols. (Paris, 1864), vol. 2, pp. 180-2.

70. AN, JJ243, 100^{r}, publicado em *Procès criminel de Iehan de Poytiers, seigneur de Saint-Vallier*, de Georges Guiffrey (Paris, 1867), pp. 155-72. Esse livro é um estudo de todo o caso e reproduz na íntegra seus documentos.

71. AN. JJ238, 165^{r-v}. A aldeia era Montaigut-le-Blanc, em Aubergne.

72. AN, JJ253A, 139^{v}, carta de remissão datada de agosto de 1539, para Claude Perrot, sargento na magistratura de Lyon; JJ254, 6^{r}, carta de remissão datada de janeiro de 1537/38, para Barthélemy Pain, pobre *poissonier* de Lyon, pelo homicídio de Antoine Beraud, conhecido como Perceval.

73. AN, JJ253B, 114^{v}, carta de remissão datada de outubro de 1540 e enviada ao meirinho de Lyon, para Jeanne, esposa de Perret Hennequin, da aldeia de Ramieville [?] na região de Coucy. Segundo Jeanne, as mulheres gritaram: "Ces meschans rompens nos huys et maisons et emportent tous nos biens" [Esses perversos irrompem por nossas portas e casas e levam todos os nossos bens]. Trata-se de um texto valioso para a história da ação coletiva das mulheres.

74. AN, JJ257B, 107^{r-v}, carta de remissão datada de julho de 1546, para Pierre Francete, morador de uma aldeia no Agenois preso na região de Cognac por ter assassinado um *seigneur* que estava usando de violência contra um padre para impedi-lo de levar a hóstia na procissão de Corpus Christi. Francete era uma das criadas do padre. AN, X^{2A} 178, 604^{v}-607^{r} (transcrição gentilmente fornecida por Alfred Soman); esta é a carta de remissão de 1611 para Pierre Marion, na qual, como já observamos, o notário deve ter inserido a palavra *frustratoires*. AN, JJ256C, 30^{v}-31^{r}, carta de remissão datada de abril de 1543/44, para Jeanne Pasquellet, de Lyon.

75. *Gedenkbuch des Metzger Bürgers Philippe von Vigneulles aus den Jahren 1471 bis 1522*, de Philippe de Vigneulles, Heinrich Michelant (ed.) (Stuttgart, 1852, reeditado em Amsterdã, 1968), p. 8; ver também o "cas de fortune", p. 261. *The narrative imagination: comic tales by Philippe de Vigneulles*, de Armine Avakian Kotin (Lexington, KY, 1977), pp. 86-7 e p. 118, n. 5. Entre as inúmeras narrativas com fundo histórico, a novela 19B é uma das poucas em que as circunstâncias — a proibição de exportar provisões devido à guerra — se encontram no centro dos acontecimentos narrados; a novela 99 é um exemplo de narrativa tirada diretamente de uma coleção italiana anterior e adaptada como uma expedição do duque de Lorraine (*Cent nouvelles nouvelles*, Vigneulles, pp. 109-11, 397-406). Sobre o uso da referência histórica para tornar "recentes" e "autênticas" as narrativas, quer isso fosse verdade ou não, ver *Les cent nouvelles nouvelles*, de Dubuis, pp. 19-33.

Le grand parangon des nouvelles nouvelles (1535-7), do seleiro Nicolas de Troyes, também usa nomes da região de Tours, onde ele vivia, e se apóia tanto em eventos locais como em histórias baseadas em coleções anteriores. Mas ele também não fornece um quadro histórico que *explique* os contos. Ver a edição organizada por Krystyna Kasprzyk (Paris, 1970) e seu estudo *Nicolas de Troyes et le genre narratif en France au XVI^{e} siècle* (Varsóvia e Paris, 1963).

76. *Marguerite de Navarre's Heptaméron: themes, language, and structure*, de Marcel Tetel (Durham, NC, 1973), pp. 195-6. *Autobiographie*, de Thomas Platter, trad. Marie Helmer (Cahiers des Annales, 22, Paris, 1964).

77. *Religion and the decline of magic*, de Keith Thomas (Londres, 1971), pp. 223, 285, 295; *Savoir faire: une analyse des croyances des "Evangiles des Quenouilles" (XV^e siècle)*, de Madeleine Jeay (Le Moyen Âge Français, 10, Montréal, 1982), passim. *Somme des pechez*, de Benedicti, pp. 47-8, sobre "dias especiais".

78. Em *Le Folklore*, de Vaultier, há muitas provas da ocorrência de homicídios em dias festivos nos séculos XIV e XV; no século XVI, em "Les jeunes, les jeux et la violence", de Muchembled (ver n. 4 da Introdução), pp. 568-9; e no século XVIII, em "La criminalité dans le comté de Crussol au 18^e siècle", de Pascal Mallen, in *Bulletin du Centre d'Histoire Économique et Sociale de la Région Lyonnaise*, 4 (1984): 54-5. Sobre insultos e altercações em dias festivos em Languedoc no século XVIII, ver *Criminels de Languedoc*, de N. Castan, pp. 262-5. Enfatizo aqui não a correlação factual entre homicídios e dias festivos, mas como os relatos subseqüentes de homicídios fazem uso da questão do tempo.

79. AN, JJ262, 196^r-197^v, carta de remissão datada de julho de 1553, para Pierre Bodin, *docteur ès droits* e advogado no Parlamento de Aix. Também JJ236, 462^r-463^r, carta de remissão datada de abril de 1524, para Pierre Martin, jovem camponês de Cuire no Lionnais (preparações para o *Mardi Gras*); JJ255B, 53^r-v, carta de remissão datada de maio de 1541, para Étienne Preyle, padeiro de Lyon (baile na *Lundi Gras*); JJ263A, 89^r-v, carta de remissão datada de fevereiro de 1555/56, para Nicolas Bodin, jovem de dezoito anos de uma aldeia do condado de Roussillon (no dia de Carême-Prenant um sapato cheio de urina foi atirado nele pelo falecido Pierre Pinot); JJ263A, 207^r-208^r, carta de remissão datada de maio de 1556, para Pierre Regnault, um jovem casado de Lyon, por ferir uma pessoa desconhecida no domingo de Carême-Prenant. Sobre o carnaval e a violência coletiva, ver *Le Carnaval des Romans*, de Emmanuel Le Roy Ladurie (Paris, 1979).

80. AN, JJ261B, 192^v-193^r, carta de remissão datada de julho de 1552, para Jean Macaigne de Rethondes; tanto Rethondes como Berneuil, a aldeia em que residia a vítima, ficam na Picardia. Ver também JJ238B, 1^r, carta de remissão datada de janeiro de 1524/25, para Pierre de Bresil, comerciante de Vézelay (festa da paróquia no dia de são Pedro); JJ249B, 23^v-24^r, carta de remissão datada de fevereiro de 1535/36, para Antoine Roche de Néronde em Forez (dia da festa de são João Batista; sua vítima era da aldeia de Saint Paul d'Esperance); JJ261B, 224^r-225^v, carta de remissão datada de agosto de 1552, para Jean Brissanade, da aldeia de Trinitat em Auvergne (festa da Assunção, uma briga com um padre de outra aldeia).

81. AN, JJ249B, 30^v-31^v, carta de remissão datada de fevereiro de 1535/36, para Jean Couldray, vinhateiro de "Lay", perto de Paris.

82. AN, JJ245B, 132^v-133^r, carta de remissão datada de julho de 1530, para Guillaume Caranda, barbeiro de Senlis. Ver Apêndice A.

83. *The decameron*, de Giovanni Boccaccio, trad. John Payne (Nova York, 1931), terceiro dia, história 10, p. 291. (Essa passagem foi deixada por Payne, cuja tradução foi publicada pela primeira vez em 1886, no original italiano.) Na tradução francesa do *Decameron* feita para Marguerite de Navarre por Antoine Le Maçon, publicada em Paris em 1545, a sentença é assim traduzida: "Et estant ainsi Rusticque bruslant plus que devant pour le veoir ainsi nuë, et belle, la resurrection de la chair va venir" [E estando Rústico em brasas mais que antes, por vê-la assim nua, e bela, virá a ressurreição da carne] (*Le decameron de missire Iehan Bocace, florentin* [Paris, la veufve Maurice de La Porte, 1553], 124^r).

Tiers livre, de François Rabelais, in *Oeuvres complètes*, J. Boulenger (ed.) (Paris, Pléiade, 1955), cap. 27, p. 428. *The sexuality of Christ in Renaissance art and modern oblivion*, de Leo Steinberg (Nova York, 1984), pp. 82-108, e para a discussão de John W. O'Malley, SJ, sobre a relação desse tema com a abordagem da Encarnação nos sermões da Renascença, ver pp. 199-203.

84. *Shakespeare's festive comedy: a study of dramatic form and its relation to social custom*, de C. L. Barber (Princeton, NJ, 1959). *Rabelais and his world*, de Mikhail Bakhtin, trad. Helene Iswolsky (Cambridge, Mass., 1968). *The play called Corpus Christi*, de V. A. Kolve (Stanford, Calif., 1966). *Les fêtes de la Renaissance*, III, Jean Jacquot e Elie Konigson (eds.) (*Quinzième colloque international d'études humanistes, Tours 10-22 juillet 1972*, Paris, 1975). *Carnival and theater: plebeian culture and the structure of authority in Renaissance England*, de Michael D. Bristol (Nova York e Londres, 1985).

85. "The rites of violence", in *Society and culture in early modern France*, de N. Z. Davis (Stanford, Calif., 1975); *Fête et révolte*, de Yves-Marie Bercé, *Des mentalités populaires du XVI^e au XVIII^e siècle* (Paris, 1976); *Carnaval de Romans*, Le Roy Ladurie.

86. Jean Ghéraud, *La chronique lyonnaise de Jean Ghéraud, 1536-1562*, Jean Tricou (ed.) (Lyon, 1929), pp. 91-2. As laranjas faziam parte dos jogos de Carnaval (*Mardis Gras*) em Montpellier, observava o estudante de medicina suíço Felix Platter em 1553, acrescentando que na região "a fruta é ridiculamente barata" (*Beloved son Felix: the journal of Felix Platter*, trad. Sean Jeannett [Londres, 1961], p. 52). Em Lyon, as laranjas eram mais caras, e um alimento mais desejável para *gagnedeniers*.

87. *Chronique*, de Ghéraud. Não encontrei nenhuma remissão relativa a esse homicídio em AN, JJ263A (1556), mas as cópias feitas para os registros da Chancelaria representam apenas uma parcela das remissões outorgadas. Faltam os anos de 1557 a 1565 nas séries JJ. Ver também *Journal d'un bourgeois de Paris*, p. 367, sobre o tratamento recebido por um homicídio cometido por um funcionário do erário contra seu cunhado, em um jantar comemorativo da festa da Anunciação em 1526.

88. Ver, por exemplo, o tratamento meticuloso dispensado em 1651 às contas de celebrações públicas, como parte da "Fronde des mots", in *Mazarinades: la fronde des mots*, de Christian Jouhaud (Paris, 1985), cap. 5.

89. Sobre o contraste entre o sentido do tempo para católicos e protestantes, ver "The sacred and the body social in Sixteenth-Century Lyon", de N. Z. Davis, in *Past and Present*, 90 (fevereiro 1981): 40-70, e "Conceptions of time in early modern France. An approach to the history of collective mentalities", de Gerard T. Moran, in *Sixteenth Century Journal*, 12, nº 4 (1981): 3-19. Não disponho de um repertório suficientemente grande de cartas de remissão para pessoas identificadas como protestantes nos anos posteriores a 1561 para saber se tal especulação é verdadeira.

90. *Advertissement et discours des chefs d'accusation et points principaux du proces criminel fai[t] à maistre Iean Poisle, conseiller en la Cour de Parlement. A la requeste de maistre René le Rouillier, aussi conseilleur en icelle Cour partie civile Monsieur le procureur general du roy ioinct avec luy* (s/l, 1582), p. 9.

91. AN, JJ264, 129r, carta de remissão datada de março de 1566, para Mathieu Loste, comerciante de Lyon, pelo homicídio de Étienne Martin. JJ265, 83v-84v, carta de remissão datada de abril de 1567, para François de Rozer, *écuyer* [escudeiro], pelo homicídio de François Gauffre, conhecido como Le Cappitaine La Magne. JJ265, 231r-v, carta de remissão datada de dezembro de 1567, para François de Bucamps, comerciante de Beauvais. Ver também JJ266, 55v, carta de remissão datada de abril de 1568, para Étienne de Vancontault, *écuyer* [escudeiro], pelo homicídio de Étienne Raymond, sargento de Cusset, "estans lesdites villes [Cusset e Vichy] en division l'une avec l'autre" [estando as ditas cidades (Cusset e Vichy) em choque uma com a outra].

92. AN, JJ265, 193r-194r, carta de remissão datada de setembro de 1567, para Me. Pierre Prugno, *procureur d'office* [procurador-geral] da rainha de Navarre na Baixa Corte de Armagnac.

93. AN, JJ 266, 146r-147r, carta de remissão datada de outubro de 1568, para Bertrand Pulveret, capitão do castelo de Pierre-Scize, em Lyon. Quando o barão Des Adrets foi a Lyon em maio de 1562, para liderar a tomada da cidade pelos huguenotes, ele se alojou com o capitão Latour (*Le baron Des Adrets*, de Pierre de Vaissière [Paris, 1950], p. 30). Latour e Lacombe foram capitães importantes durante o regime protestante de 1562-3.

2. A RAIVA E A LEGÍTIMA DEFESA (PP. 62-115)

1. *Somme des pechez*, de Benedicti (n. 44 do cap. 1), livro 2, cap. 4, sobre o mandamento "Não matarás", pp. 103-8. Benedicti também introduz limitações

no direito de matar um ladrão que tenha invadido um lugar durante a noite: embora a lei civil permitisse, isso era proibido pela lei divina caso houvesse a possibilidade de prender a pessoa viva (p. 108). *Commentaires*, de Cotreau (n. 45 do cap. 1), 176r-177r; Deuteronômio 19, 6. Era também permitido que o Estado matasse malfeitores considerados culpados pelos procedimentos da Justiça e que os soldados matassem numa guerra justa (Benedicti, p.107).

2. *Le compost et kalendrier des bergiers. Reproduction en facsimile de l'édition de Guy Marchant* (Paris, 1493), Pierre Champion (ed.) (Paris, 1926), d iiiv; *Les enseignements des paroisses*, de Hecquet (n. 44 do cap. 1), 84v-86v; *Somme des pechez*, de Benedicti, livro 3, cap. 12, sobre a "Ira", pp. 356-67. *Institution de la religion chrestienne*, de Jean Calvin (Genebra, 1541), 4 vols., Jacques Pannier (ed.) (Paris, 1961), vol. 1, p. 254, sobre o mandamento "Tu n'occiras point" [Não matarás]. Ver também a interessante discussão sobre a tensão entre o "relativo relaxamento da lei civil" e o "aparente rigor da lei moral" da Igreja em relação às cartas de remissão ratificadas pelo Parlamento de Navarre no século XVIII em Desplat, "La grâce royale" (n. 4 da Introdução), pp. 86-8.

3. *The Seven Deadly Sins*, de Morton W. Bloomfield (East Lansing, Mich., 1952, reimpresso em 1967), pp. 147, 165, 242. *Somme des pechez*, de Benedicti, livro 4, cap. 13, pp. 367-76, sobre a "Gula", principalmente pp. 369-71, sobre a embriaguez. *Second notaire*, de Papon (n. 21 do cap. 1), p. 470; *Troisieme notaire* (n. 1 do cap. 1), pp. 741-4. Exemplos de petições por embriaguez: AN, JJ249B, 1v-2r, 31r.

4. AN, JJ248, 3r-v, 11v-12v; JJ256B, 28v-29v; JJ256C, 30r; JJ265, 159r-v, 170v-171r; JJ266, 57v-58v. ADR, BP441, sentença de 15 de junho de 1551 (carta de remissão de outubro de 1550).

5. AN, JJ249B, 26r-v. O requerente e seu colega tinham o dever de se defender "comme sont serviteurs de Sr de Saint George" [como servidores que são do sr. são Jorge]. Isso pode se referir a alguma confraria local cujo patrono seria são Jorge, mas os feitos de são Jorge eram bem conhecidos, por intermédio de obras como *A legenda dourada* e outras (*The golden legend*, de Jacobus de Voraigne, trad. Granger Ryan e Helmut Ripperger [Nova York, 1969]). Essa carta de remissão é discutida com detalhes mais adiante, neste capítulo.

6. *Actes de la Chancellerie d'Henri VI*, Le Cacheux (ed.) (n. 2 da Introdução), vol. 1, p. 3, #1: "par chaleur et temptacion de l'ennemi" [por calor e tentação do inimigo]; p. 5, #2: "moult courroucié... tempté de l'ennemi" [muito abalado... tantado pelo inimigo]; vol. 2, p. 253, #228; p. 276, #235. *Recueil des documents concernant le Poitou contenus dans les registres de la Chancellerie de France*, Paul Guérin (ed.), vol. 11 (em relação a 1454-74), vol. 38 dos *Archives historiques du Poitou* (1909), pp. 86-7, #1433: "temptacion de l'ennemy" [tentação do inimigo]. Alfred Soman, em carta de 15 de fevereiro de 1987, afirma ter encontrado várias ocorrências de "tenté de l'Ennemi" nos *plumitifs*, ou comentários dos anotadores, de inter-

rogatórios criminais do Parlamento de Paris datados do século XVI ou posteriores, e encontrei o caso de um morador de Genebra que, acusado de sodomia, disse no curso do interrogatório ter sido "conduit de Sathan et de maulvais espritz" [levado por Satã e por maus espíritos] (AEG, *Procès criminels* 517 [primeira série], interrogatório de 9 de janeiro de 1555). Contudo, não encontrei a frase nas cartas de remissão.

7. *Traicté des elements, temperaments, humeurs et facultés naturelles, selon la doctrine d'Hippocrates et de Galien* (Lyon, Guillaume Rouillé, 1555), pp. 76, 84. *Dictionnaire francoislatin, autrement dict Les mots francois, avec les manieres duseur diceulx, tournez en latin* (Paris, Robert Estienne, 1549), p. 108: "Chole ou cole, ire, courroux... Il est en chaulde cole, id est, il est en son ire". No *Dictionnaire de la langue française du seizième siècle*, de Edmond Huguet, 7 vols. (Paris, 1925-67), vol. 2, pp. 274-5, há inúmeros exemplos do uso de "chaude chole" ou "chaude colle" em diversos contextos. Não era de forma alguma uma expressão restrita ao uso legal.

8. AN, JJ249A, 80^{r-v}; JJ265, 154^{r-v}, 159^{r-v}; JJ249B, 28^{v}-29^{r}: "gens querelleux, mal vivans et mal renommez au pays" [pessoas briguentas, malcomportadas e de má fama no local]. JJ258B, 122^{r-v}: "un mauvais homme publiquement blasmé d'avoir commis plusieurs homicides, homme mal famé et renommé vivre en toute dissolution de vie et de mauvaise conversation" [homem mau, publicamente culpado de cometer diversos homicídios, homem mal-afamado e conhecido por viver uma vida dissoluta e de má conversação].

9. *Rhetoric of fiction*, de Booth (n. 7 da Introdução), pp. 3-6, 437-41. *Mimesis: the representation of reality in Western literature*, de Erich Auerbach, trad. Willard Trask (Princeton, NJ, 1953), cap. 1, especialmente pp. 19-23. *Narrative discourse*, de Genette (n. 7 da Introdução), pp. 161-85. *Troisieme notaire*, de Papon, p. 750. Na carta de remissão, a "ilusão de mimese" não significa apenas dar forma a uma cena vívida por meio de uma narrativa com palavras significantes (Genette, p. 164), mas também de adotar um estilo realista que esconda a invenção. Ver a discussão sobre "lapsos" nas histórias citadas.

10. AN, JJ238, 171^{r}-172^{v}, carta de remissão datada de setembro de 1525, para Pierre Marie, mestre sapateiro de Paris, de aproximadamente sessenta anos de idade. Outro exemplo de alegação de insanidade paralela a uma história se encontra em AN, X^{2B} 44, *arrêt* de 13 de setembro de 1566: carta de remissão datada de junho de 1566, para Coulin Guyborat, trabalhador em Troissy, de setenta ou 72 anos de idade. A loucura do sapateiro foi atribuída a uma febre prolongada que teve dois anos antes, que fez com que às vezes ele ficasse "fora de si"; o camponês de Champagne foi descrito como "furioso", devido à velhice. O sapateiro fez sua própria petição, e a do camponês foi feita por sua família. Outro exemplo: em AN, JJ257C, 42^{r}, um órfão de 23 anos, "troublé de son esprit et entendement" [perturbado em espírito e entendimento], isto é, um doente mental.

11. AN, JJ251, 93^{r}-94^{r}, carta de remissão datada de agosto de 1538, para Nicolas de Regnel, representante em Lyon de dois comerciantes de Paris. Outros exemplos: JJ247, 54^{v} (um jovem comerciante de Lyon que num dia festivo matou acidentalmente, com um grupo de amigos, o criado do dono da casa, enquanto brincava com um arcabuz carregado); JJ253A, 150^{v} (um jovem aldeão do Lyonnais, que com seus amigos brincava com espadas depois de comemorar o "reinado" local do dia de são Pedro, feriu e matou acidentalmente um amigo); JJ 257B, 7^{v} (dois meninos de doze anos da cidade de Montmorillon, brincando com um arcabuz que pensavam estar descarregado, atiraram em alguém por acidente); JJ249B, 65^{r} (uma artesã parisiense alega ter matado sua aprendiz acidentalmente, ao tocá-la inadvertidamente com um ferro de lareira). Em cada caso a história é usada para criar uma atmosfera tranqüila ou alegre, e mostrar quanto o assassino lamenta o que fez, chorando depois do acidente etc.

12. AN, JJ238, 244^{r}-245^{v}, carta de remissão datada de dezembro de 1525, para Gueryn Marnat, da aldeia de Voigny, em Champagne; JJ253B, 16^{v}-17^{v}, carta de remissão datada de fevereiro de 1539/40, para Euvard de Boys, jovem chapeleiro de Reims. "Les jeunes, les jeux et la violence", de Muchembeld (n. 4 da Introdução), pp. 568-9, fornece diversos exemplos de brigas em casamentos de camponeses.

13. AN, JJ256C, 1^{r-v}, carta de remissão datada de janeiro de 1543/44, para Nicolas Raslon, da aldeia de Roaonne (Craonne?), na Picardia; JJ258B, 122^{r-v}, carta de remissão datada de outubro de 1548, para Louis Jouchet, mestre pedreiro de Lyon; JJ266, 94^{r-v}, carta de remissão datada de junho de 1568, para Vincent de La Balle, trabalhador de Canteleu, na Normandia. O chapéu como símbolo tem uma longa história, que passa pelos quacres, que se recusavam a tirar o chapéu; por Sigmund Freud, o qual se sentiu humilhado com uma história relatada por seu pai, que nada fez quando seu chapéu foi derrubado por um cristão, simplesmente pegando o chapéu em silêncio ("Conduta não heróica"; *The interpretation of dreams*, de Sigmund Freud, trad. James Strachey [Nova York, 1960], p. 197). Sobre a preocupação com a honra entre os cidadãos comuns do século XVIII, ver *Criminels de Languedoc*, de N. Castan (n. 43 do cap. 1), pp. 160-2.

14. AN, JJ249B, 1^{r-v}, carta de remissão datada de janeiro de 1535/36, para Antoine Simon, conhecido como Lesponte, *vigneron* [vinhateiro] de uma aldeia da magistratura de Senlis. Trata-se de uma história especialmente bem construída, cuja abertura mostra Simon a servir o jantar (era costume dos noivos), e depois ouvindo a irmã e o cunhado enquanto ele come num canto da mesa com os outros comensais e os dois estão se aquecendo junto ao fogo. A menção aos sobrinhos — "Mon oncle, je vous crye mercy" [Meu tio, imploro misericórdia] e "Voicy mon oncle qui me veult tuer" [Meu tio quer me matar] — apresenta o

requerente sob uma luz menos que favorável; a narrativa esforça-se por exibir certa equanimidade.

15. AN, JJ256B, 36v-37r; JJ256C, 37v-38r, carta de remissão datada de abril de 1544, para Simon Le Chantre, de Corberny, na Picardia, referente a uma briga entre o solicitante e seu irmão, suscitada pela divisão da herança do pai; JJ257B, 91r, carta de remissão datada de julho de 1546, para Remy Oudin, de uma aldeia na Picardia, em torno de uma querela com sua meia-irmã e o marido desta, sobre uma propriedade pertencente à mãe.

16. AN, JJ248, 3r-v, carta de remissão datada de janeiro de 1534/35, dirigida ao meirinho de Berry por Huguet Baraton, *écuyer* [escudeiro], "homme d'armes de noz ordonnances" [homem de armas de nossas ordenanças], sob o comando do marquês de Saluces.

17. *Le duel dans la société française des XVIe-XVIIe siècles. Essai de psychologie historique*, de François Billcois (Paris, 1986), cap. 2. Esse combate judicial foi imediatamente transformado num panfleto: *L'ordre du combat de deux gentilshommes faict en la ville de Moulins accordé par le roy nostre sire* [Ordem de combate de dois cavalheiros feita na cidade de Moulins, permitida pelo rei, nosso senhor] (ibidem, pp. 20-1).

18. AN, JJ249B, 2r-v, carta de remissão datada de janeiro de 1535/36, para Jean de Gilques, *écuyer*. Outro exemplo de cavalheiro que mata um cidadão comum pode ser encontrado em JJ257C, 103v-104r, carta de remissão datada de março de 1546/47, para Adam Prard, jovem cavalheiro de Mouliherne, em Anjou. O cidadão sentia por Prard um "ódio mortal", por causa de um conflito em torno de uma propriedade, que o outro alegava ter herdado e que o cidadão dizia pertencer a ele. A querela tomou a forma de um ataque à honra do cavalheiro: o cidadão comum o chamou de "ladrão", um acusou o outro de mentir, e Prard tomou então a adaga. *From valor to pedigree: ideas of nobility in France in the Sixteenth and Seventeenth centuries*, de Ellery Schalk (Princeton, NJ, 1986) é um interessante estudo sobre autodefinições da virtude nobre no século XVI. As cartas de remissão mostravam em geral, entre os cavalheiros rurais da primeira metade do século XVI, maior vigilância na defesa do status da nobreza do que os textos usados para o trabalho de Schalk (cf. pp. 31-2).

19. AN, JJ257C, 127r-128r, carta de remissão datada de abril de 1546/47, para François de Villeprounée, senhor de Quinée, em Anjou. O homicídio ocorreu em 25 de março e a carta de remissão foi assinada antes da Páscoa, em 10 de abril.

20. AN, JJ253B, 28v-29r, carta de remissão datada de março de 1539/40, para Claude de Montafe, padeiro de Crépy-en-Valois. O padeiro alegava ter atingido a cabeça do aprendiz apenas para "corrigi-lo", como um senhor deve fazer com seu criado. JJ257C, 115v, carta de remissão datada de abril de 1546/47, para Simon Cailland, tapeceiro de Châtellerault.

21. *Tiers livre*, de Rabelais, cap. 3, in *Oeuvres complètes* (n. 83 do cap. 1), pp. 339-40.

22. AN, JJ257A, 95r-v, carta de remissão datada de maio de 1546, para Legier Barbier, carpinteiro, pelo homicídio de Pierre du Sault, senhor de La Touche, em Touraine. Outros credores que mataram seus devedores: JJ249B, 49v-50v, carta de remissão para um peixeiro de Abbeville que, durante a Quaresma de 1532/33, assassinou em Clermont-de-l'Oise um cliente que, além de se recusar a pagar o que devia, fez outro pedido; JJ266, 49v-50v, carta de remissão datada de abril de 1568, para Louis Frambourg, "revendeur et cabaratier" [revendedor e taverneiro] em Paris, pelo homicídio do almocreve do duque de Nemours; Frambourg mandara a mulher cobrar o muleiro e ele respondeu que nada devia e ainda bateu nela etc.

23. AN, JJ257C, 144r-v, carta de remissão datada de maio de 1547.

24. AN, JJ256C, 34r, carta de remissão datada de abril de 1543/44, para Antoine Pinatel, jovem aprendiz de Lyon.

25. AN, JJ256C, 48r-v, carta de remissão datada de maio de 1544, para Antoine Giney, açougueiro de Paris.

26. ADR, BP441, sentença de 14 de setembro de 1551, ratificando a carta de remissão datada de junho de 1551, para Christofle Farfannchy, carteiro de Lyon.

27. *Le duel*, de Billacois, p. 23.

28. AN, JJ256B, 39r-v, carta de remissão selada na Chancelaria Menor do Parlamento de Bordeaux, em dezembro de 1542, para *maistre* Seur de Lucas, advogado na corte da Magistrature de Landes, em Saint-Sever.

29. AN, JJ257C, 200v-201r, carta de remissão datada de agosto de 1547, para Yzabel Ondinet, camponesa de uma propriedade familiar no Bourbonnais, pelo homicídio de um colhedor contratado que, segundo Ondinet, lhe devia dinheiro. JJ257B, 30v, carta de remissão datada de fevereiro de 1545/46, para Philbert Aconnez, vinhateiro e taverneiro eventual na aldeia de Mosson, na Borgonha. Ele disse que havia aumentado o limite de crédito para alimentos de sua vítima; quando foi receber o pagamento, o camponês e sua mulher disseram que não lhe deviam nada e o xingaram de "agiota" ("Tu es ung bon presteur d'argent" [Você é um bom agiota]) e de "leproso e filho de leprosa", depois o atingiram no rosto e tiraram seu chapéu. AN, X2A 98, 296r-299v, carta de remissão datada de dezembro de 1545, para Jean de Mores, senhor de Rocheux, pelo homicídio de Adam de Hodon, senhor de Mayet, no Blésois. O requerente disse que havia "vendido" uma propriedade a Hodon, com a opção de recomprá-la (isto é, como em um empréstimo), e depois havia pago mais uma vez a Hodon, que afirmava não devolver os papéis por não encontrá-los. Num jantar, dois anos depois, Hodon alegou que a propriedade nunca havia sido paga e que ele "não tinha medo" de Mores. Mores saiu para pegar seu cavalo, mas, achando que poderia ser chamado de "pusilânime" caso fosse embora depois que um homem que era "da sua qualidade" havia feito tais obser-

vações, e surpreendendo Hodon quando este empunhava a espada, matou-o "enfurecido pela raiva". Em junho de 1546, o Parlamento de Paris ratificou a carta de remissão, que fora contestada pela viúva, com a condição de que Mores pagasse a ela 4500 libras pelos danos causados e mandasse rezar uma missa semanal na igreja de Beauvilliers pelo repouso da alma de Hodon.

30. AN, JJ265, 170ᵛ-171ʳ, carta de remissão datada de agosto de 1567, para Nicaize Gabez, jardineiro da aldeia de Ribeauville, pelo assassinato do cura de Wassigny, que, "sabendo que o requerente era da religião", havia discutido com ele sobre a pregação do ministro da Reforma em Cambrésis e sobre o significado da Trindade, dissera que ele estava mentindo e atirara um pote em cima dele.

31. *Chaucer and medieval estates satire: the literature of social class and the general prologue to the Canterbury Tales*, de Jill Mann (Cambridge, 1973).

32. *Cent nouvelles nouvelles*, de Vigneulles (n. 46 do cap. 1); *Narrative imagination*, de Kotin (n. 75 do cap. 1), cap. 4.

33. *Les propos rustiques* (*Texte originel de 1547*), de Noël du Fail, Arthur de La Borderie (ed.), Genebra, 1970. *Nouvelles récréations et joyeux devis*, de Bonaventure des Periers, 2 vols., Louis Lacour (ed.), Paris, 1874.

34. AN, JJ249B, 13ʳ-14ᵛ, carta de remissão datada de janeiro de 1535/36, para Pierre Roche, "pauvre homme de la terre" [pobre homem da terra], da aldeia de Montmartre. Outros exemplos de petições que se iniciam com inimizade ou querela anterior: JJ236, 308ʳ-309ʳ, carta de remissão datada de dezembro de 1523, para o cortador de pedras Louis Jobey, que disse que cerca de dois anos antes dois outros cortadores de pedra passaram a ter por ele e seu irmão um "ódio mortal"; JJ265, 185ᵛ-186ʳ, carta de remissão datada de setembro de 1567, para o advogado Jacques Binet, de L'Île-Bouchard, que disse que um senhor local sentia por ele e seu pai um "ódio mortal", originado em um litígio sobre um aluguel de três medidas de centeio e dois capões, devidos pelo senhor ao pai do requerente.

35. AN, JJ256B, 36ᵛ, carta de remissão datada de dezembro de 1542, para Peyronteau Delebrere, da paróquia de Mondieu, em Le Brouilh, Armagnac.

36. AN, JJ256B, 28ᵛ-29ᵛ, carta de remissão datada de novembro de 1542, para Jean de La Forcade, conhecido como Verdun, "povre homme de labour" [pobre trabalhador] de Malaussanne, em Béarnais. "Loup-garou" ou lobisomem é insulto usado com freqüência em relação aos homens do século XVI; o amigo de La Forcade parece acusá-lo de agir como lobisomem.

37. AN, JJ249A, 43ʳ, carta de remissão datada de setembro de 1536, para Étienne Mechault, carpinteiro e fabricante de armários em Lyon.

38. AN, JJ249B, 1ʳᵛ: "Mon oncle, je vous crye mercy" (ver n. 14, acima). Dentre muitos exemplos da frase pacificadora "Je ne vous demande rien" ou "Je ne te demande rien" [Não lhe peço nada]: JJ249B, 5ʳ-6ʳ, 28ᵛ-29ᵛ; JJ256C, 37ᵛ-38ʳ; ADR, BP441, sentença de 22 de dezembro de 1551, ratificando a carta de remissão data-

da de fevereiro de 1548/49, para Pierre Goyon, "pauvre homme de labeur", morador do Lyonnais. Variantes da frase pacificadora: do jovem morador de Honnecourt-sur-Escaut, na Picardia, para o folião da festa de Reis — "Mon amy, c'est assez, croy moy" [Meu amigo, já basta, acredite em mim] (AN, JJ249B, 21ᵛ-22ʳ); de um jovem sapateiro de Lyon para um açougueiro que ele não conhecia e que zombou de seu boné vermelho quando passavam por uma estrada rural — "Mon amy, nous ne voulons point de debat" [Meu amigo, não queremos discussão] (JJ253B, 61ᵛ-62ʳ); de um senhor em Anjou, num conflito com um cidadão, acerca da Quaresma — "Retire toy et ne me poursuiz plus. Je ne te serche point et ne t'avoyr jamais veu ne cogneu" [Suma e não me persiga mais. Não o procurei, nunca o vi, nem conheci] (JJ257C, 127ʳ-128ʳ).

39. "Introduction to the structural analysis of narratives", de Barthes (n. 7 da Introdução), p. 266. Ver também as páginas esclarecedoras de Paul Ricoeur sobre a relação essencial entre explicar por que alguma coisa aconteceu e contar a história desse acontecimento, em "Expliquer et comprendre" (n. 5 da Introdução), principalmente pp. 143-4, um tema mais plenamente desenvolvido em seu *Temps et récit*, 3 vols. (Paris, 1983-5), vol. 1; em inglês: *Time and narrative*, trad. Kathleen McLaughlin e David Pellaveur (Chicago, 1984-5).

40. AN, JJ257C, 19ᵛ-20ᵛ, carta de remissão datada de janeiro de 1546/47, para André de Bourges, *tailleur de pierre* [cortador de pedra], de Paris. Agradeço a Alfred Soman, cuja *thèse d'état* trata da perseguição da magia e da bruxaria no Parlamento de Paris, por seus comentários sobre o caso. Ele observa que a "maladie des enfleurs" [moléstia de inchaço] de que sofria a mãe de André, e para a qual ele buscava o remédio, muito provavelmente era tratada com técnicas mágicas.

41. Um procedimento de ratificação das cartas de remissão, para o jovem escrevente de Lyon Falco Jarricot, datado de outubro de 1558, mostra que se pediu a Jarricot a apresentação de testemunhas para "verificar" suas declarações sobre a agressão da vítima, os ferimentos causados e o seu perdão no leito de morte (ADR, BP444, 208ᵛ-209ʳ, 299ᵛ-302ᵛ). Algumas testemunhas nomeadas na audiência não estavam entre as pessoas mencionadas na carta de remissão; isso sugere que os nomes que aparecem na narrativa são dados em parte para criar verossimilhança, para acrescentar concretude à história. "The reality effect", de Roland Barthes, in *French literary theory today: a reader*, Tzvetan Todorov (ed.) (Cambridge e Paris, 1982), pp. 11-7.

42. "Pour estre creu par serment du contenu en une remission quant on ne peult prouver" [Para crer, por juramento, no conteúdo em uma remissão quando não se pode provar], in *Le grand stille* (1548) (n. 14 do cap. 1), 128ʳᵛ. *Guydon des practiciens* (n. 21 do cap. 1), 167ʳ-173ᵛ; "Des probations".

43. AN, JJ257C, 179ᵛ-180ʳ, carta de remissão datada de junho de 1547, para Jean Faurier, da cidade de Mirande, na Gasconha.

44. *Pantagruel*, de Rabelais, cap. 28, in *Oeuvres complètes*, pp. 287-8.

45. AN, JJ238, 245r-246v, carta de remissão datada de dezembro de 1525, para Louis Paisant, açougueiro de Paris.

46. *Somme des pechez*, de Benedicti, livro 1, cap. 10, sobre o terceiro mandamento, p. 81. Benedicti lamentava que a Igreja permitisse a manipulação de carne aos domingos. Evidentemente, jogar dados aos sábados era uma prática proibida (p. 83).

47. AN. JJ236, 472v-473v, carta de remissão datada de abril de 1524, para Jean Charbonnier, conhecido como Nain [Anão], de Flonville, na magistratura de Dreux, pelo homicídio de seu irmão Robin.

48. AN, JJ257B, 16r, carta de remissão datada de janeiro de 1545/46, para Guillaume Guillon, trabalhador de Mareil-sur-Mauldre, em Île-de-France, pelo homicídio de Philippe Simon.

49. AN, JJ245B, 109v-110v, carta de remissão datada de junho de 1530, para Jean Acarie, estudante da Universidade de Orléans, pelo assassinato de Jeanne de Bourg. Acarie foi perdoado com a condição de pagar doze libras em orações pela alma dela.

50. Depois que este livro estava terminado, chegou às minhas mãos *The vulnerable text: essays in Renaissance literature*, de Thomas M. Greene (Nova York, 1986), um esplêndido estudo sobre textos da Renascença, de Petrarca a Ben Johnson. As "feridas" de seus textos vêm de fontes um tanto diferentes das "feridas" das histórias de perdão; ele trata da vulnerabilidade às "quatro condições básicas da linguagem: historicidade, função dialógica, função referencial e dependência da figuração" (pp. 100-3). As "feridas" das histórias de perdão têm a ver com sua problemática relação com as feridas reais, mas, na medida em que chamam a atenção para a sua própria parcialidade, elas possuem uma "função dialógica".

51. AN, JJ256C, 32r, carta de remissão datada de abril de 1543/44, para Philippe Fortespaulle, um pastor de dezesseis anos de Ostenay, em Beauce; 37v-38r, carta de remissão datada de abril de 1544, para Simon Le Chantre, "povre simple homme" morador de Corbeny, perto de Lyon, pelo homicídio de seu irmão Jean Le Chantre, conhecido como Byot.

52. AN. JJ255A, 61v, carta de remissão datada de novembro de 1541, para Pierre de Moustin, conhecido como Sarrague. Nessa data, Lazare de Baïf já havia publicado *De re navali libellus* e também *De vasculis libellus*. Tornou-se chefe de petições de L'Hôtel em 1538 (*Les corps d'officiers de la prévoté et vicomté de Paris et de l'Île-de-France de la fin de la Guerre de Cent Ans au début des Guerres de Religion, étude sociale*, de Bernard Quilliet [Lille, 1982], pp. 698-700).

53. *Journal d'un bourgeois de Paris* (n. 2 do cap. 1), pp. 285-6. O homem em questão era Claude Laurencin, barão de Riverie, de uma rica família de comerciantes de Lyon, primo de outro Claude Laurencin, "receveur des tailles" [recebedor de corte] no Lyonnais, e ele próprio *panetier du roi* [padeiro do rei]. Sua carta de remissão, datada de março de 1527/28, atribui o assassinato de François Dupré a "parolles injurieuses" [palavras injuriosas] ditas por Dupré sobre o solicitante, referindo-se à tentativa de estabelecer um Parlamento em Lyon. A carta é sincera: na própria descrição de Laurencin, ele procurou Dupré para vingar o insulto, e as relações da mulher com o vice-rei de Nápoles e com um *gentilhommme ordinaire* [cavalheiro comum] da câmara real são mencionadas explicitamente. A ratificação do Parlamento ocorreu durante a semana da Páscoa. AN, JJ243, 121r-122r; X2A 79, 19 de março de 1527/28.

54. *Journal d'un bourgeois de Paris*, p. 367. O traiçoeiro jantar foi realizado no dia da Senhora, 25 de março de 1526/27, e o homem foi executado em outubro de 1527. Esse mesmo caso é descrito em termos semelhantes na crônica anônima de outro parisiense próximo ao mundo das leis (BN, ms. fr. 17527, 45v-46v), o qual reproduz a sentença do Parlamento de Paris de 14 de outubro, que rejeitou as cartas. Outros perdões são relatados por *Bourgeois de Paris* nas pp. 83-6, 156-7, 159, 258, 263, 363, 369-70, 387.

55. *Troisieme notaire*, de Papon, pp. 745-6.

56. *Recueil des cahiers généraux*, Lalourcé (ed.) (n. 14 do cap. 1), vol. 1: "États d'Orléans en 1560", artigo 115 do clero (p. 47); artigos 101-2 do Terceiro Estado, sobre o tema da nobreza (pp. 324-35); vol. 2: "États de Blois en 1576", artigo 170 da Remonstrance do Terceiro Estado (pp. 250-1). A clemência do rei era especialmente útil para ser exibida em perdões em uma Entrada Gloriosa ou numa Sexta-feira Santa; então ele podia demonstrar sua maior generosidade na interpretação de casos que ficavam além da legítima defesa e do homicídio para vingar-se de uma esposa flagrada em ato de adultério. Mas seus súditos ainda não queriam que fosse além das circunstâncias remissíveis descritas por Papon (ver p. 31 acima), perdoando emboscadas, assassinatos predeterminados e similares.

57. *Journal de L'Estoile pour le règne de Henri III (1574-1589)*, de Pierre de L'Estoile, Louis-Raymond Lefèvre (ed.) (Paris, 1943), pp. 275-6 (setembro de 1581), 221 (agosto 1579). O alvo do funcionário financeiro italiano era ninguém menos que Bertrand Pulveret, que encontramos no final do cap. 1 recebendo perdão do rei por permitir os homicídios no castelo de Pierre Scize. Outros perdões ou tentativas de perdão são relatados por L'Estoile nas pp. 80-1, 151-2, 245. Ver também a história contada por Brantôme de uma graça concedida por Carlos IX ao barão de Bournazel da Gasconha. Ele matou outro cavalheiro — "on disoit que c'estoit par grande supercherie" [dizem que por grande astúcia] —, mas as damas e os cavalheiros da corte insistiram em que fosse perdoado. A viúva da vítima e o chanceler se opuseram à graça, contudo "ele estava entre os galantes da corte" e recebeu seu perdão no momento em que saía da prisão para ser executado. *Le*

dames galantes, de Pierre de Bourdeville, senhor de Brantôme, Pascal Pia (ed.) (Paris, 1981), pp. 417-8.

58. *Journal*, de Gouberville (n. 57 do cap. 1), pp. 719-20. Mesmo quando uma carta de remissão e um homicídio eram discutidos pelo conselho secreto, os casos eram mandados para os corpos parlamentares para exame (BN, ms. fr. 5905, "arrêts" [decretos] do conselho secreto, 2 de dezembro de 1559, 53^{r}-54^{v}; 12 de julho de 1566, 91^{v}-92^{v}).

59. *Recueil général*, de Isambert (n. 13 do cap. 1), vol. 11, p. 369, estatuto de Blois, março de 1498/99, artigo 128; vol. 14, p. 250, edito de Amboise, março de 1572, artigo 9: dadas as reclamações de seus súditos quanto à "facilidade" com que cavalheiros e funcionários reais conseguiam que suas cartas de remissão fossem ratificadas por cortes locais, o rei ordena que tenham de apresentá-las pessoalmente, de joelhos, diante do Parlamento da jurisdição em que o ato foi cometido. Só então podiam voltar à corte local para exame dos parentes da vítima. *Arrests notables*, de Papon (n. 1 do cap. 1), livro 24, título 8, p. 1354 [Parlamento da Bretanha], *Instructions et articles pour labbreviation des proces... Faict a Vennes le parlement y tenant le V jour Doctobre mil cinq cens quarante* (Rennes: Thomas Mestrard, s.d. [1540], 3^{v}, artigo 11: "Cy devant plusieurs remissionnaires voullans eviter pugnition de crime et delictz par euls perpetrez et commis ont faict intimer par ung sergent les remissions par eulx obtenues aux iuges procureurs du roy et parties civilles sans comparoir ny presenter en personne ny en iugement lesdites remissions, si non trois et quatre ans apres qu'ilz veuient [sic] les tesmoings mortz et qu'ilz les ayent faict absenter en maniere que les cas dont ilz sont chargez ne se peuvent verifier" [Antigamente, diversos requerentes, querendo evitar punição pelos crimes e delitos por eles perpetrados e cometidos, obtiveram suas remissões fazendo um sargento intimar os juízes procuradores do rei e as partes civis sem comparecer nem apresentar em pessoa nem em juízo as ditas remissões, senão três ou quatro anos depois de verem mortas as testemunhas, o que as fez estarem ausentes de maneira que o caso de que eram acusados não pudesse ser verificado]. Até o reino de Carlos IX o limite de prazo para apresentar cartas de remissão para *entérinement* era de um ano; com Carlos IX limitou-se a três meses (*Le thesor du nouveau stille*, 1599 [n. 11 da Introdução], 15^{v}).

60. AN, JJ257B, 30^{v}-31^{r}, carta de remissão datada de fevereiro de 1545/46, para Jean Clavier, "marchand voiturier" [vendedor ambulante] de Lyon. Clavier colocou as contra-alegações de testemunhas em sua petição e tentou respondê-las.

61. *Carminum Libri Quatuor*, de Dolet (n. 7 do cap. 1), livro 1, canto 1, pp. 59-60. *Adversus Stephani Deloti Aurelii Calumnias*, de Franciscus Floridus Sabinus (Roma, 1541), citado por Christie em *Dolet* (n. 7 do cap. 1), p. 307, n. 1.

62. Ocasionalmente as cópias de cartas de remissão da série JJ encontradas na Chancelaria revelam o pagamento ou outras provisões exigidas pela corte ratificadora, e ficamos então sabendo o destino das cartas. Mas em muitos casos isso não

existe, e tem-se apenas a cópia da carta sem nenhuma indicação de ratificação ou rejeição. De qualquer forma, o registro de cartas de remissão na Chancelaria não era obrigatório e exigia pagamento adicional.

63. APP, A^{B} 1-A^{B} 6 (1564-1580, embora faltem alguns meses e a maior parte do ano de 1574). Encontraram-se cem pessoas envolvidas em 92 casos à espera da revisão de suas cartas de remissão; apenas seis casos tiveram as cartas rejeitadas. Esse número serve apenas para dar uma idéia da taxa de ratificação: embora 431 cartas de remissão tenham sido copiadas em JJ de muitas jurisdições dos anos 1565-68, apenas dezenove pessoas estavam na Conciergerie de Paris naqueles mesmos anos esperando a ratificação ou rejeição de suas cartas.

64. Examinei especialmente AN, X^{2A} 86, 87, 89A, 98; e ADR, BP441, 444, 445. Um estudo legal completo teria, sem dúvida, de fazer um exame sistemático da ratificação e rejeição em muitos desses registros jurídicos.

65. Havia às vezes casos em que não era adequado que o receptor do perdão fizesse um pagamento à família da vítima, como naqueles em que a pessoa morta estava inteiramente errada ou não havia reclamantes adequados. Por exemplo, não foi exigido que o escrevente Pierre Rambaud, de Lyon, fizesse nenhum pagamento à família do padre chamado Gueynard, que ele alegava ter matado em legítima defesa. Nenhum parente de Gueynard compareceu à audiência de ratificação; além disso, dizia-se que Gueynard tinha "ódio mortal" de Rambaud porque este era advogado de uma camareira que estava tentando receber indenização do padre — um caso infeliz (ADR, BP444, 263^{v}-266^{v}, sentença de 14 de fevereiro de 1558/59).

66. ADR, BP445, 187^{v}-191^{r}, sentença de 31 de outubro de 1559. Dois anos depois o trabalhador Jacques Baillon recebeu cartas de abolição e de chamado de seu banimento (ADR, BP446, 195^{v}-198^{r}).

67. ADR, BP444, 202^{r-v}.

68. Para uma descrição de como o rei exigiu ratificação da *Concordat*, ver *Journal du Jean Barrillon, secrétaire du Chancelier Duprat, 1515-1521*, de Jean Barrillon, Pierre Vaissière (ed.) (Paris, 1899), vol, 2, pp. 77-80. Sobre a insistência do rei na ratificação de cartas de abolição para Maria Quatrelivres, esposa de Louis Ruzé, ver *Journal d'un bourgeois de Paris*, pp. 83-6, e *Livre de Raison de Me Nicolas Versoris avocat au Parlement de Paris, 1519-1530*, de Nicolas Versoris, G. Fagniez (ed.) (Paris, 1885), p. 28. Sobre este caso, ver *Paris city councillors in the sixteenth-century: The politics of patrimony*, de Barbara B. Diefendorf (Princeton, NJ, 1983), pp. 171-3.

69. AN, X^{2A} 95, 870^{r}-871^{r} e X^{2A} 98, 535^{v}-536^{r}, republicado em *Documents sur Étienne Dolet*, Longeon (ed.), n. 9 do cap. 1, n^{os} 6, 13. *Carminum Libri Quatuor*, de Dolet, livro 2, cantos 5, 11, pp. 67-8, 72-3. *Dolet*, de Christie, p. 314.

70. *Recueil général*, de Isambert, vol. 11, pp. 353-4: estatuto de Blois, março de 1498/99, artigo 70. *Arrests notables*, de Papon, livro 24, título 8, "De graces et remissions", pp. 1350-1. *Treize livres*, de La Roche-Flavin (n. 3 do cap. 1), livro 13, cap. 69, "Sur la Chambre de la Tournelle et iurisdiction criminelle", parágrafos 2, 6, 35, pp. 1106-14. *Les six livres de la Republique*, de Jean Bodin (Paris, Jacques du Puys, 1577), livro 1, cap. 10, pp. 173-6; embora Bodin insistisse em que o rei não devia compartilhar o direito de perdão, ele achava que a graça nunca devia ser oferecida em violação à lei divina, e especificamente nunca para um assassinato irremissível (p. 175).

Plaidoyez, de Expilly (n. 36 do cap. 1), p. 268. *Justice criminelle*, de Jousse (n. 1 do cap. 1), vol. 2, pp. 381, 400-4. "La rémission au XVI^e siècle", de Texier (n. 4 da Introdução), especialmente pp. 200-3. Durante a procissão do imperador Carlos V pela França, em 1539, Francisco I atribuiu-lhe o direito de conceder perdões à Entrada [em cidades] (AN, X^2A 89A, 29 de janeiro de 1539/40), mas isso foi entendido como uma extensão da soberania real, da mesma maneira como ele permitia que a rainha outorgasse perdões à Entrada. Em 1515, quando Francisco I deu à rainha-mãe o poder de perdão independentemente de qualquer Entrada, o Parlamento de Paris protestou e ela renunciou ao privilégio (*Recueil général*, Isambert [ed.], vol. 12, pp. 18-9; *Republique*, de Bodin, p. 174).

71. *Republique*, de Bodin, p. 174, *The six bookes of a commonweale*, K. D. McRae (ed.) (Cambridge, Mass., 1962), livro 1, cap. 10, p. 172. *Plaidoyez*, de Expilly, Plaidoyé 31: "Sur une presentation de lettres de Grace", 12 de dezembro de 1594, pp. 286-7 (de *Institution pour l'Adolescence du Roy treschretien Charls Neufveisme de ce nom*, de Pierre Tonsard, publicada em 1562).

72. *Troisieme notaire*, de Papon, p. 728: o príncipe normalmente tem direito de perdoar por justiça e extraordinariamente os tem por privilégio especial na coroação, "podendo por isso ir, às vezes, além dos limites da justiça, e isso para fazer saber que não pode, nem quer começar seu reino com severidade, castigos e punições, mas com clemência, doçura e graça". Sobre os perdões à Entrada do rei, ver *The king and the city*, de Bryant (n. 10 do cap. 1), pp. 24-6. Bryant afirma que, ao final do século XVI, o rei estava estabelecendo um direito constitucional para perdoar depois de sua sucessão, estivesse ou não presente à Entrada. Sobre o toque do rei para escrófula em sua Entrada em Lyon, ver *La magnificence de la superbe et triumphante entree de la noble et antique cité de Lyon faicte au Treschrestien Roy de France Henry deuxiesme de ce Nom*, George Guigue (ed.) (Lyon, 1927), p. 79. O rei podia também tocar em outros momentos que não uma Entrada (*Les rois thaumaturges*, de Marc Bloch (Paris, 1961), livro 2, cap. 5.

73. *Recueil général*, de Isambert, vol. 11, pp. 368-9: estatuto de Blois, março de 1498/99, artigo 126; *Arrests notables*, de Papon, livro 24, título 8, p. 1351; *Praxis criminis persequendi*, de Milles de Souvigny (n. 1 do cap. 1), 55^v-56^r. *Surveiller et punir. Naissance de la prison*, de Michel Foulcault (Paris, 1975), parte 1; em inglês, *Discipline and punish: the birth of the prison*, trad. Alan Sheridan (Nova York, 1977).

74. *Journal d'un bourgeois de Paris*, p. 159. BN, ms. fr. 17527, 53^v-54^v. *Procès criminel de Iehan de Poytiers*, de Guiffrey (n. 70 do cap. 1), pp. 143-5.

75. *Livre de raison*, de Versoris, p. 41.

76. *Discours de l'abus des iustices de village. Tiré du traité des offices de C.L.P.* (Paris,: Abel l'Angelieri, 1603), 56^r-57^v.

77. AEG, *Procès criminels* 1307 (primeira série), testemunho do impressor Claude Masson, 29 de agosto de 1565. O mais celebrado exemplo de descaso em relação ao homicídio está em *The life of Benvenuto Cellini*, trad. [para o inglês] John Addington Symonds (4ª ed., Londres, 1896), pp. 130-3, 141-62, 308, 318, 329; mas ver também o tom autocomplacente de Théodore Agrippa d'Aubigné ao descrever suas brigas em "Sa vie à ses enfants" in *Oeuvres complètes*, 6 vols., E. Réaume e F. de Caussade (eds.) (Paris, 1873-92), vol. 1, pp. 20, 25-31.

78. *Essais*, de Montaigne (n. 49 do cap. 1), livro 3, cap. 12, "De la phisionomie", pp. 1030-1. *Le duel*, Billacois, pp. 89-91, 191.

79. *Recueil des cahiers généraux*, de Laloucé, vol. 1, *États d'Orléans*, p. 382: a resposta do rei aos artigos 220-4 do protesto do Terceiro Estado às cartas reais. Em sua *Republic*, Jean Bodin expõe a justificativa real por atribuir graça além do que era remissível pelas leis: de que outra forma o príncipe pode mostrar clemência se não pode suspender as penalidades impostas pela lei de Deus? Monarcas "acreditam que a graça que atribuem é tão agradável a Deus quanto é o crime odioso e detestável" (*Republique*, p. 175).

80. *Heptaméron*, de Marguerite de Navarre (n. 11 do cap. 1), novela 23, pp. 186-93, novela 1, pp. 11-8.

81. *Nouvelles récréations et joyeux devis*, de Des Periers, vol. 2, novela 111, pp. 152-5. A história foi usada também por Henri Estienne em seu *Apologie pour Hérodote*, 2 vols., P. Ristelhuber (ed.) (Paris, 1879), cap. 15, pp. 216-7. Estienne dá o nome do ladrão como Simon Dagoubert, filho do advogado real de Issoudun, e senhor como monsieur de Nevers, um nobre de alta classe.

82. *L'histoire memorable* (n. 47 do cap. 1). Châtillon-sur-Loing, hoje conhecida como Châtillon-Coligny, era a morada ancestral dos irmãos Coligny e base para suas atividades religiosas ou militares nesses anos (*Geneva and the consolidation of the French protestant movement, 1564-1572*, de Robert Kingdom [Madison, Wis. e Genebra, 1967], pp. 74-5, 164-5). O impressor do panfleto, Eloi Gibier de Orléans, desempenhou papel importante na edição de textos protestantes na década de 1560, embora imprimisse também editos reais, inclusive um que tocava na questão das remissões na primavera de 1572 (*Eloi Gibier, imprimeur à Orléans*, de Louis Desgraves [Genebra, 1966], e "Deux études sur Eloi Gibier", de

Eugénie Droz, in *Chemins de l'hérésie. Textes et documents*, 4 vols. [Genebra, 1970-76], vol. 4, pp. 101-34; "Eloi Gibier, éditeur de théologie réformée", de J.-F. Gilmont, in *Bibliothèque d'humanisme et renaissance*, 47 [1985]: 395-404). A história de Jean Guy foi tirada da edição de Gibier pelo editor-acadêmico protestante Henri Estienne e usada de maneira exemplar em seu *Apologie pour Hérodote*, no cap. "Des homicides de nostre temps", pp. 385-91.

83. *Institution de la religion chrestienne*, de Calvino (1541), cap. 5, "De Penitence", vol. 2, pp. 204-9.

84. *Studies in Genevan government (1536-1605)*, de E. William Monter (Genebra, 1964), pp. 63-5.

85. AEG, *Registres du Conseil*, 58, 91^{v}-92^{r}, 96^{r}-97^{r}, 98^{v}; *Procès criminels* 1136 (primeira série). *Registres de la Compagnie des Pasteurs de Genève*, 6 vols. (Genebra, 1962-80), vol. 4 (1575-82), Olivier Labarthe e Bernard Lescaze (eds.), pp. 331-2.

86. AEG, *Registres du Conseil* 75, 53^{r}-55^{r}, 21 março de 1580 (debate sobre o perdão para adúlteras banidas). *Registres de la Compagnie des Pasteurs*, vol. 3 (1565-74), Olivier Fatio e Olivier Labarthe (eds.), pp. 126-9, 287-90 (os pastores censuram ambos os conselhos por terem concedido graça a Jean Louvencourt por um primeiro delito de adultério com uma criada; o castigo suspenso foi a exposição pública num *carcan*, um pelourinho de ferro: "Nul ne dispenser des loix divines, perpetuelles et universelles" [Ninguém pode dispensar as leis divinas, perpétuas e universais]); vol. 4, pp. 323-35 (oposição da Companhia de Pastores à atribuição de Graça para assassinos e adúlteros, 1580); vol. 6 (1589-94), Sabine Citron e Maria-Claude Junod (eds.), pp. 91-4 (oposição dos pastores à graça para o capitão Mongin, condenado por assassinato em Orange, 1592). Sobre esses casos, ver *L'État chrétien calviniste à Genève au temps de Théodore de Bèze*, de Eugène Choisy (Genebra e Paris, s.d. [1902]), pp. 179-86, 201-4, 294-300.

87. *Registres de la Compagnie des Pasteurs*, vol.3, pp. 122-3: o pastor Beza alerta o Conselho dos Duzentos que os hereges dirão qualquer coisa para conseguir a graça e depois praticar atos ainda piores. Calvino fez um retrato de uma mistura moderada de justiça e clemência em seu *Institutes*: "Mais il fault qu'un magistrat se donne garde de tous les deux: c'est à sçavoir, que par sévérité desordonnée il ne navre plus qu'il ne médecine; ou que par folle et superstitieuse affectation de clémence, il ne soi cruel en son humanité, en abandonnant toutes choses par sa facilité, avec le grand detriment de plusieurs" [Mas é preciso que o magistrado evite as duas coisas: a saber, que por severidade desordenada não machuque mais que cure; ou que por louca e supersticiosa afetação de clemência não seja cruel em sua humanidade, abandonando tudo por facilidade, com grande detrimento de muitos] (*Institution de la religion chrestienne* [1541], cap. 16, "Du gouvernement civil", vol. 4, p. 212). De muitas maneiras, Calvino estava dando continuidade à

preferência de Sêneca à clemência sobre o perdão ou indulgência, à *clementia* sobre a *venia*, que ele discute em seu Comentário de 1532 sobre o *De Clementia*, sem ser tão rígido quanto Sêneca e sem concordar com Sêneca em que o homem sábio deve evitar a "piedade" (*Calvin's commentary on Seneca's* "De Clementia", Ford Lewis Battles e André Malan Hugo [eds. e trads. (inglês)] [Leiden, 1969], livro 2, caps. 3-4, 6-7, pp. 351-61, 369-81). Nos *Institutes*, Calvino estava operando não apenas dentro de um quadro cristão, mas dentro de um quadro reformado, onde o perdão e a remissão divinos ficam acima da justiça e da clemência humanas. Ver também o retrato que Calvino faz do juiz justo em seu sermão sobre o Deut. 19 (*Sermons sur le Deutéronome*, in *Opera omnia*, G. Baum, E. Cunitz e E. Reuss [eds.] [*Corpus reformatorum* 55; Brunswick, 1884], vol. 27, sermão 115, pp. 587-8).

Em seu ensaio "Divers evenemens de mesme conseil", Montaigne estabelece um contraste entre o nobre protestante que tentou matar o príncipe católico François de Guise pela justiça da causa protestante e Guise, que decide perdoá-lo: "Agora quero lhe mostrar", diz este último na citação de Montaigne, "quão mais suave é a religião que eu pratico do que essa que você professa. A sua o aconselhou a me matar sem apelação, não tendo recebido nenhum mal de minha parte; e a minha me ordena perdoá-lo, mesmo sendo culpado de ter querido matar-me sem razão" (*Essays*, in *The complete work of Montaigne*, trad. [para o inglês] Donald M. Frame [Stanford, Calif., 1948], livro 1, cap. 24, p. 91).

88. *Registres de la Compagnie des Pasteurs*, vol. 6, p. 94. Diversas posições protestantes são mostradas no caso do cuteleiro Claude Dater, que matou a esposa por adultério em 1567. A Igreja Reformada de Lyon o ajudou a conseguir seu perdão mandando um representante à corte. Quando Dater foi a Genebra poucos meses depois, o Consistório negou-lhe a Ceia do Senhor "por haver derramado sangue humano" e encaminhou seu caso para o Conselho Menor, "para que saibam que tal homem está em sua cidade". Dater teve um julgamento no qual os fatos que o levaram ao homicídio e o perdão recebido foram examinados, e foi libertado com uma admoestação (AEG, *Registres du Consistoire* 24, 113^{v}; *Procès criminels* 1436 [primeira série]; ver Apêndice B).

89. Para o pano de fundo medieval de sobrevivências miraculosas durante execuções por intermédio da ação de Jesus e principalmente de Maria e dos santos, ver "Un thème hagiographique: le pendu miraculeusement sauvé", de Baudouin de Gaiffier, in *Revue belge d'archéologie et d'histoire de l'art*, 13 (1943): 123-48, reeditada em seus *Etudes critiques d'hagiographie et d'iconologie* (Bruxelas, 1967), pp. 194-226. *The golden legend*, de Voragine, pp. 373-4. Uma afirmação da fé no final do século XVI pode ser encontrada nas "Conversations" do comerciante e contador de histórias de Poitiers Guillaume Bouchet, *Les serées de Guillaume Bouchet, Sieur de Brocourt*, 6 vols., C. E. Roybert (ed.) (Paris, 1873-82), vol. 3, p. 65,

Quatorziesme serée: "Le peuple aussi, estant misericordieux, a souvent voulu sauver de pauvres criminels, quand en les pendant la corde venoit à rompre, ou que le bourreau eust failly à les faire mourir promptement: mesmes qu'il y a des Iurisconsultes que tiennent qu'on doit absoudre les pauvres patiens qui eschapen ainsi de la mort, si le criminel a tousiours protesté de son innocence, pensans ce soit un miracle" [O povo também, sendo misericordioso, muitas vezes quis salvar pobres criminosos, quando já dependurados a corda veio a se romper, ou quando o carrasco não conseguiu fazê-los morrer prontamente: e é certo que existem jurisconsultos que afirmam que devemos absolver os pobres pacientes que escapam assim da morte, se o criminoso o tempo todo protestou sua inocência, pensando tratar-se de um milagre].

90. *Journal d'un bourgeois de Paris*, pp. 313-4; *Livre de Raison*, Versoris, p. 116.

91. *Discours veritable de la miraculeuse delivrance d'une fille de chambre condamnée à la mort, laquelle avoit esté faussement accusée d'un homicide par un qui luy vouloit ravir son honneur. Avec la punition exemplaire qui fut faicte de l'accusateur le 15 Iuin 1606 à S. Didier proche de Nancy en l'Orrayne* [Discurso verdadeiro sobre o maravilhoso salvamento de uma criada condenada à morte, a qual foi falsamente acusada de um homicídio por alguém que queria ultrajar sua honra. Com a punição exemplar que foi feita ao acusador em 15 de junho de 1606 em S. Didier, perto de Nancy em Orrayne] (Aix: Claude Rore, 1606). Roger Chartier fez um fascinante estudo dos dois panfletos, datados de 1588 e 1589, que descrevem a sobrevivência miraculosa durante a execução de uma jovem falsamente acusada de infanticídio em uma cidade próxima a Rennes ("Le pendue miraculeusement sauvée. Étude d'un occasionnel" [O enforcado salvo milagrosamente. Estudo de uma ocorrência], in *Les usages d'imprimé*, de R. Chartier [ed.] [Paris, 1987], pp. 83-127).

92. *Deux dialogues de l'invention poetique*, de D'Augé (n. 6 da Introdução), 18v. *a Handbook to sixteenth-century rhetoric*, de Lee A. Sonnino (Londres, 1968), pp. 152-3: "Purgatório" como um específico "modo de conduzir o discurso". *Essais*, de Montaigne, livro 2, cap. 10, "Des livres", pp. 399-400.

93. Para uma introdução geral aos panfletos do século XVI, ver *L'information en France avant le périodique. 517 canards imprimés entre 1529 et 1631*, de J.-P. Seguin (Paris, 1964): pode-se encontrar uma bibliografia de panfletos de crime nas pp. 69-82. Os temas de perdão também tendem a aparecer muito pouco na representação visual popular do crime, a não ser no caso de sobrevivência milagrosa à execução (ver o estudo de Gaiffier, citado na n. 89 acima). Ao contrário das poucas cenas de perdão encontradas para este livro, a representação pictórica da execução é de fato muito rica: *The early comic strip: narrative strips and picture stories in the European broadsheet from c. 1450 to 1825*, de David Kunzle (Berkeley,

Calif., 1973), pp. 157-96; *Art and criminal prosecution during the Florentine Renaissance*, de Samuel Y. Edgerton Jr. (Ithaca, Nova York e Londres, 1985).

94. Dentre os textos usados para essas generalizações, estão *Histoire admirable d'un faux et supposé mary, advenue en Languedoc, l'an mil cinq cens soixante* [História admirável de um falso e suposto marido, ocorrida em Languedoc no ano de mil quinhentos e sessenta] [de Guillaume Le Sueur] (Paris, Vincent Sertenas, 1561); *Histoire tragique et miraculeuse d'un vol et assassinat commis au païs de Berri, en la personne de M. Martial Deschamps Medecin de l'Université de Paris, et ordinaire de la Maison et Ville de Bourdeaux, escripte et presentée par luimesmes au Treschretien Roi de France et de Poloigne Henri Troisieme du nom, avec l'arrest de la court de Parlement de Paris sur ce intervenu. Plus, Contemplation Chrestienne et Philosophique contre ceulx que nient la Providencxe de Dieu* [História trágica e milagrosa de um roubo e assassinato cometido em Berri, na pessoa do sr. Martial Deschamps, médico da Universidade de Paris, e cidadão da casa e cidade de Bordeaux, escrita e apresentada por ele mesmo ao mui cristão rei de França e da Polônia, Henrique, terceiro desse nome, com a sentença da corte do Parlamento de Paris que interveio. E mais, contemplação cristã e filosófica contra aqueles que negam a providência de Deus], de Martial Deschamps (Paris, Jean Bienné, 1576); *Histoire sanguinaire, cruelle et emerveillable, d'une femme de Cahors en Quercy pres Montaubant, qui desesperée pour le mauvais gouvernement et menage de son mary, et pour ne pouvoir apaiser la famine insuportable de sa famille, massacra inhumainement ses deux petis enffans. Et consecutivement sondicte mary, pour lesquelx meurdres, elle fut exécutée à mort par ordonnance de justice le cinquiesme jour de febvrier, mil V.C.IIII XX Trois dernier passé, avec la remonstrance qu'elle fit publiquement au dernier suplice, sur le devoir des hommes mariez, envers leur femmes et enffans (suivant la copie imprimee a Thelouze* [sic] *par J. Columbier, 1584)* [História sanguinária, cruel e surpreendente de uma mulher de Cahors em Quercy, perto de Montaubant, que desesperada pelo mau governo e cuidados de seu marido, e por não poder aplacar a fome insuportável de sua família, massacrou desumanamente seus dois filhos pequenos. E consecutivamente seu dito marido, mortes pelas quais foi sentenciada à morte por ordem da justiça no quinto dia de fevereiro de 1583 passado, com o protesto que ela fez publicamente em seu último suplício, sobre o dever dos homens casados para com suas mulheres e filhos (segundo uma cópia impressa em Thelouze [sic] por J. Columbier]; *Histoire prodigieuse d'un detestable parricide entrepris en la personne du roy, par Pierre Barriere, dit la Barre, et comme sa Majesté en fut miraculeusemente garentie. Avec l'extraict du proces criminel faict audict Barriere* [História prodigiosa de um detestável parricídio cometido contra a pessoa do rei por Pierre Barriere, alcunhado la Barre, e como sua majestade foi salvo miraculosamente. Com excertos do processo criminal feito contra o dito Barriere] (s. d., 1594); *Arrest memorable de la Cour de Par-*

lement de Dole, contre Gilles Garnier, Lyonnois, pour avoir en forme de loup garou devoré plusiers enfants, et commis autres crimes: enrichy d'aucuns poinct recuelliz de divers autheurs pour esclaircir la matiere de telles transformations [Sentença memorável da corte do Parlamento de Dole, contra Gilles Garnier, lionês, por haver, sob a forma de lobisomem, devorado diversas crianças e cometido outros crimes: enriquecido de alguns pontos recolhidos de diversos autores para esclarecer a questão de tais transformações] (Angers: Jean Hernault, 1598, *jouxte la coppie imprimée a Orleans* [anexa a cópia impressa em Orléans]; o julgamento deve ter ocorrido em 1573); *Discours tres-veritable, de deux meurtres et massacres merveilleux advenus depuis n'agueres en deux et divers mariages* [Discurso assaz verdadeiro sobre dois assassinatos e massacres surpreendentes ocorridos há pouco em dois casamentos diferentes] (*iouxte la copie imprimee à Langres, Per Iean des Preys imprimeur du roy, 1603*) [anexa a cópia impressa em Langres por Jean de Preys, impressor do rei]; *Les larmes de repentance d'une jeune fille prisionniere, dans les prisons de Lyon, que a pery son fruict* [As lágrimas de arrependimento de uma jovem prisioneira nas prisões de Lyon que destruiu seu fruto] (Lyon, Pierre Roussin, 1606); *Histoire merveilleuse et veritable des homicides, voleries, et assassinats infinis et detestables, commis per le capitaine la Noye, tenant logis au village de la Chaume, pres de la ville de Geant sur Loyre: ensemble le moyen comme il fut descouvert, et sa prinse et l'execution qui en fut faite, tant de luy que de sa femme et enfans, et un sien serviteur, consentant des forfaits, le samedy 3 Mars 1608* [História surpreendente e verdadeira dos homicídios, roubos e assassinatos infinitos e detestáveis cometidos pelo capitão La Noye, que tiveram lugar na aldeia de Chaume, perto da cidade de Geant sur Loire: acompanhada da maneira como ele foi descoberto, e sua prisão e execução que foi feita tanto dele como de sua mulher e filhos e de um seu servidor, consciente dos malfeitos, terça-feira, 3 de março de 1608] (Lyon, Louis Clavel, s.d. [1608]).

95. Excertos de processos legais aparecem no panfleto de Deschamps, "Histoire tragique et miraculeuse", em *Histoire prodigieuse d'un detestable parricide*; e na história de lobisomem, *Arrest memorable de la cour de Parlement de Dole.*

96. O Parlamento de Paris condenou Foucault e sua cúmplice a ser decapitados, bem como os dois matadores contratados a ser quebrados na roda, porém, como haviam todos fugido havia muito, o castigo devia ser efetivado em efígie (*Histoire tragique et miraculeuse*, pp. 59-62). Esse é precisamente o tipo de situação em que o condenado acaba tendo de procurar carta de remissão, mas em que o médico ofendido pode tentar impedir publicando seu relato do que aconteceu. Contudo, também Deschamps tinha um propósito religioso: tanto sua "Epistre au roy" [epístola ao rei] introdutória como seu fecho "Contemplation chrestienne" [Contemplação cristã] falam sobre a Providência Divina em primeiríssimo lugar, e só secundariamente sobre a importância da justiça real. É interessante que um

panfleto de crime de 1627 reforce mais a ação governamental do que a intervenção divina. Em *Histoire veritable, d'un assassinat commis en la personne d'un ieune gentil-homme de Provence, par un ieune homme, qui a esté executé en la place de Greve, avec ses complices, le 19 iuin 1627* [História verdadeira de um assassinato cometido na pessoa de um jovem cavalheiro da Provence, por um jovem que foi executado na praça de Greve com seus cúmplices em 19 de junho de 1627] (Paris, Claude Morlot, 1627), os assassinos de um jovem, que o enganaram dizendo que poderia encontrar seus documentos perdidos por meio de mágica, são rapidamente presos pelo duque de Guise assim que ele recebe um relatório de uma testemunha secreta. Seria interessante examinar outros panfletos de crime do século XVII para verificar se eles também atribuem peso à iniciativa do governo.

97. *Histoire merveilleuse et veritable des homicides... commis par le capitaine de Noye.*

98. *Discours au vray de la cruauté plus que barbare exercé par le capitaine la Noue, lequel tenoit logis entre Bayonne et Bourdeaux, et esgorgeaoit miserablement les marchands que y venoient loger, luy, sa femme, ses deux fils, et sa fille, et son valet: avec leur prinse et lamentable deffaite à Bourdeaux, le 7 iuin, 1610* [Discurso verdadeiro sobre a crueldade mais que bárbara exercida pelo capitão La Noue, a qual teve lugar entre Bayonne e Bordeaux, que esganou miseravelmente os comerciantes que ali foram se alojar, ele, sua mulher, seus dois filhos e sua filha, e seu criado: com sua prisão e lamentável desfecho em Bordeaux aos 7 de junho de 1610] (*A Poitiers, par Pierre La Fosse, iouxte la copie imprimé* [sic] *à Bourdeaux)* [Poitiers, por Pierre La Fosse, anexa a cópia impressa em Bordeaux].

99. *Serées*, de Bouchet, vol. 3, pp. 41-2, *Quatorziesme serée*: "Des decapitez, des pendus, des fouëttez, des essoreillez, et des bannis".

100. *Tiers livre*, de Rabelais, caps. 39-44, in *Oeuvres complètes*, pp. 468-84. Ver a discussão sobre esses capítulos em *Rabelais*, de M. A. Screech (Londres, 1979, pp. 265-72).

101. *Le grand parangon des nouvelles nouvelles*, de Nicolas de Troyes (n. 75 do cap. 1), nº 40, pp. 108-10. Kasprzyk acha que esse é um dos contos de Troyes baseado em fatos reais (*Nicolas de Troyes* [n. 75 do cap. 1], p. 104). Em sua edição borgonhesa de *Cent nouvelles nouvelles* de meados do século XV, Pierre Champion deu exemplos tirados das cartas de remissão dos duques de Borgonha para mostrar como motivos individuais ou linhas narrativas, como "o marido ciumento" ou "a luta entre fantasiados e mascarados", se refletem nas *Nouvelles* (*Les cent nouvelles nouvelles*, ed. Pierre Champion [Paris, 1928], pp. lxvviii-xcv). Apenas uma novela, porém, termina com uma remissão: a novela 36, discutida abaixo no cap. 3, p. 108 *n.*

102. *Heptaméron*, de Marguerite de Navarre, segundo dia, novela 12, pp. 90-7; quarto dia, novela 36, pp. 261-6. Essas duas histórias são sérias e permitem ao

vingador escapar, mas também conduzem os ouvintes a uma discussão bastante interessante. Obviamente são inúmeros os contos cômicos que têm a vingança como tema em que o perpetrador consegue fugir. Sobre a tragédia na vingança, ver Elliot Forsyth, *De Jodelle à Corneille (1553-1640): le théme de vengeance (Paris, 1962)*, especialmente os caps. 2-7; Fredson T. Bowers, *Elizabethan revenge tragedy, 1587-1642* (Gloucester, Mass., 1959).

103. Marguerite de Navarre, *Heptaméron*, terceiro dia, novela 23, pp. 186-93.

104. *La vie et l'oeuvre littéraire de Noël du Fail gentilhomme breton*, de Emmanuel Philipot (Paris, 1914), pp. 74-88.

105. Ibidem, pp. 85-6. Du Fail situa sua história em uma época que corresponde exatamente à sua estada em Bourges, em 1546. Ele fala dos dois casos legais com que a história termina: "Acho que serão resolvidos nos Grands Jours de Riom", isto é, ao final da sessão especial do Parlamento de Paris, realizada em Riom no outono de 1546.

106. Sobre o *aguilaneuf*, ver *Le folklore*, de Vaultier (n. 4 da Introdução), pp. 94-5, e *Mémoires pour servir à l'histoire de la fête des foux*, de Du Tilliot (Lausanne e Genebra, 1751), pp. 68-73.

107. AN, JJ249B, 26r-v, carta de remissão datada de fevereiro de 1535/36 e dirigida ao meirinho de Berry, por Benoît Dorgnat.

108. *Noël du Fail*, de Philipot, pp. 175-97.

109. *Propos rustiques*, de Du Fail, pp. 75-84: "Mistoudin se venge de ceux de Vindelles, que lavoyent battu, allans à Haguilleneuf" [Mistoudin vinga-se dos que lhe bateram em Vindelles, indo ao *Haguilleneuf*].

110. O capítulo de Du Fail sobre Aguilanneuf tira parte de sua inspiração geral, como observou Philipot (*Noël du Fail*, p. 164), de um episódio do *Gargantua*, de Rabelais: o desdém e a inesperada grosseria, e até violência, dos padeiros dos pãezinhos chatos de Lerné com os gentis pastores de Grandgousier, atitude a que os pastores reagem com uma briga vigorosa e bem-sucedida (cap. 25). Os padeiros então provocam o rei, Picrochole, a fazer guerra contra os Grandgousier, e Picrochole acaba derrotado. Existem nítidas diferenças entre os tratamentos no tom e na preocupação central. Na briga de Rabelais, todo o Ódio está de um lado, e é sempre um ódio mortal (Picrochole) em vez da perdoável explosão de ódio (*chaude chole*). Existe um lapso entre o que aconteceu e o que é contado pelos padeiros e pastores aos seus respectivos reis (caps. 26, 28), mas no fim os pastores admitem que insuflaram a briga com derramamento de sangue (cap. 32). Os alvos de Rabelais são mais grandiosos que os de Du Fail, incluindo os desejos imperiais de Carlos V (*Rabelais*, Screech, pp. 164-70) e o caráter de guerra. Philipot afirma também que "todo o relato é de Du Fail, e certamente baseado em fatos reais" (p. 164). Nos homens furiosos das histórias de remissão encontramos esses "fatos reais" que forneceram substância e narrativa para a recriação de Du Fail.

111. *Histoires tragiques extraictes des ouvres italiennes de Bandel, et mises en nostre langue Françoise, par Pierre Boaistuau surnommé Launay, natif de Bretaigne* (Paris, Vincent: Sertenas, 1559); edição moderna preparada por Richard A. Carr (Paris, 1977). Para um estudo sobre esse texto, ver *Pierre Boaistuau's "Histoires tragiques": A study of narrative form and tragic vision*, de Richard A. Carr (North Carolina Studies in the Romance Languages and Literatures, 210; Chapel Hill, N. C., 1979). A história de Romeu e Julieta também circulava na França nas décadas de 1560-80 na forma de peça teatral, hoje perdida, escrita por Cosme la Gambe, chamado Chateauvieux (*La tragédie française de la Renaissance*, de Raymond Lebègue (Paris, 1954), p. 42, n. 4, p. 69).

112. "Edits contre les mariages clandestins", fevereiro de 1556/57, em *Recueil général*, de Isambert (ed.), vol. 13, pp. 469-71. Jean de Coras publicou um texto muito lido sobre essa lei em 1557: *Des mariages clandestinement et irreverement contractes par les enfans de famille au deceu ou contre la gré, vouloir et consentement de leus peres et meres* [Sobre os casamentos contraídos clandestinamente e irreverentemente pelos filhos de família escondidos ou contra a vontade, desejo e consentimento de seus pais e mães] (Toulouse: Pierre du Puis). Coras havia sido professor de direito de Boaistuau na Universidade de Valença ("Notes sur Pierre Boaistuau", de Michel Simonin, *Bibliothèque d'humanisme et renaissance*, 38 [1976]: 325).

113. "Histoire troisiesme, de deux amans, dont l'un mourut de venin, l'autre de tristesse", in *Histoires tragiques*, Carr (ed.), pp. 63-119; ver especialmente pp. 64, 77, 82-5, 88-92. Cf. *Tutte le opere*, de Matteo Bandello, Francesco Flora (ed.) (Milão, 1966), vol. 1, novela 9, especialmente pp. 741-3. Num grande estudo sobre as novelas de Bandello, Adelin Charles Fiorato demonstrou que elas também se baseiam fortemente na experiência observada e na história (*Bandello entre l'histoire et l'écriture. La vie, l'expérience sociale, l'évolution culturelle d'un conteur de la Renaissance* [Florença, 1979], pp. 579-618).

114. "Histoire troisiesme", de Boaistuau, pp. 114-9. Todo esse último discurso de frei Laurens e as várias frases são acrescentadas por Boaistuau. Bandello diz simplesmente que "Il signor Bartolomeo" ouviu a história com grandes detalhes e perdoou frei Lorenzo e o criado de Romeu, Pietro (novela 9, p. 765). Algumas diferenças entre as versões de Bandello e Boaistuau são descritas em *Narrative and dramatic sources of Shakespeare*, de Geoffrey Bullough, 8 vols. (Londres e Nova York, 1957-75), vol. 1, pp. 272-4.

115. *Boaistuau's "Histoires tragiques"*, de Carr, p. 127. "Notes sur Pierre Boaistuau", de Simonin, pp. 325, 328-30. Sobre a contribuição de Jean de Coras à teoria da soberania, ver *Origins of Legislative Sovereignty and the Legislative State*, de A. London Fell (Königstein e Cambridge, Mass., 1983).

116. Para as fontes européias da peça de Shakespeare e do poema de Arthur Brooke, *The tragicall histoyre of Romeo and Juliet* (1562), inspirados em Bandello e Boaistuau, ver *Narrative and dramatic sources*, de Bullough, pp. 269-363. Evidentemente meu interesse nesse caso está na maneira como todas essas fontes se alimentaram ou reagiram a histórias de remissão verdadeiras.

117. *Romeo and Juliet*, de Shakespeare, T. J. B. Spencer (ed.) (The New Penguin Shakespeare; Harmondsworth, Inglaterra, 1967), I.1.

118. Ibidem, I.2, I.4-5, II.4.

119. Ibidem, III.1, III.3.

120. Existem nas cartas de remissão francesas diversos exemplos de criados cometendo homicídio durante a prestação de serviços a seu senhor ou senhora (p. ex., AN, JJ253B, 7^{rv}, JJ257B, 107^{rv}; ADR, BP445, 327^{r}-331^{r}). Nenhum deles se apresenta vagabundeando como fazem Sansão e Gregório, mas todos se identificam com as causas de seu senhor ou senhora e sentem-se insultados quando os interesses de seus patrões não são respeitados.

121. Dois estudos que lançam um olhar novo sobre a raiva masculina em *Romeo and Juliet* são *Man's estate: masculine identity in Shakespeare*, de Coppélia Kahn (Berkeley, Calif., 1981), pp. 82-103, e *Love's argument: gender relations in Shakespeare*, de Marianne L. Novy (Chapel Hill, NC, 1984), pp. 106-7.

122. *The king's pardon for homicide before A. D. 1307*, de Naomi D. Hunard (Oxford, 1969). *Crime and public order in England in the later Middle Ages*, de John Bellamy (Londres e Toronto, 1973), pp. 192-8. "The jury and the English law of homicide", de Thomas A. Green, in *Michigan Law Review*, 74 (1976): 414-72. *Verdict*, de Green (n. 20 do cap. 1), parte 1, *passim* e principalmente pp. 32-46 sobre as diferenças entre relatos nos registros do investigador e relatos na convocações do júri. Existe outra importante diferença entre a lei de homicídio inglesa e a francesa. Na Inglaterra, certos tipos de homicídio eram justificáveis e podiam levar a uma absolvição pelo júri: estes eram definidos como "execuções em obediência a uma lei real e [...] matar ladrões pegos escapando com os bens ou malfeitores que resistiram à prisão", aos quais se acrescentou, no século XIV, "a morte de bandidos pegos no ato de assalto, incêndio culposo ou roubo" e no século XVI "assassinos de pretensos assassinos" ("English law of homicide", de Green, pp. 419, 436; *Verdict*, pp. 79-86, 122). Na França, esses homicídios eram remissíveis, mas mesmo assim tinham de passar pelo processo de perdão, como vimos no cap. 1.

123. *Verdict*, de Green, pp. 116-7. *The crisis of the aristocracy 1558-1641*, de Lawrence Stone (Oxford, 1965), pp. 235-40.

124. "The early history of murder and manslaughter", J. M. Kaye, in *Law Quarterly Review*, 83 (1967): 569-601. "Hamlet and the law of homicide", de Thomas Glyn Watkin, in *Law Quarterly Review*, 100 (1984): 282-310 (Watkin constrói um caso fascinante sobre a familiaridade de Shakespeare com as mudanças e problemas na lei de homicídio de seu tempo e mostra como novas preocupações com o "estado de espírito do acusado" se refletem em *Hamlet*: por exemplo, se houve malícia premeditada, ou não. "English law of homicide", de Green, pp. 472-99, e *Verdict*, pp. 106-7, 117-29. *Calendar of Assize records: Home circuit indictments, Elizabeth I e James I, Introduction*, de James S. Cockburn (Londres, 1985), pp. 117-21. Dado o que vimos em Genebra, talvez haja alguma influência da sensibilidade protestante na Inglaterra no surgimento da categoria homicídio não premeditado.

125. Cockburn fornece um belo quadro detalhado desse sistema legal em ação no final do século XVI e início do XVII em ibidem. Ainda se concediam perdões (pp. 198-208), mas a expansão se deu na área de petições em benefício do clero. No final do século XVII e no XVIII, o papel dos perdões foi maior, como John M. Beattie demonstrou em seu *Crime and the courts in England 1660-1800* (Princeton, NJ, 1986), pp. 430-6: "Os perdões passaram a ser elemento fundamental na administração da lei criminal" (p. 431). Cynthia Herrup está atualmente realizando um grande estudo sobre os perdões reais no início da era moderna na Inglaterra.

126. *Romeo and Juliet*, V.3, vv. 229-69.

127. Ibidem, V.3, linhas 294-5, 307-8. A reflexão do príncipe nesse ponto contrasta com a facilidade com que o duque distribui perdões ao final de *Medida por medida*, mas ambas as peças levantam questões sobre os usos da clemência. Em *O mercador de Veneza*, o perdão dado pelo duque de Veneza a Shylock (IV.1) parece mais direto: o duque poupará a vida de Shylock contanto que ele dê a propriedade que lhe resta de presente a sua filha. No entanto, isso também exigiria maiores estudos, pois o duque primeiro diz a Shylock "Perdôo sua vida antes que me peça", em gracioso contraste com a insistência do judeu no contrato, mas depois coloca o presente de Shylock como condição para seu perdão.

3. O DERRAMAMENTO DE SANGUE E A VOZ DA MULHER (PP. 116-160)

1. AN, JJ252, 33^{v}-34^{r}, carta de remissão datada de fevereiro de 1536/37, para Marguerite Vallée, viúva de Jacquemin Valenton.

2. Embora eu sugira adiante (ver também n. 13 deste capítulo) que existe alguma diferença na representação da raiva e da agressividade das mulheres nos séculos XIX e XX, o relato de Jean Harris sobre a morte de Herman Tarnover em 1980 constitui excelente leitura paralela à história de perdão de Marguerite Vallée (*Stranger in two worlds*, Jean Harris [Nova York, 1986], principalmente pp. 111-42). Ela insiste em que foi à casa dele apenas para se matar por desespero e depressão, e não lhe diz nada agressivo por qualquer coisa que ele tivesse feito, inclusive

espancá-la naquela noite. Ela se sentiu "ferida e frustrada, porque as coisas não estavam saindo conforme eu esperava"; foi ele quem ficou furioso ("Eu o fiz ficar muito furioso"). Evidentemente, existem contrastes importantes nos relatos: Marguerite lembra-se de ter matado o marido em legítima defesa; Jean Harris diz que não sabe exatamente como foi morto a tiros o homem que amava. Marguerite Vallée apanhou muitas vezes ao longo de anos; Herman Tarnover maltratou Jean Harris psicologicamente.

3. AN, JJ248, 80^{r-v}, carta de remissão datada de maio de 1535, para François Thorel, de Anse no Lyonnais, pelo homicídio de sua mulher Ancely Learin.

4. *The maleus maleficarum*, de Heinrich Kramer e Jacob Sprenger, trad. [para o inglês] Montague Summers (Nova York, 1971), parte 1, questão 6, pp. 43, 45; Eclesiástico 25:17. *Commentary on Seneca's* "De Clementia", de Calvino (n. 87 do cap. 2), livro 1, cap. 5, pp. 109, 117.

5. Sobre vícios femininos, ver *Doctrine for the lady of the Renaissance*, de Ruth Kelso (Urbana, Ill., 1956), pp. 11-2, e p. 102 sobre a raiva da esposa; *The renaissance notion of woman*, de Ian Maclean (Cambridge, Ing., 1980), pp. 15-6, 51. Sobre a mulher turbulenta, ver "Women on top", de N. Z. Davis, cap. 5 in *Society and culture* (n. 85 do cap. 1). *Mythes et iconographie de la femme dans l'estampe du XVI^{e} siècle français: Images d'un univers mental*, de Sara F. Matthews Grieco é uma excelente e vasta tese sobre as imagens de mulheres na França do século XVI (Thèse de doctorat du 3^{e} cycle, École des hautes études en sciences sociales, Paris, 1982), cap. 2, pp. 149-59, sobre Judith e as "femmes fortes"; cap. 4, pp. 342-70, sobre "violences féminines"; a ser lançada com o título de *Représentations de la femme dans l'estampe du XVI^{e} siècle français* (Paris, 1987). *Proverbes et dicts sentencieux, avec l'interpretation d'iceux*, de Charles de Bouelles (Paris, Sébastien Nivelle, 1557), 22^{r}: " Cheminee fumeuse, Femme rioteuse". *Le Livre des proverbes français*, de A. J. V. Le Roux de Lincy, 2^{a} ed., 2 vols. (Paris, 1856), vol. 1, pp. 219-32.

6. *Observations diverses sur la sterilité, perte de fruict, fecondité, accouchements, et maladies des femmes, et enfants nouveaux naix*, de Louise Bourgeois, 2^{a}ed. (Rouen: viúva de Thomas Daré, 1626), vol. 1, pp. 3, 25: "L'occasion la plus ordinaire qui fait accoucher les femmes, est la colere." [A ocasião que mais faz as mulheres parirem é a cólera].

7. *Erreurs populaires au fait de la medecine*, de Laurent Joubert (Bordeaux, 1578), livro 2, cap. 4. *Nichomachean ethics*, de Aristóteles, livro 3, cap. 8, 1117a (*Basic works of Aristotle* [n. 6 da Introdução], p. 978) sobre a relação entre paixão e coragem. Montaigne, acompanhando o *De Ira* de Sêneca, tem grandes reservas ao uso da raiva ("Não existe paixão que mais abale a clareza de nosso juízo do que a ira"), mas diz que "a ira é sempre uma imperfeição, mais desculpável em um militar, pois nessa profissão existem situações que sem dúvida não podem passar sem ela" ("De la colere", in *Essays* [n. 87 do cap. 2], livro 2, cap. 31, pp. 540, 543).

8. *Erreurs populaires*, de Joubert, livro 2, cap. 4; *Observations diverses*, de Bourgeois, p. 2, "Defense de Seneque et de Plutarque", de Montaigne, in *Essays*, livro 2, cap. 32, p. 548.

9. *Society and culture*, de Davis, caps. 3, 5, sobre o papel das mulheres nos tumultos do trigo e nos tumultos religiosos do século XVI. "Mythes et iconographie", de Matthews Grieco, pp. 149-59, sobre Judith. *Egalité des hommes et des femmes*, de Marie de Jars de Gournay (1622), publicada por Mario Schiff, *La fille d'alliance de Montaigne, Marie de Gournay* (Paris, 1910), p. 74, sobre Judith e a donzela de Orléans.

10. *The book of the city of ladies*, de Christine de Pizan (*c.* 1405), trad. [para o inglês] Earl Jeffrey Richards (Nova York, 1982), livro 1, cap. 14, p. 37; cap. 17, p. 43. A escritora feminista inglesa "Jane Anger" [Jane Raiva] (provavelmente um pseudônimo) fez uma defesa da raiva, embora não da violência, feminina em um texto de 1589: era legítimo "censurar os vícios imundos dos homens". "Nossa fúria [é] perigosa porque não se adapta aos comportamentos masculinos. Se nossas carrancas são terríveis, e nossa raiva tão mortal, os homens são tolos em nos oferecer ocasião de raiva que, aplacada, evita uma morte terrível" ("Jane Anger her protection for women", in *First feminists: British women writers, 1578-1799*, de Moira Ferguson [Bloomington, Ind., 1985], p. 63).

11. *Somme des Pechez*, de Benedicti (n. 44 do cap. 1), livro 2, cap. 4, pp. 104-6. Benedicti disse também que era pecado uma mulher se matar para impedir o estupro ou depois de ter sido estuprada: a violação de seu corpo não era pecado para ela, a menos que consentisse.

12. *The law of treason in England in the later Middle Ages*, de J. G. Bellamy (Cambridge, Ing., 1970), pp. 87, 228. Evidentemente, ainda era permitido às mulheres da Inglaterra matar seus maridos em legítima defesa. *Arrests notables*, de Papon (n. 1 do cap. 1), livro 22, título 9, p. 1247.

13. Sobre a expressão da raiva e da agressividade femininas em sua escrita no século XIX e início do século XX, ver "Aggression and providencial death in George Eliot's fiction", de Carol Christ, *Novel*, 9, nº 2 (inverno de 1976): 130-40; "Women's stories, women's selves", de Patricia Meyer Spacks, in *Hudson Review*, 30, nº 1 (primavera de 1977); especialmente pp. 29-30; *A literature of their own: British women novelists from Brontë to Lessing*, de Elaine Showalter (Princeton, NJ, 1977), especialmente o cap. 6 e pp. 180, 213, 263-4; "Art and anger" (uma discussão de Virginia Woolf), de Jane Marcus, in *Feminist Studies*, 4, nº 1 (fevereiro de 1978): 69-98; *The madwoman in the Attic: the woman writer and the nineteenth century*, de Sandra W. Gilbert e Susan Gubar (New Haven, Conn., e Londres, 1979, especialmente pp. 360-1, sobre *Jane Gyre*; Elissa D. Gelfand, *Imagination in confinement: women's writings from French prisons* (Ithaca, N.Y. e Londres, 1983), pp. 20-30. A posição freudiana mais antiga, de recusar a agressividade feminina, pode ser encontrada

em *The psychology of women*, de Helene Deutsch (Nova York, 1973; 1ª ed. 1944), vol. 1, pp. 256-7.

Margaret Ann Doody diz que o motivo e os estados de espírito são muito pouco observados em *Old Bailey sessions papers* do século XVIII. Ela sugere que esses documentos refletem um momento de transição entre as perturbações espirituais como motivos de crimes no século XVII e as explicações científicas do século XIX ("Those eyes are made so killing" [n. 7 da Introdução], p. 64).

Segundo Margaret Ann Doody, o motivo e os estados de espírito quase não são considerados em *Old Bailey sessions papers*, do século XVIII. Ela sugere que esses documentos refletem um momento de transição entre as perturbações espirituais como motivos de crimes no século XVII e as explicações do século XIX ("Those eyes are made so killing" [n. 7 da Introdução], p.64).

14. AN, JJ237, 1r, carta de remissão datada de junho de 1524, para Marguerite Panete, de uma aldeia no Bourbonnais ("emeue et irritée" [alterada e irritada]); JJ253B, 60r-v, carta de remissão datada de junho de 1540, para Monde Millete de Lyon ("emeue et rechauffée" [alterada e acalorada]); "não sabia o que estava fazendo").

15. AN, JJ248, 137r-v, carta de remissão datada de setembro de 1535 para Françoise Pounet, da aldeia de Beaumont, no Maine ("toute emeue et eschaufée" [totalmente alterada e acalorada]); JJ247, 138v-139r, carta de remissão datada de Paris, 1534, para Marguerite Petit, de Paris ("perturbée et de collere" [perturbada e encolerizada]); JJ 257 C, 7v-8r, carta de remissão datada de janeiro de 1546-7 para Bonne Cessier de Choqueuse ("en la collere", "seulement pour le corriger" [encolerizada, apenas para corrigi-lo]).

16. AN, JJ236, 332v-334r, carta de remissão datada de janeiro de 1523/24, para Vidalle Bayonne, pelo homicídio de Catherine Bonnemente. AN, JJ258B, 122v-123r, carta de remissão datada de outubro de 1548, para Jean Bourriau, farmacêutico comercial em Tours, pelo homicídio de sua mulher e do comerciante Jean Estienne, amante dela. Um cirurgião de província chamado Claude Bousture matou sua esposa durante uma briga que começou, disse ele, porque ela o chamou de "ciumento", o que ele negou que fosse (JJ257C, 53v-54r). *Tiers livre*, de Rabelais, cap. 28, sobre Hans Carvel, e cap. 33, sobre homens casados prestando serviços à deusa Ciúme (in *Oeuvres complètes* (n. 83 do cap. 1], pp. 432-3, 449-50). E compare o desenlace do *Otelo*, de Shakespeare, no ato III, cena 3, quando Iago o faz sentir ciúme.

17. AN, JJ257C, 111r-112r, carta de remissão datada de abril de 1546/47, antes da Páscoa, para Jeanne de Francastel, viúva, pelo homicídio de Guillemette Pasquiere, filha do lavrador Antoine Pasquier e de sua esposa lavadeira.

18. AN, JJ236, 687r-689r, carta de remissão datada de novembro de 1524, para Jeanne, viúva de Étienne Mayet, de Montbazon na Touraine, em relação ao homicídio de Jean Muye, genro dela.

19. *Renaissance notion of woman*, de Maclean, pp. 78-9; *Histoire du droit privé*, de Paul Ourliac e J. de Malafosse, 2ª ed., 3 vols. (Paris, 1971), vol. 3, pp. 135-6. Sobre a petição da esposa sujeitada, ver "La criminalité familiale dans le ressort du Parlement de Toulouse", de Nicole Castan, in *Crimes et criminalité en France, 17e-18e siècles*, de A. Abbiateci et al. (*Cahiers des Annales*, 33; Paris, 1971), pp. 91-107. Essa petição parece ter sido usada mais sistematicamente na defesa inglesa do que na francesa (ver "Women on top", de N. Z. Davis, p. 146 e n. 39, e principalmente *Crime and the courts*, de Beattie [n. 125 do cap. 2], p. 414). O único exemplo que encontrei de uma mulher usando a defesa da sujeição é o da camponesa Jeanne Domecourt, acusada da impostura de Charlotte Lebel a fim de adquirir a herança de um feudo. Ela explicou em sua carta de remissão de junho de 1545 que quando jovem havia se tornado criada e concubina de um padre de Saint Quentin, que o esquema todo fora idéia dele, e que não tinha o direito de desobedecer a ele ("estand lors sa servante et concubine et auquel elle ne pourroit bonnement desobeyr" [sendo, então, sua criada e concubina, ao qual ela não podia realmente desobedecer]. A carta usava também a fórmula "la fragilité de sexe feminin" [a fragilidade do sexo feminino], acrescentando que ela estava em "puissance" [poder] de seu patrão. O Parlamento de Paris ratificou sua carta e determinou que o padre fosse julgado (AN, X^{2A} 98, 31r-36r, 6 de abril de 1545/46).

20. AN. JJ238, 23r-24v, carta de remissão datada de janeiro de 1524/25, para Louis Desmaroys, moleiro de cerca de 21 anos de idade, e sua mulher Jacquette, de cerca de dezesseis ou dezessete anos, moradores de Orléans, por retirar seu testemunho sobre um invasor da casa de seu senhor. JJ258B, 39v-40r, carta de remissão datada de junho de 1548, para Michel Alin e Maria Picart, sua esposa, "pauvres gens de labeur" [pobre gente trabalhadora], de cerca de quarenta anos de idade, moradores da aldeia de Villefleur em Dunois, pelo homicídio de Jean Alain. Outros exemplos de petições tanto de marido como de mulher: JJ237, 5r-v, carta de remissão datada de setembro de 1524, para Étienne Aport e sua esposa (não nomeada), "simples gens de village" [gente simples de aldeia], pelo assassinato do irmão de Étienne em uma briga por causa da maneira como estavam tratando a mãe; JJ249B, 118r-v, carta de remissão datada de outubro de 1536, para o carpinteiro Gilles Gallart e sua mulher Mathurine Ginault, moradores de uma aldeia na região de La Rochelle, pelo homicídio de uma mulher que insultara Mathurine; JJ258B, 73v-75r, carta de remissão datada de julho de 1548, para Jean de la Ruelle, sargento de Ribemont na Picardia, e sua mulher Bonne Bougin, pelo homicídio do genro dela (casado com a filha dela do primeiro casamento) numa disputa de propriedade; JJ258B, 135r, carta de remissão datada de novembro de 1548, para Perrine Chicherelle e seu marido Pierre Le Compte, ourives de Nantes, pelo homicídio de um fabricante de armários que estava tentando matar outra mulher.

Um jovem barbeiro de Angers começou sua remissão com uma "censura materna". Sua mãe reclamou com ele dos maus-tratos que sofria da parte de seu padrasto por causa de uma mulher de má fama que ele estava sustentando, e pediu ao filho para ir assustar a "paillarde" [amante], afastando-a de seu marido. Ele não encontrou a mulher, mas acabou matando um homem na casa onde estava procurando por ela (JJ238, 63r-64r, carta de remissão datada de abril de 1524/25, para François Bachelier de Angers). Seria interessante ver como ele construiria o papel da mãe nesse caso se a vítima tivesse sido a "paillarde".

21. As porcentagens seguintes sobre a presença de mulheres entre os processos de homicídio são dadas apenas porque são sugestivas, pois os estudos abrangem diversos períodos e jurisdições, e alguns incluem infanticídio ao lado de homicídios, outros não. *Society and homicide in thirteenth-century England*, de Jean Buchanan Given (Stanford, Calif., 1977), pp. 134-6: 8,6%. "The female felon in fourteenth-century England", de Barbara Hanawalt, in *Viator*, 5 (1974): 257 e apêndice 1: 7,3%. "La justice criminelle rendue par le Parlement de Paris sous le règne de François Ier" de Schnapper (n. 23 do cap. 1), p. 271, tabela 7: 11,7%, inclusive infanticídios. "Etudes par sondage de la criminalité dans le bailliage du Pont de l'Arche (16e-17e s.)", de B. Boutelet, *Annales de Normandie*, 12 (1962): 249: "La criminalité féminine est mince au XVIIe siècle comme au XVIIIe siècle; elle reste dans le rapport de 1/8 environ masculine" [A criminalidade feminina é tão ligeira no século XVII como no XVIII; ela fica em torno de 1/8 da masculina]. "Recherches sur la criminalité à Paris dans la seconde moitié du XVIIIe siècle", de Porphyre Petrovitch, in *Crimes et criminalité*, de Abbiateci et al., pp. 234-5. *Crime and the courts in England, 1660-1800*, de Beattie, p. 83, tabela 3.1, p. 97: as mulheres compõem 9% dos condenados por homicídio nas sessões de tribunal de Surrey, mas quando se acrescentam a todos os homicídios a ocultação de nascimento e provável infanticídio (pp. 113-6 e tabela 3.6), sobem para 23%. Nicole Castan faz um retrato detalhado das criminosas do século XVIII e início do século XIX em Languedoc e também dá informações sobre outras jurisdições em *Criminels de Languedoc* (n. 43 do cap. 1), pp. 25-36. Suas tabelas de criminalidade feminina mostram a porcentagem de crimes femininos entre *todos* os crimes, incluindo roubo, violência e outros; a porcentagem para o período de 1760 a 1790 varia, de acordo com a região, de 8,1% a 22,9%. De volta à primeira metade do século XVI em Arras, Robert Muchembled descobriu que apenas menos que 15% de *todos* os crimes julgados haviam sido cometidos por mulheres (*Popular culture and elite culture in France, 1400-1750*, trad. [para o inglês] Lydia Cochrane [Baton Rouge e Londres, 1985], p. 119).

A porcentagem de mulheres acusadas de diversas formas de homicídio nos Estados Unidos em final da década de 1950 até meados da de 1970 foi de cerca de 15% a 16%. *Women and crime*, de Rita James Simon (Lexington, Mass., 1975), p.

40, tabela 4-5; *Women, crime and the criminal justice system*, de Lee Bowker (Lexington, Mass., 1978), p. 5, tabela 1-1; ver tabelas 1-2 e 1-3 para as variáveis dos estados um a um. Na França, a porcentagem de assassinatos cometidos por mulheres era de 11% em 1955, 8% em 1960, 15% em 1965, e 12% em 1972 (ibidem, p. 263, tabela 9-1). Uma revisão crítica da literatura para o período contemporâneo pode ser encontrada em "Women and crime: the female offender", de Meda Chesney-Lind, in *Signs*, 12 (outono de 1986): 78-96.

22. Certos registros da série JJ foram examinados do começo ao fim, de remissão em remissão, simplesmente procurando por mulheres: JJ236, 237, 238, 245B, 247, 249B, 253B, 255B, 256B, 256C, 257B, 257C, 258B, 260B, 265, 266. Das 4189 cartas desses volumes, encontrei apenas 37 mulheres recebendo remissão em 35 cartas diversas. Posso ter deixado passar alguma, mas mesmo assim o número não é alto. (Foram encontradas mais cinco requerentes em registros que não foram pesquisados página por página em busca de remissões de mulheres, subindo assim o total para 42.) Os números da Conciergerie de Paris são do APP, A^B1-A^B6 (ver cap. 2, n. 63). Não havia mulheres entre os receptores de quarenta cartas de remissão ratificadas pela magistratura de Agen no século XVII ("Les rituels de l'agression", de Hanlon [n. 4 da Introdução] e carta particular de 21 de agosto de 1986), tampouco entre as 21 cartas ratificadas pelo Parlamento de Navarre de 1752 a 1784 ("La grâce royale", de Desplat [n. 4 da Introdução]).

Na Inglaterra a situação dos perdões concedidos a mulheres era bem diferente da francesa: dos 495 perdões por crimes dados a pessoas presas no Home Circuit durante o reinado de Isabel I, cerca de um quarto foi para mulheres. Algumas tiveram seus castigos protelados antes devido a gravidez, e isso depois foi ampliado para um perdão (*Calendar of Assize records*, de Cockburn [n. 124 do cap. 2], pp. 121-3, 128, e apêndice 8). As mulheres também foram favorecidas nos perdões do século XVIII na Inglaterra (*Crime and the courts*, de Beattie, p. 438). Para explicar essa diferença é preciso enfatizar que os perdões na Inglaterra eram atribuídos a uma gama de crimes mais ampla do que na França, muitos deles dados a casos de roubo e outros crimes de propriedade.

23. Pode ser que mais mulheres do que homens acusados de homicídio tenham sido absolvidas ou recebido castigos menores pelas cortes ou por recurso, e portanto os pedidos de remissão não eram necessários. Cockburn considera as cortes inglesas mais indulgentes ao lidar com mulheres acusadas de crimes graves do que com homens (*Calendar of Assize records*, p. 114); um estudo como esse sobre a França do século XVI seria muito útil.

24. "Décriminalisation de la sorcellerie", de Alfred Soman (n. 62 do cap. 1), principalmente pp. 188-96: das 265 pessoas que apelaram de sentenças de morte por bruxaria ao Parlamento de Paris entre 1540 e 1587, 12,1% foram condenadas à morte, 34,3% foram soltas e 34,3% foram condenadas à tortura para ver se con-

fessavam. Deste último grupo, praticamente todas passaram pela tortura sem fazer confissões que levassem à pena de morte. Ver também *The formation of a provincial nobility: the magistrates of the Parlement of Rouen, 1494-1610*, de Jonathan Dewald (Princeton, NJ, 1980), p. 320, para um relato sobre os apelos ao Parlamento de Rouen de vinte casos de bruxaria: sete executadas, duas soltas, o restante com sentenças menores.

25. AN, JJ261B, 96r-97r, carta de remissão datada de março de 1551/52, para Anne Bachet, comerciante de Lyon, sua esposa Claudine Troignat, sua sogra e seu genro, pelo homicídio de Philiberte Guillon, que acusaram de ter enfeitiçado o filhinho de Bachet e se recusado a suspender o feitiço. Ver a remissão para Pierre Marion descrita no cap. 1 e as remissões descritas abaixo e na n. 63 deste capítulo. Soman dá muitos exemplos de bruxas linchadas ("Décriminalisation de la sorcellerie", pp. 180-5).

26. Ver *Crime and the courts*, de Beattie, p. 113 n. 84, sobre a utilidade de um amplo estudo legal para distinguir o homicídio de recém-nascidos ou com menos de poucas semanas de vida de outras formas de homicídio de crianças. Para o propósito das histórias de perdão, é também importante distinguir três categorias: o homicídio de recém-nascidos; o assassinato de crianças de peito por "cobertura", isto é, sufocadas no sono; e outros tipos de assassinatos de crianças acima de oito ou nove anos de idade. O primeiro tipo é diferenciado do segundo na *Summa*, de Jean Benedicti (*Somme des Pechez*, livro 2, cap. 4, p. 109), sendo ambos pecados mortais, mas o primeiro censurado mais seriamente; o primeiro tipo é assunto de legislação real especial de fevereiro de 1556/57, como vimos; e as penas do primeiro e do segundo tipos têm histórias diferentes, sendo o assassinato de recém-nascidos considerado crime capital que durante séculos gerou pedidos de remissão, e o sufocamento de crianças de peito na cama recebendo sempre penas mais leves. O estudo essencial de Yves-B. Brissaud, "L'infanticide à la fin du Moyen Âge, ses motivations psychologiques et sa répression", in *Revue historique de droit français et étranger*, 50 (1972): 229-56, é baseado em cartas de remissão e ocupa-se apenas do assassinato de recém-nascidos. As remissões da terceira categoria foram atribuídas sempre que era possível alegar que a morte fora acidental (AN, X2B 106, 18 de fevereiro de 1580; ADR, BP444, 212v-215v, carta de remissão datada de novembro de 1558, para Jean Bas, alcunhado Grandes, barqueiro de Lyon, pelo assassinato acidental do filho de três ou quatro anos de outro barqueiro).

Para importantes estudos especialmente dedicados ao sufocamento de bebês de peito, ver "Infanticide in Florence: new sources and first results", de Richard C. Trexler, in *History of Childhood Quarterly*, 1 (1973): 98-116; "Infanticide in the province of Canterbury during the fifteenth century", de Richard Helmholz, in *History of Childhood Quarterly*, 2 (1975): 380-90. Para um estudo do infanticídio que contenha material sobre o homicídio de crianças até a idade de oito anos, ver *Murdering mothers: infanticide in England and New England, 1558-1803*, de Peter C. Hoffer e N. E. H. Hull (Nova York e Londres, 1981).

27. Sobre o infanticídio e sua remissão no período medieval, ver o excelente artigo de Brissaud, "L'infanticide à la fin du Moyen Âge", especialmente pp. 235-41. *Recueil des documents concernant le Poitou*, de Guérin, vol. 11 (n. 6 do cap. 2), pp. 334-7 (JJ197, 142v), 343-6 (JJ197, 140r), 86-9 (JJ200,72r). *Recueil des documents concernant le Poitou*, de Paul Guérin e Léonce Celier, vol. 12 (para 1475-83), vol. 41 dos *Archives historiques du Poitou* (1919), pp. 148-50 (JJ206, 229v), 296-7 JJ205, 181v), 240-1 (JJ205, 59r).

28. *Gedenkbuch*, de Philippe de Vigneulles (n. 75 do cap. 1), pp. 124, 144-5, 291-2. Sobre o endurecimento do sentimento relativo ao infanticídio em Flandres no final do século XV, ver "The condition of women in Flanders and Brabant at the end of the Middle Ages", de Myriam Greilsammer (Dissertação de doutoramento, Hebrew University of Jerusalem, 1984), pp. 490-515.

29. *Le grand Parangon des nouvelles nouvelles*, de Nicolas de Troyes (n. 75 do cap. 1), nº 32, pp. 92-5. *Nicolas de Troyes*, de Kasprzyk (n. 75 do cap. 1), p. 86.

30. *Recueil général*, Isambert (ed.) (n. 13 do cap. 1), vol. 13, pp. 471-3: edito de fevereiro de 1556/57, registrado pelo Parlamento de Paris em 4 de março de 1556/57 e repelido em 1791. Para um endurecimento da lei semelhante a esse na Inglaterra da primeira metade do século XVI, ver *Murdering mothers*, de Hoffer e Hull, pp. 6-20. Isso culminou com um estatuto de 1624 (pp. 19-20) muito semelhante ao francês, que tornava a ocultação de nascimento prova presumida de assassinato. A diferença é que se limitava a mães não casadas, enquanto a lei francesa se aplicava a "toute femme" [todas as mulheres]. No século XVIII, as cortes inglesas começaram a tomar uma "linha mais suave" em relação ao infanticídio e diminuíram as prisões efetuadas segundo o estatuto de 1624 (*Crime and the courts*, de Beattie, pp. 118-24). Mais uma vez um assunto que aguarda tratamento mais completo no caso da França.

31. O registro mais antigo que examinei na série JJ é de 1523 (JJ236; para uma lista completa dos registros em que foram pesquisadas cartas de remissão de mulheres, ver a n. 22 deste capítulo). A publicação de todas as cartas de remissão referentes ao Poitou, por Paul Guérin e Léonce Celier, vai até 1502 (*Recueil de documents concernant le Poitou*, de Léonce Celier, vol. 14 [para 1486-1502], vol. 56 dos *Archives historiques du Poitou* [1958]). O último perdão concedido a um infanticídio na série Poitou é de janeiro de 1478/79, carta de remissão para Marguerite Moricelle, de Louin, JJ205, 59r (*Recueil des documents concernant le Poitou*, de Paul Guérin e Léonce Celier, vol. 12, pp. 240-1; ver também pp. 148-50 para uma remissão de fevereiro de 1476/77 concedida a pai e filho que, "para preservar a honra" da filha da família, abandonaram seu bebê recém-nascido em um asilo, onde foi encontrado morto).

As notas de Bernard Schnapper acerca de dezoito infanticídios (treze assassinatos de recém-nascidos, dois abortos, três não especificados), cujos recursos

foram julgados no Parlamento de Paris em 1536 e 1546: "Il est étrange de constater qu'aucun des infanticides que j'ai relevés n'a donné lieu à lettre de rémission" [É estranho constatar que nenhum dos infanticídios que levantei deu lugar a uma carta de remissão]. Ele sugere que a "indulgência" do Parlamento (algumas mulheres que tinham vindo de jurisdições menores com penas de morte acabaram recebendo nada mais que penas de açoite e banimento) tornava desnecessário as mulheres pedirem cartas de remissão — e com isso o perdão da pena — pelo assassinato involuntário de outros tipos de casos que não o infanticídio.

32. Ver o preâmbulo ao edito de fevereiro de 1556/57 contra a ocultação de gravidez para uma descrição das dificuldades que as cortes enfrentavam para lidar com casos de infanticídio (*Recueil général*, de Isambert, vol. 13, p. 472), "Les procès de sorcellerie au Parlement de Paris (1565-1640)", de Alfred Soman, *Annales, E.S.C.*, 32 (1977): 797, figs. 3 e 4: em uma amostragem de mais de duzentos casos de infanticídio, dois terços das mulheres que apelaram foram condenadas à morte. "La justice criminelle", de Schnapper, p. 21, tabela 8: dos dezoito casos de infanticídio ou aborto que apresentaram recurso ao Parlamento de Paris em 1536 e 1546, treze recorriam de penas de morte e cinco de sentenças de tortura. O Parlamento decretou oito sentenças de morte, três de tortura para ver se a acusada confessava e seis açoitamentos seguidos de banimento. Um exemplo de uma das sentenças reduzidas é o caso de Didiere, mulher de Ennoy Bazard, moradora da aldeia de Longprez, no Nivernais. Condenada pelo prior local a ser enforcada pelo "homicide par elle commis à ung sien enfant nouveau neäy" [homicídio por ela cometido a um filho seu recém-nascido] e ao confisco de todos os bens pela duquesa de Nivernais, ela apelou ao Parlamento de Paris. O Parlamento determinou que fosse interrogada sob tortura "para saber por ela própria se a criança estava viva quando nasceu"; ela se ateve à história do natimorto. Seu recurso foi negado mesmo assim, mas sua sentença foi reduzida a ser espancada na encruzilhada de Longprez por três dias e depois banida da senhoria de Longprez para sempre (AN, X^{2A} 98, 167r, 12 de maio de 1546).

Ver também *The formation of a provincial nobility: the magistrates of the Parlement of Rouen, 1499-1610*, de Jonathan Dewald (Princeton, NJ, 1980), p. 320. O Parlamento de Rouen foi mais duro que o de Paris nessa questão: dos vinte recursos de infanticídio examinados de uma amostragem de vinte anos, dezoito foram executados; Dewald considerou o Parlamento de Rouen mais severo no julgamento do infanticídio do que de qualquer outro crime, inclusive bruxaria. Ver adiante discussão em "The 'perfect magistrate': Parlementaires and crime in sixteenth-century Rouen", in *Archive for Reformation History*, 67 (1976): 284-300.

Alfred Soman contou-me uma excepcional e notável remissão de infanticídio durante o reinado de Luís XIII. Em janeiro de 1613, o rei de onze anos de idade estava voltando de uma caçada quando uma criada, que estava sendo levada para a Conciergerie de Paris, atirou-se a seus pés pedindo graça. Ela havia sido condenada à morte por infanticídio em Senlis e estava recorrendo da sentença ao Parlamento de Paris, insistindo em que a criança era natimorta e já estava morta quando uma vizinha chegou. Profundamente emocionado e observando que não havia provas de que a criança fora morta pela jovem mãe, o rei convenceu a rainha-mãe a dar-lhe sua graça. Isso foi feito, e a carta foi ratificada pelo Parlamento em março de 1613 (carta de 17 de fevereiro de 1987, transcrevendo BN, ms. fr. 4024, 275v°APP, A^{B}21, 32v; AN, XD^{2A} 975, 7 de março de 1613; X^{2A} 184, 7 de março de 1613).

33. *Commentaires... exposans les dis commandemens*, de Cotreau (n. 45 do cap. 1). 172v: "La femme desbordée fait mourir le fruict de son ventre" [A mulher perturbada faz morrer o fruto de seu ventre]. *Somme des Pechez*, de Benedicti, livro 2, cap. 4, p. 109: "Helas que sera ce de ces mal-heureses femmes lesquelles apres avoir abandonné leur pudicité aus ruffiens viennent à desfaire leur propre fruit por eviter le deshonneur du monde" [Oh, o que será dessas mulheres infelizes que depois de ter abandonado seu pudor aos rufiões vêm a se desfazer do próprio fruto para evitar a desonra do mundo]. *Les larmes de repentance d'une jeune fille prisionniere, dans les prisons de Lyon, que a pery son fruict* [As lágrimas de arrependimento de uma jovem prisioneira nas prisões de Lyon que destruiu seu fruto] (Lyon, Pierre Roussin, 1606). *Discours pitoyable, sur la mort d'une demoiselle, âgée de quinze à seize ans, executée das la ville de Mantouë, le samedy sixiesme jour de mars, 1599. Avec les regrets qu'elle fait avant sa morte* [Discurso lamentável sobre a morte de uma jovem de quinze ou dezesseis anos, executada na cidade de Mântua no sábado, sexto dia de março de 1599] (*suyvant la coppie imprimé à Paris, 1599*) [segundo a cópia impressa em Paris em 1599]. Seguin indica uma edição do mesmo panfleto com a execução ocorrendo em Pádua em setembro de 1607 (*L'information en France* [n. 93 do cap. 2), p. 71, nº 15). A legislação inglesa também enfatizava a "lubricidade" de seus alvos (*Murdering mothers*, de Hoffer e Hull, p. 22).

Sobre o aumento da ação religiosa e civil contra o comportamento sexual ilícito no começo do século XVI, ver *Les amours paysannes*, Jean-Louis Flandrin (ed.) (Paris, 1975), pp. 207-15, e *Popular culture*, de Robert Muchembled, pp. 172, 192.

34. AN, X^{2B} 106, carta de remissão datada de fevereiro de 1580, para Marie de Soullier, criada de vinte anos de idade em Bonny-sur-Loire, ratificada em 18 de fevereiro de 1580. JJ249B, 65r, carta de remissão datada de abril 1535/36, para Suzanne Mathieu Legrande, fabricante de lençóis de 29 anos de idade, esposa de um pedreiro, os dois acusados de "chargez de petits enfans" [carregar crianciñhas]. De 42 mulheres envolvidas em 39 cartas de remissão em JJ, X^{2A} e X^{2B}, uma era solteira, uma era concubina, 24 eram casadas, quinze viúvas, e uma tinha estado

civil desconhecido. A idade precisa foi fornecida em dezenove casos: a média de idade era de trinta anos.

35. Sobre os altos contatos legais de Marie Quatrelivres, ver cap, 2, n. 68.

36. AN, JJ247, 166r, carta de remissão datada de novembro de 1534, para Nicole, viúva de Lorin Lamer, de uma aldeia no Vermandois, pelo homicídio de seu criado Louis Boutier, com a condição de que pagasse dez libras de orações a Deus, cem soldos para os "pauvres mendians" [pobres mendigos] de Paris e cem soldos para as "filles penitentes", isto é, as prostitutas recuperadas de Paris. JJ255B, 56r-v, carta de remissão datada de maio de 1541, para Antoinette, viúva de Étienne Beauvois, de sessenta anos de idade e criada de um padre da diocese de Troyes.

37. Sobre a autodefinição da mulher no século XVI, ver "Women in the crafts in sixteenth-century Lyon", de N. Z. Davis, in *Feminist Studies*, 8, nº 1 (primavera de 1982): 46-80.

38. *Les evangiles des quenouilles*, Madeleine Jeay (ed.) (Paris e Montreal, 1985), "Introdução", pp. 27 e 79. Ver também a n. 43 do cap. 1 sobre mulheres que fazem canções sobre as esquisitices dos vizinhos. Sobre mulheres como "narradoras" privilegiadas de contos de fadas, ver o ensaio de Karen Rowe, "To spin a yarn: the female voice in floklore and fairy tale", in *Fairy tales and society: illusion, allusion and paradigm*, Ruth B. Bottigheimer (ed.) (Filadélfia, 1986), pp. 54-74.

39. *Autobiographie*, de Platter (n. 76 do cap. 1), pp. 20-1, informação familiar, parte vinda de sua mãe. "La généalogie de Messieurs du Laurens", de Jeanne du Laurens, in *Une famille au XVe siècle d'après des documents originaux*, de Charles de Ribbe, 3ª ed. (Paris, 1879), pp. 35-99. Para uma discussão mais completa sobre o gênero história familiar, ver "Ghosts, kin and progeny", de N. Z. Davies (n. 43 do cap. 1), especialmente pp. 96-100, e "Gender and genre: women as historical writers, 1400-1820", in *Beyond their sex: Learned women of the European past*, de Patricia Labalame (ed.) (Nova York e Londres, 1980), especialmente pp. 161-5.

40. *Somme des Pechez*, de Benedicti, livro 4, cap. 5, pp. 647-8. *Arrest memorable du Parlement de Tholose. Contenant une histoire prodigieuse d'un supposé mary, advenuë de nostre temps*, de Jean de Coras (Paris, Galliot du Pré, 1572), p. 21; *Return of Martin Guerre*, de Davis (n. 24 do cap. 1), pp. 68-9. *Life*, de Cellini (n. 77 do cap. 2), p. 313.

41. AN. JJ248, 137r-v, carta de remissão datada de setembro de 1525, para Françoise Punet, viúva de 35 anos de idade mais ou menos, com dois filhos, criada de uma família camponesa em Maine. Uma estranha observação sobre sua reputação sugere outro lapso na história de Pounet: ela sempre viveu "decentemente" etc., mas diz que tinha tanto medo dos soldados na vizinhança que não sabia o que estava fazendo e por causa disso "podia ter má reputação e as pessoas dizerem que se portava mal".

42. AN, JJ238, 240v-241r, carta de remissão datada de dezembro de 1525, para Claudine, mulher de Jean Fouyn, trabalhador de Courtenay, uma aldeia na magistratura de Sens, pelo homicídio de Michau, o "varlet" [criado] de seu marido.

43. *Cent nouvelles nouvelles*, de Philippe de Vigneulles (n. 46 do cap. 1), nº 40, pp. 183-5. Ver também *Serées*, de Bouchet (n. 89 do cap. 2), *Quatriesme serée*, vol. 1, pp. 136-7: "Vous sçavez [...] que les masques ont de grands privileges [...] et [...] bien souvents soubs l'ombre et nome de masque, il se fait des marchez bien cornus". [Você sabe (...) que as máscaras gozam de grandes privilégios (...) e (...) muitas vezes, sob a sombra e o nome de máscara, acontecem coisas bem cabeludas].

44. *City of ladies*, de Christine de Pizan, livro 1, cap. 10, p. 26. *Recueil de poésies françoises des 15e et 16e siècles*, de Anatole de Montaiglon, 13 vols. (Paris, 1855-78), vol. 6, pp. 171-8, "La vengeance des femmes contre leurs maris à cause de l'abolition des tavernes" (Paris, Étienne Denise, 1557); pp. 179-89, "Le plaisant Quaquet et resjuyssance des femmes pour ce que leurs maris n'yvrognent plus en la taverne"; vol. 2, pp. 223-9, "La reformation des tavernes et destruction de Gormandise, en forme de dialogue". *Le grand Parangon des nouvelles nouvelles* de Nicolas de Troyes, nº 105, pp. 215-8, uma alegre história sobre duas boas mulheres que se embebedam de vinho. *Serées*, de Bouchet, *Première serée*, vol. 1, pp. 13-6, o grupo debate se as mulheres ficam tão bêbadas quanto os homens. *Somme des Pechez*, de Benedicti, livro 4, cap. 13, p. 370: "Quanto ao pecado [de embebedar-se] é ainda mais indecente em mulheres do que em homens, pois aquela que é *'prise de vin'* fica exposta a muitos perigos". *Discours veritable de Toussaint Letra, lequel a esté bruslé tout vif dans la Ville d'Aix le 26 d'aoust 1618 pour avoir violé sa fille* [Discurso verdadeiro de Toussaint Letra, o qual foi queimado vivo na cidade de Aix em 26 de agosto de 1618 por haver violado sua filha] (Lyon, François Yvrard, 1618).

45. AN, JJ257C, 135v, carta de remissão datada de maio de 1547, para Jérôme Turpin, tecelão de Lyon, pelo homicídio de sua mulher Anne Destroit. Turpin havia sido convidado a um jantar rural por uma mulher e deixara para trás sua esposa. Ele não comenta a razão por que ela ficou tão zangada quando ele voltou para casa. Outra briga durante a preparação da comida: JJ248, 11v-12v, carta de remissão datada de janeiro de 1534/35, para Pierre Guillot, camponês de Orléanais, pelo homicídio de sua mulher, que se recusou a preparar a comida para ele e seu carreteiro, quando voltaram de uma longa manhã de trabalho fazendo seus serviços costumeiros.

46. AN, JJ253B, 118v, carta de remissão datada de outubro de 1540, para Bonne Goberde, de Arnay-sous-Vitteaux, pelo homicídio de seu marido. Ver o Apêndice A para a transcrição desse texto em francês.

47. AN, JJ257C, 6r-v, carta de remissão datada de janeiro de 1546/47, para Jeanne Regnart, viúva de Jean Foucart, trabalhador de uma aldeia perto de Coucy na Picardia.

48. AN, JJ258B, 110v, carta de remissão datada de setembro de 1548, para Barbe Milly, esposa de um trabalhador de Jully-le-Château (hoje Jully-sur-Sarce), em Champagne, pelo homicídio de Michel Motin, que estava carregando sua carroça com os bens da mãe viúva. JJ258B, 73v-75r, carta de remissão datada de julho de 1548, para Jean de la Ruelle e sua mulher Bonne Bougin, plantadores de Ribemont na Picardia, pelo homicídio do genro de Bonne, Charles Poirier (casado com sua filha do primeiro casamento), numa briga por causa da propriedade que Bonne havia deixado que ele usasse como "oeuvre de charité" [obra de caridade], e que o jovem casal resolveu "usurpar", alegando que a filha a havia herdado de seu finado pai. Essa carta foi contestada pelos filhos de Poirier, e, dois anos depois, o casal, ainda preso, obteve outra carta de remissão (JJ260B, 45r-v); aí Poirier não é mais mencionado como genro deles, e sim como homem "de mauvais gouvernement" [homem de má conduta] que tomou como sua uma propriedade à qual não tinha nenhum direito a partir do momento em que Bonne (ou Peronne, como é chamada nessa carta) contraiu o segundo casamento.

JJ247, 127r-v, carta de remissão datada de setembro de 1534, para Jeanne, mulher do sargento Jean Galzy, e Katherine Reberbelle, uma viúva de 25 anos, de Saint Victor, na Rouergue, pelo homicídio de um jovem aldeão que as duas acreditavam ter roubado seus pertences, inclusive a camisa do marido de Jeanne. JJ257C, 7v-8r, carta de remissão datada de janeiro de 1546/47, para Bonne Cessier, viúva, pelo homicídio de seu filho Jean Hommart, taverneiro, que dizia que ela e seu irmão, um padre, o haviam privado de sua herança. Quando ele começou a forçar a entrada na casa dela, dizendo que tinha direito a isso, ela o pegou pelos cabelos e orelhas e bateu nele com sua bengala "com raiva [...] apenas para corrigir".

49. AN, JJ249A, 40v-43r, carta de remissão datada de setembro de 1536, para Étienne Mechault, carpinteiro e fabricante de armários de Lyon, por ferir sua mulher Anne Fantier e matar seu amante Jean Danjou; ele inicia a narrativa contando como Danjou chegou de Paris a Lyon três semanas antes e começou a freqüentar sua mulher. Disse que atacou os dois no ato em 20 de setembro, ao voltar de trabalhos avulsos pela cidade; a remissão foi assinada poucos dias depois. Não se sabe se Anne sobreviveu ou morreu. JJ256C, 30r, carta de remissão datada de abril de 1543/44, para Antoine Vigier, alcunhado Le Blanc, caldereiro de Freix-Anglards em Auvergne, pelo homicídio de sua segunda mulher, Antoinette de Coue, de dezesseis a dezoito anos de idade. Ele a tinha proibido de andar com Michel Messergnolles; em janeiro os dois brigaram porque ela viu o moço e ele a agrediu "em fúria e em *chaude colle*" com uma espada.

O relato de Jean Bourriau, farmacêutico comercial de Tours, se inicia com ele convidando a irmã da esposa e seu marido e a esposa de outro vizinho para jantar e "se alegrarem juntos". A esposa se escusa depois de sussurrar um recado à filha, de que tem de se aliviar ("aller a ses affaires"). Como fica muito tempo longe, ele vai atrás dela, desconfia de uma porta fechada, arromba-a e descobre a mulher "cometendo o ato imodesto" com o comerciante Jean Estienne, "embora ele tivesse lhe proibido anteriormente a companhia dele". "Troublé en son esprit" [perturbado em seu espírito], ele matou os dois (JJ258B, 122v-123r, outubro de 1548). O assassinato da esposa de Jean Manigault, cometido por ele, é um conto de Noite de Reis. Camponês de sessenta anos de idade de Fontaine-Chaalis, abre o texto com a alegria de estarem bebendo na Noite de Reis em casa de seu filho, mas então ele saiu e se embebedou sozinho. Ao voltar para casa, encontrou um homem com sua mulher e a matou (JJ236, 480v-482r, abril de 1524).

50. AN, JJ252,112v-113r, carta de remissão datada de julho de 1537, para Simon Guy, barbeiro e cirurgião de Lyon, pelo homicídio de sua mulher, Benoîte Benique.

51. *Journal*, de L'Estoile (n. 57 do cap. 2), pp. 151-2 (setembro de 1577), 217 (maio de 1579). Infelizmente, a carta de remissão de Villequier não foi encontrada nos registros parlamentares, de forma que não podemos comparar sua história com a contada por L'Estoile. Como o crime foi cometido no castelo de Poitiers durante a estada do rei ali, provavelmente foi julgado no local pelo prior de l'Hôtel e não pelo Parlamento de Paris. (Agradeço a Alfred Soman por seus comentários sobre a localização dos documentos de Villequier.) Correram rumores de que a esposa do Sire protestante de La Bobetière manteve relações sexuais com seu amante enquanto o marido estava preso com outros huguenotes em Lusignan, o que torna a emboscada preparada pelo marido no jardim ainda mais compreensível. Papon fala dessa sentença e execução ao discutir quando os maridos devem ou não ser perdoados pelo assassinato de uma esposa adúltera; ele fala do sire de La Bellantiere, e não de La Bobetière (*Arrests notables*, livro 22, título 9, p. 1265).

52. AN, JJ247, 138v-139r, carta de remissão datada de setembro de 1534, para Marguerite Petit, mulher de um jardineiro de Paris, por levar o filho a matar um trabalhador qualificado que visitava uma hóspede de sua casa que ela suspeitava ser uma mulher da vida. Quando ele se recusou a sair, "em grande fúria [...] como uma mulher que fala qualquer coisa sem pensar, disse, 'Traidor, proxeneta, está fazendo minha casa de bordel [...] Mate ele para mim, mate ele para mim', sem, porém, mencionar nenhum malfeito."

53. Dois homens contando como tentaram conseguir favores sexuais de mulheres se retratam começando com insultos e/ou ameaças físicas. AN, JJ259, 38r-v, carta de remissão datada de 1548, para Vincent de Saint Ayon, de 25 ou 26 anos

de idade, bacharel em Leis de Toulouse: caminhando com dois outros homens, viu umas mulheres que sabia serem "maquerelles" e disse para uma delas, "Eu te conheço muito bem, puta..." e outros insultos verbais e "fingiu que ia bater nela, sem contudo tocá-la, tencionando apenas assustá-la". JJ236, 473v-475r, carta de remissão datada de abril de 1524, para Jean Fiadet, alcunhado Garnier, trabalhador: em Pentecostes, ele foi junto com outro homem à casa de uma mulher descrita como "de vida lúbrica", e, quando ela se recusou a abrir a porta, invadiu a casa e bateu nela. Sobre estupro coletivo de jovens e humilhação de suas vítimas, ver "Prostitution, jeunesse et société dans les villes du Sud-Est au XVe siècle", de Jacques Rossiaud, *Annales. E.S.C.*, 31 (1976): 289-325.

54. AN, JJ255B, 53v, carta de remissão datada de maio de 1541, para Agnès Fauresse, mulher de Heliot Clergeon, de La Rochefoucauld. Também JJ260B, 104r, carta de remissão datada de agosto de 1550, para Marguerite Banoyre, mulher de Pierre Vallot, de Naillat, no condado de La Marche: ela estava andando na rua quando um homem da prioria de Naillat a chamou de "putain" [puta] na entrada da loja de um ferreiro. Ela o chamou de "larron" [ladrão], e, depois de trocarem outros insultos, ele a atacou com sua manga de malha metálica, e ela, sangrando e ofendida por suas palavras, o golpeou com sua pequena faca de pão.

55. Sobre a "expressão cultural *gay*" em meio ao clero medieval, ver *Christianity, social tolerance and homosexuality: gay people in Western Europe from the beginning of the Christian era*, de John Boswell (Chicago e Londres, 1980), caps. 7-9. *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324*, de Emmanuel Le Roy Ladurie (Paris, 1975), pp. 209-15, sobre o "homossexual" franciscano Arnaud de Verniolles e seus pupilos. Protestantes atacando o clero católico como sodomitas no século XVI em *Le manuel, ou instruction des curez et vicaires de l'Eglise Romaine*, [Pierre Viret] (Lyon, Claude Ravot, 1564), p. 137: "Ces vilains putiers, ie n'ose pas dire Sodomites, comme ils le sont pour le moins une grande partie" [Esses vis putinhos, não ouso dizer sodomitas, como o são, pelo menos uma grande parte]. A lei canônica contra clérigos envolvidos em atos de sodomia ficou mais forte no século XVI, principalmente com a bula papal de 1568, *Horrendum illud scelus*, discutida por Benedicti em *Somme des Pechez*, livro 2, cap. 8, pp. 148-50. Os transgressores deviam perder seus postos, ser degradados do status de clérigo, e, Benedicti diz, aprovando, "entregues à justiça secular para serem mortos pela lei secular".

56. Os muitos exemplos do uso do termo dados por Edmond Huguet em seu dicionário do uso do francês no século XVI aplicam-se todos a uma pessoa que esteja literalmente praticando atos sodomitas (*Dictionnaire de la langue française* [n. 7 do cap. 2], vol. 1, pp. 646-7). Num cuidadoso estudo de insultos constantes de casos apresentados perante o Parlamento de Paris, Alfred Soman mostra que "bougre" [sodomita] perde parte de sua especificidade em meados do século XVII. (Agradeço ao dr. Soman por me permitir ler seu ensaio inédito sobre "injúrias",

baseado no material coletado para sua *thèse d'état* em andamento, *Sorcellerie et magie devant le Parlement de Paris, 1540-1670.*)

57. AN, JJ257B, 67r-v, carta de remissão datada de maio de 1546, para Jean Le Bon, sacerdote e religioso da ordem de Fontevrault, morador de Bezu-le-Guéry, pelo homicídio de Ezan Garnier. Em outro interessante relato, o insulto sodomita é feito por uma esposa contra um comerciante piemontês, que ela sugere por seus detalhes ter intenções com seu marido: AN, JJ253B, 60r-v, carta de remissão datada de junho de 1540, para Monde Millete, mulher de Jean Odet Balle, de Lyon. Seu marido estava doente na cama e mandou chamar o comerciante Jean-François Gros para lhe prestar um serviço. Os dois eram tão bons amigos que se chamavam de "irmãos" ("frere"). Ao voltar do trabalho, o italiano ignorou a esposa e seus amigos que jantavam à mesa, foi para a cama e disse, muito baixo, "Bonsoir, frere". O marido sugeriu que ele cumprimentasse a todos; o italiano disse à mulher, "Não tenho por que cumprimentar uma vagabunda como você — *putain, paillarde*" [puta, vagabunda], e emendou que ia "cortar-lhe o nariz". "Incomodada", ela o chamou de "bougre", ele lhe deu um murro e, "ultrajada na presença do marido", ela o atacou com o lado de uma faca de mesa. Acrescente-se que os italianos eram o outro grande grupo acusado de práticas e gostos sodomitas na França.

58. *City of ladies*, de Christine de Pizan, livro 1, caps. 16-20, pp. 40-51. A imagem das amazonas pela poeta de Poitiers, Catherine des Roches, "Nous faisons la guerre / Aux Rois de la terre" ("fazemos guerra/ aos reis da terra"), é citada por Tilde Sankovitch em "Inventing authority of origin, the difficult entreprise", in *Women in the Middle Ages and the Renaissance: literary and historical perspectives*, Mary Beth Rose (ed.) (Syracuse, NY, 1986), p. 235. Ver também, "The Amazons in Elizabethan literature", de Celeste Turner Wright, in *Studies in Philology*, 37 (1940): 433-55.

59. *Propos rustiques*, de Du Fail, pp. 71-3. Sobre a palavra "vesse" [peido], Rabelais faz Pantagruel dizer: "Na minha terra nada ofende mais uma mulher do que chamá-la disso." (*Le quart livre*, cap. 9, in *Oeuvres complètes*, p. 565). Embora "vesse" seja hoje traduzida [em inglês] por "fart" [peido], "slutbag" chega mais perto do significado da palavra no século XVI. Sobre o ridículo ou a pouca importância das querelas femininas no Agenais durante o século XVI, ver "Les rituels de l'agression", de Hanlon, p. 259: "Les chocs entre femmes étaient considérés comme moins sérieux, relevant du burlesque, car elles maniaient rarement des armes, infligeaient très rarement des blessures conséquences" [Os choques entre mulheres eram considerados menos sérios, beirando o burlesco, porque elas raramente manejavam armas, muito raramente infligiam ferimentos de conseqüência]; e sobre Vivarais no século XVIII, ver "La criminalité dans le Comté de Crussol", de Mallen (n. 78 do cap. 1), p. 53, citando um homem que testemunha assim: "Il ne se

rendit pas à la voix parce qu'il fut dit que c'etait des femmes qui se battaient" [Ele não se rendeu porque lhe foi dito que eram mulheres que estavam brigando].

60. AN, JJ249B, 118r-v, carta de remissão datada de outubro de 1536, para Gilles Gallart, carpinteiro, e sua mulher Mathurine Ginault, moradores da magistratura do Grande Feudo d'Aulnoys, pelo homicídio de Jeanne Gaultiere, que insultou Mathurine com as palavras "vesse, putain, excomunniée" [vaca, puta, excomungada] e mandou que ela fosse ter com "os padres". JJ255B, 52v, carta de remissão datada de maio de 1541, para Catherine Carry, mulher de Bon Duet da aldeia de Manicamp, pelo homicídio de Comete Guillebert, que insultou a requerente e atirou excremento e um banquinho de ordenhar em cima dela. O ensaio de Alfred Soman sobre a injúria fornece a gama toda de insultos usados contra mulheres, sendo "putain" o mais comum. Nicole Castan fornece exemplos do século XVIII em *Criminels de Languedoc*, pp. 163-4.

61. AN, JJ260B, 119r-v, carta de remissão datada de setembro de 1550, para Robinette, viúva de Robinet Rubin, a serviço em uma aldeia da Normandia, pelo homicídio de Katherine, esposa de Michel Le Maire.

62. Se pensarmos em um conto de fadas como *Mélusine*, que existia editado e era contado também nos serões camponeses (*Propos rustiques*, de Du Fail, p. 37), notamos que a briga principal entre mulheres é aquela entre a mãe de Mélusine, Pressine, e suas três filhas, quando as meninas vingam os maus-tratos do pai sofridos pela mãe e são castigadas, por sua vez, por Pressine. *Mélusine*, de Jean d'Arras (baseado na edição de 1478; Paris, 1854), pp. 21-4. Em sua excelente correção de "avaliações determinadas por gênero" dos tipos e motivos dos contos folclóricos, Torborg Lundell não fala de nenhum conflito físico entre mulheres nas histórias da Europa ocidental, a não ser em relação a "mães cruéis" e o caso de Gretel empurrando a bruxa má para dentro do forno ("Gender-related Biases in the Type and Motif Indexes of Aarne and Thompson", in *Fairy tales*, de Bottingheimer, pp. 150-3). Para uma representação da violência das patroas para com seus criados, e principalmente de Sara batendo em Agar, ver "Mythes et iconographie", de Matthews Grieco, cap. 4. pp. 347-9.

63. AN, JJ256C, 30r-31r, carta de remissão datada de abril de 1543/44, para Jeanne Pasquellet, de Lyon. Para os primeiros passos deste caso, X^{2A} 89A, sentenças de 29 de abril e 14 de maio de 1540 (agradeço a Alfred Soman pela transcrição dessas duas sentenças). Uma outra história eficiente coloca duas jovens contra uma bruxa em Auvergne: JJ258B, 45r-v, carta de remissão datada de junho de 1548, para Anne Falgouze e Agnès Chavaliere, esposas de lavradores de Fayet, diocese de Clermont, pelo homicídio de Jeanne Andrade. Este relato, que se inicia em um sábado antes do Carnaval, combina os motivos de muitas mulheres. As duas estavam lavando seus lençóis num riacho quando a velha Jeanne Andrade veio atravessá-lo sobre uma prancha. Ela passara sua juventude em lubricidade e agora a velhice,

em "sorcellerie" [bruxaria]. As mulheres, devido a uma doença que tinham e por causa da morte de seis ou sete de seus filhos, nutriam a "fantaise" [fantasia] de que Andrade as havia enfeitiçado por raiva. Elas lhe pediram que desfizesse o encantamento, e quando ela "em derrisão" não respondeu e tentou fugir, as duas a espancaram e a deixaram sangrando perto do riacho. Ela morreu nove ou dez dias depois, dizem elas, talvez devido aos golpes, talvez devido à velhice. As mulheres explicaram que era costume na região bater em bruxas "para fazê-las terem medo e forçá-las a suspender o feitiço". Temendo o rigor da justiça, as mulheres fugiram. Receberam remissão, contanto que pagassem cinqüenta soldos em esmolas.

64. AN, JJ237, 1r, carta de remissão datada de junho de 1524, para Marguerite Panete, mulher de Mathieu de La Faye, de uma aldeia no Bourbonnais.

65. *Propos rustiques*, de Du Fail, p. 37, coloca "De cuir d'asnette" [Pele de Asno] como uma história contada nos serões da Bretanha. Geneviève Massignon descreve "Peau d'ane" [Pele de Asno] como "uma das mais antigas registradas no folclore francês" (*Folktales of France*, Geneviève Massignon (ed.), trad. [para o inglês] Jacqueline Hyland [Chicago e Londres, 1968], p. 274).

66. ADR, 3E540, 261v-263r. AN, X^{1A} 9215, 51r-v, 18 de setembro de 1540. *Tresor de Evonime Philiatre des Remedes Secretz* [Conrad Gesner] (Lyon, Balthazar Arnoullet, 1555). aa3v, dedicatória de Berthélemy Aneau para Simon Guy: "Eu sempre soube quão destras eram suas mãos". *Archives municipales* de Lyon, CC1174, 16v. ADR, 3E4542, primavera de 1566; 3E4062, 13 de junho de 1571.

Evidentemente, nem todos os homens perdoados se saíam tão bem quanto Simon Guy. Étienne Dolet acabá sempre se envolvendo em problemas e, depois de mais uma carta de remissão, acabou queimado por heresia em 1546. Gilles Crespin de Angers conseguiu uma carta de perdão pelo homicídio de um padre em março de 1538/39 e foi condenado à morte muitos anos depois por blasfemar contra a honra de Deus. O Parlamento de Paris rejeitou sua carta de perdão e reduziu sua pena a trabalhos forçados perpétuos (AN, X^{2A} 98, 104v-105r, 20 de abril de 1545/46). Em 1562, um sargento de Senlis estava de volta à câmara criminal do Parlamento de Paris com uma nova acusação pouco depois de uma carta de remissão ratificada ("Déliberations politiques", de Guérin [n. 10 da Introdução], pp. 22-4).

67. *Gedenkbuch*, de Philippe de Vigneulles, pp. 220-1.

68. *Histoire sanguinaire, cruelle et emerveillable, d'une femme de Cahors* (1584; n. 94 do cap. 2); *Histoire cruelle et sanguinaire: d'une femme de Cahors en Quercy, desesperee pour le mauvais gouvernement et mesnage de son mary, et pour ne pouvoir appaiser la famine de ses enfants elle massacra inhumainement ses deux enfans, et puis son mary. Avec la remonstrance qu'elle fit publiquement devant tous les assistans, sur le devoir des hommes mariez envers leurs femmes et enfans* (Lyon, François Yvrat, 1643), data de execução: 5 de abril de 1643.

69. Ver, por exemplo, a bibliografia de panfletos de crime fornecida por Seguin em *L'Information en France*, pp. 69-82, nos 5-8, 18-9, 48. *Discours tres-veritable, de deux meurtres* (n. 94 do cap. 2): um senhor mata sua esposa em fúria porque ela insiste numa separação de bens e de corpos; uma dama manda matar o marido por homens que freqüentam sua casa "par une fausse concupiscence ou auttrement" [por uma falsa concupiscência ou outra coisa]. Jean Papon incluiu vários casos de mulheres que consentiram ou ajudaram no assassinato dos maridos por seus amantes em *Arrests notables*, livro 22, título 9, pp. 1247-8. Todas as mulheres foram executadas, exceto em um caso cujo recurso foi apresentado perante o Parlamento de Bordeaux em abril de 1527. A esposa foi condenada a ser espancada em público, e a pena foi perdoada devido à Sexta-feira Santa. *Commentaires*, de Cotreau,. 172v: a esposa manda matar o marido "pour vivre à son plaisir" [para viver a seu gosto].

Na Inglaterra, a conspiração de Alice Arden, de Kent, para matar o marido e poder se casar com o amante em 1551, despertou muito interesse. Para essa história e sua posterior representação dramática, ver *The subject of tragedy: identity and difference in Renaissance drama*, de Catherine Belsey (Londres e Nova York, 1985), cap. 5.

70. *Heptaméron*, de Marguerite de Navarre (n. 11 do cap. 1), fim da novela 35 introduzindo a novela 36, p. 261.

71. Ibidem, Prólogo, p. 10. As copiosas notas de Michel François a esta edição do *Heptaméron* catalogam as várias fontes históricas e literárias das novelas. *Marguerite de Navarre's Heptameron*, de Tetel (n. 76 do cap. 1), pp. 193-7.

72. AN, X2A 98, 486v-487r: o Parlamento de Paris revisa o caso criminal levado pelo meirinho de Perche a pedido da rainha de Navarre, condessa du Perche, contra Gillet Verdrier e Jeanne Berrast, sua mulher, pelo homicídio de Thoinnecte Lamyer, alcunhada Gatienne (23 de julho de 1546).

73. AN, JJ236, 332v-334r, carta de remissão datada de janeiro de 1523/24, para Vidalle Bayonne, mulher de Blaise Sere, da aldeia de Montgazin, pelo homicídio de Catherine Bonnemate. Vidalle assim descreve a si mesma: cerca de 25 anos, casada com Blaise há dez ou doze anos e com diversos filhos.

74. *Heptaméron*, final da novela 37, quando Longarine apresenta a novela 38, sua história da esposa de Tours, p. 269. O relato sério de sua violência ciumenta também contrasta com o tratamento cômico de uma primeira briga entre duas mulheres de Metz nas *Cent nouvelles nouvelles* borgonhesa, em meados do século XV. Elas brigam por causa de um lenço que lhes foi dado por um cônego com o qual ambas haviam mantido relações sexuais (*Cent nouvelles nouvelles* [n. 101 do cap. 2], novela 92, pp. 240-2).

75. Sobre a importância de "ambigüidade e diálogo" no *Heptaméron*, ver a interessante discussão de Tetel em *Marguerite de Navarre's Heptameron*, cap. 4;

sobre a introdução da dúvida epistemológica no *Heptaméron* pela sugestão de uma relação incerta entre o que as pessoas falam e o que realmente fazem e sentem, ver "*L'Heptaméron* et la naissance du récit moderne. Essai de lecture épistémologique d'un discours narratif", de Philippe de Lajarte, in *Litérature*, 17 (fevereiro de 1975): 31-42.

76. *Heptaméron*, novela 8, p. 47. Ver também a distinção entre dizer palavras raivosas, sentir raiva e agir sobre a raiva em *Essais*, de Montaigne (n. 49 do cap. 1), livro 2, cap. 31, pp. 691-8, "De la colere".

CONCLUSÃO (PP. 161-6)

1. *Heptaméron*, Prólogo, p. 9.

2. *Essays*, de Montaigne (n. 87 do cap. 2), livro 1, cap. 31, "Dos canibais", pp. 151-2.

3. Ver a discussão sobre narrativas orais em *Popular culture in early modern Europe*, de Peter Burke (Nova York, 1978), pp. 124-48. Considero as petições mais cheias de novidade e inventividade do que ele considera a narrativa oral, embora efetivamente as histórias de remissão sejam relatadas num cenário determinado e tenham autoria coletiva. Mesmo assim, com a qualificação adequada, elas podem ser acrescentadas ao folclore como um referencial de habilidades narrativas.

4. *Essays*, de Montaigne, livro 1, cap. 51, "Da vanidade das palavras", p. 223.

5. Sobre as fontes medievais da alegação de realidade, ver *Les cent nouvelles nouvelles*, de Dubuis (n. 7 da Introdução), pp. 25-33 e *passim*. Sobre a definição da novela como parcialmente "une relation fournie par une société à propos d'elle-même" [uma relação que uma sociedade fornece sobre si mesma], ver o magistral estudo de Pérouse, *Nouvelles françaises du XVIe siècle* (n. 43 do cap. 1), Introdução, caps. 1-2 e p. 554. Sobre o "contrato com o leitor de narrar fatos 'reais'" de Philippe de Vignelles em seu *Cent nouvelles nouvelles*, ver *Narrative imagination*, de Kotin (n. 75 do cap. 1), pp. 84-5. Sobre "a ficção da verdade e a verdade da ficção" em Marguerite, ver *Marguerite de Navarre's Heptameron*, de Tetel (n. 76 do cap. 1), cap. 6. "Jacques Amyot and the clerical polemic against the chivalric novel", de Marc Fumaroli, in *Renaissance Quarterly*, 38 (1985): 22-40. Sobre a alegação de "verdade" dos autores de ficção, ver *Fact or fiction*, de Nelson (n. 6 da Introdução). *Factual fictions: the origins of the English novel*, de Lennard Davis (Nova York, 1983), cap. 3: "News/novels: the undifferentiated matrix"; a "novela" que ele discute é a forma mais longa do século XVIII, mais do que a novela curta de dois séculos antes.

6. *Pantagruel*, de Rabelais, cap. 34, in *Oeuvres complètes* (n. 83 do cap. 1), pp. 312-3.

7. *Sonhos de uma noite de verão*, de Shakespeare, ato v, cena 1, linhas 430-7; *A tempestade*, epílogo. O ensaio de Stephen Orgel sobre Próspero sugere que o próprio mágico tinha considerável necessidade de perdão, "Prospero's wife", *Representations*, 8 (outono de 1984): 1-13. Ver também o epílogo de *Tudo termina bem quando acaba bem*, quando o rei fala ("o rei é um mendigo, agora a peça se acaba"), e o epílogo de *Henrique IV*, parte 2, quando um dançarino entra para "pedir seus perdões".

8. A teoria retórica da Renascença não coloca o pedido de perdão entre as suas "figuras para encerramento" (ver *Handbook to sixteenth-century rhetoric*, Sonnino (ed.) [n. 92 do cap. 2], p. 255). *De Intitutione Oratoria*, de Quintiliano, dedicada exclusivamente ao advogado que argumenta diante do juiz, diz na seção sobre peroração que "alguns acham que essa parte deveria incluir orações e desculpas", mas estas seriam para o cliente, não para o advogado e seu discurso (*Institution Oratoire*, de Quintiliano, 4 vols., trad. [para o francês] Henri Bornecque [Paris, 1933-52], vol. 2, pp. 287-317, livro 6, caps. 1-2). Seria interessante explorar os epílogos renascentistas em geral com essa questão em mente.

9. *The vulnerable text*, de Thomas M. Greene (n. 50 do cap. 2), especialmente p. 103, onde ele fala da vulnerabilidade de um poema como fonte tanto de risco como de poder.

10. *Le quart livre*, de Rabelais, caps. 5-8, in *Oeuvres complètes*, pp. 551-61. Ver a interessante discussão dos aspectos cômicos desse episódio e também daquele em que Gargântua afoga 260 418 parisienses em sua urina em *Rabelais' Laughers and Joubert's "Traité du Ris"*, de Gregory de Rocher (University, Ala., 1979), pp. 59-68. *Essais*, de Montaigne (n. 49 do cap. 1), livro 1, cap. 38, "Comme nous pleurons et rions d'une mesme chose", pp. 229-31. Sobre Calvino, ver acima, p. 95. *Somme de Pechez*, de Benedicti, livro 5, cap. 2, p. 624.

Índice remissivo

Acidente
  Calvino e o, 96 *n*
  como justificativa para o homicídio, 31, 64, 113, 131, 257 *n*, 284 *n*
Adultério
  abolição da pena por, 84, 131, 153
    como justificativa legal para o homicídio, 29, 113, 141 *n*
  e Carnaval, 133-5, 134
  e homicídio premeditado, 154-6, 291 *n*, 295-6 *n*
  no *Heptaméron*, 155, 157-8, 159-60
  perdão para, em Genebra, 95-6, 268 *n*
  usado como justificativa para o homicídio, 41, 125, 141-2, 143, 156, 158 *n*, 215-22, 290-1 *n*
Advogados
  como requerentes de cartas de remissão, 36, 53, 59-60, 69 *n*, 70-1, 93, 260 *n*, 291-2 *n*
  cultura literária dos, 36-7, 45-6, 71, 106-10, 244 *n*
  nas *Cent nouvelles nouvelles*, 158
  no *Heptaméron*, 91-2, 157-8
  papel dos, na criação das cartas de remissão, 35-7, 45-6
  papel dos, na ratificação das cartas de remissão, 35-6, 45-6, 85, 242-3 *n*
  petições de, 46, 249-50 *n*
Agrippa d'Aubigné, Théodore, 267 *n*
Aix
  Chancelaria Menor de, 234 *n*
  requerentes de remissão em, 53, 69 *n*
Alençon, duquesa de. *Ver* Marguerite de Navarre
Amazonas, 123, 145, 293 *n*
Amboise, edito de (1572), 237 *n*
"Anger, Jane", 279 *n*
Angoumois. *Ver* Anjou

Animais, como causa de desentendimento, 39-40, 78
Anjou
magistratura de, 46
requerentes de remissão em, 46, 68, 240 *n*, 258 *n*
requerentes de remissão em (Angers), 225, 281-2 *n*
requerentes de remissão em (La Rochefoucauld), 143-4
Ano-Novo, dia de. *Ver* Festas
Aristóteles, 18, 98, 278 *n*
Armagnac. *Ver* Gasconha
Arrependimento
depois de infanticídio, 128-9, 130
em cartas de remissão, 63, 128
em panfletos de crime, 94, 99, 130
Assassinato não premeditado, 28-31, 113-4, 276-7 *n*
Augé, Daniel d', 18
Auvergne: requerentes de remissão em, 50, 252 *n*, 290 *n*, 294-95 *n*

Baïf, Lazare de, 79, 262 *n*
Bailes: como cenário de violência, 47, 53, 65, 70-1
Bakhtin, Mikhail, 57
Bandello, Matteo, 108, 275 *n*, 276 *n*
Banimento, 28, 239 *n*
cartas de remissão e, 83, 233-4 *n*, 265 *n*
em *Romeu e Julieta*, 109, 112
sentenças de morte comutadas para, 32, 129-30, 225-6
Barber, C. L., 57
Barthes, Roland, 17, 73, 74
Basoche, fraternidade de, 37
Baudouin, François, 230 *n*
Béarn, requerente de remissão em, 73
Beauvaisis. *Ver* Île-de-France
Benedicti, Jean
e a confissão católica, 39, 132, 166, 245 *n*
e a sodomia entre padres, 292 *n*
e crimes cometidos por mulheres, 279 *n*
e o homicídio, 245 *n*, 254-5 *n*, 284 *n*
e o sábado, 262 *n*
Berry
duelo em, 67
história de perdão fictícia, situada em (Issoudun), 94, 267 *n*
requerentes de remissão em, 66, 106, 242 *n*
tentativa de homicídio em, 100-1
Beza, Théodore, 96, 143, 268 *n*
Bíblia, citações da
Deuteronômio, 29, 62, 96 *n*
Eclesiastes, 120
Gênesis, 33, 150
Billacois, François, 86 *n*
Blasfêmia
associada à violência, 15, 55-6, 118
condenação por, 95, 295 *n*
em cartas de remissão, 44
Blois, Estatuto de (1499), 85, 236 *n*, 237 *n*, 264 *n*, 266 *n*
Boaistuau, Pierre, 108-10, 275 *n*
Boccaccio, Giovanni, 34, 42, 56. *Ver também Decameron*
Bodin, Jean, 85, 266 *n*, 267 *n*
Bordeaux, 100, 102. *Ver também* Parlamento
Chancelaria Menor de, 26, 234 *n*, 259 *n*
Borgonha. *Ver também* Dijon
duque e duquesa de, no *Heptaméron*, 156
requerentes de remissão na, 138-9, 259 *n*
requerentes de remissão na (Cluny), 79
requerentes de remissão na (Sens), 13-6, 133-5, 225
requerentes de remissão na (Vézelay), 252 *n*
Bouchet, Guillaume, *Serées*, de, 102-3, 269-70 *n*, 289 *n*
Bourbonnais
relação com a monarquia francesa, 48, 250 *n*
requerentes de remissão em, 47-8, 151-2, 259 *n*, 280 *n*
Bourgeois, Louise, 122
Brantôme, Pierre de Bourdeille, senhor de, 263-4 *n*
Bretanha
Chancelaria Menor da, 234 *n*
como cenário de *Propos rustiques*, 106, 146
milagre em execução na, 270 *n*
Parlamento da, 106-7, 264 *n*
requerentes de remissão em (Nantes), 281 *n*
Breuil, Guillaume de, 37
Bruxaria, 73-4, 120
como justificativa para o homicídio, 42, 51, 127-8, 150-2, 284 *n*, 294-5 *n*
disposição de casos de, pelos parlamentos, 127-8, 283-4 *n*
em contos de fadas, 294 *n*
não remissível, 127-8
Budé, Guillaume, 26
Burke, Peter, 297 *n*

Cabelos, puxar os
e a honra masculina, 65
em brigas de mulheres, 136, 146, 147, 149
Calvino, João, 63, 95, 96, 120, 165, 268 *n*
Camerarius, Joachim, 105 *n*
Canções, 38, 245 *n*
Caranda, Guillaume, barbeiro em Senlis: carta de remissão para, 54-7, 61, 165
Carlos IX, 60, 85, 264 *n*
Carlos V, 266 *n*, 274 *n*
Carnaval
como cenário de adultério, 133-4, 289 *n*
como cenário de homicídios e violência, 59-60, 133-4, 252 *n*
e petições de advogados, 36-7
menção ao, 253 *n*
Cartas de remissão
arquivos em que se encontram as, 227-8 *n*
artesãos requerentes de, 26 *n*, 32-44, 50, 53-7, 67-76, 82, 125-6, 130-1, 135, 143-4, 225, 226, 223-6, 239 *n*, 246 *n*, 252 *n*, 257 *n*, 260-1 *n*, 265 *n*, 280, 281-2 *n*, 290-1 *n*, 294 *n*
assinaturas em, 248 *n*
barbeiros e cirurgiões requerentes de, 54-7, 68-9, 142, 153, 239 *n*, 280 *n*, 281-2 *n*
camponeses requerentes de, 13-6, 23-4, 35, 42, 44, 48-51, 63-79, 106, 116-20, 126-7, 132-4, 140-1, 156-7, 240 *n*, 252 *n*, 256 *n*, 258 *n*, 259 *n*, 260 *n*, 281 *n*, 290 *n*, 291 *n*, 292 *n*, 294 *n*
clérigos requerentes de, 45, 49, 50, 144-5, 244 *n*

comerciantes requerentes de, 58-9, 80, 252 *n*, 257 *n*, 259 *n*, 284 *n*
conseqüências legais das, 21, 28-9
criados requerentes de, 112-3, 130-4, 148, 251 *n*, 276 *n*, 281 *n*
custo das, 27, 236-7 *n*
distinção entre cartas de remissão, abolição e perdão, 236 *n*
distribuição etária dos requerentes de, 130-1, 287-8 *n*
distribuição social dos requerentes de, *38 n*, 130-1
editos referentes a, 35, 85, 236-7 *n*, 264 *n*, 267 *n*
fórmulas para, 34-5, 69, 280-1 *n*
funcionários e homens da lei requerentes de, 36, 44-5, 50, 53, 59-61, 69 *n*, 70-1, 74-5, 93 *n*, 225, 239 *n*, 260 *n*, 291-2 *n*
homens de letras requerentes de, 24-6, 44, 84
medievais, 48-50, 63, 69 *n*, 84-5, 128, 255-6 *n*
monopólio do rei sobre as, 84-5, 265-6 *n*
mulheres requerentes de, 39, 51, 84, 116-20, 123-44 (passim), 148-52, 156-7, 246 *n*, 281-2 *n*, 290 *n*, 291 *n*, 292 *n*, 293 *n*, 294 *n*
procedimentos de composição das, 33-46, 247-8 *n*
procedimentos para a obtenção de, 23-8, 234 *n*
ratificação das, pelas cortes
duração dos procedimentos de, 27-8, 238 *n*
e provisões, 28-9, 239 *n*
percentual de, 82-4
prazo para a solicitação da, 27, 81-2, 237 *n*, 264 *n*
pressão do rei pela, 84-5
procedimentos para a, 27-8, 32-3, 41, 81-2, 83-4, 235 *n*, 237-8 *n*, 261 *n*
solicitada ao Parlamento, 237 *n*, 264 *n*
rejeição das, 28-9, 83, 223-6
senhores e cavalheiros requerentes de, 45-9, 58-9, 66-8, 79, 143, 225-6, 240-1 *n*, 254 *n*, 259-60 *n*
Casamento, 108-10, 123, 138, 275 *n*
festas de, como cenário de querelas e homicídios, 65, 70-1, 72
Cellini, Benvenuto, 132, 267 *n*
Cent nouvelles nouvelles, 52, 158 *n*, 273 *n*, 296 *n*
em bibliotecas do século XVI, 34, 242 *n*
Cervantes, Miguel de, 48
Champagne
levante da Jacquerie, em, 48-9
requerentes de remissão em, 42, 49, 116-20, 246 *n*, 256-7 *n*, 290 *n*
Chancelaria. *Ver também* Trésor de Chartes
Grande, 24, 26
manual de estilo da, 34, 242 *n*, 247 *n*
Menor, 26, 34, 234 *n*
Chapéus
femininos, mulheres tirando, 146, 148
masculinos, e a honra dos homens, 55, 65, 257 *n*, 261 *n*
Charbonnier, Jean, chamado Nain, lenhador de Flonville: carta de remissão para, 77
Charles de Bourbon, 50
Chartier, Roger, 270 *n*
Chaucer, Geoffrey, 71
Chaude colle. Ver Raiva
Cícero, 34, 37
Cidadão de Paris, diário do, 79, 86, 250 *n*, 263 *n*
Ciúme
de homens
em cartas de remissão, 125, 280 *n*
Rabelais e o, 125, 280 *n*
Shakespeare e o, 280 *n*
de mulheres
em cartas de remissão, 125, 151, 156
em *Cent nouvelles nouvelles*, 296 *n*
Marguerite de Navarre e o, 159
Clemência
Calvino, Sêneca e a, 268-9 *n*
de magistrados, 95-6
do rei, 84-6
Clero. *Ver também* Padres
"justiça do", na Inglaterra, 114, 277 *n*
e charadas, 241 *n*
estatuto legal do, 244 *n*
protestos do, contra os excessos na concessão de remissões, 80
Coligny, Gaspard de, almirante, 94
Comédia
e o perdão real, 102-3
e querelas de homens, 106-8
e querelas de mulheres, 146, 293-4 *n*
em cartas de remissão, 165-6
Compensação
inadequada, 265 *n*
para a vítima ou a família da vítima, 24, 28, 67, 80, 83-4, 151, 238-9 *n*, 260 *n*
Concordata: papal, 84
Confissão
católica, 39, 95, 125, 165-6, 245 *n*
judicial, 27-8, 128-30
Conselho secreto, 235 *n*, 264 *n*
Contos de fadas. *Ver* Relatos populares
Coras, Jean de, 110, 275 *n*
"Cornos", 15, 143, 289 *n*
Corpus Christi, dia de. *Ver* Festa
Credibilidade. *Ver* Verossimilhança

Dater, Claude, cuteleiro de Lyon, 41, 142 *n*, 246-7 *n*
Davis, Lennard, 163
Decameron, 38 *n*, 56, 63, 228 *n*, 253 *n*
exemplares em bibliotecas, 34, 242 *n*, 244 *n*
Defesa, legítima
como justificativa legal para o homicídio, 29, 35, 62, 123, 235 *n*
em *Romeu e Julieta*, 109
na lei inglesa, 113, 114
usada como justificativa para o homicídio, 55, 68, 75, 106, 118-9, 133
Defloração, carta de remissão por, 23, 32
Delfinado, requerentes de remissão no, 46, 85. *Ver também* Grénoble
Des Periers, Bonaventure, 92
Joyeux devis, de, 71, 93
Des Roches, Catherine, 293 *n*
Deschamps, Martial, 100
Desobediência
como justificativa para o homicídio de empregados, 68, 131
como justificativa para o homicídio de esposas, 123-5, 135, 289 *n*, 290-1
Dez Mandamentos, 39

Diabo, em cartas de remissão, 63, 255-56 *n*
Diários, 86, 97, 153-54, 263 *n*, 265 *n*. *Ver também* Cidadão de Paris; L'Estoile, Pierre de; Vigneulles, Philippe de
Dijon
Chancelaria Menor de, 234 *n*
Entrada do rei em, 246 *n*
Dívidas, como motivo de brigas, 68-70, 259 *n*
Dolet, Étienne
e a remissão de homicídios, 24, 82, 84, 234-5 *n*
e a remissão por publicações heréticas, 44, 84, 234 *n*, 235 *n*, 248-9 *n*, 295 *n*
Doody, Margaret, 231 *n*, 280 *n*
Du Fail, Noël
carreira como advogado, 106, 244 *n*
Propos rustiques, de, 71, 106-8, 146
Du Tillet, Jean, 34
Duelos
e remissões, 67, 87
entre cavalheiros, 67, 71, 87
protestos contra, 86

Édipo, 104 *n*
Editos e estatutos
citados por requerentes, 50, 58
referentes a cartas de remissão, 35, 84-5, 236-7 *n*, 264 *n*, 267-8 *n*
sobre casamentos clandestinos, 108-9, 275 *n*
sobre duelos, 86 *n*
sobre infanticídios, 129
sobre procedimentos criminais, 35, 37, 45
sobre tavernas, 134
Efeito de realidade, 74, 100, 102. *Ver também* História; Verossimilhança
Eloqüência, judicial, 37, 243-4 *n*. *Ver também* Retórica
em *Romeu e Julieta*, 109-10, 112-14
Embriaguez
as mulheres e a, 135, 289 *n*
como justificativa legal para o homicídio, 29-31, 35
como pecado, 63
de vítima de homicídio, 54-6, 70, 118, 125, 140
mencionada por homens como justificativa para o homicídio, 54, 239 *n*, 291 *n*
Entérinement. *Ver* Cartas de remissão, ratificação de
Entradas Reais (ou Entradas Gloriosas)
como período de perdão, 26, 40, 85, 263 *n*, 266 *n*
e cartas de remissão, 235 *n*, 246 *n*
Envenenamento, 20, 128, 150, 151, 158
Epílogos, e pedidos de perdão, 164-5, 297-8 *n*
Esposa, espancamento da, 116-20, 123, 125, 138-9, 141
Estados-gerais, protestos referentes a cartas de remissão
em Blois, 80-1, 83
em Orléans, 27, 80, 86, 87
Estienne, Henri, *Apologie pour Hérodote*, de, 267 *n*, 268 *n*
Estupro
na lei canônica, 123, 279 *n*
no *Heptaméron*, 155
usado como justificativa para o homicídio, 132-3, 143-4
Evangiles des Quenouilles, 132
Execução pública
confissão e arrependimento na, 99, 126, 130
e a conversão protestante, 94-5, 143
em panfletos de crimes, 99, 102, 130, 154
milagres durante a, 97-8, 269-70 *n*
Execuções públicas
representação visual de, 88, 270-1 *n*
Expilly, Claude, 46, 85, 243 *n*, 244 *n*, 249-50 *n*, 266 *n*

Falso testemunho, remissão concedida para, 23, 126
Farinacci, Prospero, 142 *n*
Faurier, Jean, notário de Gasconha, 165
carta de remissão para, 74-75
Festas
como cenário de remissão e perdão
Saint Romain, 85
Semana Santa, 236 *n*, 262-3 *n*
Sexta-Feira Santa, 26, 92, 105, 236 *n*, 263 *n*, 296 *n*
como cenário de violência e histórias de perdão
Ano-Novo, 24, 63, 82, 106-8
Anunciação, 68, 79-80, 253 *n*
Ascensão, 64
Assunção, 252 *n*
Carnaval, 53, 59-61, 133-4, 252 *n*
Corpus Christi, 51, 54-6
de homens, 53-9, 109
de mulheres, 133, 134
dia de Maria Madalena, 15-6, 52-3
dias santos, 52-3, 54, 134, 151-2, 252 *n*
domingo, 75-6, 135
Noite de Reis, 26, 141-2, 291 *n*
Pentecostes, 47, 292 *n*
Ficção, definições de, 17-9
Fórmulas de cartas de remissão, 34-5, 69 *n*, 280-1 *n*
Foucault, Michel, 85
Francisco I, 48, 50, 67
e a outorga do direito de conceder perdões, 266 *n*
e cartas de remissão, 13-6, 79-80, 84-6, 116-20, 139
no *Heptaméron*, 92
Freiras, 84, 97-8, 145 *n*
Fuga
da prisão, 67, 234 *n*, 248-9 *n*
depois de um homicídio, 24, 39-40, 56, 119, 139, 141, 246 *n*
em *Romeu e Julieta*, 112

Galés, sentença às, 32, 233-4 *n*
Gasconha. *Ver também* Toulouse
Cahors, panfleto de crime ambientado em, 154
requerentes de remissão na, 59, 70-1, 156-7, 247 *n*, 259 *n*
Genebra
Consistório de, 141 *n*, 269 *n*
julgamentos em, 41, 95-6
perdões em, 95-6, 268 *n*
Gêneros: e cartas de remissão, 17-8, 87, 152-3
Genette, Gérard, 64

Goberde, Bonne, esposa borgonhesa: carta de remissão para, 138-40
Gossman, Lionel, 17
Gouberville, Gilles de, 81, 247 *n*, 250 *n*, 264 *n*
Graça real
e cartas de remissão, 24-6, 78-82, 84-5
e o perdão, na Inglaterra, 92, 113-5
Gráficos, 20-1, 87
como requerentes de remissão, 24-6, 44, 82, 265 *n*
como vítimas de homicídio, 246 *n*
e panfletos de crimes, 94, 267-8 *n*
em brigas com outros gráficos, 20-1, 83, 246 *n*
Green, Thomas A, 113
Greene, Thomas M., 165, 262 *n*
Grénoble, Chancelaria Menor de, 234 *n*. *Ver também* Parlamento
Griselda, 152
Guerra dos Cem Anos, 49
Guy, Jean, chapeleiro, 40, 94
Guy, Simon, barbeiro e cirurgião
carta de remissão para, 142
depois da ratificação do perdão, 153
Guydon des practiciens, 29, 31
Guyenne. *Ver também* Bordeaux
novela ambientada em (Périgord), 155
requerentes de remissão em, 39, 251 *n*

Harris, Jean, 11, 277 *n*
Hay, Douglas, 91 *n*
Henrique II, 25, 129, 134, 148, 235 *n*, 246 *n*
Henrique III, 80, 143, 241 *n*
Henrique IV, 86 *n*, 99, 101
Henrique VIII, 92
Heptaméron, 154-5
a retórica e o, 161
cartas de remissão no, 91, 92, 105, 154-8, 235-6 *n*
inovações formais no, 154-5, 154-8, 159, 160
novela 1, 91, 92, 235-6 *n*
novela 23, 91, 92, 105, 155
novela 35, 156
novela 36, 157-8
novela 37, 159
novela 38, 157
novela 50, 155
novela 70, 156
uso da história no, 52
violência e raiva no, 154-8, 159, 160
Herança, como motivo, 65-6, 71, 124-5, 140, 141, 290 *n*
Heresia
cartas de remissão por, 23, 44, 84, 233-4 *n*
como justificativa para o homicídio, 51, 68, 251 *n*
discussões sobre a, 71
Heroísmo
em histórias de perdão de homens, 87, 104-5
em histórias de perdão de mulheres, 145, 148-50, 152-3
Herrnstein-Smith, Barbara, 19
Histeria, 126 *n*
História
como contexto das cartas de remissão, 46-52, 58-60
como contexto de novelas, 251 *n*
familiar, 38, 52, 132

teorias renascentistas da verdade e a, 98, 229-30 *n*
Histórias
como contexto de novelas, 52
Histórias, rodas de, 38, 132, 136, 137, 152, 244-5 *n*
Homicídio
cometido em conjunto por marido e mulher, 126-7, 281-2 *n*, 290 *n*, 296 *n*
culposo ou não premeditado, 28, 113, 276-7 *n*
de criados, 67-8, 131, 133-4
de maridos pelas mulheres, 116-20, 123, 138-41, 154, 295-6 *n*
de mulheres pelos maridos, 13-16, 24, 120, 123, 135, 143, 280 *n*, 289 *n*, 290-1 *n*, 295-6 *n*
leis sobre o, na França, 29-31, 35, 224-6
leis sobre o, na Inglaterra, 29, 113-4, 276 *n*
percentual de mulheres processadas por, 127, 282-3 *n*
perdão de, em Genebra, 95-6
Honra, 65-8, 70, 108, 258 *n*
sexual, 133-4, 143-6
Hóspedes
não convidados, 65, 111
violência contra, 60-1, 79-80, 259-60 *n*
Humores, e raiva, 63-4, 122

Idade
como justificativa para o homicídio, 31 *n*, 48, 126, 256-7 *n*
dos requerentes de remissão, 130, 287 *n*
Igreja reformada, 26, 94-6, 235 *n*
Île-de-France. *Ver também* Paris
interrogatório de sargento em (Senlis), 232 *n*
requerentes de remissão em, 49-50, 65-6, 72, 77, 290 *n*
requerentes de remissão em (Beauvais), 58-9
requerentes de remissão em (Pontoise), 238-9 *n*
requerentes de remissão em (Senlis), 54-6, 295 *n*
Imbert, Jean, 41, 236 *n*
Impostos, tumultos devidos a, 23, 48-9, 51, 251 *n*
Impostura, 280-1 *n*
Incesto, 135
Infanticídio
definição de, 128, 284 *n*
escritos e panfletos sobre, 128-9, 130, 270 *n*, 287 *n*
estatuto inglês sobre o, 285 *n*
remissões medievais por, 128, 285-6 *n*
tratamento dispensado no século XVI ao, 128-30, 285-87 *n*
Inglaterra
perdões na, 91 *n*, 92, 113-4, 277 *n*, 283 *n*. *Ver também* Homicídio; Infanticídio
Inimizades familiares
em cartas de remissão, 72, 140-1, 260 *n*
na abertura de *Romeu e Julieta*, 110-1
Insanidade
como justificativa legal para o homicídio, 31 *n*
usada como justificativa para o homicídio, 64, 234 *n*, 256-7 *n*
Insultos

contra homens, 70-1, 259-60 *n*, 262-3 *n*
"ladrão", 54, 258 *n*, 292 *n*
"moleque", 66, 111
sexuais, 15, 45, 133, 144-5, 293 *n*
contra mulheres, 143-4, 146, 151, 291-2 *n*, 293-4 *n*
Ira. *Ver* Raiva

Jacquerie, levante da, 49
Jane Eyre, 124 *n*
Joana d'Arc, 122
Jogos de azar: e homicídio, 76, 154
Jorge, são, 63, 106, 255 *n*
Jousse, Daniel, 142 *n*, 239 *n*

La Roche-Flavin, Bernard de, 225, 233 *n*, 234 *n*, 237 *n*, 239 *n*, 240 *n*
Langbein, John, 91 *n*
Languedoc, requrente de remissão em, 58
Le Roy Ladurie, Emmanuel, 43 *n*
Legenda dourada [*Golden legend*], 97, 255 *n*
L'Estoile, Pierre de, 80-1, 143, 145 *n*, 263-4 *n*
Lorraine, milagre durante execução em, 97-8. *Ver também* Metz
Luís XI, 102
Luís XIII, 286 *n*
Lyon. *Ver também* Sénéchaussée
depoimentos em processos em, 20
Igreja reformada de, 26, 153
panfletos de crimes publicados em, 101, 272 *n*
protestantismo em, 254 *n*
requerentes de remissão em, 24, 41-2, 44-5, 50, 58, 60-1, 70, 82, 135, 142, 150-1, 153, 238 *n*, 246 *n*, 248-9 *n*, 250-1 *n*, 252 *n*, 257 *n*, 260-1 *n*, 262-3 *n*, 265 *n*, 284 *n*, 290 *n*, 293 *n*
violência e festas em, 57-8, 252 *n*
Lyonnais. *Ver também* Lyon
novela ambientada em Chalon-sur-Saône, 104 *n*
requerentes de remissão nos, 69 *n*, 120, 252 *n*, 257 *n*, 260-1 *n*, 278 *n*

Maine: requerente de remissão em, 132, 280 *n*
Manny, Thomas, lavrador de Sens: carta de remissão para, 13-6, 44, 52, 61, 165
Marche, La
carta de remissão rejeitada em, 225-6
requerente de remissão em, 292 *n*
Mardi Gras. *Ver* Carnaval
Marguerite de Navarre, 19, 26, 92, 124 *n*, 253 *n*. *Ver também Heptaméron*
Maria Madalena, dia de. *Ver* Festas
Marot, Clément, 249 *n*
Medéia, 122
Medicis, Catarina de, 80
Metz, 52, 128, 154
Michaud, Hélène, 236-7 *n*, 243 *n*, 248 *n*
Mimese, 64, 256 *n*
Montaigne, Michel de, 41, 87, 98, 165
e a justiça e o perdão, 269 *n*
e a raiva, 122, 278 *n*, 297 *n*
e a verdade e a invenção, 161-2
Muchembled, Robert, 228 *n*
Mulheres. *Ver também* Raiva; Embriaguez; Cartas de remissão; Suicídio
como vítimas de homicídio, 13-6, 66, 77, 120, 125, 130-1, 135, 142, 148-52, 156-7, 280 *n*, 281-2 *n*, 284 *n*, 290-1 *n*, 294-5 *n*, 296 *n*
e histórias, 131-2, 136, 137
estatuto legal das, 126, 280-1 *n*
número de, processadas por crimes violentos, 127, 282-3 *n*
que receberam perdão, 127, 283 *n*
Multas, 21, 24, 29, 83, 92, 112, 225, 226

Narrativa, 72-4
no *Heptaméron*, 154-5, 156-8, 159
Nivernais
requerente de remissão no, 286 *n*
Noite de Reis, 26, 36, 142, 261 *n*, 291 *n*
Normandia. *Ver também* Rouen
requerentes de remissão na, 148, 257 *n*
requerentes de remissão na (Alençon), 93 *n*
Notários
reais e cartas de remissão, 33-5, 42-3, 44, 70, 120, 132, 148-50, 247-8 *n*
e cultura literária, 34, 241-2 *n*
requerentes de remissão, 74-5, 291-2 *n*, 265 *n*

Ódio. *Ver* Raiva
Omissões
em cartas de remissão, 44, 63-4, 78, 133, 247 *n*, 256 *n*, 288 *n*, 289 *n*
em histórias de perdão, 112, 163
Orléanais. *Ver também* Orléans
parricídio em Châtillon-sur-Loing, 40, 94
requerentes de remissão em, 24, 77, 126, 259-60 *n*, 262 *n*, 287-8 *n*
requerentes de remissão em (Chartres), 45
Orléans. *Ver também* Estados-gerais
edito de, 236-7 *n*
notários reais em, 34
panfletos publicados em, 94, 267-8 *n*
requerentes de remissão em, 77, 126
Ovídio, 46

Pacificação, expressões de, 73, 107, 109, 232 *n*, 257-8 *n*, 260-1 *n*
Padres. *Ver também* Clero
como requerentes de remissão, 50, 144-5, 244 *n*
como vítimas de homicídio, 50, 71, 265 *n*, 292 *n*
e sexo, 41, 45, 144-5, 281 *n*, 292 *n*, 294 *n*, 296 *n*
em cartas de remissão, 41, 45, 47-8, 68, 131, 281 *n*, 290 *n*
no *Heptaméron*, 105, 155
Paisant, Louis, açougueiro de Paris: carta de remissão de, 75-7, 140
Panfletos de crimes
argumento e estilo dos, 99-102, 162-3, 272-3 *n*
lista de, 271-2 *n*
mulheres em, 97-8, 130, 154, 295-6 *n*
pouca influência dos temas de perdão nos, 99-100, 154
sobre incesto, 135
sobre infanticídio, 130, 287 *n*
sobre milagres em execuções, 97-8, 270 *n*
sobre parricídio, 94
Pantagruel, 75, 103
Panurgo, 56, 68, 165
Papon, Jean
e as cartas de remissão, 37, 80, 83

e o homicídio no casamento, 123, 296 *n*
e o homicídio remissível, 29-31, 141 *n*
e o perdão por ocasião das Entradas Reais, 266 *n*
Paris
caso de sodomia em, 132
Chancelaria Menor de, 26, 34
Conciergerie de, 82, 127, 238 *n*, 265 *n*, 283 *n*, 287 *n*
Faculdade de Teologia em, 164
homicídio cometido por freira em, 145 *n*
milagre durante execução em, 97
perdão no cadafalso em, 86
requerentes de remissão em, 49, 64, 70, 73-4, 75-6, 86, 131, 259 *n*, 280 *n*, 291 *n*
Parlamento
da Bretanha, 106-7, 264 *n*
de Aix, 234 *n*
de Bordeaux, 26, 296 *n*
de Grénoble, 46, 158
de Paris
audiências no, 46, 238 *n*, 240-1 *n*, 242-3 *n*
decisões do, 82-3, 84, 225-6, 262-3 *n*
interrogatório de criminosos pelo, 41, 232 *n*, 234 *n*
sentenças do, 32, 127-8, 129-30, 272-3 *n*, 283-4 *n*, 286 *n*, 295 *n*
de Rennes, 106, 264 *n*
de Rouen, 26, 129, 284 *n*, 286 *n*
de Toulouse, 26, 59, 224, 234 *n*
Parricídio, 29, 94, 151
Pecado
matar como, 62-3, 141 *n*, 254-5 *n*
suicídio como, 279 *n*
Pena: para homicídios, 29, 32, 113-4. *Ver também* Sentenças
Pentecostes. *Ver* Festas
Perdão, cartas de. *Ver* Cartas de remissão; Genebra; Inglaterra
Périgord. *Ver* Guyenne
Picardia
cartas de remissão medievais na, 285-6 *n*
requerentes de remissão na, 26, 67-8, 71, 125, 131, 140-1, 144-5, 257 *n*, 258 *n*, 262 *n*, 280-1 *n*, 290 *n*, 294 *n*
requerentes de remissão na (Abbeville), 259 *n*
requerentes de remissão na (Amiens), 239 *n*
requerentes de remissão na (Vermandois), 51
Pizan, Christine de, 122, 127, 134
Plaidoyers, 37, 249 *n*, 250 *n*
Plausibilidade. *Ver* Verdade; Verossimilhança
Poitou
execução por homicídio em, 143
requerentes de remissão em, 68 *n*, 238-9 *n*, 257 *n*
Policiano, 34
Premeditação
e adultério, 141-2
e esposas espancadas, 140
e histórias de perdão, 51, 58, 72-3
em envenenamentos, 128, 158
em homicídios, 79-80, 113-4, 143, 145 *n*
em *Romeu e Julieta*, 110-3
Procedimento criminal, 32, 35-6
Procissões, 51, 53-6
Propos rustiques, 71, 106-8, 146

Prostitutas, 13-6, 77, 154, 288 *n*, 291-2 *n*
Protestantismo
e a execução, 94-6, 143
e o perdão, 94-6
querelas sobre o, 51, 58, 68, 71, 239 *n*
Provence, 159. *Ver também* Aix

Quaresma, 38, 68

Rabelais, François, 102-3, 125, 164, 274 *n*
Gargantua, 274 *n*, 298 *n*
Pantagruel, 75, 164
Quart livre, 298 *n*
Tiers livre, 56, 68, 102-3, 125, 280 *n*
Raiva
"explosão de raiva" como justificativa legal para o homicídio, 31 *n*, 35, 62-4, 87
"explosão de raiva" como justificativa para o assassinato não premeditado, na Inglaterra, 113-5
a Igreja católica e a, 62-3
Calvino e a, 96 *n*
capacidade das mulheres para a, 120-7, 155-60, 279 *n*
e o espancamento de mulheres e crianças, 94, 118-9, 138-9
em duelos, 87
em escritores contemporâneos, 101, 105, 108, 155-60, 274 *n*
em *Romeu e Julieta*, 110-3
Montaigne e a, 122, 278 *n*
Sêneca e a, 120
usada por homens como justificativa para o homicídio, 15, 16, 55, 66, 76-7, 93 *n*, 135, 259-60 *n*
usada por mulheres como justificativa para o homicídio, 123-7, 140-1, 156, 291 *n*
Ratificação. *Ver* Cartas de remissão
Relatos populares
e cartas de remissão, 43 *n*, 87, 150, 230-1 *n*, 297 *n*
e panfletos de crimes, 100-2
Mélusine, 294 *n*
papel das mulheres em, 150
Peau d'Ane, 152
Retórica
concepções renascentistas de, 17-8, 98, 161-2, 229-30 *n*
judicial, 28, 37, 45-6, 249-50 *n*
Revoltas. *Ver* Impostos, tumultos devidos a
Ricoeur, Paul, 17, 261 *n*
Romeu e Julieta, 110-5
de William Shakespeare, 110-5
raiva, homicídio e perdão em, 108-15, 275 *n*
versão de Matteo Bandello, 275 *n*
versão de Pierre Boaistuau, 108-10
Ronsard, Pierre de, 46, 85
Rouen. *Ver também* Parlamento
Chancelaria Menor de, 26, 33
Igreja de, 85
Rouergue. *Ver* Guyenne
Roussillon: requerente de remissão em, 252 *n*

Saintonge, requerente de remissão em, 146
Saint-Vallier, Jean de Poitiers, Sire de, 50, 86
Scaliger, Joseph, 105 *n*
Schnapper, Bernard, 285 *n*
Secretários, reais. *Ver* Notários, reais
Sêneca, 120, 157, 269 *n*, 278 *n*

Sénéchaussée, 27
de Anjou, 46
de Lyon, 35, 83, 226, 242 *n*, 249 *n*, 251 *n*, 261 *n*
de Toulouse, 60
Senlis. *Ver* Île-de-France
Sentenças
para bruxaria, 127-8, 283-4 *n*
para homicídios, 32, 224-6
para infanticídio, 128-30, 286-7 *n*
para parricídio, 94
Serões [*veillées*], 38, 131-2, 152
Sete Pecados Capitais, 39, 63. *Ver também* Raiva; Ira; Ciúme
Sexta-feira Santa. *Ver* Festas
Shakespeare, William
e o homicídio, a raiva e o perdão, 110-5
e o perdão, 164, 277 *n*
epílogos, 164-5
Hamlet, 276-7 *n*
Medida por medida, 277 *n*
O mercador de Veneza, 277 *n*
Otelo, 280 *n*
Sinédoque, 76-7
Sócrates, 87
Sodomia, 132, 144-5, 256 *n*, 292 *n*, 293 *n*
Sófocles, 104 *n*
Soman, Alfred, 128 *n*, 255 *n*, 261 *n*, 286 *n*, 292 *n*
Steinberg, Leo, 56
Stone, Lawrence, 114
Sub-repção. *Ver* Omissões
Suicídio: e as mulheres, 116-20, 155, 277-8 *n*, 279 *n*

Tempo: em histórias de remissão, 46-61, 133-4
Terceiro Estado, 27, 80, 83, 86, 87 *n*, 236 *n*, 263 *n*, 267 *n*
Thiboust, Galiot, gráfico de Lyon, 20, 87
Tipos sociais
e histórias de remissão, 64-72, 130-2
e literatura, 71-2
Tiraqueau, André, 240 *n*
Tortura, 21, 32-3, 127-30, 240-1 *n*
Toulouse. *Ver também* Parlamento
Chancelaria Menor de, 26, 33
milagre durante execução em, 97
requerente de remissão em, 291-2 *n*
Touraine: requerentes de remissão em, 68, 125-6, 260 *n*
Tours
como cenário de novelas, 157, 251 *n*
requerentes de remissão em, 36, 125, 290-1 *n*
Tragédia, 87, 105, 108
Tragicomédia, cartas de remissão como, 87, 152
Trésor des Chartes, 82, 227-8 *n*
Trindade, discussão sobre a, 71, 260 *n*
Troyes, Nicolas de, *Nouvelles*, de, 52, 104, 129, 251 *n*

Vallée, Marguerite, camponesa de Champagne: carta de remissão de, 116-20, 124, 140, 148, 153-4
Verdade
e cartas de remissão, 19, 81-2, 91, 94-5, 98, 163
em panfletos de crimes, 97-100, 102
nas histórias de perdão renascentistas, 98, 107-8, 112-3, 158, 161-2
teorias renascentistas sobre a, 17-8, 161-2
Vermandois. *Ver* Picardia
Vernáculo
dialetos regionais, 43
em cartas de remissão, 43
o francês nos textos jurídicos, 37
Verossimilhança
em cartas de remissão, 74, 132, 261 *n*
em panfletos de crimes, 99-100
na literatura, 52
relação com o *vrai* [verdadeiro], 91, 163
usos da, 18, 74, 162-3
Vigneulles, Philippe de
Cent nouvelles nouvelles, 52, 71, 134, 251 *n*
Chronique, 52, 128-9, 153-4
Villelume, Charles de, cavalheiro do Bourbonnais: carta de remissão para, 47-8, 61, 165
Villers-Cotterêts, edito de (1539), 35, 37, 45
Vingança
em cartas de remissão, 87, 262-6 *n*
em duelos, 87
na literatura, 104-5, 273 *n*
no *Heptaméron*, 155-6, 159, 160

White, Hayden, 17

Créditos das ilustrações

1. Uma carta de remissão de 1548. Archives Nationales, Trésor des Chartes.
2. Assassinatos de homens. New York Public Library, Coleção Spencer.
3. Um humilde pedido de ratificação. New York Public Library, Coleção Spencer.
4. Execuções públicas. New York Public Library, Coleção Spencer.
5. Perdão de sire de Saint-Vallier. Bibliothèque Nationale, Salle des Manuscrits.
6. O pecado da ira. Bibliothèque Nationale, Cabinet des Estampes.
7. Mulheres conversando. Bibliothèque Nationale, Cabinet des Estampes.
8. Briga de mulheres. Bibliothèque Nationale, Cabinet des Estampes.
9. A batalha pela enguia. Bibliothèque Nationale, Cabinet des Estampes.

que não se confundia com "falsear a verdade". Natalie Zemon Davis, ela mesma uma excelente narradora, qualifica as cartas de perdão como *ficções* — como construção literária, como artefato lingüístico. Pode, assim, deixar de lado a "verdade dos fatos" e investigar os sentidos que aquelas histórias adquiriam para seus próprios narradores.

ERWIN SCHENGELACH

Natalie Zemon Davis, PhD em história pela Universidade de Michigan e professora da Universidade de Princeton de 1978 a 1996 publicou, entre outros, *Society and culture in early modern France* (1975), ensaios sobre a experiência social de pessoas "comuns", *The return of Martin Guerre* (1982), reconstituição da vida de um camponês na França do século XVI, depois transformada em filme, e *Nas margens — Três mulheres do século XVII* (1995), análise reveladora da formação do mundo moderno, através do trajeto nada convencional de uma judia, uma católica e uma protestante (Companhia das Letras, 1997).

Natalie Zemon Davis, uma das mais ousadas e brilhantes intelectuais norte-americanas, pesquisou nos arquivos franceses um conjunto extraordinário de narrativas de crimes: as cartas de perdão, instrumento jurídico através do qual os súditos pediam clemência ao rei pelo homicídio que haviam cometido. O estudo concentra-se no século XVI, mas a autora, que busca as ligações recorrentes entre história, literatura e direito, permite-nos perceber como a voz daqueles narradores distantes ressoa nas histórias de violência e perdão do presente.

ISBN 85-359-0128-3

9 788535 901283